

Paulo Machado

Um avião contorna o pé de Jatobá e a nuvem de agrotóxico pousa na cidade

História da reportagem

Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Brasília – DF
2008

© 2008 Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

Tiragem: 1.^a edição – 2008 – 3.000 exemplares

Elaboração, edição e distribuição:

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Assessoria de Divulgação e Comunicação Institucional

SEPN 515, Edifício Ômega, Bloco B,

CEP: 70770-502, Brasília – DF

Tel.: (61) 3462-6710

Fax: (61) 3462-5351

Home page: www.anvisa.gov.br

Coordenação Editorial:

Pablo Barcellos

Normalização, projeto gráfico, capa e diagramação: Convênio entre Ministério da Saúde e Fundação Universidade de Brasília

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Ficha Catalográfica

Machado, Paulo.

Um avião contorna o pé de jatobá e a nuvem de agrotóxico pousa na cidade : história da reportagem / Paulo Machado. – Brasília : Anvisa, 2008.

278 p. : il.

ISBN

1. Saúde pública. 2. Agrotóxico. 3. Vigilância sanitária. I. Título. II. Título: história da reportagem.

CDU 614

Títulos para indexação:

Em inglês: A plane flies around a copal tree and a toxic cloud hovers over the city

Em espanhol: Un avión contorna el algarrobo y una nube tóxica planea sobre la ciudad

Agradecimentos

Uma reportagem como essa só pode ser fruto de um trabalho coletivo. Por isso não me atrevo a nominar a todos que com ela colaboraram e a incentivaram, pois sempre ficaria em falta com alguém. Coube a mim simplesmente reunir as pontas de um imenso novelo de informações e tecer a teia do assunto emprestando a ele significado jornalístico. Todos que colaboraram sabem que lhes serei eternamente grato.

Agradecimentos Especiais

Às colegas que pacientemente fizeram o trabalho de revisão:

Helenise Brant

Ana Paula Cardoso

E a Celso Nucci que viu a necessidade deste livro para dizer tudo aquilo que a reportagem não teve espaço suficiente para informar.

Esclarecimentos

As anotações do autor publicadas neste livro foram escritas durante a fase de reportagem e estão em sua versão original. Essas notas não foram publicadas no noticiário da Radiobrás. Depois de editadas pela Agência Brasil, elas deram origem a uma série de matérias que podem ser encontradas na página: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/listagem-grandes-reportagens>> Especial “A Ameaça do Agrotóxico”. Nesse endereço o leitor também encontrará os seis vídeos com as reportagens feitas para a TV e a galeria de fotos.

Sumário

Prefácio	7
Apresentação	9
1 Introdução	15
2 A apuração	19
3 Sem mortos o acidente não aconteceu	35
4 A contradição	41
5 A Promotoria Pública em busca de provas	47
6 Médicos: não sabem ou não devem diagnosticar?	53
7 As pessoas não sabem a quem denunciar	57
8 Sugestão de Pauta	61
9 Mato Grosso, lá vamos nós	65
10 Quem controla o espaço aéreo?	67
11 O acidente vai ao ar	69
12 A primeira matéria na Voz do Brasil	73
13 A revolução verde	79
14 A segunda matéria na Voz do Brasil	87
15 A viagem de volta ao passado	91
16 A fatura de informações no café da manhã	97
17 Nem tudo que brilha é ouro	103
18 Informação local de qualidade	105
19 Consumidores assustados e produtores revoltados	107
20 De um lado a outro da cidade a história se repete	111
21 O avião contorna o pé de jatobá	113
22 Dentro do cofre onde guardam o ouro	115
23 O churrasco com a família de imigrantes	117

24	A diáspora do povo gaúcho	125
25	Quem fiscaliza?	129
26	Atrapalhando os negócios	135
27	Nossa água de excelente qualidade	139
28	Na cidade todo mundo sabe quem fez a pulverização	141
29	O cerrado preservado em mil metros quadrados	145
30	Cinco anos de trabalho perdido	149
31	A terceira matéria na Voz do Brasil	155
32	Na imprensa regional o acidente vira caso de policia	159
33	A quarta matéria na Voz do Brasil	161
34	Notificação e subnotificação de intoxicações	165
35	A edição das matérias para a TV e para a Agência Brasil	171
36	A controvérsia do laudo sobre a água	173
37	A reação do engenheiro do “sindicato da aviação agrícola”	177
38	O relatório sai do bolso do colete	181
39	Especialistas contestam e desautorizam relatório	187
40	As pesquisas sobre os efeitos dos agrotóxicos	203
41	Pagando para nos contaminar	209
42	Modelo de desenvolvimento?	211
43	O cidadão tem direito a um ambiente equilibrado	217
44	Situação explosiva	223
45	O debate dentro de casa	225
46	Seis vezes mais agrotóxicos do que o recomendado	229
47	Finalmente a audiência pública	237
48	A quinta matéria na Voz do Brasil	241
49	Quando Jornalismo e Ciência andam juntos	245
50	Os próximos passos	253
51	Conclusão – finalmente o quebra-cabeça montado	257
	Referências	259
	Anexo – Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde – MT	275

Ar puro para o jornalismo

O repórter Paulo Machado conta neste livro a história emocionante de uma reportagem exemplar, bem pautada, bem pesquisada, bem apurada e bem editada. São esses os ingredientes clássicos de uma reportagem bem realizada. Além disso, essa experiência foi enriquecida pela necessidade que o repórter teve de executar uma cobertura multimídia – com texto escrito, falado e imagens - para a agência de notícias, as emissoras de rádio e os canais de televisão da Radiobrás. Esse ponto dá ao relato uma atualidade inédita. As redações em todo o mundo apenas começam a se estruturar para executar jornalismo multimídia. Também nesse aspecto o caso é exemplar.

Trata-se de uma história que merece a velha expressão “furo de reportagem”. O que é bizarro é o fato de que nem mesmo depois de aberto o assunto pelos veículos da Radiobrás, o restante da imprensa tenha ido atrás. Talvez porque o assunto – venenos utilizados na agricultura – seja no mínimo polêmico e envolva interesses muito diversos. Temas assim costumam ser evitados pela imprensa em geral. Por isso mesmo, configurou-se a oportunidade da pauta para a Radiobrás, uma empresa pública de comunicação cujo foco atual é o cidadão e o seu direito à informação.

Há momentos da narrativa de Paulo Machado que merecem atenção dos leitores que se preocupam com a qualidade do jornalismo. Um deles é o relato inicial sobre o processo que se desenrolou desde que o repórter recebeu a notícia do grave acontecimento em Lucas do Rio Verde, até que ele fizesse à chefia a proposta de reportagem. Poucas vezes se vê no jornalismo atual uma pauta assim bem pesquisada e embasada antes mesmo de se tomar a decisão de realizar a cobertura. A função de pesquisa, tão relegada na prática atual do jornalismo, foi densa e profunda nessa reportagem.

Outro ponto alto dessa quase epopéia jornalística – que perpassa toda a narrativa de Paulo – foi o compromisso que o repórter manteve em todas as suas ações, com o foco da matéria: o cidadão, seja o leitor, o ouvinte ou o telespectador. O assunto da cobertura é espinhoso, mexeu com muitos segmentos de uma comunidade de milhares de pessoas, autoridades municipais, estaduais e federais, sindicatos, chacareiros, fazendeiros, pilotos de avião, com todos os cidadãos da cidade atingida, educadores, alunos das escolas. Em uma reportagem dessa complexidade, é muito fácil um repórter escorregar e perder o fio da meada, pender para cá ou para lá, muitas vezes até tomar partido de um dos lados. Mas o que se vê aqui é sempre o repórter se postando como um jornalista que está a serviço do esclarecimento do cidadão, que tem o direito à informação. Nos momentos mais difíceis, foi essa postura que permitiu que a serenidade imperasse. Isso faz a diferença.

Quando se vai com a leitura do livro até o final, depara-se com um resultado que é o sonho de todo bom jornalista: saber que sua matéria contribuiu efetivamente para encaminhar a discussão de uma questão importante, colher resultados que indicam que o trabalho jornalístico de conversar com a sociedade, informar e esclarecer deu bons frutos. Nesse caso isso aconteceu, a reportagem estimulou a discussão e o aprendizado, parece que a comunidade de Lucas do Rio Verde saiu mais consciente sobre o problema grave que a afeta e com um caminho aberto para soluções de dentro da própria comunidade.

Discussões atuais sobre jornalismo muitas vezes levam ao desânimo. “A reportagem está morrendo”, ouve-se muito. É bem verdade que a reportagem, esse oxigênio do jornalismo, está sendo relegada a plano distante da prática de muitas redações, por motivos vários. Pode ser este o grande motivo da crise editorial por que passa a imprensa. Por isso o relato de Paulo Machado é uma janela aberta de luz e ar puro para o jornalismo.

Celso Nucci¹

¹ Assessor especial da Presidência da Radiobrás de junho de 2003 a abril de 2007.

Descontaminando a notícia

Nuvens escuras se avolumavam no amplo horizonte que seu Ivo podia avistar do alto da colina de sua chácara, à beira do Rio Verde, no Mato Grosso. De onde estava, ao lado do seu pé de jatobá, quase no limite do município de Lucas do Rio Verde, ele enxergava muito bem. As terras da grande fazenda do outro lado do rio, cobertas pela soja, eram varridas pelo vento forte que prenunciava chuva. Seu Ivo também notou o monomotor vermelho, roncando monocórdico sobre a propriedade do vizinho, em vôos rasantes que iam e vinham. Fazia pulverização. Com aquele tempo quase virado, o avião deveria se recolher, isto sim: com o ar agitado, a chance de o agrotóxico se espalhar para longe da lavoura é alta, ameaçando a saúde pública.

Era o dia 1º de março de 2006, uma quarta-feira. Seu Ivo se lembra bem quando o aviãozinho, a não mais do que 100 metros do chão, cruzou o rio e veio fazer o retorno bem em cima do seu jatobá, deixando suspensa a fumaça branca do herbicida dessecante que logo iria visitar a cidade. A mulher de outro chacareiro, a vários quilômetros dali, conta que sentiu quando a “neblina fininha” foi alcançá-la na varanda, para depois matar, aos poucos, as flores que ela cultivava no jardim e nas janelas. Testemunhos parecidos viriam de vários habitantes do município, dando conta de que, naquele dia, a morte espreitou o ar, a água, os canteiros e os moradores de Lucas do Rio Verde.

Espreitou, de longe. Não chegou a matar ninguém. Apenas aborreceu, molestou, amedrontou, e a notícia também se espalhou no vento. Os relatos das pessoas prejudicadas cruzaram as fronteiras do município, do estado, e, quase um mês depois, foram bater nos ouvidos do jornalista Paulo Machado, da Radiobrás, em Brasília, numa manhã em que ele tomava um café nas proximidades da empresa. Paulo tinha saído da redação para relaxar um pouco, quando ouviu contar da quase tragédia de Lucas do Rio Verde. Aquilo era uma pauta e tanto, ele reconheceu na hora. Embora não houvesse vítimas fatais

(esse ingrediente que, aos olhos do jornalismo convencional, torna qualquer incidente muito mais espetacular), o episódio poderia revelar como operam as engrenagens ocultas da linha produtiva do agronegócio, trazendo riscos, nada desprezíveis, para quem transita pelas proximidades dos pulverizadores aéreos. Como não havia cadáveres boiando na correnteza do Rio Verde, o caso teria passado em branco, não fosse a persistência de Paulo Machado. Logo ele rumou para Lucas do Rio Verde. Logo ouviria essa história diretamente de Seu Ivo – e de muitos outros.

Este livro conta, em detalhes, como evoluiu a investigação que Paulo levou adiante. Sua apuração rendeu matérias de rádio, televisão e internet, que alcançaram boa repercussão, não por narrar um desastre passado – pois desastre, propriamente, não houve – mas por prevenir, e ajudar a evitar, desastres futuros. Agora, o presente volume vai muito além das reportagens publicadas em 2006. Ao longo destas páginas, a gente se sente acompanhando a saga do repórter; a narrativa se constrói no mesmo ritmo em que os fatos são detectados e descritos pelo seu investigador. O leitor desfruta de uma sensação rara, que é a de entrar na pele do jornalista e desbravar o acontecido. É emocionante. O autor teve o capricho de transcrever muitas das conversas que manteve com as fontes e que não foram aproveitadas na íntegra nas reportagens que ele escreveu em 2006. Ele também reproduz suas anotações, como quem abre um diário confidencial, e faz isso de um modo envolvente, revelando-se suficientemente hábil na difícil arte de prender a atenção de quem o lê. Com isso, consegue um efeito notável: o material que ele traz a público, e que permanecera inédito até a edição deste livro, transforma um caso que foi objeto de tantas reportagens da Radiobrás num livro cheio de novidades. Absolutamente interessantes.

Interessantes porque graves. Sem demérito nenhum para a pujança do agronegócio no Brasil, o que não está em questão, este livro põe em relevo o uso indiscriminado de agrotóxicos nas plantações de larga escala, uma prática silenciosa que é uma espécie de submundo do trabalho e da indústria e que ainda está por ser descortinada e devidamente conhecida. Neste trabalho, aparecem com crueza o descontrole e o abuso. Aparece também o modo como a comunidade pode agir – e age, ao menos em Lucas do Rio Verde – para se dar conta do problema e para se proteger do mal que ele carrega. Este livro não se resume a uma rele “denúncia”, essa coisa tão banal e, quando banalizada, tão estéril. Ele reconstitui e narra um fato, buscando os diversos lados a ele relacionados, além de estudar suas raízes e iluminar suas conseqüências. Mais que isso, acaba registrando o impacto que as próprias reportagens – principalmente aquelas veiculadas na “Voz do Brasil” – tiveram sobre os debates e as ações

da comunidade em relação ao uso do agrotóxico. É o que se pode chamar de uma boa história bem contada, com um diferencial: o epílogo nasce da ação da comunidade bem informada, pela interferência direta dos cidadãos. Este é, enfim, um livro que interpela a cidadania em muitos sentidos, sem cair no partidarismo ou na demagogia.

* * *

Assim como um dessecante conspirou contra a saúde pública na cidade de Lucas do Rio Verde, a metrópole do jornalismo (mal) praticado nas instituições públicas ou estatais vive sob a ação corrosiva do discurso oficialista e desinformativo. Como a neutralidade é impossível, e é mesmo, muitos fazem disso um salvo-conduto para a ideologização deslavada do noticiário. Como a neutralidade é impossível, advogam que qualquer tentativa de objetividade não passa de empulhação e embarcam no opinionismo empobrecido e mal fundamentado, para protegerem partidos, autoridades e caciques. Esse vício tem as dimensões de uma praga na lavoura ou, pior, tem o efeito de um bombardeio de napalm. Na tradição das emissoras brasileiras vinculadas ao poder público, a premissa de que não há neutralidade possível funciona como senha para o partidarismo governista, como se isso fosse natural. Vem daí a comunicação “chapa-branca”, essa excrescência nacional.

A Radiobrás, já em 2003, insurgiu-se contra a escola das mensagens “chapa-branca” e contra todo tipo de engajamento partidário. Foi uma insurreição ordeira, mas radical e intransigente. Paulo Machado, a gente pode verificar nestas páginas, militou com garra na nossa luta cotidiana contra a contaminação da notícia. Embora suas simpatias – oriundas de sua formação, de sua experiência de vida, naturalmente – não fizessem dele propriamente um admirador dos grandes proprietários de terra e da filosofia do agronegócio, ele soube se esforçar para se livrar dos prejulgamentos. Em lugar de trabalhar como propagandista de suas inclinações pessoais, atuou como servidor do direito à informação, que pertence ao público e que não deve ser tutelado ou direcionado por nenhum de nós.

Nos noticiários confeccionados pela Radiobrás, adotávamos disciplina quase militar para impedir que uma predileção particular interferisse num título, num enfoque ou mesmo na reprodução de uma fala. Quando uma intoxicação dessa natureza escapava, os editores imediatamente procediam à correção pública do erro. A objetividade, para nós, ao menos durante o tempo em que presidi a empresa e pelo qual posso responder, foi uma religião. Um fanatismo. Um fundamentalismo. Éramos, por assim dizer, jornalistas engajados no desengajamento, partidários ferrenhos do apartidarismo.

Até mesmo as várias reportagens escritas por Paulo Machado, algumas vezes, não sei dizer quantas, foram ceifadas a golpes de foice ou mesmo de colheitadeiras pelas mãos dos editores que davam prioridade ao relato preciso, e mais nada. Na Radiobrás, trabalhávamos para abastecer o cidadão com os fatos, de tal modo que ele dispusesse dos insumos para deles colher, ou fazer brotar, livremente, sua própria opinião. Como servidores de uma empresa estatal de comunicação, não incorreríamos na usurpação de querer moldar ou direcionar a opinião de ninguém. Opinião, nos noticiários da Radiobrás, apenas a das fontes, e isso quando relevante – e sempre posta ao lado de outras opiniões. Todas as opiniões tinham de ser iguais aos olhos do repórter e dos editores, pois todas as opiniões são iguais no seu direito de ter acesso ao público. Daí a vigilância que pesou ininterruptamente sobre o Paulo, durante a sua apuração.

Acho que a experiência lhe fez bem. Agora, neste livro, a sua personalidade de repórter aparece com mais nitidez. Conforme ela vai se apresentando, o empenho pela concisão, pela correção, pela fidelidade às fontes, pelo respeito à inteligência do leitor vai se tornando mais claro. Mais meritório, eu diria. Aqui se vê de modo cristalino o embate do profissional com as múltiplas disputas de visão e de interpretação que ele teve de atravessar. Ele precisou superar a aparente dicotomia entre pequenos e grandes proprietários, entre chacareiros e sojicultores, para entender que o que estava em jogo era a saúde pública – e até mesmo a saúde financeira dos grandes produtores rurais, que consomem, segundo ele apurou, “até seis vezes mais agrotóxico do que o recomendado”. Graças à busca pela objetividade, ele percebeu que o regime das pulverizações sem controle prejudica os grandes e os pequenos, indistintamente. Sem ser descortês com ninguém, Paulo acertou em tentar preservar a autonomia do seu posto de observação. É possível que tenha se saído bem nessa tentativa.

Quando se trata de jornalismo, o desengajamento é um serviço público. Só por aí ele tem como ser útil. Neste livro, fica bem demonstrado que é pelo resultado de suas reportagens precisas que um jornalista interage com a cidadania. Ele não deve abandonar o exercício de sua profissão para tomar partido de um ou de outro: não pode se converter num militante de ONG ecológica em oposição aos “neolatifundiários de grãos”, assim como não pode ser um pregador da produtividade total contra os “eco-chatos”. Se conseguir apresentar um trabalho de qualidade, digno e competente, ele terá sido valioso para o cidadão, tenha este a inclinação ideológica que quiser ter. Sem panfletarismo. Sem doutrinarismos. Sem facilitações. Não por acaso, como o leitor poderá verificar neste relato, foi a substância das informações que o repórter Paulo Machado prestou à sociedade –

e não as suas simpatias ou as suas antipatias prévias – que ajudou a comunidade a reagir, a tomar posição, a se proteger contra os pulverizadores. Aliás, a mesma substância jornalística permitiu que alguns fazendeiros reconsiderassem os métodos de emprego de produtos químicos. Ou seja, a reportagem acabou levando um pouco de luz para os dois lados.

Para mim, que tive o privilégio de liderar a implantação de um novo projeto jornalístico na Radiobrás, não deixa de ser gratificante constatar que, mesmo num livro individual, sobre o qual não deveriam pesar os cânones adotados pela empresa, Paulo Machado se mantém fiel a esses princípios. Isso não o impede, num relato autoral como é este, de se manifestar, mesmo assim de modo contido, quando sente que é indispensável. De novo, aqui, é o caso de frisar: ser apartidário não significa ser anódino, emasculado, invertebrado, insensível. Ser apartidário significa ser intelectualmente honesto, procurando não falsear os dados e procurando não transmitir como se fossem dados objetivos o que no fundo são interpretações pessoais. Paulo não se exime de expor o seu ponto de vista, não se acovarda quando deve fazer escolhas, mas escreve de modo a deixar claro que, nesses momentos, lida com opiniões e não com fatos.

Tanto as causas dos movimentos ecológicos como as causas do agro-negócio, as boas e as más, têm seus estratagemas para cooptar e domesticar os operadores dos meios de comunicação. Ambas dispõem de artifícios para interferir na mediação do debate público. A contaminação, nessas plagas, vem de todas as direções. Daí a necessidade, a cada dia maior, de que o jornalismo – em especial o jornalismo praticado em instituições que pertencem ao público – saiba se dedicar à objetividade, com foco no cidadão. Este é que tem de tomar partido, se quiser, não o jornalista.

Com todas as cautelas que a humildade recomenda, posso dizer que, na Radiobrás, caminhamos uns poucos passos nesse rumo. A estatal, antes dedicada à triste sementeira da bajulação de autoridades, sofreu uma guinada que lhe permitiu veicular notícias de verdade, como as que resultaram neste livro. Foi uma trajetória fecunda e bastante movimentada, da qual este trabalho de Paulo Machado – um dos autores e um dos produtos da nossa caminhada coletiva – pode ser visto como síntese. Outras boas séries de reportagens foram realizadas ao longo desse mesmo período, entre 2003 e 2006, como a que o repórter Aloísio Milani escreveu sobre o Haiti. Talvez outros livros, parecidos com este, estejam a caminho. Que venham.

O jornalismo que procura se livrar do doutrinário e do sensacionalis-

mo tem alguma coisa a dizer. À medida que convoca o cidadão a falar e a agir, esse jornalismo tem, mais do que algo a dizer, algo a fazer: fazer dizer e fazer agir. Sem contaminação nem pretensão. Que este trabalho de Paulo Machado seja um pioneiro, um estímulo aos seus iguais – e uma palavra de boa vontade aos céticos.

Eugênio Bucci¹

¹ Presidente da Radiobrás entre 02 de janeiro de 2003 e 20 de abril de 2007.

1 Introdução

Este é um livro-reportagem que conta também a história da reportagem multimídia feita sobre a pulverização de agrotóxicos que atingiu a cidade de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, no dia primeiro de março de 2006. Soube do fato 29 dias depois que havia ocorrido e iniciei imediatamente a apuração – os grandes veículos de comunicação, até então, não deram uma só linha a respeito. Do contato com algumas fontes que me foram indicadas levantei outras, fui gravando as conversas, pesquisando na rede mundial de computadores, coletando estudos e mergulhando no caso. Munido do material coletado viajei para o local. Fui montando um imenso quebra-cabeça onde nem sempre as peças se encaixaram. Fui colecionando depoimentos de lideranças da sociedade civil que denunciaram o caso às autoridades sanitárias, apesar das pressões para que não contribuíssem para depreciar a imagem da cidade. Tomei depoimentos das autoridades do município, do estado e do governo federal, responsáveis pelo controle do uso de agrotóxicos, pela vigilância sanitária e pela preservação ambiental. Depoimentos das autoridades responsáveis pela apuração judicial e policial do crime. Finalmente, depoimentos das vítimas, dentre elas, chacareiros, consumidores, estudantes secundaristas, ambientalistas e a população em geral.

Submeti os depoimentos, as informações e as imagens dos danos causados pela pulverização à opinião de especialistas. Confrontei laudos, relatórios e estatísticas com pesquisas científicas e com a legislação sobre o assunto.

Fui colecionando as contradições entre o que deveria ter sido feito e o que realmente foi feito pelas autoridades, conforme suas competências, nos diversos níveis de governo. Contradições também não faltaram entre o que determina a legislação e a maneira como são utilizados os agrotóxicos. Contradições entre o discurso e a prática de quem deveria zelar pela qualidade de vida da população, mas a expõe a riscos permanentes de contaminação, seja intencionalmente, seja por omissão.

Na reportagem estamos permanentemente fazendo perguntas e buscando respostas para chegar aos porquês de as coisas acontecerem de determinada maneira e não de outra. Nesse exercício, quando as respostas não me convenceram, tive que buscar novas opiniões até desvendar os interesses que movem as pessoas e quais as conseqüências de seus atos para as outras pessoas, para a coletividade. Nesse caso, mostro que os grandes agricultores buscam o lucro com base em um modelo do qual eles são, a um só tempo, protagonistas e reféns. Nessa reportagem revelo as contradições desse modelo, trazendo à luz o testemunho de quem sofre as conseqüências, e tento mostrar que, na prática, existem alternativas econômica e ambientalmente sustentáveis, que se contrapõem à hegemonia do agronegócio. Este trabalho dá voz aos que ainda não têm poder político e econômico para influenciar a opinião pública por meio dos outros veículos de comunicação de massa, mas que já revelam suficiente determinação, organização e poder de mobilização para interferir nos rumos desse modelo de desenvolvimento e lutar por seus direitos.

Enfim, aqui o leitor encontrará contradições, omissões, denúncias e informações reveladas pelos protagonistas dos acontecimentos. No decorrer do trabalho foram surgindo novas fontes, personagens que tornaram o assunto mais e mais intrigante e lhe conferiram a sua real dimensão. O “acidente” em Lucas está longe de ser um fato isolado. Nele encontrei ingredientes que atingem indistintamente do pequeno agricultor, que planta para a sobrevivência familiar, ao consumidor dos grandes centros urbanos, que se abastece nas prateleiras das grandes redes de supermercados, passando pela degradação do meio ambiente e pela degeneração da saúde humana provocadas pelo uso intensivo de tecnologias patrocinadas por megacorporações do setor de insumos agrícolas.

As informações coletadas no norte de Mato Grosso foram disponibilizadas imediatamente pelo rádio, com entradas ao vivo na Voz do Brasil, e nas emissoras da Radiobrás: Radio Nacional AM e Radio Nacional da Amazônia OC. No final da viagem, trazendo oito horas de imagens na bagagem, me deduzi sobre a sua edição. Foram 20 dias de trabalho para levar ao cidadão a informação multimídia composta de uma série de seis reportagens veiculadas pela TV Nacional de Brasília e pela TV NBr e parcialmente reproduzidas pela rede pública de televisão. Durante a fase de reportagem fui escrevendo notas que depois foram editadas pela Agência Brasil e deram origem a 26 matérias publicadas e reunidas num especial que contou com fotos e com vídeos das reportagens de TV.

Este livro narra a história desse trabalho jornalístico. Todas as fases da apuração à edição e veiculação, as dificuldades encontradas no trabalho de reportagem, as tentativas de intimidação por parte daqueles que se beneficiam diretamente do comércio internacional dos produtos do agronegócio, o silêncio daqueles que se viram comprometidos, mesmo que indiretamente, com os fatos denunciados, a correlação de forças locais, em que o grande capital tem controle quase absoluto sobre a imprensa e uma influência decisiva sobre o poder público. Também aproveito esse trabalho para discutir certas práticas jornalísticas, como o uso de fontes que não querem se identificar (off the record). Espero assim colaborar como profissional da imprensa a serviço de uma empresa pública de comunicação.

É gratificante saber que nosso trabalho tem ajudado a sociedade civil de Lucas do Rio Verde e de outros municípios, que vivem os mesmos problemas, a se organizar em movimentos para discutir com o poder público a necessidade de um maior controle sobre o uso intensivo dos agrotóxicos e a questão da sustentabilidade ambiental, social e econômica do modelo de desenvolvimento.

Convido agora o leitor, pelas páginas deste livro-reportagem, a me acompanhar na viagem ao norte de Mato Grosso e a vislumbrar um pouco dessa vitrine do agronegócio que é Lucas do Rio Verde. Convido também o leitor a compartilhar comigo o cheiro do agrotóxico presente no ar quando me aproximei dos tratores que pulverizavam veneno. Convido a pensar sobre os resíduos dos agrotóxicos presentes nos alimentos que ingerimos, ou talvez na água que bebemos, nos rios, nas lagoas, no mar e na natureza que por milhões de anos desconheceu seus efeitos. Desconhecidos também são a maioria de seus efeitos em nosso organismo, apesar de pesquisadores estarem demonstrando, de maneira indireta, em experiências com animais, as alterações genéticas que podem produzir e os diversos tipos de câncer e outras doenças degenerativas, decorrentes da intoxicação que esses produtos provocam. Compartilho aqui com o leitor algumas dessas pesquisas a que tive acesso. Tudo isso feito no interesse de informar com exatidão, com senso de responsabilidade e com a isenção possível, do ponto de vista do repórter que não é neutro mas que procura informar sem preconceitos, sem deixar que a qualidade da informação, a que o leitor tem direito, fosse distorcida.

2 A apuração

Tive conhecimento do evento que deu origem à reportagem por acaso. Na manhã de quarta-feira, 29 de março de 2006, Helenise Brant, minha colega de trabalho, e eu fazíamos um lanche num café próximo à Radiobrás¹ quando chegou a Mara Régia, sorridente, com os olhos brilhando, e nos cumprimentou com os beijinhos de costume. Mara é uma radialista, com longa experiência, muito conhecida por seus programas ligados às questões de gênero e meio ambiente. Defensora incansável dos direitos da mulher e da natureza, tem programas de grande audiência na Amazônia. Sempre com pressa, negou-se a nos acompanhar no café. Disse que acabava de chegar de Lucas e estava muito impressionada com a situação por lá. A gente se entreolhou, esperando uma explicação. E ela continuou como se o assunto já fosse de domínio público. “Tomei o maior cuidado. Só me alimentei com sorvete e, até a água para beber, levei de Cuiabá...” Resolvi interrompê-la.

Mara, você chegou de onde?

De Lucas.

E onde fica Lucas?

Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso. Vocês não estão sabendo o que aconteceu lá?

Não, não sei nem onde fica isso.

Menino – exclamou ela, em tom sério, com os pequenos olhos arregalados –, a cidade foi “toooda” pulverizada com o paraquat por um aviãozinho, desses que pulverizam as lavouras com veneno para soja. Vocês não “ficcaram” sabendo?

¹ Radiobrás – Empresa Brasileira de Comunicação S/A é regida pela Lei das S.A. – ela é uma sociedade anônima atípica, com um único acionista, a União -, a Radiobrás comanda, hoje, nove emissoras e duas agências de notícias de grande porte. Seis dessas emissoras são estações de rádio, as outras três são de televisão.

Respondi que não. Helenise, também assustada, pediu mais detalhes. Mara gesticulava muito e foi narrando, em sua linguagem radiofônica, tudo que viveu durante os três dias que estive em Lucas. Gravou entrevistas para seu programa semanal na Rádio Amazônia, o *Natureza Viva*, disse que ia colocar o assunto no ar e nos sugeriu fazer uma reportagem mais aprofundada sobre o acidente. Achemos a proposta interessante e pedi-lhe mais informações. Mara disparou a falar sobre as possíveis fontes: quem poderia falar, quem não falou, mas que deveria ser procurado, quem eram as autoridades locais e de suas ligações com o agronegócio. Falou do “desespeeeero” dos habitantes, que suspeitavam continuar sendo contaminados pela água e pelos alimentos.

Todos sabíamos que o uso indiscriminado de agrotóxicos por nossa agricultura é um fato. Mas pela primeira vez estávamos diante de um acidente de grandes proporções causado pelo veneno, afinal, toda uma cidade havia sido atingida. Aparentemente não havia morrido ninguém, mas o ocorrido poderia trazer à tona o debate que por muitos anos esteve escamoteado pelos lucros aferidos pelo agronegócio. Aquele podia ser o estopim para essa discussão bombástica.

Mara Régia foi me passando os contatos, telefones e tudo mais que havia apurado com seu faro jornalístico. Aquilo cheirava a uma grande pauta. Decidimos ali mesmo que eu iria começar a pesquisar o caso.

Fui para o computador e comecei a busca nas páginas eletrônicas por “Lucas do Rio Verde”. Retornaram centenas de páginas. Entrei na oficial da prefeitura do município para saber o básico: onde ficava, o que produziam, número de habitantes e ver se havia alguma notícia sobre o acidente. Além disso, procurei os nomes e os endereços das autoridades locais. Encontrei em lucasdorioverde.mt.gov.br o seguinte:

“A cidade de Lucas do Rio Verde

Prefeito - Marino José Franz (PPS)

Telefone da prefeitura (65) – 3549 – 1212

*Localizado no coração de Mato Grosso e dotado de uma ótima infra-estrutura, Lucas do Rio Verde, em apenas 16 anos, já provou que tem vocação para gigante graças à energia e ao dinamismo de sua gente. Um processo de desenvolvimento reconhecido como modelo de organização social muito além das fronteiras do estado e cuja tendência será consolidar-se cada vez mais durante a administração de Marino José Franz, que tem a seguinte missão: **“Promover o crescimento, a satisfação e a valorização do ser humano”***

Desenvolvimento com Sustentabilidade

“Lucas do Rio Verde, situado no centro-norte de Mato Grosso, está entre os municípios que mais crescem no país e, em apenas 16 anos de emancipação político-administrativa, transformou-se em um pólo regional de desenvolvimento sustentável. Segundo um estudo da ONU (Organização das Nações Unidas), sua população desfruta de um dos melhores índices de qualidade de vida do estado.”

“Privilegiado por extraordinárias condições de clima e de solo, tem sua economia baseada numa agricultura altamente tecnificada e com excepcionais índices de produtividade. No entanto, a atual administração está empenhada em provocar mudanças no atual modelo do agronegócio, que exporta somente produtos primários e pouco valor agrega à sociedade. Avançar para o segundo ciclo, a verticalização da economia, será o principal desafio. Um processo que não só garantirá maior agregação de valores, mas também gerará novas oportunidades para todos, fazendo prevalecer o trabalho, a justiça e o equilíbrio social.”

Terra de Oportunidades

“Com uma localização geográfica privilegiada, excelentes condições de clima, relevo, solo, hidrografia e outras peculiaridades, Lucas do Rio Verde desponta como um dos principais pólos de desenvolvimento do estado. Decorridos 16 anos desde sua emancipação, a atividade agrícola, alicerce da economia, alcançou níveis elevadíssimos de tecnificação e produtividade, ampliando horizontes no competitivo mundo do agronegócio. Do sonho daqueles obstinados imigrantes que, na década de 70, resolveram se instalar no coração de Mato Grosso, surgiu um município-modelo que já ocupa lugar de destaque no ranking dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. Terra fértil para boas idéias e bons negócios. Terra de oportunidades para todos.”

“Estatísticas do município:

Número total estimado de habitantes em 2003: 25.792

Número de eleitores: 15.473”

“A densidade demográfica atual é de 6,44 hab./km², sendo 21,96% a mais que em 2000 com 5,28 hab./km². A estrutura da população do município, por sexo levantado em 2000 (IBGE), era constituída na proporção de 52,68% homens e 47,32% de mulheres. A estrutura da população do município por faixa

etária em 2003, identificou que existe uma maioria da população em idade jovem e adulta, sendo 42,93% até os 19 anos, 38,16% entre 20 e 40 anos e 18,91% acima dos 40 anos. A taxa de urbanização do município passou de 64,72% para 83,58% no período 91/2000, a taxa de alfabetização ficou em 94%. A taxa geométrica de crescimento populacional no período 2000/2002 foi estimada em 8,02% a.a., bem acima da observada no estado de Mato Grosso (2% a.a.)”

* IBGE (Projeção feita sobre dados do último Censo) * Tribunal Regional Eleitoral

Comecei a colecionar números, matérias, referências, tudo que minha pesquisa conseguia produzir. Enquanto isso, pelo telefone, tentei localizar Lindonésia Andrade, bióloga, coordenadora do horto de plantas medicinais da cidade e a principal referência que Mara Régia havia fornecido. Ela, juntamente com Nilffo Wandescheer, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde e Celito Trevisan, presidente da Associação dos Chacareiros da cidade, eram os principais autores da denúncia sobre a pulverização apresentada ao Ministério Público da cidade, em março de 2006. Outro telefone fornecido pela Mara Régia era da promotora, Patrícia Eleutério Campos, que havia acolhido a denúncia. Consegui falar com o Nilffo e agendamos a entrevista para meia hora depois. Ligaria para ele diretamente do estúdio para gravarmos uma entrevista. Enquanto isso, continuei a pesquisa. A palavra de busca era “paraquat” – o suposto veneno utilizado na pulverização.

Obtive um estudo de Djenaine de Souza e Sérgio A. S. Machado, do Instituto de Química da Universidade de São Carlos. Eram páginas e mais páginas de fórmulas que representavam reações químicas. Tudo muito técnico, sem muito valor jornalístico, porém destaquei a seguinte informação: “O agrotóxico causa doenças degenerativas (câncer) em órgãos reprodutivos (testículos, próstata, útero, mamas etc.). O paraquat é extremamente tóxico, podendo causar intoxicações fatais em humanos e animais.” Nunca tinha ouvido falar nele, mas o veneno parecia extremamente perigoso. Continuei minha busca.

Na Agência de Notícias Frei Tito para a América Latina, a ADITAL, dedicada a levar a agenda social latino-americana e caribenha à mídia internacional e ligada aos movimentos eclesiais da Igreja Católica, encontrei a transcrição de um programa de rádio produzido pela Ong Radialistas.org. Era uma entrevista, provavelmente dramatizada, mas que mostrava o tipo de tratamento que os ambientalistas davam à questão da produção e do uso do veneno paraquat:

ADITAL - Quarta-Feira, 29 de março de 2006 – 14h15min

19.02.04 - EQUADOR Programas de Rádio()*

Como mordida de cobra

EFEITO - AMBIENTE DE CAMPO

REPÓRTER - Estamos na frente de uma grande fazenda no Estado de Morelos, no México. Desde muito cedo, os agricultores estão fumigando... (TOSSE)...Uff... O cheiro é penetrante. Senhor? O que estão jogando nas plantações?

AGRICULTOR - É Gramoxone, senhorita.

REPÓRTER - Gramoxone?

*AGRICULTOR - Sim, Gramoxone... (TOSSE) Também chamado de **paraquat**.*

CONTROLE - MÚSICA RANCHERA

LOCUTORA - O Gramoxone ou Paraquat é o segundo herbicida mais usado no mundo depois do Roundup, da Monsanto.

LOCUTOR - O Paraquat é usado em mais de 50 tipos de cultivo, em plantações de abacaxi, café, cacau, banana, milho e algodão de 120 países.

LOCUTORA - O maior fabricante é a corporação Syngenta, com sede na Suíça. Curiosamente, o paraquat foi proibido nesse país desde 1989.

EFEITO - FÁBRICA

REPÓRTER - Visitamos a enorme e moderna instalação de fabricação do paraquat na Suíça. Senhor gerente, como vão as vendas?

GERENTE - Great!... Neste ano vendemos 25 mil toneladas.

REPÓRTER - Quem são seus melhores clientes?

GERENTE - 70 por cento vai para a África, Ásia e América Latina.

REPÓRTER - O paraquat está na lista da “Dúzia Suja”², entre os herbicidas mais perigosos para a vida e o meio ambiente.

GERENTE - Oh, exageros!... Em todo caso, que protejam-se. Eles pedem, eu vendo. (VOZ BAIXA) Business is business. (RISADA)

CONTROLE - GOLPE MUSICAL

LOCUTORA - Devido à sua alta toxicidade, o paraquat está proibido em 14 países desenvolvidos. Chile também o proibiu.

LOCUTOR - A Organização Mundial de Saúde afirma que a cada ano 25 milhões de camponeses e camponesas são envenenados por diversos pesticidas. O paraquat é responsável pela maioria dos casos.

EFEITO - AMBIENTE DO CAMPO

REPÓRTER - Engenheiro Hermosilla, o quanto o paraquat é danoso para o ser humano?

ENGENHEIRO - Para os humanos, para os animais e para as plantas. Se for ingerido, produz queimaduras na boca, náuseas, vômitos e diarreia. Pode ser fatal.

REPÓRTER - Explique-se, por favor.

ENGENHEIRO - Uma pequena colher de paraquat leva à morte por falha respiratória. Pode ser imediatamente ou até 30 dias depois da ingestão. Não existe nenhum antídoto contra o paraquat. É mais venenoso que uma mordida de cobra.

CONTROLE - CORTINA SUSPENSO

LOCUTORA - O paraquat também é absorvido pela pele e pelo nariz. Tem efeitos retardados. Provoca esterilidade masculina, câncer e deformações nos fetos.

LOCUTOR - Este veneno se acumula e permanece na terra durante 600 anos.

LOCUTORA - Muitas organizações civis da Ásia, Norte e Sul da Amé-

² Dúzia Suja ou “Os Doze Sujos” - Pela Convenção de Estocolmo, adotada na capital da Suécia em 2001 e ratificada em 2004 por vários países que integram as Nações Unidas, os governos têm que proteger o meio ambiente e a saúde da população contra substâncias químicas tóxicas. Uma exigência da convenção é a eliminação de todos os Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), os chamados “Doze Sujos”, lista que inclui substâncias geradas por produtos organoclorados como as dioxinas e os furanos, que causam câncer.

rica e Europa lançaram a campanha Stop Paraquat. Desde 2002, exigem que a Syngenta pare a produção deste perigoso agrotóxico.

LOCUTOR - Todavia, a empresa suíça abriu uma nova fábrica na China e a União Européia decidiu, então, em outubro de 2003, não proibir mais o paraquat.

GERENTE - Eles pedem, eu vendo. (VOZ BAIXA). Business is business. (RISADA)

(*) *Programa de Radialistas Apaixonadas e Apaixonados.*

Vinte e cinco milhões de agricultores contaminados por ano. Seiscentos anos para se degradar na natureza. Fiquei espantado – pelos sinais vindos de Lucas do Rio Verde, uma cidade inteira poderia ter sido pulverizada com esse veneno. Enquanto processava essas informações, comecei a montar a pauta em minha cabeça. Um grande e disforme quebra-cabeça começou a se formar. Desci para o estúdio que fica no primeiro andar do prédio da Radiobrás em Brasília, mas antes consegui falar por telefone com a promotora de Lucas, Patrícia Eleutério Campos. Agendei uma conversa com ela para o início da noite, depois das 19 horas, no horário de Mato Grosso. Consegui falar também com a Lindonésia – marquei com ela para meia hora depois. Na prefeitura me forneceram o telefone da Secretária de Agricultura e Meio Ambiente, Luciane Bertinato Copeti. Combinei para conversarmos dali a uma hora.

Nesta fase de apuração conversei com sete pessoas por telefone. Todas essas conversas foram gravadas mediante autorização dos entrevistados. Alguns trechos dessas conversas foram utilizados nas matérias que seriam produzidas posteriormente para o rádio, a agência e a televisão. Apresento aqui a íntegra desses diálogos embora eles nunca tenham ido ao ar dessa forma. Fiz questão de deixar tudo transcrito para ir consultando ao longo da reportagem.

Meu objetivo naquela fase da apuração era reunir o maior número possível de informações que permitissem verificar a veracidade dos fatos e sua dimensão na realidade local, regional e nacional. Com base nessas informações elaborei a proposta de pauta para a Coordenação da Radiobrás.

Conversa com Nilffo Wandscheer, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde, em 29 de março de 2006, às 15 horas.

Pergunta: O que aconteceu aí em Lucas do Rio Verde, a cidade foi pulverizada com agrotóxico?

Resposta: No dia 2 deste mês de março, o pessoal ligado ao sindicato e à Associação dos Chacareiros nos procurou querendo saber o porquê das suas alfaces e verduras estarem com pinta dessecante e começando a morrer. Consultamos mais pessoas, mais chacareiros, e percebemos que toda a cidade já estava contaminada, atingida por um agrotóxico possivelmente pulverizado por uma aeronave, próximo à cidade. Pulverizaram um dessecante para a soja. De imediato, nós tomamos providências para que fosse apurado de onde surgiu e como surgiu o veneno, para saber que tipo de dessecante tinha atingido toda a cidade. A paisagem ficou muito triste, a verdura, a arborização, toda a jardinagem foi atingida.

Pergunta: Esse dessecante, de que você fala, ele é um agrotóxico que é aplicado na soja para derrubar as folhas e secar a planta?

Resposta: Isso. É um método de apressar, de agilizar a secagem da soja para que ela possa ser colhida mais rapidamente: caem as folhas e a planta seca – fica pronta para ser colhida imediatamente.

Pergunta: E por que essa pressa?

Resposta: É para viabilizar um segundo plantio ainda dentro do período chuvoso. Aqui colhemos duas safras por ano. Primeiro a soja e depois o milho – é a chamada safrinha do milho. Para isso os agricultores antecipam a colheita da soja.

Pergunta: Esse veneno pode ser o paraquat?

Resposta: É um produto da linha um, altamente tóxico, segundo informaram os técnicos do Formad, o Fórum Mato-grossense de Desenvolvimento do Meio Ambiente, que estiveram aqui: um agrônomo e um médico da Universidade Federal do Mato Grosso. O Paraquat é um agrotóxico muito perigoso não só para as plantas, mas também para o ser humano. Eles levantaram a necessidade da vigilância sanitária fazer um monitoramento.

Pergunta: Quais foram as providências que vocês tomaram quando souberam do acidente?

Resposta: Junto com os técnicos do Formad, encaminhamos a denúncia ao Ministério Público, que instaurou uma ação civil pública para apurar que aeronave fez a pulverização, qual foi o veneno utilizado e por quem foi utilizado. Hoje pela manhã tivemos uma reunião com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente que nos relatou não ter registro, não ter nenhum tipo de controle sobre a aeronave que aplicou o veneno nas lavouras no entorno da cidade. Encami-

nhamos a denúncia também à Secretaria do Meio Ambiente e à Secretaria de Saúde do Estado do Mato Grosso e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, o IBAMA. Todos os órgãos acabaram se envolvendo no debate, não só em Lucas do Rio Verde, como em todas as cidades que hoje estão cercadas pela grande produção da soja no Mato Grosso e que vêm sofrendo, há anos, esse tipo de agressão ao meio ambiente. O debate está girando em torno da questão das ações públicas que precisam ser tomadas para resolver o problema em definitivo.

Pergunta: Você soube de casos em que as pessoas passaram mal e apresentaram sintomas de intoxicação?

Resposta: Foi feito um levantamento pelas equipes da vigilância sanitária e não constataram notificações sobre intoxicação, o que é muito estranho. Como os sintomas das intoxicações, ânsia de vômito, diarreia, dor de cabeça, dor no corpo, são muito parecidos com os casos de dengue ou de viroses aqui no Mato Grosso, houve um aumento no registro dessas doenças. Percebeu-se através desse levantamento que nos postos de saúde, na época de aplicação do agrotóxico, há um aumento dos diagnósticos dessas doenças e não do diagnóstico de intoxicações. A partir daí, a Secretaria de Saúde resolveu fazer um treinamento para que os médicos consigam diagnosticar corretamente as doenças e não confundam mais os sintomas.

Pergunta: Existem muitos casos de contaminação de trabalhadores com agrotóxicos aí na região?

Resposta: Esse é um problema muito sério aqui na região. Geralmente quando o trabalhador apresenta algum sintoma de contaminação ele é demitido. Temos vários casos de homologação de demissões onde o trabalhador apresenta sintomas, mas isso não é diagnosticado. O sindicato tem lutado para que sejam tomadas medidas de proteção ao trabalhador que faz esse tipo de serviço - para que haja mais cuidado com a saúde do trabalhador que faz aplicação de agrotóxicos.

Pergunta: Essa foi a primeira vez que o agrotóxico chegou a atingir a cidade?

Resposta: Não, esse foi o quarto ano consecutivo. Nos três anos anteriores não foi com tanta intensidade como agora. As pessoas não têm coragem, têm medo de denunciar, medo de repressão. Dessa vez, resolvemos denunciar o caso e sofremos duramente por isso. O poder público acha que é uma questão que deve ser resolvida aqui, internamente. Mas enquanto o problema ficou para ser resolvido internamente ele continuou acontecendo. Foi necessário envolvermos outros órgãos para que houvesse uma pressão maior e as autoridades começassem a tomar pro-

vidências para que isso não ocorra mais. É bom esclarecer que esse é um tipo contaminação que foi percebida porque atingiu as plantas da cidade. Mas em outras épocas do ano, são pulverizados agrotóxicos, como os inseticidas, que não se manifestam nas plantas mas que contaminam as pessoas e elas não percebem. O que isso pode causar? Essa é uma cobrança que temos feito. Tem que haver um controle por parte do poder público sobre quem está pulverizando, como está sendo feita a pulverização, que veneno está sendo usado, em que dosagem etc. Tem que haver um cadastro de quem tem avião e uma garantia de que a legislação seja cumprida. Estamos cobrando também que os chacareiros sejam indenizados pelas perdas que sofreram e que sejam aplicadas multas pesadas pelos danos ambientais.

A conversa com Nilffo havia apontado omissões do poder público tanto no diagnóstico das doenças quanto na falta de controle das aeronaves que faziam as pulverizações. Precisava apurar isso melhor.

Retornei para o terceiro andar, para a sala da assessoria da Diretoria de Jornalismo da Radiobrás, onde trabalhava. A cada nova descoberta, ia atualizando meus colegas: Helenise Brant e Eurico Tavares, que participavam da Coordenação de Pauta. Eles também se empolgavam com as informações. Não restava dúvida de que estávamos diante de uma grande pauta.

Continuei a pesquisa e passei a colecionar siglas e números de telefones das possíveis fontes. Dentre elas, consegui os contatos do DAC – Departamento de Aviação Civil, que acabava de mudar sua denominação para Agência Nacional de Aviação Civil. Enviei-lhes uma correspondência eletrônica na qual pedi informações sobre o cadastro e o controle das aeronaves que faziam pulverização agrícola em Lucas. Na internet, a busca por um assunto levava a dezenas de outros, numa progressão geométrica. Tinha que saber bem o meu foco, estabelecer filtros, analisar a confiabilidade das informações, caso contrário, me perderia nos labirintos da rede.

Em < <http://www.riosvivos.org.br> >, página eletrônica de uma organização ambientalista, achei uma notícia sobre o acidente:

Agente Laranja Ataca População em Lucas do Rio Verde –MT

7/3/2006

Nesta última quarta-feira, dia 1º de março, os moradores da cidade de Lucas do Rio Verde, no centro-norte de Mato Grosso tiveram uma desagradável surpresa: as plantas dos jardins e as hortas começaram a secar. A partir de pontos secos no meio das folhas as plantas foram morrendo. De acordo com os técnicos agrícolas consultados é o efeito de um dessecante lançado

por avião, possivelmente o Gramoxone. Dessecante é um veneno usado para secar as plantas. Mas nenhum desses materiais agrotóxicos pode ser lançado a menos de 15 quilômetros da área onde vivem pessoas.

Quem tem hortas, pomares e jardins está indignado com o fato. Muitas hortaliças foram perdidas causando prejuízo para os pequenos produtores. O efeito mais rapidamente perceptível é o econômico, mas a saúde dos habitantes de Lucas do Rio Verde pode sofrer conseqüências graves. O presidente da Associação dos Chacareiros, Celito Trevisan conta que colheu alface pela manhã, até às 9h, e durante o almoço um vizinho ligou perguntando se as hortaliças dele também haviam secado. “A partir daí nem almocei mais, fiz contato com os vizinhos e vi que todos foram atingidos.”

Agente Laranja

O Gramoxone é um produto químico altamente tóxico que provoca desfolhamento na vegetação, danos incalculáveis ao meio ambiente e o aparecimento de vários tipos de câncer, doenças neurológicas, e efeitos cumulativos ao meio ambiente. As normas técnicas exigem condições específicas de temperatura e velocidade do vento para a aplicação de defensivos agrícolas.

Nilffo Wandscheer, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde e coordenador do GTA Norte de MT, acionou a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município e a prefeitura. “Não podemos permitir que um crime ambiental desse nível passe sem punição”, diz Wandscheer. No lançamento do veneno sobre a cidade de Lucas do Rio Verde se aplica o artigo 54 da lei 9.605 de Crimes Ambientais, que diz que é crime “causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora”. A pena prevista para esse crime é de reclusão de um a quatro anos e multa.

Uma dificuldade na identificação dos culpados está na falta de registro de vôos com pulverização de herbicidas. A sociedade de Lucas do Rio Verde está se articulando para tomar providências comunicando ao Ibama, Sema, Ministério Público, Formad e a Rede GTA para identificar e punir os responsáveis.

Fontes: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde; Associação dos Chacareiros de Lucas do Rio Verde; Instituto Padre João Peter; Oluma – Organização Luverdense de Meio Ambiente; Grupo de Trabalho Amazônico – GTA Nortão MT; Ponto de Cultura do Norte de MT.

Desci novamente para o estúdio pensando nas fontes utilizadas na matéria da ONG Rios Vivos. Mais notícias, mais siglas, mais números, mais informações. Minha cabeça trabalhava sem parar. Tentava organizar tudo. De um lado a sociedade civil, os pequenos chacareiros, os trabalhadores rurais, as organizações não-governamentais. De outro os grandes fazendeiros. E o poder público? Foi pego de surpresa? Nilffo falou em repressão. Em abafar o caso. Em resolver tudo internamente. Precisava apurar isso.

Conversa com Lindonésia Andrade, bióloga, responsável pelo horto medicinal, em 29 de março de 2006, às 15:30.

Pergunta: Aconteceu uma pulverização de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde?

Resposta: O que aconteceu é que houve uma pulverização e tudo indica que foi um dessecante folhear lançado muito próximo da cidade, atingindo hortas, quintais, a vegetação ornamental da cidade e também as plantas medicinais do horto. Essas plantas são utilizadas para a produção de medicamentos fitoterápicos fornecidos à comunidade de Lucas do Rio Verde.

Pergunta: E como vocês perceberam que as plantas estavam contaminadas? Quais foram os sintomas?

Resposta: O efeito é bem rápido. O veneno foi lançado mais ou menos no dia 1º de março, quando foi no dia 2, no dia 3, o efeito já era visível em toda a cidade, em todas as plantas. O local da folha atingido ficava como se você pegasse um papel e fosse aquecendo esse papel com um objeto e furando até as folhas ficarem amassadas e queimadas. Após o quarto ou quinto dia, essas folhas entram em necrose total: é a morte da folha. Elas começam a cair.

Pergunta: E como ficou a aparência da vegetação na cidade?

Resposta: Ficou muito feio. Você andava pela cidade, jardins, hortas, a própria vegetação ornamental da cidade, estava tudo furadinho, folhas amarelando e caindo, foi uma coisa horrível. Esse veneno também tem o poder de diminuir a ação de crescimento das plantas. Só agora elas começaram a soltar novas gemas. Aqui no horto atingiu todas as plantas medicinais. São mais ou menos 200 espécies catalogadas em mais de cinco anos de pesquisa. Perdemos tudo e vamos ter que começar de novo. Essas 200 espécies foram atingidas, foram todas furadas pelo veneno, literalmente falando, furadas e destruídas. Para recuperá-las estamos fazendo uma poda geral de todas as espécies e vamos acompanhar novamente o crescimento, ver se vai ter algum problema, se houver, como se trata de uma planta medicinal, nós não vamos poder utilizá-las, vamos ter que ir re-

novando canteiros, plantando tudo novamente. Enfim, foram anos de pesquisa por água abaixo num só dia devido à irresponsabilidade de um sujeito que passa pulverizando numa área muito próxima da cidade.

Pergunta: Esse veneno ainda não foi identificado? Vocês têm alguma suspeita?

Resposta: Ele ainda não foi identificado, porque estamos aguardando o resultado das amostras coletadas pelo Ministério da Agricultura para exame. Provavelmente o resultado deve sair essa semana indicando qual veneno foi utilizado. Tudo indica que foi o Paraquat, mas ainda não temos a certeza absoluta. As características são do Paraquat. Esse é um veneno que, nos países desenvolvidos, nem se utiliza mais, porque ele é do Tipo Um³, é muito tóxico, além de prejudicar a vegetação, ainda prejudica todos os seres vivos, inclusive nós.

Pergunta: Esse veneno demora 600 anos para se degradar na natureza, ele é acumulativo no ser humano?

Resposta: Ele é acumulativo e os efeitos quanto mais lentos são piores. Os efeitos rápidos são dor de cabeça, vômito, diarreia, mas os efeitos lentos só no futuro vão aparecer nas pessoas daqui da cidade, da região próxima. Vão desenvolver diversos tipos de tumores malignos, como, por exemplo, nos homens, câncer de próstata, nos testículos, e nas mulheres, câncer de ovário, câncer de mama, enfim, é uma preocupação, é um caso de saúde pública, porque futuramente nós vamos ter pessoas doentes na cidade.

Pergunta: A saúde da população está sendo monitorada por algum órgão público? Quais são os riscos de intoxicação nas pessoas, nos solos e na água consumida no município?

Resposta: Nós estamos cobrando do poder público que agilize essas pesquisas, porque estamos querendo saber os dados. Enfim estamos cobrando e estamos aguardando a resposta. A Secretaria de Saúde do município já colocou a vigilância epidemiológica para fazer esse levantamento das pessoas intoxicadas e a prefeitura também está analisando os danos causados para poder passar um relatório para nós. A princípio, quando tudo aconteceu, formamos uma comissão, entramos em contato com a Promotoria Pública, entregamos o documento, fizemos a denúncia e estamos aguardando o resultado da promotoria. Também tivemos a assessoria do Formad – Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, e teve também a convite nosso, das instituições aqui de

³ Tipificação dos venenos segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA: classe toxicológica I extremamente tóxico, classe II altamente tóxico, classe III moderadamente tóxico e classe IV pouco tóxico.

Lucas que se organizaram, de representantes da Fase⁴, do Rio de Janeiro, para nos orientar sobre o que fazer. Nós ficamos assim, vendo tudo acontecer, fizemos denúncias, fomos às rádios, TVs, mas não tínhamos uma equipe técnica que fizesse essas análises, esses levantamentos. Então esse pessoal dessas organizações está nos ajudando e nos orientando sobre a questão de quais são os próximos passos a serem tomados. A princípio estamos aguardando os resultados dessas análises do Ministério da Agricultura que devem sair essa semana, e também do pessoal do Formad, que colheu amostras para averiguar. Disso aí vamos ver quais serão os próximos passos a serem tomados. O culpado, como sempre, ainda não apareceu, mas estamos também, junto com a Promotoria Pública, cobrando para que apareça o culpado, não é possível uma aeronave passar sobrevoando a cidade e não ter um levantamento de quais as aeronaves que sobrevoam a região. E estamos nesse impasse, o que a gente pode fazer, a gente fez. Nos reunimos, denunciemos, fomos à promotoria, procuramos os órgãos públicos da prefeitura. Estamos aguardando, mas estamos vigilantes e não vamos deixar que isso morra. Queremos que a justiça seja feita, que esses pequenos chacareiros que perderam toda sua produção, que é a única fonte de renda que eles têm, que eles sejam ressarcidos, que também essa pessoa seja punida, porque esse veneno é muito poderoso, faz muito mal para a saúde e a gente quer que esse caso seja resolvido e não aconteça mais esse tipo de pulverização tão próximo da área urbana, como aconteceu.

Com base na opinião da bióloga, identificando os efeitos do veneno, tive informações mais seguras sobre o que aconteceu. Ela com certeza tinha conhecimentos de fitopatologia e sabia identificar os sintomas de uma pulverização com agrotóxicos. Ela indicou o nome dos fiscais federais agropecuários do Ministério da Agricultura que estiveram em Lucas colhendo as amostras. Supus que eles já deviam ter os resultados dos exames. Fiz a pesquisa e descobri o telefone da Delegacia Regional de Agricultura em Cuiabá. Entre uma conversa e outra, continuei minha busca. Mais notícias.

Em <<http://www.icv.org.br>>, outra ONG ambientalista, encontrei mais notícias sobre o acidente:

Agrotóxico pode ter contaminado área urbana de Lucas do Rio Verde

<<http://www.icv.org.br>> | **Notícias** | Redação | Publicada em: 6/3/2006 às 19:53

Desde o dia 1º de março os moradores de área urbana e sítiantes de Lucas

⁴ A FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro.

do Rio Verde vêm tendo prejuízo em seus jardins e hortas por conta de uma possível contaminação com um herbicida utilizado na colheita da soja. De acordo com técnicos agrícolas, a morte de folhagens e hortaliças é o efeito de um desseccante lançado por avião para facilitar a colheita dos grãos.

A suspeita é de que o herbicida utilizado seja o paraquat, comercializado com o nome de Gramoxone. Segundo o Manual de Vigilância da Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), o paraquat é altamente tóxico se ingerido e provoca lesões hepáticas, renais e fibrose pulmonar. Não há informações sobre contaminação direta de pessoas no município.

Nilfo Wandscheer, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde e coordenador do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) de Norte de MT, acionou a prefeitura e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município, que está investigando a denúncia. Na Secretaria de Saúde do Município não há registros de casos de intoxicação por agrotóxicos nos últimos dias, mas alguns postos de saúde registraram um ligeiro aumento de casos de diarreia e vômitos, principalmente em crianças. No entanto, ainda não há informações se os casos estão relacionados à contaminação pelo herbicida.

No lançamento do veneno sobre a cidade de Lucas do Rio Verde se aplica o artigo 54 da lei 9.605 de Crimes Ambientais que diz que é crime “causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora”. A pena prevista para esse crime é de reclusão de um a quatro anos, e multa.

3 Sem Mortos o Acidente não Aconteceu

A Radiobrás mantém um registro diário das notícias publicadas nos principais jornais do país. Fiz uma busca nesses arquivos e não encontrei nenhuma palavra sobre o acidente em Lucas. Continuei a pesquisa nas páginas eletrônicas de jornais e revistas e também não encontrei nada. Todas as pesquisas pelo nome da cidade retornavam: nenhuma página encontrada, nenhum artigo encontrado. Será que esse fato não tinha importância? Será que não noticiaram porque não souberam do ocorrido? Ou será que não noticiaram porque não havia registro de mortos? Ou ainda será porque o tema lhes era de alguma maneira ingrato?

Fiquei a pensar em como são pautados os jornais de grande circulação, como eles estão com sua cobertura focada nos assuntos ditos “nacionais” e como trabalham no sentido de tornar o povo brasileiro “nacional” e com isso pasteurizam a consciência do leitor/ouvinte/telespectador. Fiquei espantado ao constatar como a imprensa suprimiu o regionalismo. E a realidade local? Não existe? Ela só é lembrada quando se precisa de um personagem para que o público se identifique com ele? É como se a mídia quisesse transformar o homem local em um ser abstrato que pensa, ri, chora e consome nacionalmente, sem vontades, sem cultura e sem política regional. Parece que o ser humano só existe enquanto massa, massa inconsciente de sua própria realidade, de suas diferenças, de suas necessidades locais. O mundo midiático se tornou um mundo pasteurizado, que tem horror da diversidade. Ele é habitado por homens e mulheres virtuais que podem ser reduzidos a padrões de consumo planetários. É claro, assim fica mais fácil vender o que a publicidade anuncia, seja lá o que for. É como se a riqueza da diversidade de modos de pensar, de agir e de sentir, própria de nosso regionalismo cultural, político e econômico ofendesse mortalmente os interesses do mercado globalizado.

Tentei deixar minhas conjecturas de lado e voltar para minha pauta, mas estava assustado. Naquele exato momento toda uma cidade poderia estar consumindo água e alimentos contaminados com agrotóxicos. Desci para o estúdio novamente. Era hora de aferir minhas suspeitas com a secretária de Agricultura e Meio Ambiente de Lucas.

Conversa com Luciane Bertinato Copeti, secretária de Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente de Lucas do Rio Verde, em 29 de março de 2006, às 16:00.

Pergunta: O que aconteceu na cidade? Parece que ela foi pulverizada com agrotóxico?

Resposta: Segundo as informações que nós coletamos aqui no município de Lucas, é essa conclusão a que chegamos: de que nós tivemos uma pulverização agrícola muito próxima ao perímetro urbano, que veio a afetar a nossa cidade.

Pergunta: O município é famoso pela produção agrícola. São feitas muitas pulverizações desse tipo, com aviões, na agricultura da região?

Resposta: Nós temos pulverização agrícola aérea como nós também temos pulverizações terrestres. Não podemos dizer que são muitas as pulverizações. Alguns produtores têm aeronaves particulares e algumas empresas terceirizadas também prestam serviço para a comunidade. Então esse é um serviço utilizado em todas as regiões do estado do Mato Grosso pelos produtores rurais.

Pergunta: E quando ocorreu esse evento?

Resposta: Provavelmente no final do mês de fevereiro, início de março.

Pergunta: E como vocês perceberam que a cidade tinha sido pulverizada?

Resposta: Nós fomos comunicados pelos proprietários de chácaras que moram próximo ao perímetro urbano que estavam surgindo algumas manchas nas plantas e imediatamente nos deslocamos para o local e verificamos que houve uma pulverização que prejudicou o desenvolvimento das plantas. Dessa forma, nós tomamos todas as providências, recolhemos as informações necessárias, procuramos identificar qual foi a possível aeronave que poderia ter ocasionado esse problema. Infelizmente até o presente momento não temos essa informação, nem

qual o prefixo da aeronave, nem quem fez essa pulverização.

Pergunta: Qual o risco que existe para a população, no caso, por exemplo, do consumo da água? A água pode estar contaminada?

Resposta: Nós não temos informação de que a água esteja contaminada. Foram feitos exames aqui pelo Departamento de Abastecimento de Água, o SAAE. Um bioquímico acompanha a qualidade da água que é servida ao município. Não houve nenhuma alteração na água servida ao município. Também mandamos analisar em laboratórios de fora do município, laboratórios do estado, para que a gente possa ter mais segurança, mas até o presente momento nós não temos resultado dos exames. Mas não podemos dizer que a água do Rio Verde está contaminada, isso está fora de cogitação.

Pergunta: Já faz praticamente um mês que ocorreu essa pulverização e até agora não foi possível identificar qual foi o agente da contaminação?

Resposta: Nós estamos aguardando o relatório do Ministério da Agricultura para nos posicionar. Provavelmente até o final dessa semana nós vamos ter esses laudos em mãos.

Pergunta: Que outras providências a Secretaria tomou?

Resposta: Nós comunicamos o fato aos órgãos estaduais, ao Instituto de Defesa Agropecuária, o Indea [Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso], que é o órgão responsável pela a fiscalização do uso de agrotóxicos, ao Ministério da Agricultura no Estado do Mato Grosso e também à Promotoria Pública da nossa cidade. Fizemos imediatamente uma reunião com os prestadores de serviço de pulverização aérea e com os produtores que têm aeronave em suas propriedades. Nesta reunião a gente buscou comunicá-los do fato ocorrido e também alertá-los sobre os possíveis problemas que eles poderiam estar ocasionando para a população. Alertamos que eles têm que ter cuidado em como manejar e aplicar o veneno. As pessoas são treinadas para isso e esse treinamento prevê algumas condições no que diz respeito ao clima, ao vento, enfim tudo que for necessário para que a pulverização fique na propriedade onde é necessária. Definimos também que vamos fazer um trabalho com os produtores rurais para que a fiscalização dos órgãos estaduais e federais seja melhorada.

Pergunta: Nós conversamos com a bióloga Lindonésia Andrade, que cuida do horto medicinal da Fundação Padre João Peter. Ela disse que lá existem mais de 200 espécies de plantas medicinais, com as quais a população se medicava e, segundo ela, as plantas estão apresentando sinais de contaminação pelo veneno

paraquat. A senhora tem idéia do que significa isso?

Resposta: Nós tivemos informações que no instituto, onde o senhor fez essa entrevista, algumas plantas tiveram um manchamento devido a pulverização de agrotóxicos, mas não posso afirmar que é o veneno paraquat. O veneno ainda não foi identificado pelos responsáveis pelas análises.

Pergunta: Como foi mobilizada a população? Ela está consciente do problema?

Resposta: Utilizamos os meios de comunicação disponíveis no município para levar a informação para a comunidade no que diz respeito ao consumo de hortaliças e de outros produtos aqui do município. O mais importante disso tudo é salientar que a partir do que aconteceu se desencadeou um processo que nos alertou, não só no município de Lucas do Rio Verde, acho que em todos os municípios do estado de Mato Grosso. A pulverização, sendo ela aérea ou terrestre, é uma realidade em nosso estado e no Brasil, onde se faz agricultura. A aplicação de agrotóxicos tem que ter um acompanhamento agrônomo, técnico, de pessoas qualificadas para fazer esse trabalho. Consideramos que foi um grande avanço para o município de Lucas e para o estado esse alerta de que nós precisamos fiscalizar ainda mais a pulverização agrícola.

Pergunta: Quais são as maiores dificuldades que a senhora tem encontrado para identificar os responsáveis?

Resposta: Ainda não conseguimos identificar se a pulverização foi feita por uma aeronave porque só fomos notificados dias depois. Mas nossa maior dificuldade em identificar a aeronave é porque temos vários aviões que passam aqui por cima da cidade, não só para pulverização agrícola. Mas hoje, com toda essa mobilização, percebemos que a comunidade está nos auxiliando e conseguimos identificar vários outros problemas que até então não tínhamos conhecimento.

Pergunta: Esse problema que ocorreu serviu para conscientizar e educar a população a respeito dos riscos que ela corre?

Resposta: Exatamente. A gente não tem medido esforços para que essas informações cheguem à comunidade e que ela esteja sabendo quais as ações que a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente está desenvolvendo. Estamos trabalhando em parceria com os demais órgãos do estado, instituições, ONGs, sindicatos, associações, para que possamos, juntamente com o Conselho Municipal de Meio Ambiente, desenvolver ações para que isso não aconteça mais. E o principal: levar esse alerta aos outros municípios da região, tendo como ponto

de partida o município de Lucas do Rio Verde.

Pergunta: Como reagiu a Defesa Civil?

Resposta: Não temos a Defesa Civil no município de Lucas do Rio Verde, temos a Defesa Civil no estado.

Pergunta: Nesse caso, seria necessário que houvesse uma Defesa Civil em cada município para mobilizar a população e conseguir mobilizar também os órgãos públicos?

Resposta: Nós levantamos esta questão nas reuniões e chegamos à conclusão de que é importante que o trabalho seja feito em conjunto, por todos os órgãos competentes e pelos produtores. Todas as pessoas têm que estar imbuídas no intuito de procurar resolver o problema e evitar que isso aconteça novamente.

Pergunta: Isso serve como alerta para todos os municípios que têm lavouras que utilizam agrotóxicos ao seu redor?

Resposta: Exatamente. Existe uma lei federal que define que o perímetro urbano tem que ser respeitado – que a tantos quilômetros não pode ser feita pulverização de agrotóxicos, e isso vamos fazer valer no município de Lucas do Rio Verde. Não vamos mais permitir em hipótese alguma que aeronaves venham sobrevoar próximo ao perímetro urbano ou a tantos quilômetros daqui. A lei federal tem que ser obedecida e para isso nós contamos com a parceria da comunidade na identificação de possíveis infratores que serão autuados e multados, além de serem processados conforme a lei.

A secretária admitiu que a cidade havia sido atingida pelo veneno, mas tentou amenizar o problema dizendo que isso era comum no estado do Mato Grosso. Como pode ser comum as pessoas serem pulverizadas com agrotóxicos? Isso não tem conseqüências para a saúde da população? Ela também admitiu que os aviões passavam sobre a cidade e que não tinham nenhum controle sobre isso. Será possível que esses aviões levem vôo sem controle da Agência de Aviação Civil? Não são detectados pelos sistemas de radares? Era preciso apurar isso e também saber se o Ministério da Agricultura já tinha o resultado dos exames.

4 A Contradição

Ainda do estúdio consegui falar com a fiscal federal agropecuária do Ministério da Agricultura em Cuiabá, Márcia Albuquerque, que, segundo a secretária de Agricultura e Meio Ambiente de Lucas do Rio Verde, tinha coletado amostras para análise.

Conversa com Márcia Albuquerque, fiscal federal agropecuária do Ministério da Agricultura em Cuiabá, em 29 de março de 2006, às 16:15.

Pergunta: O que aconteceu em Lucas do Rio Verde?

Resposta: Foi solicitada a presença dos fiscais do Ministério da Agricultura em Lucas do Rio Verde, através da Secretaria Municipal de Agricultura do município, no dia 8 de março, pela tarde. Foi quando nós tivemos conhecimento do que ocorreu. No dia 9, pela manhã, nós nos deslocamos pra lá. Nos foram mostrados os locais onde supostamente tinha ocorrido algum problema com agrotóxico.

Pergunta: Quais foram as providências tomadas pelo Ministério da Agricultura?

Resposta: As análises para fins de constatação de resíduo de agrotóxico não foram feitas, até porque o prazo ideal de coleta já tinha decorrido – é em torno de, no máximo, sete dias da ocorrência da constatação. Quando alguém constata que houve um dano tem que ter um prazo máximo ideal de sete dias para coletar e armazenar as amostras em condições adequadas para serem encaminhadas ao laboratório. Então, em função disso, nós já nem coletamos para não inviabilizar o resultado e conseqüentemente o custo da análise a ser efetuada que é muito alto.

Pergunta: Se essa coleta não for feita em até sete dias, o que acontece com os efeitos?

Resposta: Se ela não for feita dentro do prazo, conseqüentemente, você não tem um resultado analítico satisfatório, porque a máquina que lê o instrumento tem um limite mínimo de resíduo que consegue diagnosticar.

Pergunta: Se um município tem uma suspeita de contaminação por agrotóxico, qual é a primeira providência que deve tomar?

Resposta: O ideal é entrar em contato imediatamente com o Ministério da Agricultura para que a gente faça a coleta de amostras e encaminhe para o laboratório. Caso não ocorra isso, o que eles podem fazer, até para auxiliar os nossos trabalhos, é buscar através dos órgãos oficiais do município, quer seja a própria secretaria de agricultura, que tem os seus agrônomos, ou através dos órgãos de defesa do estado, no caso do Mato Grosso, o Indea, que eles façam essa coleta e que peçam auxílio ao Ministério da Agricultura sobre as condições do armazenamento das amostras. Por que isso? Para não perder o prazo. Outra recomendação é de que, na suspeita da ocorrência de uma deriva¹ provocada por pulverização de agrotóxicos tanto de aplicação aérea como tratorizada, a pessoa que se sente lesada procure a polícia para fazer um boletim de ocorrência e depois subsidiar algum processo na esfera da justiça civil.

Pergunta: Boletim de ocorrência na polícia civil?

Resposta: Isso, boletim de ocorrência na polícia com os dados de que ele dispõe: “olha, eu vi uma aeronave, a identificação da aeronave é essa, o prefixo dela é esse, se é um trator, o trator é do produtor fulano de tal, estava aplicando em tal hora...”, são informações que a pessoa vai levantar, vai fornecer para a polícia poder fazer o boletim de ocorrência e que servem de provas para que depois venha solucionar mais pacificamente a questão.

Pergunta: No caso de Lucas do Rio Verde, é muito difícil identificar que produto foi pulverizado?

Resposta: Lá não tem como identificar, nós do Ministério da Agricultura não podemos fazer esse diagnóstico, nós ficamos impossibilitados de fazer esse diagnóstico.

Pergunta: A senhora esteve em Lucas e viu os sintomas da contaminação?

Resposta: Olha, nós observamos os sintomas em várias chácaras que nos foram mostradas e o que a gente verificou em termos de semelhança nas plantas,

¹ Deriva – segundo a EMBRAPA, ocorre a chamada “deriva por acidente” quando o vento ou a água levam o veneno para outro local diferente daquele em que se pretendia aplicar. Já a chamada “deriva técnica” ocorre devido a imperícia na aplicação do veneno devido a má regulagem dos bicos dos pulverizadores, velocidade ou altura excessiva de aplicação, problemas no preparo da calda ou dosagem errada do veneno, entre outras causas.

em diversos tipos de plantas, culturas de milho, hortaliças, plantas medicinais, há semelhança muito grande. Por outro lado, o que nos despertou também foi que, em determinadas propriedades havia plantas que apresentavam aqueles sintomas e do lado delas existiam talhões com outros tipos de cultura que não se apresentavam com o tipo de características demonstradas como afetadas por pulverizações, como eles estavam questionando. Então do mesmo lado do talhão que estava afetado outro não estava, por exemplo: um talhão que estava com sintomas na cultura do milho, ao lado, na cultura da mandioca não tinha sintomas, ao lado, na cultura da cana, também não tinha esses sintomas. Quer dizer, isso gerou mais uma dificuldade de fazer um diagnóstico preciso do que estava acontecendo lá.

Pergunta: No caso, se vocês tivessem conseguido coletar as amostras, o Ministério da Agricultura tem condições, aí em Cuiabá, de fazer esse exame toxicológico para saber qual o agente que provocou a contaminação?

Resposta: Não, aqui em Cuiabá ainda não dispomos de laboratório que possa fazer exames para diagnóstico de resíduo de agrotóxico. Eu tive a informação que a Fundação Nacional de Saúde está disponibilizando um laboratório que, com certeza, no futuro vai viabilizar muito em termos de rapidez para que a gente possa ter esse resultado. É uma coisa que inclusive o governo do estado tem que intervir para que se agilize, porque o estado do Mato Grosso é o estado que mais tem aviação agrícola no país e que de ano para ano vem crescendo substancialmente. Então, possivelmente essas questões não vão parar, nós temos que estar alertas, todos os órgãos, órgãos do estado, órgãos municipais e órgãos federais têm que estar mais alertas para que questões semelhantes sejam solucionadas em tempo hábil e que dêem retorno para os produtores afetados dentro da necessidades ao se sentirem lesados.

Pergunta: Na sua avaliação, qual a possibilidade de que a população esteja, por exemplo, bebendo água contaminada com resíduos de agrotóxicos?

Resposta: Essa informação sobre a contaminação de água eu não tenho para te informar, não sei porque a quantidade de resíduos que é, vamos supor, lixiviado para as águas, precisamente eu não tenho. Não disponho dessa informação.

Nesse ponto eu estava diante da primeira contradição. Enquanto o pessoal em Lucas aguardava pelos resultados dos exames laboratoriais do Ministério da Agricultura para identificar o veneno utilizado na pulverização da cidade, em Cuiabá, os técnicos responsáveis pela coleta das amostras declaravam que nem sequer as tinham colhido. Alegavam decurso de prazo. Na cidade ninguém sabia disso e afirmavam que os técnicos haviam coletado

as amostras e prometido apresentar um laudo. Outra declaração importante da fiscal federal era que, mesmo que tivessem coletado as amostras, dentro do prazo, o Ministério da Agricultura não contava com laboratório capacitado para fazer a análise de resíduos químicos em Cuiabá. Ora, se o órgão responsável pelo controle e fiscalização do uso e aplicação de agrotóxicos do governo federal não tinha um laboratório para fazer análises de resíduos de agrotóxicos no estado, que é o maior produtor de grãos do país, onde mais se consome veneno, então quem faria esse controle? Como seria esse controle nos outros estados da federação? Essas informações indicavam que o uso dos agrotóxicos na região estava fora de controle, pelo menos no que diz respeito à responsabilidade do governo federal. A fiscal também citou os custos das análises dizendo ser muito altos. Muito altos em relação a quê? Quanto vale a saúde da população? Menos que os custos dos exames laboratoriais? Ou será menos do que o agronegócio lucra com a soja? Nós precisaríamos de fontes que analisassem essas informações e fizessem as correlações entre a saúde e os produtos químicos utilizados pelo agronegócio.

Voltei para minhas pesquisas. Na página eletrônica do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo – IEA, descobri que o município de Lucas é o segundo maior produtor de grãos do Brasil. Em primeiro lugar está seu vizinho, o município de Sorriso, que localizei no mapa. Eu estava diante de uma vitrine do agronegócio, agronegócio que é responsável por um terço de nossas exportações, por um quarto de todas as riquezas produzidas no país durante um ano. Dentre o valor dos produtos básicos exportados em 2005, a soja e seus derivados representaram um quarto de nossas exportações, ou seja, R\$ 18,6 bilhões. O levantamento da safra nacional de grãos 2005-2006 realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), empresa vinculada ao Ministério da Agricultura, apontou uma produção de 119,7 milhões de toneladas de grãos sendo 53,4 milhões de toneladas de soja. Portanto, quase a metade de todos os grãos produzidos no país durante uma safra. A soja, a mesma que consome dessecantes que foram parar sobre a população urbana de Lucas. Não dava para desvincular uma coisa da outra. Em algum momento da reportagem eu deveria contextualizar o problema ocorrido na cidade com a cadeia produtiva da soja, com o consumo de agrotóxicos, com o agronegócio, com o modelo de desenvolvimento baseado na agricultura extensiva, e com nossa pauta de exportações. Se isso tudo aconteceu no município que é a “vitrine do agronegócio”, como seria nos demais municípios que não gozam de toda essa visibilidade?

A pauta crescia a cada momento, a cada nova informação. As conversas

preliminares confirmavam minhas suspeitas de que, em se tratando do uso de agrotóxicos, havia omissão dos poderes públicos em todos os níveis de governo somada à desinformação generalizada do público sobre os perigos decorrentes desse emprego.

5 A Promotoria Pública em Busca de Provas

Desci novamente para o estúdio na hora marcada para a conversa com a promotora.

Conversa com Patrícia Eleutério Campos, promotora do Ministério Público, em 29 de março de 2006, às 19:00.

Pergunta: O que aconteceu em Lucas do Rio Verde com relação à pulverização de agrotóxicos?

Resposta: No dia 7 de março houve uma denúncia junto ao Ministério Público, sobre a existência de danos em plantações e em toda a vegetação de Lucas do Rio Verde. Segundo as denúncias que nos foram feitas, esses danos teriam sido causados por pulverização de veneno por aeronaves, que teriam sobrevoado o município, a cidade de Lucas do Rio Verde. De imediato nós entramos em contato com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e com as demais entidades da sociedade civil organizada, para desenvolver ações no sentido de identificar os causadores desses danos. Foram ouvidas algumas vítimas, pessoas que tiveram prejuízo, que tiveram suas plantações afetadas. Instauramos um procedimento administrativo para tentar identificar os proprietários das aeronaves que existem em Lucas. O Ministério Público também determinou que fosse instaurado inquérito policial para apurar a responsabilização criminal, e foi realizada uma reunião com os produtores rurais, os representantes da sociedade civil organizada, representantes do Ministério da Agricultura e do Indea [Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso] de Lucas do Rio Verde, para tentar conscientizar os produtores e identificar esses proprietários de aeronave. Inicialmente nós conseguimos somente identificar duas aeronaves registradas em Lucas, mas temos conhecimento que esse número é bem maior.

Pergunta: Essas principais vítimas que vocês ouviram, quem eram?

Resposta: Na verdade foi uma representante do Instituto Padre João Peter, que tem um horto medicinal. Segundo ela, todas as espécies do horto medicinal foram afetadas. Ouvimos também o presidente da Associação dos Chacareiros, que são pequenos hortifrutigranjeiros da região, que também tiveram prejuízos. E ainda houve a denúncia por parte do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde. Foram essas as pessoas ouvidas e que informaram sobre os prejuízos constatados.

Pergunta: Uma vez instaurado esse inquérito, qual a dificuldade para identificar o veneno que foi utilizado e quem o teria utilizado?

Resposta: O Ministério Público, com a ajuda de entidades ambientais de Lucas, entramos em contato algumas ONGs e com o Formad [Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento]. Um médico da Secretaria de Saúde do Estado e um engenheiro agrônomo vieram à cidade e realizaram uma perícia naquela semana. Na verdade, foi feito um relatório mas não houve a prova pericial do que foi causado, na verdade essa prova foi requisitada posteriormente e nós estamos aguardando uma resposta da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Requisitamos uma perícia também junto ao Centro de Apoio Operacional do Ministério Público, para tentar conseguir um perito da Universidade Federal do Mato Grosso, para identificar qual a causa desse dano, se realmente foi causado por agrotóxico, e em caso de obter uma resposta positiva, qual foi o veneno utilizado e ainda, se houver possibilidade, qual a forma de aplicação desse veneno. Uma outra dificuldade é a identificação dos proprietários de aeronave, porque no Ministério da Agricultura só existem registros de duas aeronaves no município de Lucas do Rio Verde. Então nós oficiamos à Superintendência Regional do Departamento de Aviação Civil, para tentar localizar as aeronaves que embora não estejam registradas para fins de pulverização agrícola, mas que, de repente, estejam sendo utilizadas para esse fim. Oficiamos ao Indea, ao próprio Ministério da Agricultura, entramos em contato com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente para conscientizar a sociedade da importância de denunciar e de levar ao conhecimento dos órgãos públicos a existência de aeronaves para que a gente possa então fiscalizar, verificar se essa aeronave está sendo utilizada para fins agrícolas e, em caso positivo, se está sendo observada a regulamentação para a aplicação de veneno.

Pergunta: Nós conversamos com a doutora Márcia Albuquerque, do Ministério da Agricultura. Ela é a fiscal federal agropecuária que esteve aí no município. Ela nós disse que não pôde coletar amostras para o exame, porque eles foram avisados oito dias depois da ocorrência, e decorrido esse prazo estaria prejudicada a amostra do veneno porque ele tende a se diluir com o tempo. Ela

nos disse que o Ministério da Agricultura não teria condições de identificar o agente causador do acidente. Disse também que esse exame toxicológico é um exame muito caro. A senhora está informada dessas dificuldades técnicas para identificar o veneno?

Resposta: A denúncia também chegou ao Ministério Público, salvo me engano, no dia 7 de março e, segundo eles relataram, a aplicação do veneno teria sido feita no dia primeiro. Nós também tomamos conhecimento alguns dias depois, mas, mesmo consciente de que pode haver essas dificuldades, o Ministério Público só vai desistir da realização de perícia, quando tiver uma informação oficial dessa impossibilidade. Até lá vamos tentar de qualquer forma conseguir que haja pelo menos uma análise, ainda que a gente obtenha uma resposta negativa quanto à possibilidade de se descobrir. Enquanto não obtivermos uma resposta oficial, estamos confiantes na realização de perícias e vamos tentar que sejam feitas.

Pergunta: Essa demora dos órgãos públicos em se mobilizarem e tomarem providências, a senhora acha que é decorrente de inexperiência sobre como reagir nesse tipo de caso?

Resposta: Acho que pode ter sido em verdade uma falta de preocupação com esse aspecto específico e é um problema que não é a primeira vez que ocorre, segundo fui informada por moradores mais antigos de Lucas do Rio Verde. Mas acho que o importante numa situação como essa é tentar apurar os responsáveis criminalmente, civilmente, buscar uma reparação ao meio ambiente. Acho que é principalmente uma questão de organização do trabalho em conjunto dos órgãos públicos com a sociedade. Não podemos ficar culpando sempre o poder público, porque quem causa esse tipo de dano é a própria sociedade desinformada, despreocupada com o meio ambiente, onde nós mesmos vivemos. Então é importante que um fato como esse sirva de exemplo para que a sociedade se organize, para que os poderes públicos enfoquem o problema e desenvolvam atitudes e ações para evitar futuros danos.

Pergunta: Nós conversamos com a bióloga do horto medicinal, a Lindonésia Andrade, e a suspeita dela é que tenham usado o paraquat, que é um veneno que permanece durante 600 anos na natureza até se degradar sendo um dos principais causadores de câncer, principalmente no aparelho reprodutor. Esse tipo de risco está sendo monitorado?

Resposta: Justamente essa questão do veneno que foi utilizado, nós estamos mesmo com uma série de suposições, de suspeitas, mas não sabemos realmente qual o veneno que foi usado, por isso estamos fazendo as perícias. A maioria des-

ses venenos com aplicação continuada e desrespeitando as normas que existem para tanto podem causar desde diarreia, vômito, náuseas, até doenças a longo prazo, como câncer, tumores. É esse tipo de consciência que a sociedade precisa ter para que traga para nós as informações e as denúncias daqueles que não estão observando as normas de aplicação de agrotóxico. Aqui em Lucas eu entrei em contato com o técnico da Vigilância Sanitária e eles estão tentando fazer um monitoramento mais específico dos casos de diarreia e vômito que aconteceram nesse período após a aplicação e, pelo que me passaram, eles determinaram que os médicos indiquem quando há casos de diarreia, as possíveis causas, até para que a gente possa fazer um paralelo do que aconteceu em Lucas do Rio Verde e a existência efetiva do aumento desse tipo de incidência que pode ser decorrência de uma intoxicação.

Pareceu-me que a promotora estava empenhada em esclarecer o caso, mas que não tinha muitos recursos para levar a investigação adiante e obter as provas materiais do crime. Ela foi pega de surpresa com a informação de que o Ministério da Agricultura não tinha coletado as amostras e feito a análise dos resíduos de agrotóxicos. Provavelmente ela sabia que sem esse laudo seu trabalho para identificar os culpados ficaria muito mais difícil. A promotora confirmou que para os órgãos públicos parece haver “*uma falta de preocupação com esse aspecto específico*” e que não era a primeira vez que isso ocorria na cidade.

Para o primeiro dia de apurações eu estava satisfeito. As quatro conversas gravadas já somavam 42 minutos. No dia seguinte eu tentaria falar com o Secretário de Saúde do município e alguém da Vigilância Sanitária do Estado do Mato Grosso. Antes de ir para casa fiz mais algumas pesquisas sobre as siglas a que os entrevistados se referiram. Obtive o telefone do escritório do Indea, o Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso, em Lucas, que, segundo as fontes, era o organismo responsável pela fiscalização local do uso de agrotóxicos, mas, provavelmente devido ao adiantado da hora, ninguém atendeu a ligação.

Em <<http://www.indea.mt.gov.br>> obtive a seguinte informação:

Indea – Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso

Missão

PROMOVER NA AGROPECUÁRIA MATO-GROSSENSE A CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA DE ORIGEM DOS PRODUTOS VEGETAIS E ANIMAIS GARANTINDO A COMPETITIVIDADE PARA O SETOR, PROTE-

GENDO A SAÚDE DOS PRODUTORES, DOS CONSUMIDORES E PRESERVANDO O MEIO AMBIENTE.

Os agrotóxicos podem ser definidos como quaisquer produtos de natureza biológica, física ou química que têm a finalidade de exterminar pragas ou doenças que ataquem as culturas agrícolas. Os agrotóxicos podem ser :

- pesticidas ou praguicidas (combatem insetos em geral)
- fungicidas (atingem os fungos)
- herbicidas (que matam as plantas invasoras ou daninhas)

Os produtos agrotóxicos e afins deverão ser cadastrados pelas indústrias produtoras, importadoras ou manipuladoras, para comercialização, armazenamento ou uso no estado de Mato Grosso.

As empresas que comercializem, produzam, importem, exportem, manipulem agrotóxicos e afins ou que sejam prestadoras de serviços (aplicação aérea ou terrestre, tratamento de sementes e expurgo, armazenamento de produtos, recebimento de embalagens vazias), são obrigadas a promover anualmente o seu registro junto ao Indea-MT para exercer legalmente suas atividades.

A indústria importadora, produtora ou manipuladora de agrotóxicos e afins, postulante do cadastramento do produto, apresentará obrigatoriamente os seguintes documentos ao Indea-MT:

- Requerimento dirigido à Presidência do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso – Indea-MT, firmado pelo representante legal da empresa;
- Cópia do Certificado de Registro junto ao órgão federal competente;
- Cópia do Relatório Técnico aprovado pelo órgão federal competente;
- Rótulo do produto e folheto complementar, este quando for o caso;
- Comprovante de pagamento de taxa para fins de cadastramento do produto.

Pela sua missão, concluí que o Indea seria o principal responsável pelo controle da comercialização e do uso dos agrotóxicos no estado e, portanto, o principal órgão público para ser ouvido sobre o acidente.

6 Médicos: Não Sabem ou não devem Diagnosticar?

Naquela noite quase não consegui dormir pensando nos próximos passos. Precisava de mais informações para montar a pauta, embora, no meu entender, já tivesse material suficiente para justificá-la. No dia seguinte, 30 de março, levantei cedo, ansioso para fazer as próximas apurações.

Conversa com Paulo Cezar Ângeli – secretário de Saúde do Município de Lucas do Rio Verde, em 30 de março de 2006, às 9:00.

Pergunta: O que está acontecendo em Lucas do Rio Verde com relação à saúde da população depois que houve essa pulverização com agrotóxico?

Resposta: Nós vivemos numa região agrícola, do agronegócio, esse não é um problema exclusivo de Lucas do Rio Verde, mas sim de toda a região, eu diria até do estado do Mato Grosso, de grande parte dos municípios do Mato Grosso. Essa pulverização é feita há um bom tempo. O que aconteceu é que foi feita uma pulverização e o vento acabou levando o agrotóxico para a cidade. Na verdade faz um mês que esse fato aconteceu, mas é bom lembrar que esse problema não é exclusivamente de Lucas do Rio Verde, e sim de toda a região aqui do norte do Mato Grosso e também do estado do Mato Grosso. Nós coletamos amostras da água, para análise do agrotóxico e estamos aguardando os resultados. Já encaminhamos as amostras ao laboratório do estado e estamos aguardando o laudo. Se houver uma possível contaminação da água, essa contaminação evidentemente não é de hoje, ela pode ter vindo de um bom tempo atrás porque isso é uma prática de mais de 20 anos realizada nessa região. Sensibilizamos os agricultores para que procurassem uma unidade de saúde, mediante o aparecimento de sintomas de uma possível contaminação por agrotóxico. Só que os sintomas do agrotóxico são muito parecidos com os sintomas da rotavírose e com a própria dengue. Nós estamos numa época em que há ocorrência de dengue pelo fato de ser época de chuva e os sintomas são muito parecidos. Nós recebemos a visita de

técnicos do escritório regional de saúde, juntamente com os técnicos de saúde do estado do Mato Grosso e ficou acordado que vai haver um curso para os médicos da região norte do Mato Grosso, para que eles identifiquem essas situações de possíveis intoxicações com agrotóxico, bem como qual o tratamento deve ser utilizado. Alertamos também as unidades de saúde para que elas estejam mais atentas aos possíveis efeitos dos agrotóxicos. Fizemos uma reunião com as entidades, com as instituições, com as organizações não-governamentais e a partir dessa reunião ficou acordado que tomaríamos essas providências, que, aliás, já estamos tomando.

Pergunta: A saúde da população está sendo monitorada com relação aos efeitos dos agrotóxicos?

Resposta: Fizemos um levantamento junto aos Postos de Saúde da Família para uma comparação da área atingida pela pulverização com outras áreas que não foram atingidas. Nós constatamos que não tivemos um aumento significativo de ocorrências para dizer claramente se foi ou não intoxicação por agrotóxico. Tivemos um aumento dos casos de rotavirose, de dengue, que têm sintomas muito parecidos com os sintomas de intoxicação por agrotóxicos. A partir de agora, a partir do momento que aconteceu isso, estamos fazendo esse monitoramento que passou a ser hoje uma atenção do município. Acho que nesse sentido saímos na frente, reunimos a comunidade de Lucas do Rio Verde, as organizações não-governamentais e formamos um grupo de estudo que está analisando a situação do uso dos agrotóxicos no município.

Pergunta: Nós conversamos com a bióloga Lindonésia Andrade e ela levantou a suspeita de que o veneno utilizado seja o paraquat, que demora 600 anos para se degradar na natureza. É um veneno que já foi banido de diversos países desenvolvidos, mas que ainda é comercializado no Brasil e cujos efeitos são acumulativos, quer dizer, só depois de muitos anos que a pessoa exposta a ele começa a apresentar sintomas de doenças, principalmente câncer e doenças degenerativas nos órgãos reprodutivos. Esse tipo de monitoramento, a Secretaria de Saúde tem condições de fazer?

Resposta: A partir de agora sim, a partir desse momento, a partir do que aconteceu, deve haver um monitoramento, um estudo para verificar se futuramente aumentará o número de casos de câncer ou de doenças degenerativas a curto, médio e longo prazos.

Pergunta: Você acha que municípios, como no caso, Lucas do Rio Verde, que ficam em áreas cercadas por grandes lavouras que utilizam muito agrotóxico, eles devem ter uma política pública específica voltada para essa questão da prevenção e controle da ação dos agrotóxicos nos seres humanos?

Resposta: Com certeza. Acho que esse é um problema regional que inclusive consta do Plano Diretor que estamos elaborando. Essa é uma preocupação muito grande por parte da prefeitura e que envolve todas as secretarias junto com as organizações da sociedade civil. Ela vai no sentido de fazer respeitar a legislação e no sentido de punir as pessoas que estão fazendo isso hoje. Nós estamos sensibilizando os agricultores para que realmente cumpram a lei.

Pergunta: Vocês encaminharam amostras de água para serem analisadas em laboratórios?

Resposta: Foram coletadas amostras de água para análise de agrotóxico e encaminhadas para um laboratório de referência. Vão ser feitas análises em duas ou três amostras de água pela prefeitura, pelas organizações governamentais e inclusive pelo próprio estado para que possamos ter uma contraprova dessas amostras e da possível contaminação por agrotóxico.

Pergunta: E quando vocês devem ter esse resultado?

Resposta: Estamos aguardando esse resultado no máximo em 15 dias.

Pergunta: Essa maior fiscalização você acha que deve ser exercida por quem?

Resposta: Em primeiro lugar pelo poder público, mas também cabe ao fazendeiro, ao pequeno, ao médio e ao grande produtor e às organizações não-governamentais, aos sindicatos e à sociedade como um todo.

Pergunta: Nesse sentido o que aconteceu foi educativo, foi pedagógico para a população perceber a gravidade do problema?

Resposta: Com certeza foi uma lição que serve para toda a sociedade e para o governo municipal. Esse é um problema que precisa ser enfrentado. O que aconteceu foi muito educativo. Essa é uma questão que tem que ser tratada nas escolas de saúde pública com políticas públicas inteligentes, para que isso não venha acontecer mais. Nós realmente fomos pegos de surpresa, até porque assumimos a Secretaria de Saúde há um mês e logo nos deparamos à frente desse problema. Encaramos isso como uma aula, uma pedagogia que serviu de exemplo para o município de Lucas do Rio Verde e está servindo de exemplo para todos os municípios da região.

Tal como a secretária de Agricultura e Meio Ambiente, o secretário de Saúde do município me pareceu conformado com o fato de o ser humano, que vive em regiões de intensa atividade agrícola, ser pulverizado com agrotóxicos,

tratando o assunto como se fosse algo “natural” ou apenas um “incômodo” a mais, um preço razoável que se paga pelo lucro obtido com o agronegócio.

Essa conversa confirmou que as autoridades do município foram pegadas de surpresa, ou, pelo menos, não esperavam que a situação fugisse de seu controle e o assunto tivesse alguma repercussão. O caso não era inédito, pois, como afirmaram os entrevistados, essa já era a quarta vez consecutiva que a cidade sofria esse tipo de pulverização. Só que das outras vezes a sociedade teve medo de denunciar, como Nilffo afirmou. Inédita, portanto, era a denúncia que revelou a omissão dos poderes públicos – era essa iniciativa da denúncia e a omissão que ela revelou que as matérias deveriam mostrar, aí estava o foco da notícia. Outra questão que me ocorreu: tendo em vista que geralmente nas cidades do interior os médicos são contratados pelas prefeituras – será que eles não sabiam diagnosticar ou não deviam diagnosticar? De uma forma ou de outra, se os médicos não diagnosticavam significava que não havia estatísticas sobre os casos de intoxicação ou, no mínimo, que os dados não eram confiáveis e precisavam ser checados, comparados com estatísticas de outros municípios. Outra questão que podia ser levantada era que uma vez que não havia diagnóstico também não havia tratamento e se não havia tratamento as pessoas poderiam estar desenvolvendo doenças degenerativas há mais de 20 anos sem que suas causas fossem conhecidas e notificadas. Eu precisaria de fontes especializadas no assunto para apurar minhas suspeitas.

Outra informação interessante é que o secretário de Saúde, ao declarar que o acidente de Lucas era algo comum, corriqueiro em regiões que têm sua economia baseada no agronegócio, reforçava os argumentos necessários para justificar minha pauta – a matéria serviria para mostrar que o acidente em Lucas foi um exemplo e um alerta para que outros municípios tomem providências e previnam-se contra o uso de agrotóxicos próximo a áreas urbanas e que a desinformação sobre o assunto permeava tanto os que deveriam controlar o uso dos agrotóxicos quanto aqueles que trabalhavam diretamente com eles.

7 As Pessoas não Sabem a quem Denunciar

Minha próxima conversa foi com o Coordenador de Vigilância em Saúde do Estado do Mato Grosso. A Secretaria de Saúde era a responsável pela vigilância sanitária e, portanto, deveria ter sido a primeira a tomar providências para a proteção da saúde da população com relação à possível contaminação da água e dos alimentos após o acidente.

Conversa com Oberdan Ferreira Coutinho Lira, coordenador de vigilância em saúde ambiental da Secretaria de Estado de Saúde do Mato Grosso, em 30 de março de 2006, às 10:00.

Pergunta: O que aconteceu no município de Lucas do Rio Verde? Há uma suspeita de que a cidade tenha sido pulverizada com agrotóxico?

Resposta: Essa suspeita aconteceu mesmo. Recebemos a denúncia no dia 9 de março. Fomos notificados sobre esse acidente pela Universidade Federal de Mato Grosso e fomos ao local verificar. No dia 10 fizemos uma reunião aqui em Cuiabá e encaminhamos algumas orientações para o escritório regional verificar o caso. No dia 20 fomos com uma equipe para complementar as atividades e constatar o que havia ocorrido. Até agora foi constatado que teve um acidente, mas não se sabe qual a origem dele ainda, isso é responsabilidade do Ministério Público, que está investigando.

Pergunta: Segundo pessoas da região esse acidente teria ocorrido no dia 1º de março, é normal que demorem 7 ou 8 dias para comunicar as autoridades competentes?

Resposta: Não era para ter demorado tanto, mas acontece às vezes porque as pessoas não sabem a quem comunicar. Acontece esse tipo de acidente que é visualmente apenas ambiental. As plantas demoram um tempo para apresentar os sintomas e as pessoas também. Ainda não foi confirmado nenhum caso de in-

toxicação. Como o agrotóxico começa a fazer sua ação em 2, 3, 4 dias, só então é que se começa a ter noção do acidente, por isso demora um pouco para as pessoas denunciarem.

Pergunta: Nesse caso, quais são os sintomas que as plantas normalmente apresentam?

Resposta: Os sintomas que apresentam, dependendo da característica do veneno, são folhas queimadas, as folhas começam a ficar amareladas, começam a apresentar perfurações, algumas plantas são mais sensíveis que outras, então podem apresentar primeiramente o amarelamento e depois começa aquela queimadura, tem-se aquela impressão de que as plantas estão com determinados furros e cor amarelada palha, começam a secar devido ao tipo de agrotóxico que pode ter sido utilizado, geralmente é um herbicida. Esses sintomas que nós verificamos em Lucas do Rio Verde são de herbicida, provavelmente o gramoxone, que causa essas queimaduras nas plantas.

Pergunta: Quando a população constata esse tipo de sintoma, qual a primeira providência que ela deve tomar?

Resposta: Procurar a unidade de saúde mais próxima e essa unidade deve informar à Secretaria de Saúde. A intoxicação é uma coisa muito específica e muito complicada para o médico diagnosticar porque ela tem alguns sintomas que são parecidos com algumas doenças que têm veiculação nessa época, por exemplo, a Rotavirose, e a Dengue. Estamos capacitando os profissionais de saúde para fazer esse diagnóstico corretamente.

Pergunta: Vocês estiveram na região de Lucas do Rio Verde e fizeram coleta de amostras?

Resposta: Nós fizemos coletas de amostras de água, na estação de tratamento e estamos encaminhando para o Instituto Evandro Chagas, mas ainda não obtivemos resposta.

Pergunta: Existe o risco de a população estar consumindo água com agrotóxico, nesse momento?

Resposta: Existe, mas orientamos a Secretaria Municipal de Saúde e ela está tomando todos os cuidados na captação e na distribuição da água. Eles já estão orientados sobre o risco de contaminação da água fornecida à população e que principalmente não devem consumir água in natura dos mananciais. No caso dos alimentos, o tempo de contaminação já passou, mas as pessoas estão sendo orientadas para ter cuidado com o vegetal in natura. Esse vegetal deve ser

passado por uma tríplice lavagem. Primeiro você lava em água corrente, logo depois você utiliza uma medida de colher de ácido acético, que é o vinagre que temos em casa e que dá uma neutralizada, depois você passa de novo na água corrente e espera alguns minutinhos e poderá consumir o alimento in natura.

Pergunta: No caso de Lucas do Rio Verde, existe a suspeita de que tenha havido intoxicação com o paraquat, que é um veneno que fica 600 anos na natureza até se degradar. Ele é cancerígeno, causano câncer principalmente no aparelho reprodutor. Sabemos que esse tipo de intoxicação é do tipo acumulativo, demora anos para aparecer. Vocês estão fazendo algum tipo de monitoramento da saúde da população nesse sentido?

Resposta: A capacitação que estamos fazendo nesse momento visa detectar os sintomas, tanto por intoxicação aguda, que é a intoxicação que aparentemente aparece logo depois do momento que você recebe o produto químico, quanto os efeitos da intoxicação crônica, que é aquela intoxicação que demora um tempo para aparecer, e a lesão só aparece muito tempo depois. Geralmente, a intoxicação crônica só vai aparecer depois de meses ou até anos.

Pergunta: Como vocês estão colaborando com as investigações sobre o caso?

Resposta: Ajudamos na coleta de água para exames e encaminhamos para o Instituto Evandro Chagas para analisar se há possibilidade de existir o paraquat. Ele vai analisar outros agrotóxicos, alguns vão aparecer porque é natural do local, porque é um local que é uma frente agrícola e pode acontecer normalmente uma contaminação, mas não uma contaminação grande, é uma coisa que acontece porque você faz borrifação ali o tempo todo. O que não pode acontecer é ser dentro da cidade, então tem que tomar cuidado, as prefeituras tem que estar mais atentas à questão por exemplo da capina química. É proibido por lei usar agrotóxicos na capina dentro da cidade, mas a legislação é um pouco nova, então pode ser que as autoridades estejam desinformadas. Herbicidas só podem ser utilizados com as recomendações do agrônomo. O agrônomo tem que receitar e dizer como utilizar o herbicida. Há herbicidas que não podem ser usados em pulverização por avião. A gente não sabe se o acidente foi por avião mesmo, a gente está esperando resposta do Ministério Público. Sem o Ministério Público afirmar qual foi o veneno temos que seguir os sintomas que encontramos tanto na natureza, quanto nas pessoas. Nas pessoas, nosso sistema na rede, ainda não identificou nada, a gente está fazendo o monitoramento. Se for confirmada a

presença do agrotóxico na água, então vamos começar a trabalhar em busca de pacientes, porque eles podem não estar apresentando sintoma nenhum, podem apresentar o sintoma bem depois.

Pergunta: No caso, a quem cabe a fiscalização sobre o uso dos herbicidas?

Resposta: Seria a Secretaria de Agricultura. Ela tem o cadastro de todos os produtores, de todos os locais que vendem os agrotóxicos e do registro dos aviões. No caso da Vigilância Sanitária, nossa responsabilidade é de gerência de toxicologia. A Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária] montou uma rede nacional de informação toxicológica. Aqui no estado temos o serviço do 0800, que é o SOS Veneno, para orientar os técnicos de saúde. Na dúvida sobre intoxicações eles ligam para o 0800 6462494, que é um serviço implantado pela Secretaria de Saúde.

Oberdã confirmou que nas estatísticas sobre saúde pública do município não constavam casos de intoxicação por agrotóxicos. Informou que iriam começar a capacitar os médicos para diagnosticar os sintomas – isso, depois de mais de 20 anos que os agrotóxicos estão sendo usados intensivamente na região. Será que se a sociedade civil não tivesse denunciado o acidente eles estariam tomando essas providências? Para mim estava mais uma vez caracterizada a omissão das autoridades em saúde. Nessa conversa encontrei mais uma justificativa para nossa pauta: quando ocorre um acidente com agrotóxicos as pessoas não sabem a quem denunciar.

Para concluir a apuração inicial faltava falar com o Instituto de Defesa Agropecuária – o Indea, para saber como teria reagido e se confirmaria ou não minhas suspeitas sobre a omissão dos agentes públicos encarregados da fiscalização e controle do uso de agrotóxicos. Tentei diversas vezes localizar os responsáveis, mas fui informado que estavam fora da cidade.

Assim mesmo, considerei que já tinha informações suficientes para montar a pauta e encaminhá-la à Coordenação de Pauta¹ da Radiobrás para que avaliássem a possibilidade de fazermos a reportagem.

¹ A Coordenação de Pauta da Radiobrás reúne-se diariamente para estabelecer as prioridades dentre os assuntos sugeridos pela Central responsável pela elaboração da pauta. As reuniões eram coordenadas pelo então Diretor de Jornalismo, José Roberto Garcez, ou pelo seu assessor imediato, Eurico Tavares. Nela têm assento os chefes dos veículos: rádio, televisão, Agência, A Voz do Brasil e da própria Central de Pauta.

8 Sugestão de Pauta

Cidade do Mato Grosso pulverizada com agrotóxico

Assunto: Pulverização de agrotóxico, supostamente o veneno é o paraquat – em 1º/3/2006, sobre a cidade de Lucas do Rio Verde-MT. A população de uma cidade pode estar sendo contaminada por doses sucessivas de agrotóxicos pulverizados pelos agricultores em suas lavouras. Sabemos que existem milhares de municípios no Brasil na mesma situação e que podem estar correndo o mesmo tipo de risco. Ao que tudo indica as autoridades sanitárias têm dificuldades em identificar o problema e em saber como reagir nestas circunstâncias. As apurações iniciais indicam também haver uma desinformação generalizada sobre o perigo dos agrotóxicos para a saúde humana e ambiental por parte dos próprios agricultores e da população.

ENFOQUE: Podemos fazer uma matéria didática, usando o caso de Lucas do Rio Verde como um exemplo para que as autoridades de outros municípios saibam como reagir nesse tipo de situação. Também podemos informar às populações que vivem em condições semelhantes (cercadas por grandes lavouras), sobre o tipo de risco a que estão sujeitas e que providências são necessárias para se precaverem. Devemos apurar as responsabilidades de todos os órgãos envolvidos, qual a legislação que se aplica ao caso e como a sociedade civil deve participar da discussão para que seus direitos sejam respeitados. As apurações iniciais indicam que tenha havido omissão dos poderes públicos em todos os níveis de governo, tanto das autoridades de saúde, quanto ambientais e agrossanitárias. Precisamos informar também sobre os possíveis danos causados à saúde pelos agrotóxicos e contextualizar o uso desse tipo de tecnologia com o processo produtivo do agronegócio, relacionando-o com as questões de sustentabilidade ambiental e econômica.

FONTES:

Nilffo Wandscheer – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – (65) 9995-7668 e 65-3549-1819 (***já ouvido***)

Lindonésia Andrade – bióloga – Horto Medicinal da Fundação Padre João Peter, com 180 espécies de plantas medicinais com as quais a população se medicava – as plantas estão contaminadas – 65 - 9242-3370 (*já ouvida*)

Patrícia Eleutério Campos - Promotora do Ministério Público – (65) 9995-8569. Está investigando e parece que já sabe quem é proprietário do avião que pulverizou o veneno. – (*já ouvida*)

Indea – Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso

Decio Coutinho

Presidente (65) 3644-2082

Assessora de Imprensa – Kelly – (65) 3644-2082 ou 3644-3449

Jéferson Luiz Cambará – Supervisor do Indea em Lucas do Rio Verde – (65) 3549-1507 ou 2255

Waldemir Batista da Silva – Engenheiro Agrônomo do Indea – Chefe da Fiscalização (65) – 3549-1507

Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Assessoria de imprensa – Lílian (61) 3448-1022 ou 3448 – 1301 ou 1299

Plantão: (61) 9674-8388

Fax: (61) 3448-1252

Luiz Cláudio Meireles – gerente de toxicologia

Ricardo Velloso – gerente de avaliação de riscos da Anvisa

Paulo César Angeli – Secretário de Saúde do município – (65) 3549-3366 ou 8406 – 8887 – (*entrevista ok*)

Luciane Bertinato Copeti – Secretária de Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente do município – (65) 3549 - 1212 (*já ouvida*)

Márcia Albuquerque – Fiscal Federal Agropecuária do Ministério da Agricultura em Cuiabá – (65) 3685-7288 (*já ouvida*)

James Cabral – Engenheiro Agrônomo do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad)

Vigilância Sanitária no Mato Grosso

Assessoria de imprensa – Cida – (65) 3613-5419 e 9982-6920

Superintendência de Saúde Coletiva
Centro Político Administrativo - Bloco V - 2º piso Palácio Paiaguás
CEP: 78.070-970 - Cuiabá - MT
Telefone: (65) 3613-5369 / 3313-2670 / 3313-2281
Fax: (65) 3613-5377
Coordenadoria de Vigilância Sanitária – SES/MT
Centro Político-Administrativo, Palácio Paiaguás, Bloco 5
CEP 78050-970 Cuiabá/MT – (65) 3613-5370

Coordenador – Oberdan Ferreira Coutinho Lira – (*já ouvido*)

Seção de Aviação Civil de Cuiabá (SAC-Cuiabá):

Aeroporto Marechal Rondon
Av. Ponce de Arruda, S/Nº, Bairro Aeroporto. Várzea Grande – MT.
Cep: 78.110-971 – (65) 3682-8937

Seção de Aviação Civil de Brasília (SAC-Brasília):

Aeroporto Internacional de Brasília
Brasília - DF

Cep: 71.609-970 – (61) 3365-1880 e 3365 9156

Agencia Nacional de Aviação Civil (antigo DAC)

Presidência – (61) 3365-1314 e 3365-1200 – Divisão de Operações

(Contato feito por telefone e e-mail)

9 Mato Grosso, lá vamos nós

Menos de 24 horas depois que havia sido informado sobre os acontecimentos em Lucas veio a decisão da Coordenação de Pauta, trazida pelo Eurico Tavares:

– Você não quer fazer a matéria? – Me perguntou, justificando: – Não temos nenhum repórter disponível e até você passar para alguém tudo que já descobriu vai demorar muito. Se você puder ir nós vamos marcar a sua passagem para amanhã.

A princípio me assustei. Mato Grosso? Aquele calor... Mas já apaixonado pelas possibilidades da pauta, concordei. Decidimos que eu viajaria sexta-feira, à noite, 31 de março e assim aproveitaria o fim de semana para entrevistar o pessoal da sociedade civil. Na segunda e terça-feiras eu entrevistaria as autoridades locais. Reservaria a quarta-feira, já na volta de Lucas para entrevistar as autoridades estaduais em Cuiabá. Acompanharia-me na viagem, só um cinegrafista com a câmera digital.

– Temos que conter as despesas – explicou Eurico –, o dinheiro para viagens está curto.

Se fôssemos com a câmera grande, a Betacam, seria necessário levar um auxiliar de cinegrafia. Curto também estava o dinheiro para o conserto de equipamentos. Tínhamos fotógrafo, mas não câmera fotográfica. Das oito câmeras da Radiobrás, seis estavam quebradas aguardando verba para serem consertadas. Das outras duas, uma ficava com a equipe que acompanhava o presidente Lula e a outra tinha que dar conta de toda a cobertura diária da Agência Brasil, em Brasília. Uma das dificuldades de fazer jornalismo numa empresa pública são os equipamentos para produzirmos nossas reportagens. A maior parte é antiga, precisando ser renovada¹.

¹ A renovação ocorreu em dezembro de 2006 com a aquisição de novos equipamentos.

Pesquisei os vôos e vi que a única conexão possível saía às 9 da noite de Brasília para Cuiabá, chegaríamos lá às 22 horas, pelo horário local, e depois, teríamos que esperar o vôo regional que sairia às 5 da manhã de sábado, chegando às seis em Lucas.

Entre 10 da noite de sexta e 5 da manhã de sábado dormiríamos em algum hotel, próximo ao aeroporto. Mas nem tudo sairia como o planejado. Um encontro no vôo entre Brasília e Cuiabá mudaria completamente a programação da viagem e da reportagem.

10 Quem Controla o Espaço Aéreo?

Na tarde de quinta-feira, dia 30 de março, recebi a seguinte mensagem eletrônica da Agência Nacional de Aviação Civil em resposta à minha consulta:

Prezado Paulo Machado,

A coordenação, supervisão, orientação acerca das práticas agrícolas bem como o ato de fiscalizar as atividades da Aviação Agrícola no concernente à observância das normas de proteção à vida e à saúde, do ponto de vista operacional e das populações interessadas, bem como das de proteção à fauna e flora, articulando-se com os órgãos ou autoridades competentes para aplicação de sanções, quando for o caso, são de competência do Ministério da Agricultura, de acordo com o artigo 1º do decreto 86.765.

Os demais pontos objeto de investigação e de responsabilidade pública como os danos à saúde de pessoas ou meio ambiente, fogem à responsabilidade dessa instituição, que se põe à disposição no fornecimento de documentações e dados que auxiliem na apuração dos fatos.

Ao Departamento de Aviação Civil (SERAC 6) competem a normatização e os termos para uso das aeronaves, ouvido o Comando da Aeronáutica quanto aos aspectos técnicos pertinentes.

No parágrafo 137.49 do Regulamento Brasileiro de Homologação de Aeronaves (RBHA 137) que trata de operações sobre áreas densamente povoadas, consta que ninguém pode operar aeronave agrícola contendo produtos químicos sobre embarcações, aglomerações de pessoas ao ar livre ou áreas densamente povoadas, como no caso do acidente em Lucas do Rio Verde-MT.

Está prescrita como punição no CBA, artigo 229, a multa de 1.000 (mil) valores de referência, de suspensão ou de cassação de qualquer certificado de matrícula, habilitação, permissão ou homologação para casos que comprometam a ordem ou segurança pública e viole as normas dos transportes.

O código penal pune tais práticas com pena de reclusão de 2 a 5 anos, de acordo com o artigo 261. Recente ofício enviado por parte da Promotoria de Justiça, datado de 23 de março de 2006, requisitou a lista e registros das aeronaves constantes no registro Aeronáutico Brasileiro no estado do Mato Grosso, documentos que disponibilizaremos em breve para a Justiça.

Acredito que pelas documentações e legislações em anexo, venham a dirimir quaisquer dúvidas quanto às responsabilidades dos órgãos públicos do país.

Caso queira mais detalhes estaremos à disposição.

Atenciosamente,

André L. F. Grandis - Major Aviador

Assessor de Comunicação Social - SERAC 6

Tel.: (61) 3212-1804 // 8405-6924

Segundo a Agência Nacional de Aviação Civil, eles não faziam o registro de vôos nem controlavam o espaço aéreo local no que tange à aviação agrícola. Cabia ao Ministério da Agricultura fazer o cadastro das aeronaves bem como um possível controle dos planos de vôo. Segundo a promotora Patrícia Eleutério Campos havia informado, no município eram cadastradas apenas duas aeronaves para essa atividade, mas, com certeza existiam outras, não cadastradas. Logo, estávamos diante da possibilidade da pulverização ter sido feita clandestinamente, ao arrepio da lei, o que dificultaria mais ainda sua identificação. Se se confirmasse que aviões não registrados faziam pulverização estaria caracterizada mais uma omissão do poder público.

11 O Acidente vai ao ar

Naquela tarde, enquanto continuava minhas pesquisas para ter um domínio melhor sobre o assunto, a editora-chefe da *Voz do Brasil*,¹ Anelise Borges, me pediu que entrasse ao vivo no jornal dando as primeiras notícias sobre os acontecimentos em Lucas do Rio Verde.

Corri para preparar a matéria, a pesquisa ficaria para depois – sempre fico tenso quando chega a hora de “botar o assunto no ar”. Acho que é o peso da responsabilidade. Não dar opiniões, não usar adjetivos, não falar o que está na cabeça sem antes filtrar e ver o que realmente corresponde aos fatos. Assim resumimos a tônica do conceito de objetividade. Até aquele momento eu já havia coletado mais de 90 minutos de depoimentos com sete fontes. Tinha que analisá-las e sintetizá-las, separar as sonoras para apresentar em uma matéria de três minutos na *Voz*.

Três minutos por minha própria conta, pois para a editora era um minuto e meio e nada mais:

– Senão tiro você do ar – advertiu ela, mesmo sabendo que eu nunca respeitava sua avareza temporal. Essa sempre era nossa grande briga. Eu sempre extrapolava o tempo, e ela tinha que derrubar alguma matéria que vinha depois da minha.

¹ Na *Voz do Brasil*, nós, jornalistas da Radiobrás, somos responsáveis pelos vinte e cinco minutos iniciais do jornal, cujo objetivo é passar as principais notícias do dia do poder executivo. Meu desafio é tentar focar a matéria naquilo que é realmente relevante para as necessidades do cidadão, principalmente aquele que mora distante dos grandes centros urbanos, que tem menos oportunidade de se manter informado porque tem menos fontes de informação, que vive na escassez de notícias. Para muitos desses cidadãos a única informação jornalística diária é a *Voz do Brasil*. Além disso, boa parte de nossa pauta diferencia-se dos demais veículos de comunicação, abordamos assuntos que o cidadão não encontrará em nenhuma outra mídia. Tive a oportunidade de participar indiretamente das mudanças editoriais da *Voz* feitas nos últimos três anos, fazendo sua leitura crítica para o Comitê de Qualidade Editorial. O foco no cidadão tem sido a principal diretriz que estamos perseguindo desde o primeiro momento, para todo o jornalismo da Radiobrás, inclusive na *Voz*. Com base nessa diretriz, criou-se um espaço, antes impensável, que permitiu a veiculação dessa reportagem naquele que antes era um espaço conhecido como “chapa branca”, no qual as autoridades do governo federal eram as únicas fontes aceitáveis. Assim, com as mudanças editoriais, apesar de produzir um informativo oficial, a equipe da *Voz do Brasil* passou a se esforçar para que a sociedade civil tivesse um espaço cada vez maior no cotidiano do jornal. [Nota do Autor]

Minhas matérias, às vezes, partiam de duzentas, trezentas páginas de pesquisa², e o resultado é que reunia informação demais sobre um único assunto. Depois era selecionar, priorizar e cortar as informações para levar de forma concisa ao cidadão só o imprescindível.

A Coordenação de Pauta tinha julgado que o fato ocorrido era suficientemente relevante para ser abordado no espaço público multimídia³ da empresa, composto das três rádios: Nacional AM de Brasília; Nacional FM; Nacional Ondas Curtas da Amazônia; das duas TVs: TV Nacional de Brasília e NBr, pela Radioagência Nacional, pela Agência Brasil e pela *Voz do Brasil*.

Naquela tarde de 30 de março, o diretor de jornalismo, José Roberto Garcez, conversou comigo sobre a pauta. Deu algumas dicas e recomendou que eu pesquisasse a origem dos imigrantes que colonizaram Lucas do Rio Verde. Ele, como bom gaúcho, conhecia a diáspora de seu povo. Disse que famílias de colonos haviam saído do acampamento de Encruzilhada Natalino no Rio Grande do Sul, pelas mãos do Coronel Curió, ainda na época da ditadura militar, antes de se formar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ressaltou que ao decidir autorizar minha ida a Lucas, a Coordenação de Pauta levou em consideração dois aspectos: o fato de eu produzir a matéria para todos os veículos da empresa e o enfoque colocado na pauta, que destacava a importância e a utilidade pública do assunto.

Antes de começar a trabalhar na matéria que iria ao ar naquele dia, pro-

² É através da pesquisa que chegamos à raiz dos fatos, que descobrimos os processos a que eles estão ligados. Temos que nos aprofundar no assunto para entender toda a sua dimensão no tempo, no espaço e na conjuntura. Curiosidade e jornalismo sempre andam juntos. Além de ser curioso, o repórter tem que dominar o assunto para poder falar dele com propriedade. Isso requer certo grau de aprofundamento na realidade que vamos reportar. Esse aprofundamento necessariamente leva a um acúmulo de informação, matérias extensas e briga com os editores que têm a função de administrar as limitações do espaço disponível adequando o conteúdo à linguagem do veículo. [Nota do Autor]

³ Fazer jornalismo multimídia, ou seja, para rádio, TV e agência de notícias, tem sido outro grande desafio, não só para os jornalistas da Radiobrás, mas para o jornalismo em geral. A maioria dos repórteres de nossa empresa, formados pelas escolas de jornalismo, têm certa dificuldade em trabalhar para os três tipos de veículos ao mesmo tempo. Eles preferem a especialização em um só veículo. Geralmente, a própria estrutura da empresa de comunicação, com suas redações departamentalizadas por veículo, propicia essa especialização. A atual administração ainda não conseguiu implantar a redação única, com uma pauta única, em parte porque a cultura do repórter resiste a ela, em parte porque as próprias estruturas de captação e processamento da informação não estão adaptadas para que isso ocorra. Eu particularmente sou favorável à produção multimídia por não considerar isso uma questão de escolha pessoal. A democratização do acesso à informação passa necessariamente pelo direito do cidadão de escolher a mídia que lhe for mais acessível. Além disso, a crescente digitalização dos meios de comunicação está levando a uma convergência das mídias, na qual um mesmo conteúdo pode mais facilmente ser disponibilizado em áudio, imagem e texto. Uma reportagem multimídia requer do repórter percepção de imagem e de áudio, além, é claro, da percepção sobre o conteúdo do trabalho. Precisamos saber captar a informação dentro dessa perspectiva visual e sonora para podermos dar-lhe sentido na hora da veiculação. Isso feito de maneira adequada, ou seja, tendo em vista as especificidades do conteúdo que queremos transmitir, facilita o trabalho dos editores, que encontrarão imagens e áudios suficientes para editar as matérias, passando o conteúdo informativo que se deseja levar ao público, conforme estabelecido na pauta. [Nota do Autor]

curei detalhar o seu foco: como as pessoas perceberam que havia ocorrido um acidente? Quais são as suspeitas sobre o veneno e sua toxicidade? Separei trechos da conversa com Lindonésia Andrade nos quais ela respondia a essas perguntas. Em seguida abordaria como as autoridades locais reagiram ao acidente. Para isso colocaria a sonora com a fala da promotora pública sobre a denúncia e a instalação do inquérito. Por último faria uma entrevista ao vivo com um técnico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre a denúncia do acidente. Essa pessoa falaria sobre a legislação e as providências tomadas em âmbito federal. Formulei também as possíveis perguntas que faria ao técnico da Anvisa: quais são os organismos responsáveis pela fiscalização do uso de agrotóxicos? Quais os riscos e as formas de contaminação a que as comunidades estão sujeitas? Quais as conseqüências para a saúde humana e para o meio ambiente? Com isso, estaria completa a matéria.

Liguei para a Anvisa e pedi a entrevista com o responsável pelo Departamento de Toxicologia. Ele me indicou a doutora Heloisa Rey. Liguei para ela e combinei sua entrada ao vivo durante a *Voz do Brasil*.

Com a matéria fechada, sentei com os apresentadores do jornal, Kátia Sartório e Luciano Seixas, para repassar o texto, torná-lo coloquial e ajustarmos os tempos de nossas falas. A parte que eu entrevistaria a especialista era a incógnita. Nunca se sabe *a priori* o que pode render uma entrevista ao vivo. Mas isso era um risco que fazia parte da nova linha editorial da *Voz*. No formato antigo, enquadrado e burocrático, não se corria esse tipo de risco mas o jornal também não tinha vida, não pulsava, não seduzia o ouvinte a continuar a audição porque nunca o surpreendia. A Radiobrás apostou no contrário e parece que deu resultados. Recentes pesquisas feitas por estudantes de comunicação com ouvintes indicavam que a audiência tinha gostado das modificações introduzidas.

12 A Primeira Matéria na Voz do Brasil

– Quinta-feira, 30 de março de 2006, em Brasília são 7 da noite.

Entra a vinheta com a profonia de *O Guarani* em ritmo baiano abrindo o jornal. Os apresentadores, Luciano Seixas, o Luca, e Kátia Sartório, anunciam as principais manchetes do dia, e dentre elas, a minha matéria. Nos dias que se seguiram eu descobriria a amplitude da repercussão do assunto, inclusive no exterior.

Loc Kátia//

- *A partir de agora você vai ficar sabendo de uma história no mínimo intrigante...*

Loc Luciano//

- *Moradores do município de Lucas do Rio Verde, a 285 quilômetros da capital do Mato Grosso, estão assustados com o que vem acontecendo com as plantas e hortas da cidade: elas estão secando...*

Loc Kátia//

- *Árvores, jardins, plantações de hortaliças... todos com a mesma característica: pontos secos no meio das folhas...*

Loc Luciano//

- *É... e ainda não se sabe ao certo o que está acontecendo, mas a suspeita é de uma possível contaminação por agrotóxico dessecante lançado por avião e utilizado em grandes lavouras...*

Loc Kátia//

- *Pra gente entender melhor o que está acontecendo por lá vamos conversar com o Paulo Machado que está acompanhando essa história. Boa noite, Paulo:*

LOC Paulo//

- Boa noite, Kátia, boa noite, Luciano, boa noite, ouvintes.

- Eu conversei hoje com a Lindonésia Andrade, que é uma bióloga e é a administradora do Horto de Plantas Medicinais de Lucas do Rio Verde. Lá ela cultiva mais de duzentas variedades de plantas medicinais com que as pessoas da cidade vinham se tratando das mais diferentes doenças.

- Depois dessa possível contaminação com agrotóxico, ela me disse que todo seu trabalho, que inclui anos de pesquisa, está perdido.

- As plantas não servem mais para tratamento porque estão contaminadas. Vamos ouvi-la:

Sonora Lindonésia//

Tudo indica que foi o paraquat. Tudo indica, mas não temos a certeza absoluta, mas as características seriam do paraquat, inclusive esse paraquat é um veneno que nos países desenvolvidos nem se utiliza mais.

Ele é do Tipo Um, muito tóxico. Além de prejudicar a vegetação ainda prejudica todos os seres vivos, inclusive nós.

Seus efeitos quanto mais lentos são piores. Os efeitos rápidos, que são: dor de cabeça, vômito e diarreia, são fáceis de identificar. Os efeitos lentos, futuramente podem levar diversas pessoas daqui da cidade e da região próxima, a desenvolver tumores malignos como, por exemplo, câncer de próstata, de testículos, as mulheres podem ter câncer de ovário, de mama, enfim, é uma preocupação, é um caso de saúde pública, porque futuramente nós vamos ter pessoas doentes na cidade.

LOC Paulo//

Esse veneno é muito utilizado nas lavouras de soja para secar as folhas, para apressar a colheita e permitir que se plante uma outra safra, que no caso dessa região é a safra de milho.

Segundo a Organização Mundial de Saúde ele contamina mais de vinte e cinco milhões de lavradores em todo o mundo, todos os anos.

LOC Kátia//

Isso é muito grave. Quais são as providências que estão sendo tomadas, Paulo?

LOC Paulo//

Nós conversamos também com o Ministério Público lá de Lucas do Rio Verde, que está tomando providências. A promotora Patrícia Eleutério Campos nos falou sobre as dificuldades de descobrir que veneno foi utilizado e quem foi que o utilizou sobre a cidade. Vamos ouvi-la:

LOC Patrícia//

Segundo a denúncia que nos foi feita, esse dano teria sido causado por pulverização de veneno por aeronaves agrícolas que teriam sobrevoado o município, a cidade de Lucas do Rio Verde.

De imediato, nós entramos em contato com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e com as demais entidades da sociedade civil organizada, para começar a desenvolver ações para tentar identificar os causadores desses danos.

LOC Paulo//

A senhora está informada sobre as dificuldades técnicas para identificar o veneno?

LOC Patrícia//

A denúncia também chegou ao Ministério Público, se não me engano, no dia sete de março e, segundo eles relatam, a aplicação do veneno teria sido feita no dia primeiro de março. Nós também tomamos conhecimento alguns dias depois, mas mesmo conscientes de que pode haver essas dificuldades, o Ministério Público só vai desistir da realização de perícia quando tiver uma informação oficial dessa impossibilidade, ainda que a gente obtenha uma resposta negativa quanto a possibilidade de se descobrir.

LOC Paulo//

Para falar mais sobre o assunto, de como as pessoas e as autoridades devem se prevenir contra esse tipo de acidente, eu convidei a doutora Heloisa Rey, que é médica do trabalho, especialista em toxicologia, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa. Boa noite, doutora Heloisa:

AO VIVO por telefone, Doutora Heloisa//

Boa noite a todos.

LOC Paulo//

Doutora Heloisa, esse caso lá de Lucas do Rio Verde está servindo de exemplo para as pessoas da região, de como elas devem reagir e que providências

devem tomar no caso de um acidente grave como esse. O que a Anvisa tem feito para prevenir esse tipo de acidente e quais são os possíveis efeitos da contaminação por agrotóxicos nas pessoas, que riscos a população está correndo?

AO VIVO por telefone, Doutora Heloisa//

A primeira pergunta que você fez sobre a função da Anvisa é de fazer recomendações estritas de utilização do produto. Esse produto é para uso exclusivo na agricultura. Então ele só pode ser usado em áreas rurais com o plantio de culturas para as quais ele está autorizado. Isso é uma primeira coisa.

A segunda coisa é que como o produto é altamente tóxico – ele é classificado no tipo dois, no nível dois da classificação toxicológica, houve algumas modificações na sua fabricação que fizeram com que ele se tornasse menos perigoso. A primeira coisa foi mudar a cor. Ele tinha antigamente uma cor que lembrava muito a coca-cola, o que causava muito engano por pessoas que acidentalmente o bebiam pensando se tratar de refrigerante. Então ele passou a ser de um verde meio amarelado. Uma cor que não é muito atrativa do ponto de vista de estimular o apetite e pudesse matar a sede das pessoas. Então, esse tipo de acidente diminuiu.

Outra coisa é que a empresa que produz o paraquat adicionou um produto que provoca vômito, pois, se por acaso alguém o ingerir, apesar da cor, apesar de ser um produto de uso agrícola, alguém beber por acidente, ela vai vomitar de qualquer maneira. E isso faz com que o tempo de contato do produto com o organismo da pessoa diminua.

Por outro lado, quando se autoriza um produto para ser comercializado se obriga o fabricante a colocar um rótulo com informações sobre a toxicidade e uma bula inclusive com informações para quem vai fazer o atendimento em saúde da pessoa intoxicada – no caso de ingestão acidental ou mesmo intencional no caso de uma tentativa de suicídio ou um crime.

Nessa bula a gente diz quais são as precauções que se deve tomar para quem usa profissionalmente o produto: usar equipamentos de proteção, aplicar em períodos durante o dia que não sejam muito quentes...

LOC Paulo//

- E, no caso de contaminação, a Anvisa tem algum número de telefone para as pessoas ligarem e receberem instruções?

AO VIVO por telefone, Doutora Heloisa//

- Tem o telefone “Disque Intoxicação”, que é o 0800-7222001.

LOC Paulo//

- Obrigado. Nós conversamos com a doutora Heloisa Rey, que é médica, especializada em toxicologia, da Anvisa. Boa noite, doutora.

- Amanhã nós vamos conversar com outras autoridades em saúde e do meio ambiente de Lucas do Rio Verde e do estado de Mato Grosso sobre a suposta pulverização com agrotóxicos que a cidade sofreu. Boa noite.

A entrevista não tinha rendido tanto quanto eu esperava. Estourou o tempo, dez minutos, para desespero da editora-chefe, Anelise Borges, que teve que derrubar várias matérias programadas para irem ao ar depois da minha – retribuí sua cara feia com um sorriso amarelo. A médica não falou sobre a denúncia, sobre a legislação e sobre as responsabilidades do governo federal na fiscalização do uso de agrotóxicos. Mas esses são problemas normais quando se faz ao vivo.

13 A Revolução Verde

Na sexta-feira, dia 31 de março, antes de embarcar para Mato Grosso, continuei minhas pesquisas. Minha busca era sobre a “revolução verde” que havia desencadeado todo o processo de modernização da agricultura e, com ela, o uso intensivo de agrotóxicos e de fertilizantes químicos a partir da década de 50 do século passado. Acabar com a fome no mundo foi o principal argumento utilizado para a justificar.

Selecionei dois textos: um a favor, relatando suas vantagens e defendendo o uso de produtos agroquímicos, e outro revelando suas contradições e o impacto ao meio ambiente. Reproduzo ambos aqui para o leitor compreender melhor a dimensão do problema e os processos históricos em que os fatos estão inseridos.

Na página < <http://www.cnpma.embrapa.br> > encontrei o seguinte texto defendendo a revolução verde:

O modelo de agricultura da revolução verde é sustentável?

[Matéria do Informativo Meio Ambiente e Agricultura - ano VI nº. 24 out./nov./dez 1998]

A revolução verde

Um dos mais importantes desenvolvimentos agronômicos deste século, a “revolução verde” foi responsável por extraordinário aumento da produção de cereais em diversos países, principalmente na Ásia, onde reduziu dramaticamente os problemas da fome, com destaque para a Índia, o Paquistão e, posteriormente, a China. O impacto social que essa nova tecnologia teve, pelo aumento da produção de alimentos de países em desenvolvimento, foi de tal ordem, que resultou em reconhecimento mundial, concretizado pela concessão do Prêmio Nobel da Paz de 1970 a Norman E. Borlaug, tido como o “pai” da revolução verde.

A revolução verde consistiu no desenvolvimento de variedades de cereais de porte baixo, de alta produtividade e com baixa relação entre palha e grãos. Inicialmente variedades de trigo e milho, desenvolvidas em um programa internacional conduzido no México, foram introduzidas e cultivadas no Paquistão e na Índia, em meados da década de 60, resultando em notável aumento da produção de cereais, principalmente trigo. Posteriormente, variedades de arroz, desenvolvidas nas mesmas condições nas Filipinas, incluíram esse importante cereal na revolução verde. As variedades de arroz, trigo e outros cereais cultivados na época, de porte alto, acamavam sob doses mais elevadas de nitrogênio, o que era um importante fator limitante do aumento da produtividade. As plantas de porte baixo não acamavam e permitiram a obtenção de alta produtividade, principalmente com doses elevadas de nitrogênio na adubação.

Críticas ao modelo de agricultura da revolução verde

Passados os anos, a agricultura da revolução verde passou a sofrer críticas, que continuam nos dias de hoje. Tem sido questionada a sustentabilidade de uma tecnologia baseada em monoculturas, altamente dependente de fertilizantes e pesticidas, insumos de alto custo e com potencial de poluição ambiental. Na realidade, essa crítica tem sido estendida à agricultura de altos insumos praticada em todo o mundo, colocada por alguns, em termos genéricos, sob o “paradigma da revolução verde”. Assim, a discussão que apresentamos não se refere apenas à concepção mais restrita da revolução verde, a rigor limitada aos cereais de porte baixo, cabendo os mesmos argumentos ao que se chama de agricultura convencional ou moderna.

Monocultura

A monocultura, em geral sem rotação com outras culturas, realmente é menos desejável do ponto de vista fitossanitário, pela maior vulnerabilidade ao ataque de pragas e doenças, aumentando a necessidade de uso de pesticidas. Isso é fato há muito conhecido na agronomia, tanto é assim que um dos pontos fortes nos trabalhos de melhoramento de trigo e arroz sempre foi a incorporação de resistência a doenças nas variedades. Mas o importante é ressaltar que raramente há alternativas para a monocultura, não só para cereais, mas também no caso de outras culturas. Em diversos lugares na Ásia, é feito o plantio de arroz inundado no verão e de trigo no inverno, uma rotação bem menos apropriada que a nossa de trigo e soja, mas que lá é a melhor opção disponível. O problema é que a maior necessidade é de produção de cereais, de forma que as rotações, quando ocorrem, são em pequena escala. Situação similar ocorre no Meio Oeste dos Estados Unidos, em que as extensas áreas cultivadas com

milho deixam oportunidade para apenas uma participação parcial da rotação com soja e outras culturas, prevalecendo a monocultura do milho. De qualquer forma, a monocultura vem sendo praticada na agricultura há muito tempo, em alguns casos há milhares de anos, e a tendência segue sendo o aumento da produtividade, desde que utilizadas técnicas modernas de produção.

Fertilizantes minerais

Outra crítica à agricultura moderna é a dependência de fertilizantes minerais sintéticos. Esta na realidade é uma falsa questão. Toda matéria seca de plantas contém quase 5% de nutrientes minerais, o que significa que, para produzir matéria vegetal é necessário que haja disponibilidade de nutrientes. Se considerarmos que a produção mundial de cereais atinge 1,9 bilhão de toneladas, só na colheita desses grãos são removidos cerca de 100 milhões de toneladas de nutrientes, que têm que ser repostos para evitar a depauperação do solo. Não há maneira mais barata de suprir essa necessidade, em grandes áreas, do que usando fertilizantes industrializados. Isso não implica desconhecer a importância da matéria orgânica do solo ou dos fertilizantes orgânicos, quando disponíveis, para a produção agrícola. Trata-se simplesmente de uma questão de disponibilidade e de custo de produção. Mas lembremos também que o uso contínuo de fertilizantes minerais de forma nenhuma compromete a produtividade, pelo contrário. A preocupação com a poluição de corpos de água com nitrato, importante também no caso de aplicações de adubos orgânicos, pode ser reduzida com o manejo adequado das fontes de nitrogênio. Cabe ressaltar que, considerada a limitação dos adubos orgânicos - quantidade disponível e custo elevado de transporte -, não há substitutos efetivos para os adubos minerais. Fosfatos naturais e adubos verdes, por exemplo, têm aplicação muito restrita e eficiência incerta.

Pesticidas

A dependência ao uso de pesticidas é outra questão importante. No início da revolução verde, da mesma forma que os fertilizantes, os pesticidas foram necessários para garantir o aumento da produção agrícola. O mau uso desses produtos tem os conhecidos problemas, tais como danos à saúde do aplicador, resistência de pragas aos pesticidas, custo elevado e contaminação ambiental. São problemas que não invalidam o uso de pesticidas, até por falta de alternativas na maior parte dos casos. Caminha-se em direção ao manejo integrado de pragas, que é a integração de um número de técnicas de controle, que pode resultar na redução do uso de pesticidas, e principalmente, de seus efeitos desfavoráveis, mas não na sua eliminação do processo produtivo.

Podemos concluir que não há evidências de que a sustentabilidade da agricultura moderna esteja ameaçada. Existem problemas ambientais, mas estes podem ser minimizados, como já existem exemplos em muitas partes do mundo.

Bernardo van Raij, chefe geral da Embrapa Meio Ambiente, é engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com doutorado na Universidade de Cornell, EUA, e com pós-doutorado na Universidade Agrícola de Wageningen, Holanda. É autor e co-autor de 166 trabalhos publicados, incluindo quatro livros, 84 trabalhos científicos e 26 trabalhos publicados no exterior. (bvanraij@cpnma.embrapa.br)

Copyright © 1997-2003 Embrapa Meio Ambiente. Todos direitos reservados. Nota Legal. Rodovia SP 340 - km 127,5 Caixa Postal 69 Fone (0xx19)3867.8700

Cep 13820-000, Jaguariúna, SP

Na página <<http://www.comciencia.br>> encontro o seguinte texto:

A falácia dos produtos químicos

O conceito de sustentabilidade, em sua forma mais simplificada, consiste em considerar que a atuação do ser humano sobre o meio ambiente deve ser direcionada para assegurar às gerações futuras as mesmas oportunidades que tivemos quando aqui chegamos.

A agricultura, pela sua íntima relação com a natureza, representa um dos exemplos mais dramáticos de rompimento desse conceito. Em busca do aumento da produtividade num mercado altamente competitivo, a solução encontrada pela chamada “agricultura moderna” foi a mecanização e o uso de fertilizantes e defensivos agrícolas.

Nos últimos 50 anos, os sistemas integrados de manejo agrícola, onde os resíduos das culturas eram utilizados na alimentação animal ou na incorporação ao solo e o esterco era retornado ao solo de modo balanceado, praticamente desapareceram. Neste sistema de produção, os componentes eram complementares entre si, fazendo parte de uma cadeia produtiva auto-sustentável.

Desde a 1ª Revolução Agrícola, que ocorreu no início do século, e em especial após a Revolução Verde, lançada na década de 50, as fazendas têm se tornado mais especializadas separadamente nas culturas e na criação do gado, intensificando o uso de agroquímicos, fertilizantes e água. Os agroquímicos con-

taminando as águas subterrâneas ou rios podem prejudicar a fauna silvestre e ameaçam a sua qualidade para o consumo humano. Nitratos e fosfatos de fertilizantes e resíduos orgânicos de esterco animais e efluentes de silagem contribuem para o crescimento de algas nas superfícies das águas, provocando a diminuição da oxigenação das águas e a morte dos peixes.

A Revolução Verde, saudada como a solução para o problema da fome do mundo, rendendo inclusive um Prêmio Nobel para seu idealizador, está aquém de sua premissa original. Consolidou-se centrada no “tripé dos sonhos” das grandes companhias: sementes híbridas, que exigiam adubação química intensiva e a utilização crescente de venenos, chamados eufemisticamente de “defensivos”, enquanto as pragas adquiriram resistência crescente aos mesmos.

Esse mercado gerou em 1998 a renda para as principais companhias: de US\$ 15 bilhões para as que trabalham com sementes, US\$ 50 bilhões para as fabricantes de adubos e US\$ 35 bilhões para as que produzem venenos. O desenvolvimento das grandes empresas fabricantes de insumos passou a financiar as pesquisas na agricultura desde a Revolução Verde, deixando a agricultura moderna sempre “em moda”.

“O maior erro do Brasil foi copiar este sistema. A monocultura, criada pelos europeus e americanos, funciona bem em países de clima temperado, onde numa época do ano o gelo quebra o ciclo das doenças e pragas”, explica o pesquisador do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), Edmilson Ambrosano. Nestes locais para iniciar um novo plantio é preciso preparar o solo novamente, porque o agricultor tem pouco tempo para plantar. Eles usam a gradagem para ajudar a derreter o gelo e queimar matéria orgânica para aumentar a ciclagem dos nutrientes. Já nosso inverno apenas diminui as pragas, mas elas estão sempre aptas a se multiplicarem muito rapidamente. “O Brasil adotou este sistema sem ter o gelo para quebrar o ciclo das doenças”, alerta Ambrosano. “Temos capacidade de dobrar a produção de alimentos com a adoção de técnicas primárias de agricultura”, complementa.

A modernização da agricultura desestabilizou comunidades inteiras na América Latina, África e em outras partes. Tais comunidades dispunham de uma agricultura estável há centenas de anos com suas próprias sementes. As sementes híbridas, plantadas nas condições ideais promoveram inicialmente um aumento de produção, enquanto havia material orgânico disponível no solo para reter os nutrientes. Com o passar do tempo as terras se exauriram e o agricultor já não podia comprar as sementes e seus acessórios (adubo e veneno).

Adicionalmente ocorreu o envenenamento dos agricultores, dos alimentos e do meio ambiente, pelo uso crescente dos venenos. A situação tornou-se pior que anteriormente.

A contaminação do solo e da água pode ser provocada quando a atividade agropecuária é intensa e o resíduo orgânico não é decomposto rapidamente. Quando in natura, os resíduos podem queimar as plantas pela elevação da temperatura ou os produtos primários de sua decomposição serem levados para os lençóis freáticos. A contaminação da água por nitratos ou microrganismos patogênicos provoca problemas crônicos na saúde humana. Os alimentos provenientes destas produções de uso constante de agrotóxicos contêm resíduos destes produtos químicos que também apresentam riscos para as pessoas que os consomem. “Quando adotamos as práticas de monocultivo foi um desastre. É um sistema antinatural”, afirma Ambrosiano.

O pesquisador lembra que na natureza existem várias espécies crescendo num mesmo espaço, gerando a competitividade e o equilíbrio de insetos e pragas. Os defensivos são em sua maioria seletivos. Eles exterminam os insetos, tanto os predadores quanto os insetos praga. A agricultura quebra este ciclo criando um sistema artificial, que não se mantém naturalmente.

Apregoa-se intencionalmente que não existe alternativa a esse modelo, teimosamente mantido apesar da sua insustentabilidade. A agricultura orgânica, praticada na China há milênios, sustentou até pouco tempo um terço da população mundial numa área útil correspondente à do Estado do Pará, mostrando-se como uma alternativa viável à agricultura predatória convencional dependente do uso intensivo de insumos.

Por requerer o uso intensivo de mão-de-obra, a agricultura orgânica consiste também numa alternativa de empregabilidade das imensas massas de trabalhadores expulsos do campo pela mecanização crescente da agricultura. É uma forma de se produzir alimentos saudáveis resolvendo o problema de desemprego na área.

Existe no mercado mundial uma tendência crescente de produção e de compra de alimentos naturais, contando inclusive com apoios governamentais. Na Europa e EUA os cultivos orgânicos crescem de 25 a 60% ao ano. O mercado brasileiro tem crescido 10% ao ano e 70% da produção é exportada, gerando receita de 10 milhões de dólares. O governo inglês planeja converter para o cultivo orgânico 20% de sua agricultura convencional. A Alemanha, maior consumidor mundial de produtos orgânicos, determinou que progressivamente toda a alimentação infantil deverá ser constituída por alimentos orgânicos.

Créditos

Redação: Alessandro Mancio Camargo, Bianca Rodrigues Moura, Eliana Lima, Luis Carlos Casteletti, Marisa Wildner, Zahra Chaudhry. Edição: Alessandro Camargo, Eliana Lima, Mônica Macedo. Webmaster: Gisele Rodrigues, Mônica Macedo.

Em <<http://www.biopirataria.org>> encontrei também a seguinte definição:

O que foi a “Revolução Verde”?

Transformação na agricultura, a partir dos anos 50, acarretada pela injeção de tecnologia básica e de um conjunto de práticas e insumos agrícolas que asseguraram condições para que as novas cultivares alcançassem altos níveis de produtividade, dando surgimento às sementes de Variedades de Alto Rendimento – VAR. Essas sementes vieram substituir as chamadas sementes crioulas, até então bastante utilizadas na agricultura tradicional. Desta forma a diversidade de espécies agrícolas diminuiu drasticamente no mundo. A diversidade de pequenos sistemas de subsistência foi substituída por monoculturas. Atualmente, por meio da “Segunda Revolução Agrícola”, essa tendência está aumentando com a expansão dos plantios transgênicos, como, por exemplo o surto da soja. Ela causa o êxodo rural, o crescimento da miséria urbana e ameaça a biossegurança.

O leitor pode ver que o assunto está longe de qualquer tipo de consenso. Essa é uma polêmica que já dura mais de 50 anos. Tive contato com o assunto ainda no início da década de 70, quando era estudante da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba, São Paulo. Recém-ingressado na universidade, não dispensava uma boa briga ideológica. Vivíamos o auge da ditadura militar e do terrorismo cultural por ela imposto com a imprensa sob censura e obrigada a sonegar informações ao cidadão. A princípio, meu esquerdismo da época me levou a defender a “revolução verde”, simplesmente por se tratar de uma “revolução” e como tudo que tinha a palavra revolução era proibido, lá estava eu esbravejando a favor. Foi quando alguns colegas mais entendidos sobre o assunto, comunistas de carteirinha, tiveram a paciência de me explicar o que estava por traz daquela “revolução” e os interesses do grande capital monopolista nela representados. Mudei da água para o vinho. Da noite para o dia passei a denunciar e a esbravejar contra aquela “tentativa de me enganar” e convidava os colegas a cerrar fileiras contra ela. Isso tudo até que novas polêmicas tomassem conta do ímpeto revolucionário do jovem classe-média que descobria o mundo aos dezoito anos.

Preparando-me para fazer a reportagem, longe das brigas acadêmicas, deparei-me novamente com o apaixonante assunto. Ciente do perigo das paixões em minha profissão, sabia que antes de mais nada não podia e não devia deixar que elas tomassem conta de minha razão. Procurei organizar os pensamentos e ver em que medida esse processo histórico tinha a ver com minha pauta. Sabia de antemão que em Lucas essa polêmica representava dois lados que se opunham, aliás, como acontece em todo o país. De um lado os agricultores familiares, a agricultura orgânica, os pequenos produtores. De outro, os grandes produtores, com o uso intensivo de capital e os interesses das megacorporações que fornecem insumos agrícolas, a monocultura e o agronegócio. Entre esses dois lados está o cidadão que geralmente não sabe o que está consumindo por não dispor de informações suficientes sobre as formas utilizadas pela agricultura para produzir os alimentos. Em minha reportagem, deveria abordar todos os lados da questão, os interesses contraditórios, não do ponto de vista ideológico, mas na prática, no cotidiano, nos fatos objetivos da realidade do acidente. Meu desafio era fornecer as informações necessárias para que o público tirasse suas conclusões.

Confesso que naquela tarde de sexta-feira, a poucas horas de embarcar para Lucas do Rio Verde, senti medo. Cheguei a pensar que o desafio era grande demais para mim. Comecei a entrar em pânico. Procurei me acalmar – “não sou candidato a herói, vou fazer o que for possível”, pensei comigo mesmo. A realidade que iria documentar, de repente se tornou tão ampla que me senti ínfimo em relação a ela. “Um passo de cada vez” – me aconselhei. Refeito do susto intelectual, comecei a preparar a segunda matéria da *Voz do Brasil*, que deixaria gravada para ir ao ar naquela noite, no momento em que estaria me dirigindo para o aeroporto.

14 A Segunda Matéria na Voz do Brasil

– Sexta-feira, 31 de março de 2006, em Brasília são 7 da noite.

LOC Luciano Seixas//

– *Ontem você ouviu aqui a história do município de Lucas do Rio Verde, que fica a duzentos e oitenta quilômetros ao norte da capital do Estado de Mato Grosso, onde há suspeita de que a cidade tenha sido pulverizada com uma nuvem de agrotóxico.*

LOC Kátia Sartório//

– *A denúncia, que está sendo investigada pelo Ministério Público, foi feita pelos próprios moradores depois de perceberem que as plantas dos jardins e as hortas da cidade estavam secando.*

LOC Luciano Seixas//

– *A suspeita é de que um suposto veneno, um dessecante usado nas lavouras de soja para secar as folhas, tenha sido lançado por avião.*

LOC Kátia Sartório//

– *É, Luciano, o problema é que muita gente teve prejuízos. Os pequenos agricultores, que moram nos arredores da cidade, perderam toda a plantação de hortaliças.*

LOC Luciano Seixas//

– *A bióloga Lindonésia Andrade, que cultivava plantas medicinais, disse que perdeu anos de pesquisa. A maioria de suas plantas secaram.*

LOC Kátia Sartório//

– *Mas para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde, Nilffo Vandcheer, a preocupação agora não é somente com as plantas, mas com a saúde da população.*

SONORA Nilffo Vandcheer//

– *Esse é um tipo de contaminação com um agrotóxico que a gente percebeu nas plantas. Agora, que tipo de contaminação que isso pode causar nas pessoas também? Essa é uma cobrança que nós estamos fazendo para que haja um controle, um cadastro de quem está fazendo essas aplicações, quem são os técnicos responsáveis, quem são os proprietários, para que isso não aconteça mais. E outra cobrança que estamos fazendo é para que haja indenização tanto dos chacareiros, quanto dos danos ambientais que sofremos.*

LOC Luciano Seixas//

– *E segundo a secretária de Agricultura e Meio Ambiente de Lucas do Rio Verde, Luciane Bertinato Copeti, esse é o tipo de problema que acontece em vários municípios de Mato Grosso e que o acidente serviu de alerta para aumentar a fiscalização.*

SONORA Luciane Copeti//

– *Nós temos que estar alertas, não só no município de Lucas do Rio Verde, mas em todos os municípios de Mato Grosso, porque a pulverização, sendo ela aérea ou terrestre, é uma realidade, não só no nosso estado, mas no Brasil, onde se faz agricultura. Existe uma legislação federal que diz que o perímetro urbano tem que ser respeitado e que a pulverização só pode ser feita a tantos quilômetros. Isso nós vamos fazer valer no município de Lucas do Rio Verde. Não vamos permitir em hipótese alguma que aeronaves sobrevoem a cidade. Para isso, nós contamos com a parceria da comunidade para identificação dos possíveis infratores para que agente possa atuar e multar.*

LOC Katia Sartório//

– *O repórter Paulo Machado conversou com o coordenador da Vigilância em Saúde Ambiental, da Secretaria de Saúde do Estado do Mato Grosso, Oberdã Ferreira Coutinho, que informou o que a população deve fazer quando identificar casos como esse.*

SONORA Paulo Machado//

– *O que a população deve fazer quando a população identificar casos como esse?*

SONORA Oberdã Coutinho//

– *Deve procurar a unidade de saúde mais próxima e essa unidade vai informar à Secretaria de Saúde. A Secretaria de Saúde já está fazendo uma ação*

no sentido de identificar os sintomas de intoxicação. São sintomas muito específicos e muito complicados para o médico diagnosticar. São sintomas muito parecidos com algumas doenças que têm veiculação nesta época, principalmente a rotavirose. O que estamos fazendo agora é capacitar os profissionais dos hospitais para diagnosticar corretamente. Dia dezessete agora, traremos os profissionais dessa região de Lucas do Rio Verde e da região de Sinop para receberem um treinamento em diagnóstico e tratamento de intoxicações por agrotóxicos.

LOC Luciano Seixas//

– Oberdã disse ainda que a água que abastece a cidade de Lucas do Rio Verde está sendo analisada para saber se está contaminada ou não. Mas ele deu algumas dicas para que a população possa se prevenir de uma possível intoxicação.

SONORA Paulo Machado//

– Existe o risco dessa população estar consumindo uma água com agrotóxico neste momento?

SONORA Oberdã Coutinho//

– Existe mas a gente já orientou a Secretaria Municipal de Saúde e ela está tomando todos os cuidados na captação e na distribuição. O risco de contaminação da água fornecida à população já não existe mais. Nos mananciais ainda existe o risco e por isso a gente está orientando a população a não consumir água in natura desses mananciais. No caso dos alimentos, o tempo de carência já passou mas mesmo assim estamos orientando as pessoas que consomem vegetais in natura para que façam uma tríplice lavagem. Primeiro lavar em água corrente, depois deixar de molho no vinagre e, finalmente, lavar novamente em água corrente, esperar alguns minutos e já pode consumi-los.

LOC Kátia Sartório//

– Para os médicos e outros profissionais de saúde que quiserem tirar alguma dúvida sobre os sintomas de intoxicação por agrotóxico, basta ligar para o “SOS VENENO” - 0800-6462494, a ligação é de graça e só vale para o estado do Mato Grosso.

LOC Luciano Seixas//

– Na segunda-feira nós voltaremos a falar sobre esse assunto. O repórter Paulo Machado está indo para Lucas do Rio Verde para acompanhar de perto o caso que está ocorrendo lá.

15 A Viagem de Volta ao Passado

O cinegrafista Osmar Ferreira Nascimento e eu embarcamos e tomamos assento em poltronas separadas, no vôo de Brasília para Cuiabá. De onde estava, podia observar os passageiros entrarem no avião lotado e disputarem seus lugares com outros que, inadvertidamente, sentavam em qualquer lugar. Um dos últimos a entrar era um baixinho com cara de invocado. Cabelos lisos, castanho-escuros, que caíam até o ombro, quase emendados a uma espessa barba negra, deixando de fora apenas as grossas lentes dos óculos redondos e pequenos com aro de metal. Sentou-se na terceira fila entre um homem e uma mulher. Vi que na sua entrada cumprimentava diversas pessoas que passavam por ele e por quem passava – era um cara conhecido. A porta do avião se fechou logo em seguida e as comissárias de bordo apressavam-se em distribuir balinhas enquanto verificavam se todos estavam com as poltronas na posição vertical e com os cintos atados. Logo o avião pôs-se em movimento, primeiro empurrado para traz e em seguida para frente, com suas próprias forças. Demoramos a levantar vôo. Nossa aeronave teve que esperar na longa fila de aviões que decolam de Brasília na sexta-feira à noite. Passaram-se uns quinze minutos até que atingisse a cabeceira da pista, enchesse os canos de combustível, roncasse os motores no pleno de sua potência e ganhássemos o céu percorrendo uma longa curva rumo ao oeste.

Aguardei ansioso até que as luzes que nos retinham obrigatoriamente nas poltronas se apagassem. Assim que fui autorizado me levantei para encontrar o “baixinho invocado”.

Pedi licença para meu vizinho de poltrona e avancei pelo corredor. Enquanto caminhava pensava na incrível coincidência – nunca tinha ido a Cuiabá e logo na primeira vez encontro alguém que não via há anos. Cheguei à poltrona onde o Pig estava sentado. Olhei em seus olhos e lhe perguntei:

– O que você está fazendo aqui?

Ele me olhou e demorou alguns segundos até me reconhecer. Também pudera, da última vez que nos encontramos eu tinha 20 quilos a menos. Quando trabalhamos juntos em Barra do Garças, no Mato Grosso, havia mais ou menos 25 anos, meus cabelos e barba ainda não eram grisalhos.

Finalmente ele me reconheceu, se levantou e me abraçou.

– Ô Paulo, aonde você está indo?

– Vou para Lucas do Rio Verde, no norte de Mato Grosso...

Ele não me deixou terminar.

– O que você vai fazer lá? – perguntou.

– A cidade foi pulverizada com agrotóxico...

Ele me interrompeu novamente:

– Eu sei.

Completei dizendo que trabalhava na Radiobrás e que ia fazer uma reportagem sobre o caso. E ele emendou:

– Fui eu que estive lá e notifiquei o caso à vigilância sanitária do estado.

– Como assim? – Perguntei espantado.

– Olha aqui, eu tenho uma cópia da notificação que fiz para o Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso, estou trabalhando lá.

Revirando uma pasta que estava sob sua poltrona, o médico Wanderlei Antônio Pignati, sanitarista de longa data, tirou o documento e me entregou.

– Espera aí, tenho que pegar meus óculos. Você não quer sentar ali atrás?

Felizmente havia duas únicas poltronas juntas vazias sobre as asas, em frente a uma das saídas de emergência do avião. Nos dirigimos a elas.

– Estou morando em Cuiabá há mais de 15 anos. Tenho uma chácara na beira do rio Coxipó, dentro da cidade.

Dali em diante reviramos os baús de nosso passado durante o resto da viagem e entremeamos nossa conversa com os fatos ocorridos em Lucas.

Chegando a Cuiabá, Pignati me apresentou sua esposa, Otilia, médica, que o esperava pronta para irem a uma festa num dos clubes locais. Eles insistiram para que ficássemos em sua casa até a hora da conexão com outro vôo. Nos deixaram em sua chácara e foram para a festa. Para meu deleite, em minha companhia Pignati deixou uma pilha de livros, teses e revistas científicas com artigos seus e de outros estudiosos que relacionavam agrotóxicos e casos de câncer, estudos sobre a presença de resíduos dos venenos utilizados na agricultura, no cascalho do fundo dos rios que alimentam a bacia do pantanal, em poços artesianos que abastecem cidades e até no leite materno que amamenta crianças nascidas em regiões de intensa atividade agropecuária.

Osmar se acomodou em um quarto no fundo da casa para puxar uma soneca. Eu comecei a devorar o farto material que permitiria aprofundar meu conhecimento sobre o assunto que me trazia até ali.

Lá pelas 2 da manhã meus anfitriões voltaram da festa. Fizemos um pequeno lanche acompanhado de petiscos improvisados e cerveja bem gelada – para suportar o calor de vinte e oito graus de Cuiabá, àquela hora da madrugada. Nosso papo se estendeu até a hora de retornarmos ao aeroporto.

No saguão, uma foto de satélite mostrava em vermelho a devastação florestal no estado de Mato Grosso, provocada pela expansão indiscriminada do agronegócio. A vegetação que sobrou estava reduzida a pequenas manchas verdes ao longo dos rios. Pignati fazia questão de explicar nos mínimos detalhes a questão da contaminação ambiental nos rios da região e como eles carregavam os agrotóxicos de um lugar para outro. Uma parte dos rios, nascidos no centro do estado, rumam para o sul, abastecendo a bacia do pantanal e carregando consigo o agrotóxico utilizado na parte alta e plana, nas cabeceiras dos rios que depois ganham cauda e despencam para os baixos pantaneiros, e de lá para a bacia dos rios Corumbá e Paraná. Outra parte também nasce no centro do estado, só que esses rios rumam para o norte, rumo à bacia do Amazonas. Dentre eles, estava o rio Verde, que, depois da cidade do mesmo nome, se junta ao rio Teles Pires, indo desaguar suas águas contaminadas no Amazonas. Com essa aula de meio ambiente, quase perdemos o vôo para Lucas.

Era um avião pequeno, de 12 lugares. O comandante e o co-piloto nos aguardavam ao pé da escada que não tinha mais do que quatro degraus. Éramos os últimos a subir no avião. Osmar e eu nos apresentamos – foi quando aproveitei para pedir-lhes, caso fosse possível, que, ao chegarmos ao nosso destino, fizessem um sobrevôo da cidade para captarmos umas imagens aéreas. O comandante nos disse que dependeria do tempo, pois tinha informações de

que, naquele momento, estava chovendo em Lucas. Partimos às 5 da manhã. Nosso vôo demoraria pouco mais de uma hora.

Aproveitei o tempo para atualizar o Osmar sobre detalhes de nossa pauta. De tanto ouvir o Pignati falar em câncer e agrotóxicos ele estava ficando curioso. Aos poucos, ele tomava conhecimento do assunto e da importância de nosso trabalho ao ir para Lucas. Pedi-lhe que trabalhasse com a câmera em ângulos diversos, que usasse o zoom, enfim, que fosse criativo. Sabia que estava fazendo uma proposta ousada para um cinegrafista como ele, que há tantos anos fazia um trabalho restrito à cobertura de discursos em solenidades oficiais, mas mesmo assim procurei passar-lhe confiança de que era capaz de fazer algo diferente do que estava habituado.

As duas noites praticamente sem dormir começavam a produzir seus efeitos. A cavidade de meus olhos doía, pedindo repouso, mas eu sabia que estava apenas no início de nossa jornada. Para espantar o sono comecei a preparar uma primeira passagem para a TV, que gravaria ainda no avião. Pedi ao Osmar que preparasse a câmera de tal maneira que pegasse meu rosto em contra-plano¹ com a janela e, através dela, a asa do avião. Abriria em mim e depois fecharia na asa.

Passei com ele o texto:

– Estamos aterrissando em Lucas do Rio Verde, a 280 quilômetros ao norte de Cuiabá, no estado do Mato Grosso. Há trinta dias uma outra aeronave fazia este mesmo percurso, só que de suas asas caía um poderoso veneno que pulverizou a cidade aqui embaixo...

Repassei esse texto várias vezes enquanto o Osmar cronometrava o tempo conciliando as imagens e orientava meu posicionamento. Estávamos na cauda do avião e o espaço era mínimo. O dia começava a clarear com muita chuva que caía de nuvens pesadas. Voávamos a baixa altitude. Entre uma nuvem e outra abriam-se brechas que me permitiam ver a terra. Meu primeiro susto foi com a cor das águas dos rios tortuosos que circundam extensas lavouras que se debruçam sobre as barrancas dos rios. Terras aradas, desmatadas, trabalhadas. Terras plantadas e rios vermelhos, águas barrentas que carregam boa parte da fertilidade dos solos antes recobertos de matas. Matas mesmo, agora só existem em algumas encostas e em pequenos vales. Em tudo mais, a presença do homem é marcante e degradante, ambientalmente falando.

¹ Contra-plano – em plano contrário ao do fundo da imagem.

Estávamos chegando a Lucas. Era alvorecer de sábado, 1º. de abril. Posicionei-me agachado e recostado na poltrona da frente, olhando o fundo da aeronave, com as pernas encolhidas para que minha cabeça ficasse na altura da janela do avião. Gravamos uma, duas, três vezes. Essa passagem nunca seria utilizada. O ruído interno dos motores era muito alto, o vidro do avião cheio de estrias, mal permitia que a ponta da asa fosse vista. A tomada aérea da cidade circundada de grandes lavouras ficaria para a volta. Eram muitas nuvens, apesar de a chuva ter parado.

Descemos no pequeno aeroporto de Lucas, onde Nilffo Wandscheer, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nos aguardava acompanhado de sua esposa, Hilária Wandscheer. Eu o havia avisado de nossa ida na tarde do dia anterior. Embarcamos na caminhonete importada do sindicato. Mais tarde Nilffo me contou que ela foi doada por uma ONG da Alemanha. Eu devorava a paisagem nos poucos quilômetros que separam o aeroporto da cidade. Extensos milharais nos acompanharam até começarem a aparecer os enormes silos das indústrias de alimentos na periferia de Lucas. Atravessamos a BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, e adentramos a cidade, toda calçada e arborizada. Fomos direto para a sede do sindicato. No caminho Nilffo, entusiasmado, me contou sobre as primeiras repercussões das matérias da *Voz do Brasil*. Parentes e amigos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, depois de as ouvirem, estavam ligando para saber sobre o acidente. Contou-me também que a pressão sobre o sindicato havia aumentado na cidade: “Isso devia ter ficado entre nós”, diziam os políticos locais ligados ao agronegócio.

Já na sede do sindicato, depois de nos apresentar as instalações, dentre as quais um anfiteatro, sentamos para conversar sobre o andamento das investigações do acidente. Nilffo narrou as dificuldades que a promotoria estava encontrando para obter as provas materiais do crime, segundo ele, apesar das evidências estarem expostas por toda a cidade. Também falou da ajuda, em sua opinião imprescindível, que o médico Wanderlei Pignati e o agrônomo James Cabral deram ao orientar as organizações da sociedade civil sobre a legislação e as responsabilidades de cada um dos agentes públicos no caso.

Confesso que a princípio tive algum receio que nosso anfitrião tentasse de alguma maneira influenciar o andamento da reportagem. Mas minhas preocupações logo se dissiparam ao ver a retidão de caráter e a maneira isenta e ética com que Nilffo se referia aos seus opositores locais: os grandes fazendeiros. Ele demonstrava abertamente que representava um lado da questão: o dos pequenos proprietários, chacareiros e trabalhadores rurais que, pelas

circunstâncias do acidente, eram tão vítimas quanto a população local. Em sua fala Nilffo ressaltava o interesse público envolvido na questão representado pelas condições da saúde dos moradores expostos ao veneno, colocando isso acima até mesmo da contenda histórica entre capital e trabalho, preocupação própria do líder sindical.

16 A Fartura de Informações no Café da Manhã

Naquela manhã de sábado, Nilffo reuniu no sindicato vários líderes da sociedade civil local para debater os acontecimentos. Alguns deles eu já entrevistara por telefone. Prepararam um café da manhã para nos esperar. Na varanda do alojamento do sindicato formamos uma grande roda. Para o café serviram pães, queijo, leite, manteiga da roça e bolo, tudo sobre uma imensa mesa improvisada com tábuas de construção sobre cavaletes. Não faltou uma toalha de mesa estendida pela Epifânia, a assessora do Ponto de Cultura.

Foi chegando gente e entrando na conversa. A professora Cleuza ministra educação ambiental no Colégio Estadual Dom Bosco e é uma das coordenadoras da Organização Não-Governamental Luverdense de Meio Ambiente. Vieram também a professora Zoraide, da mesma escola, a Lindonésia Andrade, do Horto de Plantas Medicinais da Fundação Padre João Peter, o Celito Trevisan, presidente da Associação dos Chacareiros, o Claudionir Boff, presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, e mais alguns curiosos que não se identificaram. O Augusto Pereira, coordenador do Ponto de Cultura – PC-Nortão, fazia anotações para suas futuras matérias no jornal local. Hilária Wandscheer, esposa do Nilffo e secretária do sindicato, cuidava para que todos se servissem e reabastecia nossa garrafa de café.

Percebi que ali, no bate-papo informal, as pessoas se soltavam e pedi ao Osmar que começasse a gravar. Minha função era indagá-las sobre o problema ocorrido em Lucas. Elas respondiam bem às minhas perguntas expondo suas visões pessoais, suas histórias de vida, as relações sociais na cidade. Demonstravam consciência das causas do acidente e apontavam contradições do modelo de agricultura praticado pelos grandes fazendeiros.

As professoras falavam dos sintomas de intoxicação que freqüentemente os alunos apresentavam. Hilária falava das coceiras, da constante troca de

marca de sabonete, pois essa podia ser uma das causas das alergias, e concluía que só podia ser a água contaminada com agrotóxicos. Celito falava dos prejuízos dos chacareiros, Nilffo dos custos da produção da soja e da insustentabilidade do modelo de produção, enquanto rodava a cuia de chimarrão, sempre reabastecida de água quente pelo Celito.

Quando chegou a secretária de Agricultura e Meio Ambiente, Luciane Copeti, ela entrou na roda logo justificando a demora do poder público em tomar as providências necessárias. Falou dos aviões sem registro e da falta de controle dos vôos das aeronaves locais pelo Departamento de Aviação Civil. Informei-lhe que não cabia ao DAC [agora ANAC] esse controle, e sim ao Ministério da Agricultura. Meio constrangida, ela continuou falando da expectativa da chegada do resultado dos exames do Ministério da Agricultura. Informei-lhe sobre o que havia apurado no Ministério; que os resultados jamais chegariam; que os técnicos sequer haviam recolhido amostras da vegetação e que a justificativa deles era excessivo espaço de tempo entre a pulverização e a data de coleta de material para análise. Foi uma decepção total. Lindonésia reagiu dizendo que o agrônomo James Cabral do Formad, o Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que esteve junto com Wanderlei Pignati periciando os efeitos do acidente e formalizando a denúncia, tinha coletado amostras para serem analisadas – só não tinham dinheiro para mandá-las para o laboratório. A secretária disse que bancaria as análises:

– De quanto vocês precisam? – indagou em tom agressivo.

Lindonésia respondeu que não sabia ao certo – provavelmente de algo em torno de 800 reais.

Luciane Copeti não vacilou:

– Pois passe na prefeitura na segunda-feira que te dou o dinheiro.

Mas Celito Trevisan, o presidente da Associação dos Chacareiros não deu o assunto por resolvido:

– Eu sabia que ia acontecer isso. Quando aquele japonês [*Antônio Hideo Inoue, fiscal federal agropecuário do Ministério da Agricultura em Cuiabá*] e a tal doutora Márcia chegaram aqui já tinham um relatório pronto sobre o que tinha acontecido. Eles olhavam para as plantas com as folhas perfuradas, secando, e o cara ia logo falando: “Isso é fungo, essas plantas foram atacadas por fungos!” Parece que ele tinha um relatório pronto no bolso do colete, eles não estavam nem um pouco preocupados em saber o que tinha acontecido aqui. Parece que já saíram de Cuiabá com ordem para não descobrir nada – concluiu Celito.

A secretária, mudando de assunto, falou das providências que o município estava tomando para conquistar o “selo verde” de certificação ambiental da soja e lamentou a quebra da lavoura devido aos preços internacionais do produto.

Foram depoimentos muito ricos, cheio de detalhes que, provavelmente, eu jamais conseguiria se tivesse feito a opção de entrevistá-los individualmente.

As professoras falaram da ONG Oluma e da educação ambiental nas escolas. Dá ida a campo dos estudantes, da visita à Central de Coleta de Embalagens de Agrotóxicos, dos questionamentos que faziam para tentar entender a realidade do agronegócio e da devastação ambiental provocada pela monocultura. Muitos são filhos de fazendeiros e vêem seus pais utilizando enormes quantidades de veneno, explicou a professora Cleuza, enquanto eu saboriava um pedaço de queijo colonial com café.

Osmar procurava fazer milagre para captar imagem e voz de todos na roda que só fazia aumentar. Tínhamos apenas dois microfones, sendo um de lapela. Ele posicionou ambos sobre a mesa. Pedi-lhe que tirasse a câmera do tripé, que fizesse closes e tomadas de diversos ângulos dos debatedores. Aquilo já havia se tornado um debate e eu cumpria função de mediador. Quando via que a conversa amainava entrava com uma nova pergunta e eles reagiam.

Quebro o silêncio contando uma história que se passou com um amigo, Rodolfo Segabinazzi, que cursava o último ano do curso de agronomia na época em que entrei na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Ele me contou que no final da década de 60 a revolução verde estava se tornando moda: sementes híbridas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, manejo do solo e rotação entre monoculturas, mecanização pesada, administração profissional da propriedade – era o capitalismo entrando na nossa agricultura e implantando a tecnologia desenvolvida no Hemisfério Norte, como se nosso agricultor, nosso clima, nosso solo e nossa biodiversidade fossem as mesmas de lá. Os alunos eram ensinados a diagnosticar as doenças das plantas provocadas pela própria tecnologia utilizada no plantio e que promovia a quebra do equilíbrio ecológico, o impacto ambiental e a conseqüente proliferação de insetos e fungos vetores das doenças. Eram ensinados a receitar os produtos químicos por seus nomes comerciais e não pelos princípios ativos para combater as doenças. Eram treinados para serem vendedores de adubos e pesticidas: “Se a doença é essa receita isso”, dizia o professor, e lá vinha o nome comercial do produto. Fizemos então uma experiência de campo. A turma foi dividida em diversas equipes – todas usavam o receituário da indústria de agroquímicos ao pé da le-

tra. Aplicavam tudo como mandava o figurino: sementes híbridas, fertilizantes químicos, inseticidas, fungicidas e herbicidas. Rodolfo, conhecido como um cara chato, daqueles que gostam de perguntar os porquês das coisas, conseguiu convencer sua equipe a não usar nada daquilo. Sua tese era de que, se o produtor usasse tudo que a “moderna tecnologia” recomendava, o lucro da plantação ficaria para a indústria de insumos agrícolas, e o produtor ou teria prejuízo ou, no máximo, conseguiria empatar despesa com receita.

Dito e feito. Os que usaram o receituário agrônômico da indústria colheram frutos bonitos, comercialmente valorizados, em grande quantidade, mas na hora de contabilizar os custos mal conseguiram cobrir as despesas. A equipe do meu amigo não colheu frutos tão bonitos nem em quantidade equivalente à experiência das demais equipes, mas a contabilidade da lavoura ficou favorável ao produtor. Ele teve lucro pois investiu menos, usou adubação orgânica e deixou que a natureza fizesse seu papel com relativo controle das pragas.

Celito Trevisan foi contundente. Aproveitou a deixa da minha história e a declaração da secretária de Agricultura e Meio Ambiente sobre os prejuízos dos agricultores e questionou o modelo de agricultura baseado na monocultura:

– Por que não diversificam? Por que continuam plantando sempre a mesma coisa? Por que não plantam de maneira ecologicamente correta?

Ele perguntou e ele mesmo respondeu:

– Porque quando tomam prejuízo apertam o governo e o governo perdoa as dívidas com dinheiro do povo. Repartem o prejuízo com todo o povo brasileiro. E continuou - mas quando a saca de soja estava a 45 reais veja se eles chamaram o povo para repartir os lucros? Fizeram comprar caminhonetes importadas, compraram mais terras e expulsaram os pequenos agricultores - esse modelo só consegue concentrar mais ainda a propriedade e expulsar o homem do campo.

Celito complementou:

– Esse pessoal do agronegócio não percebe que está cavando a própria sepultura. Se é que esse mundo vai ter um fim, não vai ser preciso nem a bomba atômica. Estamos plantando a cada dia nossa própria bomba atômica.

Nilffo aproveitou a deixa do companheiro e questionou:

– Esse país sempre viveu de ciclos: primeiro foi o ciclo do Pau-Brasil, depois do ouro, da cana-de-açúcar, do café e sempre tem uma elite que se be-

neficia desses ciclos enquanto a maioria da população trabalha para ela como escravos. Quando um ciclo desses passa o que fica? Fica só a devastação. Eu fico me perguntando: será que esse negócio da soja não é só mais um ciclo? E quando esse ciclo passar o que vai restar aqui em Mato Grosso?

A professora Cleuza continuou a conversa relatando sua experiência com os alunos do segundo grau, que, na ida a campo, visitaram fazendas onde “as plantações invadiam as portas das casas”. Eles entrevistaram os proprietários sobre o uso dos agrotóxicos, perguntaram sobre as intoxicações dos trabalhadores e de seus familiares e buscaram se informar sobre as alternativas para aquele tipo de agricultura. Segundo ela, a educação ambiental era feita na escola de maneira transversal, ou seja, todas as disciplinas procuravam incorporar em seus currículos o conteúdo ambiental, da história à matemática, passando pelo português, pela educação artística e a biologia. No final, a professora nos convidou a conhecer a escola na segunda-feira.

Eu me fartei de informações e de café. Em pouco mais de duas horas de bate-papo tinha conseguido reunir material suficiente para várias matérias e ainda por cima tinha uma visão contextualizada sobre o que pensavam os líderes locais.

Nilfo nos convidou a visitar um chacreiro. Era Sérgio Miller, plantador de hortaliças.

17 Nem Tudo que Brilha é Ouro

Fomos patinando na lama pela estrada de terra roxa até chegarmos à propriedade do Sérgio Miller, distante uns dois quilômetros da cidade. As chácaras como a de Sérgio formam uma espécie de cinturão verde em torno de Lucas. Nelas é produzida a maior parte das hortaliças, legumes, frutas, queijos, ovos, galinhas e porcos que a cidade consome.

Sérgio e a família moram numa casa simples com uma entrada arborizada e um jardim cheio de flores. Na varanda, enquanto a esposa servia um cafezinho, ele me explicava que produzia principalmente verduras de folha: alface, rúcula, couve, temperinho verde. Sua produção é vendida na feira do produtor. “Mas também tem muita gente que prefere pegar as verduras fresquinhas aqui em casa, colhidas na hora”, garantiu. Sérgio falava com um sotaque forte de gaúcho de origem alemã. Enquanto conversávamos, os filhos, uma garotinha loira de uns quatro anos e um menino de uns dez anos se debruçavam sobre o encosto da cadeira do pai. Observei o Osmar para ver se ele tinha a sensibilidade de fechar o foco nas carinhas das crianças. Bochechas vermelhas, rosto respingado de leite. Osmar estava imóvel, parado no pai que conversava olhando em meus olhos.

Perguntei se a propriedade tinha sido atingida pelo veneno:

– O pessoal fala que isso foi acidente mas acontece praticamente todo ano. Aparecem as manchas nas verduras e a gente já sabe que é dessecante. O avião passa muito próximo da cidade, pulveriza tudo. O vento carrega e traz o veneno. Acho que esse ano o piloto subiu demais soltando o veneno porque atingiu de um lado a outro da cidade. Acho que esse pessoal, que pulveriza com avião, tem que ter mais responsabilidade.

Perguntei sobre os prejuízos. Sérgio abaixou a cabeça, respirou e começou a enumerar suas perdas:

– Perdi toda a alface, a couve, o cheiro verde, ficou tudo pintado, tudo murcho e as folhas secaram, até as plantas que ficam debaixo do plástico fo-

ram perdidas – disse, apontando para uma espécie de estufa. Ele explica que o vento traz o veneno, que entra pelos lados, que não são fechados.

Ele acrescentou que também perdeu as mudas que estavam no ponto para serem transplantadas para os canteiros:

– Tive que jogar tudo fora. Passei várias semanas sem nada para vender. Quando o freguês chegava, eu explicava que em breve teria verdura nova, pois já estava tudo semeado de novo, mas o que eu tinha plantado, eu perdi.

O pessoal entendia e dizia para eu ter paciência:

– Assim que tiver verdura nova eu volto.

Sérgio se orgulha de sua produção ser totalmente orgânica:

Pode não ser tudo muito bonito, lisinho, graúdo. Não tem essa aparência de coisa brilhosa porque não tem agrotóxico, mas nem tudo que brilha é ouro! Então a pessoa chega aqui e quer tocar na verdura, quer pisar no terreno para sentir onde é produzida a verdura. Eles sabem que podem confiar no produto – não é como o que eles compram no supermercado que nem sabem de onde vem, nem como foi produzido.

Levantamos e caminhamos em direção à horta. No caminho, observo os insumos da lavoura: montes de esterco e de palha de arroz. Até as plantas ornamentais do jardim, as flores cultivadas por sua esposa, estavam perfuradas pelo veneno. O agricultor apontou para elas e disse:

– Todo ano é isso. Já é a quarta vez que acontece. Tem piloto que dá rasante sobre a cidade só para aparecer para as moças. Se tem resto de veneno no tanque ele sai pingando por aí. Acho que os fazendeiros deveriam ter mais responsabilidade, acho que o poder público também devia fiscalizar mais. Eles falam que a gente é que tem que fiscalizar, que tem que fotografar o avião, só que nossa ferramenta de trabalho é uma enxada não é uma máquina fotográfica!

Gravei uma passagem para a TV mostrando o solo nu, sem as plantas que tiveram que ser erradicadas dos canteiros nas estufas cobertas de plástico transparente e explicando como o veneno pulverizado nas lavouras ao redor da cidade foi trazido pelo vento, atingindo a plantação do chacareiro Sérgio Miller.

Nossa próxima parada foi na rádio local. Augusto havia me convidado para dar uma entrevista no programa semanal de uma hora que o Ponto de Cultura leva ao ar.

18 Informação local de Qualidade

Logo que chegamos a Lucas, fomos apresentados a Augusto Pereira, um jornalista contratado pelo sindicato para a implantação do Ponto de Cultura, o PC-Nortão, como é chamado por abranger todo o norte do estado. Augusto é um rapaz simpático, comunicativo, com um forte sotaque que reveleva sua origem: ele recém chegara de Pernambuco. Seu trabalho já dava resultados. Surgia um sistema de comunicação local. O jornal *Comunicando*, muito bem escrito e diagramado, em sua segunda edição trazia como manchete na primeira página “Bombardeio de agrotóxico em Lucas do Rio Verde”. A matéria falava da revolta da população e da reação das entidades da sociedade civil organizada cobrando a responsabilidade das autoridades locais. Estampada sob a manchete estava a foto de uma folha com os sintomas da perfuração causada pelo veneno.

Augusto e Epifânia Vuaden, sua assistente de comunicação e coordenadora de um dos projetos do sindicato, tomaram posição na bancada do estúdio de onde ancoram o programa que o sindicato leva ao ar todos os sábados, ao meio-dia, na Rádio Regional AM, uma rádio comercial local. O Programa *Comunicando* busca integrar, pela notícia, todo o norte do Mato Grosso. “Ele está disponível para divulgar as atividades e eventos de agricultores e seus familiares, de assentados, acampados da reforma agrária e de entidades parceiras”, explicou Augusto ao microfone da rádio. Procurei lembrá-los que meu negócio era entrevistar e não ser o entrevistado. Todos no estúdio sorriram. Só dias mais tarde eu perceberia que minha presença na cidade transcendia em muito os objetivos que me levaram até ali. Augusto e sua assistente abriram o programa com as notícias da semana, eram avisos de cursos, reuniões e eventos que o sindicato promoveria. Prestaram contas do andamento de projetos como o de implantação da apicultura em pequenas propriedades e a formação de monitores do programa de prevenção de queimadas. Convocaram os associados para uma assembléia na sede do sindicato onde discutiriam os projetos do Plano de Desenvolvimento da BR-163 que seriam apresentados ao governo federal e

anunciaram para o bloco seguinte a entrevista comigo, “o jornalista da *Voz do Brasil* que está em Lucas fazendo uma reportagem sobre a pulverização com agrotóxicos que a cidade sofreu”.

Assim que os comerciais terminaram entramos com a entrevista, na qual falei sobre o jornalismo dentro de uma empresa pública e o direito à informação, elogiei o trabalho desenvolvido pelo Ponto de Cultura e o que a regionalização da produção representa para a democratização dos meios de comunicação. Procurei não falar sobre minha pauta para não me tornar um personagem dela.

Terminada a entrevista, fomos convidados para um almoço num restaurante local, com comida típica, “gauchamente mato-grossense”, assim o proprietário do estabelecimento definia seu cardápio. Era ele quem cozinhava enquanto a mulher e os filhos atendiam as mesas.

Depois da fatura veio a bonança e o sono bateu. Descansamos por uma hora no alojamento do sindicato antes de partir para a feira dos produtores rurais.

19 Consumidores Assustados e Produtores Revoltados

Ao chegar à feira montada em um galpão de estrutura metálica próximo ao centro da cidade, notei um bom movimento. Os produtores estavam dispostos em duas fileiras de bancas, uma de cada lado com uma rua ao centro por onde circulavam os consumidores. Osmar me acompanhava de perto com a câmera no ombro. Entrevistei um senhor, que aparentava uns 50 anos, enquanto fazia suas compras. Perguntei a ele sobre ao acidente:

Eu senti, na verdade, na primeira semana. Mas quem podia imaginar ser do veneno? Eu dizia assim: “Não sou mais gente para trabalhar, tô ruim. Parecia que estava sufocado, estava cansado, mas não sabia que podia ser do veneno que estava respirando”.

Procurei outros consumidores que circulavam e os chacareiros instalados em pequenos boxes onde expunham o fruto de seu trabalho.

Uma consumidora apanhou um pé de alface e disse que tinha medo porque ele podia dar uma intoxicação. Lavava bem as verduras e as colocava de molho no vinagre. Disse que gostaria de saber quem foi que tinha feito essa palhaçada, referindo-se à pulverização com agrotóxicos.

Outra consumidora contou que estava voltando de Sorriso, o município vizinho que é o maior produtor de grãos do Brasil, e, de repente, o avião passou pulverizando sobre a estrada, o vidro do carro ficou todo embaçado e ela teve que parar para limpar. Ela narra que o cheiro era insuportável:

– Não sei que veneno eles estavam usando, mas era muito forte. Eu senti náusea, tontura e vomitei. Não conseguia mais mexer com a cabeça de tanta dor. Cheguei no hospital e a doutora Elisa, que me atendeu, disse que era intoxicação do veneno que eu tinha respirado. Eu segui mais de ano fazendo tratamento para melhorar. Agora vem essa pulverização que afetou todo mundo aqui.

Parece que na feira todo mundo tem uma história de intoxicação para contar. Os consumidores estavam assustados e procuravam comprar mais os legumes que “dão debaixo da terra”, achando que estariam imunes à contaminação.

Um chacareiro me diz:

– Eles evitam as verduras de folhas. Só tenho conseguido vender beterraba, cenoura e mandioca. A couve e a alface têm voltado todinha.

Mesmo chacareiros localizados fora do alcance do veneno e que, aparentemente, não tiveram suas verduras afetadas, sofriam com o estigma da contaminação que tinha se abatido sobre a cidade.

Entrevistei mais um produtor que narrou as perdas que seu vizinho sofreu:

– Meu vizinho tinha uma plantação de mamão papaia que já tava dando, ficou tudo furado, ele perdeu tudo. Os mamões murcharam e os pés morreram.

Ele relacionou os prejuízos sofridos e perguntou:

– Quem vai pagar por isso?

Senti que éramos observados por um sujeito alto e forte, tipo “italianão”. Olhei para ele. Com sotaque de gaúcho, mas tipicamente descendente de alguma colônia italiana, ele me perguntou se estávamos fazendo uma reportagem sobre o dessecante:

– Esse que jogaram por tudo sobre a cidade?

Respondi que sim e ele me convidou para conhecer sua propriedade para ver que ele tinha perdido tudo que estava plantado. Me disse que viu o avião do vizinho pulverizando na hora que estava armando “aquele chuvão do outro lado do rio.” E acrescentou que o piloto fazia a volta em cima de sua propriedade “com tudo os tanque aberto”. Anotei seu nome: Ivo Casonato, e combinei uma entrevista para o dia seguinte. Havia descoberto uma testemunha ocular da pulverização. Anotei também o nome de outro chacareiro: Nelson Kaefter, que entrevistaria no domingo de manhã.

Parei em frente a outra banca, onde uma jovem loura, de uns 25 anos no máximo, muito bonita, vendia pães caseiros e mel. Perguntei a ela se havia algum risco de o mel estar contaminado com agrotóxicos. Ela sorriu e olhou para a câmera fazendo sinal para que desligasse. Osmar olhou para mim e

confirmei que devia parar de filmar. Em off, ela me disse que não queria falar sobre esse assunto, disse que achava que esse tipo de reportagem difamava a cidade e atrapalhava os negócios. Olhei para a criança que estava a seu lado, uma menina loirinha como ela, de uns cinco anos. Perguntei se era sua filha e ela disse que sim. Olhei nos olhos da mãe e perguntei:

– Você não tem medo que sua filha esteja sendo contaminada pelo veneno que pode estar na água, no ar, no solo e no alimento?

Ela não manteve os olhos nos meus, se virou saindo da banca, voltou-se e disse:

– Vocês estão exagerando.

Aproveitei para comprar um queijo enorme, tipo colonial, depois de experimentá-lo a convite do chacareiro. Perguntei se ele tinha algum sem agrotóxico. Ele sorriu e disse que garantia que todos tinham um pouco de agrotóxico.

À noite aproveitei para rever o material que produzimos durante o primeiro dia de trabalho e planejar o dia seguinte. Tínhamos duas entrevistas marcadas para o domingo e um churrasco com uma das famílias pioneiras na colonização de Lucas. Conversei com Nilffo e lhe disse que precisava entrevistar grandes fazendeiros que utilizassem pulverização com avião. Nilffo disse que conhecia vários e que ligaria para eles. Junto com Osmar elaboramos uma relação das imagens de que iríamos precisar. Apesar do calor consegui “apagar” depois de duas noites sem dormir.

20 De um Lado a Outro da Cidade a História se Repete

No domingo, às 8 da manhã já estávamos na propriedade de Nelson Kaefer, do outro lado da cidade em relação à propriedade do Sérgio Miller, que havíamos visitado no dia anterior. Ele relatou que não viu o avião pulverizando porque sua visão do horizonte é encoberta pelas árvores do vizinho. Disse que apenas ouviu o barulho do avião pulverizando como todo ano acontece – só que esse ano havia sido mais forte. Depois de dois dias havia ficado tudo manchado. A sua esposa disse que estava na varanda na hora em que ouviu o avião pulverizando e depois sentiu uma neblina fininha:

– Aí apareceu isso aqui – disse ela mostrando as plantas e os vasos de flores com as folhas perfuradas.

Nelson esclareceu que havia perdido toda a sua plantação de pepinos e cebolinha e me convidou para ver como tinha ficado o milharal ao lado da casa. As folhas do milho que estiveram expostas, havia trinta dias, estavam todas perfuradas enquanto as folhas novas, que nasceram depois dessa data, estavam perfeitas. Ele disse que o vizinho, que planta ervas medicinais, perdeu tudo:

– Não pôde colher nada, estava tudo contaminado.

Depois da entrevista com Nelson seguimos para a propriedade do Ivo Casonato. A chácara dele ficava a uns dois quilômetros da propriedade do Nelson, no limite da cidade, à beira do Rio Verde, que dividia os municípios de Lucas e Sorriso.

21 O Avião Contorna o Pé de Jatobá

Ivo Casonato já nos esperava na pequena casa, sede de sua chácara. Com seu jeito meio desengonçado, falava rápido para contar detalhes da sua história. Caminhamos até uma parte mais alta da propriedade, de onde avistávamos uma várzea onde ele havia plantado e perdido todo um melancia no ano anterior. Ivo explicou que as perdas se deram devido às pulverizações de herbicidas realizadas pelo avião do vizinho. Desse ponto podíamos avistar a estreita mata ciliar que abrigava e encobria no baixio o Rio Verde. Do outro lado do rio estava a terra pelada onde seu Renato, o vizinho, havia colhido a soja. A terra se perdia de vista subindo lentamente rumo ao horizonte. Ivo disse que conseguiu fotografar o avião fazendo o contorno sobre sua lavoura de tomates no ano passado. O caso tinha sido objeto de um processo que o chacareiro “fincou” no seu Renato, “mas parece que não deu em nada”, lamentou o agricultor, que perdeu toda a produção de 15 mil pés de tomates, dessecada por agrotóxico e plantada na mesma várzea onde meses antes tinha perdido o melancia, pelo mesmo motivo.

Ele também lamentou não estar com sua máquina fotográfica no início de março. Segundo ele, o dia estava chuvoso. No horizonte havia uma nuvem negra e pesada trazendo consigo uma cortina de chuva. O vento era forte, mas mesmo assim o piloto do seu Renato continuava pulverizando. Seu Ivo, virando-se, apontou para a árvore que estava no alto da colina atrás de nós:

– Ele fazia a volta aqui, por trás do pé de jatobá, passava sobre o melancia e ia-se embora pulverizando a soja. Ele nem fechava os tanques – exclamou o agricultor. – Parecia que ele queria acabar logo com o veneno antes que a chuva chegasse” – completou.

Uma semana depois o melancia pulverizado estava todo seco. Ivo teve que arar a terra e plantar tudo de novo.

Caminhamos em direção ao outro lado da propriedade. Ele mostrou o terreno onde ficavam os limoeiros, que, depois da pulverização do ano passado, também tiveram que ser erradicados. No caminho passamos pelo mandiocal,

com as folhas todas perfuradas, e o agricultor compara os efeitos provocados pelo herbicida a “tiros de cartucheira”. Ivo disse que estava cansado de reclamar e de pedir providências para as autoridades. Agora ele estava construindo uma pocilga e pretendia se dedicar à criação de porcos.

– É fazer isso ou vender a propriedade, não dá mais para tocar lavoura e todo ano perder tudo – concluiu.

Do local onde estávamos dava para ver a cidade ao longe. Enquanto caminhávamos, Ivo comentava que esse ano as pessoas na cidade haviam sentido o problema porque toda a vegetação ornamental tinha sido atingida. Nesse momento ele se deteve e me perguntou: “E quando eles pulverizam inseticida no algodão?” Ele mesmo respondeu explicando que os efeitos do inseticida, ao contrário dos herbicidas, não aparecem nas plantas e concluiu seu raciocínio com outra pergunta: “Mas e nas crianças que ficam sem camisa, brincando na rua, andam só de zorbinha o dia inteiro, o que o inseticida pode estar fazendo?”

Visivelmente revoltado, Ivo apanhou no carro álbuns com fotos que registravam os estragos provocados pelas pulverizações do vizinho nos anos anteriores. Olhei as fotos e procurei a melhor posição para o Osmar filmá-las. Eram de baixa resolução, mas como havia dito o chacareiro Sérgio Miller no dia anterior: “A ferramenta de trabalho do agricultor é uma enxada, não é uma máquina fotográfica”. Nas fotos aparecia o avião do vizinho pulverizando enquanto fazia o contorno sobre o melancial.

Da propriedade do Ivo Casonato saímos beirando o Rio Verde até encontrar um local apropriado para obter imagens. Enquanto Osmar fazia as tomadas fiquei parado à beira d’água com os olhos fixos. O rio, caudaloso, tinha águas límpidas, aparentemente puras. Fiquei imaginando o avião percorrendo o trajeto descrito pelo chacareiro – cruzava o rio na ida e na volta com os tanques abertos. O veneno saindo de suas asas e se depositando naquelas águas, na carne dos peixes, no cascalho do fundo, na areia das praias, na pequena e bela mata ciliar que restava. Olhei para as árvores – exuberante beleza secular. Fiquei imaginando quantos milhões de anos aquele pedaço da natureza demorou para se formar. Para se constituir em tão perfeito equilíbrio. Penso que ele estava ali, intocado, até há pouco mais de 20 anos e de repente vem o homem com suas máquinas e, em algumas horas, destrói tudo – com que direito?. Osmar me chamou. Iríamos visitar os silos das empresas de comércio de grãos localizados na entrada da cidade.

22 Dentro do Cofre onde Guardam o Ouro

Como era domingo, a maioria das empresas de alimentos que compram e estocam a soja produzida na região estavam fechadas. Passamos por diversas delas até achar uma onde um vigia estava sentado à porta da guarita. Conversamos com ele e pedimos para gravar imagens nos silos. Ele telefonou para o gerente que autorizou nossa entrada.

Para ver a soja estocada precisávamos subir nos silos, com mais de quinze metros de altura. Em sua parte superior ficavam as comportas. O vigia foi na frente indicando o caminho. Osmar vacilou. Não tive dúvida, peguei a câmera de sua mão e subi pela escada apertada, feita de barras de ferro soldadas na própria estrutura metálica, como se fosse uma imensa gaiola estreita e vertical. Quando chegamos ao topo, caminhamos por uma passarela estreita que unia os diversos silos. Comecei a fazer as imagens lá do alto. Osmar viu que eu não desistiria, resolveu subir e assumir seu posto. O vigia abriu um dos silos, lotado de soja até a tampa. Eles guardavam uma pequena parte da safra de setecentas e cinquenta mil toneladas de soja que acabava de ser colhida. Entreguei a câmera ao Osmar e mergulhei nos grãos. Decidi gravar uma passagem para a TV deitado ali. Comparei aqueles imensos silos a cofres que guardavam ouro representado pela cor amarelada do cereal – a riqueza produzida pelo agrogócio. Falei do preço internacional da saca de soja e do custo para ser produzida e deixei no ar, como uma advertência, o preço ambiental que a cidade pagava por aquela aparente riqueza. Essa era a deixa para depois introduzir uma matéria falando da contaminação.

Dali saímos à procura de outra empresa que estivesse embarcando a soja nos caminhões. Como era domingo, estava tudo fechado. Com a chuva chegando novamente, resolvemos dar uma pausa para o almoço.

23 O Churrasco com a Família de Imigrantes

O almoço era na casa de uma das famílias pioneiras de Lucas. Waldemar Vuaden e Laurena Vuaden, que foram para a região com outros colonos ainda na década de 80, ocuparam um lote num dos assentamentos promovidos pelo regime militar. Hoje ainda são proprietários de uma fazenda no município, mas sua propriedade está ameaçada de ser tomada pelo banco, devido a uma operação de crédito tomada pelo filho, que para construir um armazém e comprar um sistema de irrigação para sua terra, deu como garantia a propriedade dos pais. Laurena conversou comigo, contou sua história e a luta para conquistarem o que possuem hoje. Uma casa confortável na cidade, onde saboreávamos um delicioso churrasco de costela preparado por Waldemar à maneira tradicional da família. Laurena falou da dívida contraída pelo filho dois anos antes, quando a saca de soja ainda valia R\$ 45. Ela me perguntou sobre quais seriam os riscos reais de o banco vir a tomar o que possuíam. Disse-lhe que não tinha muita informação sobre o assunto, mas que deviam buscar ajuda de um advogado que fosse de sua inteira confiança. Tentei tranquilizá-la em relação à casa da cidade, pois, pelo que havia me passado, ela não fazia parte da garantia do empréstimo. Saboriei a cuca que nossa anfitriã acaba de tirar do forno e deitei na rede atravessada na varanda. Adormeci enquanto escutava as histórias regadas a chimarrão na roda de conversa com o pessoal do sindicato que nos acompanhava. Depois de alguns minutos acordei assustado, com Nilffo me chamando para visitarmos um dos maiores fazendeiros da região, que se dispusera a nos receber.

Chegamos à casa do fazendeiro na cidade em poucos minutos. Uma bela moradia que se estendia por um terreno imenso. Procuramos por uma campainha e nada. Batemos palma e aguardamos, só os cachorros raivosos nos receberam por trás das grades. Na garagem, vários carros dispostos lado a lado. Parecia que faziam uma confraternização. Ouvimos barulho de pesso-

as, provavelmente jogando canastra na varanda que ficava no fundo da casa. Insistimos em chamar a atenção de alguém. Depois de uns quinze minutos desistimos. A chuva fina não dava trégua. Como era impossível, naquelas circunstâncias, fazermos imagens da cidade nos rendemos ao sono que bateu forte e abateu nossa disposição.

Naquela noite de domingo chuvoso, refeitos os ânimos depois do canso, comecei a anotar os fatos para dar-lhes um encadeamento lógico. Assim eu organizava o material recolhido, via onde estavam os furos, as omissões, as contradições e as informações que ainda precisaria apurar. Dias depois, de volta a Brasília, eu usaria essas notas para escrever as matérias para a Agência Brasil. Com base nos depoimentos dos chacareiros eu escrevi:

Lucas do Rio Verde – domingo, 2 de abril de 2006 – 19:00

Para o chacareiro Sergio Miller as pulverizações sobre a cidade são feitas por pilotos que querem aparecer para as moças. Segundo ele “são pilotos que querem aparecer para as moças que sobrevoam a cidade dando rasantes com aviões agrícolas utilizados para pulverizar agrotóxicos sobre as lavouras”, referindo-se ao acidente que no dia primeiro de março lançou uma nuvem de veneno sobre Lucas do Rio Verde (MT).

Ele explicou que, com o vento forte, apenas algumas gotas do veneno que se soltem dos tanques das aeronaves são suficientes para provocar uma neblina sobre toda a cidade. “Agora as pulverizações pararam porque acabou a colheita da soja, mas todo ano acontece isso”, acrescentou Sérgio.

Sérgio Miller tem uma pequena propriedade de pouco mais de 4 hectares onde produz hortaliças. Após a pulverização que ocorreu este ano, ele teve erradicar toda a sua produção. Segundo ele, o poder público deveria ser mais rigoroso e fiscalizar quem utiliza agrotóxicos: “Eles jogam isso pra gente, acham que a gente tem que fiscalizar, tem que pegar o prefixo do avião, tirar foto. Só que nosso instrumento de trabalho é uma enxada, não é uma máquina fotográfica”.

O chacareiro acha que as autoridades deveriam fazer cumprir a lei que determina que certos tipos de agrotóxicos não podem ser aplicados por aviação agrícola e que esse tipo de pulverização só pode ser feita a uma certa distância da zona urbana. “Quando acontecem esses vôos, eles precisam saber por que o avião está passando por cima da cidade, saber qual a origem dele, o que ele está fazendo, ver se ele não tem outra rota para passar. Acho que, se eles [as autoridades] quiserem, isso é muito fácil de controlar”, afirmou Sérgio Miller.

Os pequenos agricultores são os mais atingidos.

Em Lucas do Rio Verde existe um cinturão de chácaras em torno da cidade ocupado por pequenos produtores de hortaliças, chamados de chacareiros, para diferenciá-los dos grandes produtores, chamados de fazendeiros. São mais de 100 produtores filiados à Associação dos Chacareiros – quarenta deles estão ao redor da cidade.

Segundo Celito Trevisan, presidente da Associação, todos os seus membros foram convocados para registrar as perdas que tiveram em decorrência da pulverização de agrotóxicos ocorrida em primeiro de março deste ano. Quatorze pequenos produtores registraram prejuízos da ordem de R\$100 mil, até o momento.

Celito explica que o prejuízo e o número de atingidos certamente foi bem maior, mas que “as pessoas não denunciam porque têm medo das represálias”.

O veneno, segundo o chacareiro Ivo Casonato, era um dessecante para soja e foi aplicado pela aeronave agrícola de seu vizinho, Renato. Seu Ivo explica que esse dessecante é utilizado para apressar a colheita, uma vez que o tempo está chuvoso e a soja precisa ser colhida rapidamente para plantarem o milho safrinha, uma segunda lavoura na mesma safra.

“O avião faz o balão aqui em cima”, mostra seu Ivo, apontando para o céu e descrevendo com o dedo indicador a rota percorrida pela aeronave. “Ele gira em torno desse pé de jatobá e vai rasante sobre a minha lavoura – ele podia manobrar esse avião lá pelo lado de lado de lá”, lamenta o chacareiro, que nos últimos 4 anos, teve prejuízos com as aplicações de agrotóxicos feitas pelo vizinho. Segundo ele, no ano passado [2005], ele perdeu quase toda a produção de 15 mil pés de tomate, o melancia que estava plantado e teve que erradicar os limoeiros que já estavam produzindo. Em face disso, “finquei um processo nele”, diz seu Ivo, referindo-se à ação que moveu na Justiça contra o vizinho.

Sérgio Miller é outro chacareiro. Tem uma propriedade de pouco mais de 4 hectares, do outro lado da cidade, na direção oposta à da chácara de seu Ivo. Ele produz principalmente verduras de folha: alface, rúcula, couve, cebolinha e outros temperos verdes, rabanetes e “essas coisas”, que vende na feira do produtor da cidade e para consumidores “que se acostumaram a vir aqui buscar tudo fresquinho”. Ele se orgulha de não usar agrotóxicos, “as verduras e os legumes podem não ser tão bonitos, lisinhos, mas quem consome tem a

certeza de que não vai fazer mal à saúde. Nem tudo que brilha é ouro”, afirma o chacareiro.

Sérgio perdeu toda sua produção de hortaliças devido ao veneno pulverizado sobre a cidade e pediu aos clientes “que tivessem paciência, que logo teria verduras de novo”. Segundo ele, “toda essa produção, que estava plantada, principalmente as folhas, a gente jogou fora”.

Escrevi mais uma nota reunindo as informações do relatório que o Pignati me forneceu e da entrevista com Ivo Casonato.

Lucas do Rio Verde - domingo, 02 de abril de 2006 – 21:30

“Chegamos (Pignati e James) na cidade de Lucas do Rio Verde no dia 8 de março de 2006 e nos reunimos inicialmente com o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais e com o presidente da Associação dos Chacareiros, que nos relataram que nos dias 28/2 e 1º/3/2006, um dos aviões que pulverizavam agrotóxicos, dessecante para cultura de soja da região do entorno da cidade, pulverizou grande quantidade de agrotóxico sobre a área urbana da cidade e que este ‘queimou’ a maioria das plantas de dezenas de hortas, todas as plantas do Horto de Plantas Medicinais e centenas de plantas frutíferas e ornamentais das ruas da cidade. Acrescentaram que ocorreram muitas (sem precisar quantas) queixas de diarreias, vômitos e urticárias em crianças e idosos nesses dois dias.” Assim começa a notificação em que o Doutor Wanderlei Antônio Pignati, mestre em saúde coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), acompanhado do engenheiro agrônomo James Cabral da Fase (MT), endereçaram à Prof^a. Dra. Maria Clara Vieira Weiss, Diretora do Instituto de Saúde Coletiva da mesma Universidade.

Haviam decorrido então oito dias desde o acidente em que a cidade foi pulverizada por uma nuvem de agrotóxicos. Segundo Ivo Casonato, um dos chacareiros mais atingidos pela pulverização, o tempo estava virando para chuva, o céu estava cheio de nuvens pesadas, no horizonte podia-se ver a cortina d’água que se aproximava. Do outro lado do Rio Verde, a menos de 500 metros de onde ele se encontrava, um avião fazia pulverização de agrotóxico sobre a lavoura de soja do vizinho, apesar do vento forte. “Desses que sempre vêm antes da chuva nessa época do ano”, relata o chacareiro. “Quanto mais a chuva se aproximava, mais forte ficava o vento e mais e mais voltas o avião dava – parece que querendo esvaziar seus tanques antes da chuva chegar.”

Mesmo tendo muitas outras rotas para fazer o retorno, o piloto insistia em dar rasantes sobre a roça de seu Ivo, contornar o pé de jatobá e voltar sobre

a lavoura de soja do vizinho, tudo isso sem fechar os tanques de onde caía o poderoso desseccante. Segundo o prefeito, Marino José Frans, informou, “o veneno utilizado foi o paraquat/diquat e que não causa mal a ninguém, até por que ele o usa na capina química na Cidade de Lucas do Rio Verde, em todos os lugares, por isso a Cidade não tem mato, e que ele também é agrônomo e sabe que o paraquat/diquat ou gramoxone não vai matar ninguém em Lucas do Rio Verde”. Os técnicos relataram que procuraram informar à máxima autoridade do executivo local sobre a gravidade do acontecido e sobre a toxicidade do veneno.

Pignati e James continuam em seu relatório: “Solicitamos ao Secretário de Saúde que nos fornecesse algumas informações epidemiológicas, de atendimento ambulatorial e hospitalar para ampliarmos nossa investigação e hipóteses de causalidade. O referido secretário disse que nos atenderia na sede da Secretaria às 17 horas e para lá nos dirigimos, mas este não compareceu até as 18:30 horas”.

Após cada passada do avião, uma nuvem fina “como uma neblina” tomava conta do ar, informou o chacareiro. As conseqüências dessa “neblina”, seriam sentidas nos dias seguintes, de diversas maneiras, por toda a cidade.

Informam os técnicos que: “Depois fizemos visitas em duas hortas e no Horto de Plantas Mediciniais e confirmamos que realmente as plantas foram danificadas por agrotóxicos e que, segundo o agrônomo James, se tratava de um herbicida de amplo espectro (para folhas largas e estreitas) bastante tóxico, pois atingiu plantas resistentes a esses produtos, chegando a deixar centenas de pontos ‘queimados’ e dezenas de pontos ‘corroídos ou furados’ nas folhas de cada planta, de maneira indiscriminada nas diferentes espécies de plantas examinadas.”

Os dois especialistas continuam: “Em seguida acompanhamos os dois presidentes acima citados [Nilffo Wandscheer, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Celito Trevisan, presidente da Associação dos Chacareiros] em audiência com a Procuradora de Justiça Estadual de Lucas do Rio Verde, Sra. Patrícia Eleutério Campos, que nos atendeu e informou que já sabia do ocorrido, pois já havia recebido denúncias semelhantes de vários chacareiros e da coordenadora do Horto de Plantas Mediciniais e havia colhido seus depoimentos, mas nenhum deles soube precisar o logotipo da aeronave. Ela se prontificou a auxiliar nos trabalhos de investigação dos responsáveis e de ação de vigilância à saúde”.

Em 2005, Ivo Casonato já “enfiara um processo” no vizinho pelo mesmo motivo. No ano passado ele perdeu toda sua roça de melancia, todo seu pomar de limões teve que ser erradicado, isso “sem contar as abóboras e o mandiocal”.

Neste ano seu Ivo perdeu sua plantação de tomates e o milharal – “milho pra pipoca”, explica ele –, revoltado com a possibilidade de novamente “o processo não dar em nada” e ele ter que arcar com os prejuízos.

Por último, os dois técnicos enviados pela UFMT relatam: “Estivemos ainda na Secretaria de Agricultura e Ambiente e no Indea-LRVerde [Instituto de Defesa Agropecuária do Estado do Mato Grosso, regional de Lucas do Rio Verde] e ao expressarmos nossas preocupações, tanto a secretária de agricultura/ambiente como o coordenador do Indea disseram que estão investigando para achar os culpados por ‘aquele acidente de deriva de agrotóxico, que ocorre quase todos os anos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde, mas que este ano foi muito sentido pela população e plantas da cidade, foi fora do normal’. A secretária nos comunicou que estará realizando no dia 9/3/2006 uma reunião com os donos de aeronaves agrícolas da região e conjuntamente com o Indea, a Saúde e a Procuradoria da Justiça estariam procurando os responsáveis e assinando termo de ajuste de conduta”.

E concluem o seu relatório com as advertências de que: “Acrescentamos ainda que: a) as verduras e legumes remanescentes não danificadas aparentemente continuam sendo comercializadas pelos chacareiros; b) a coordenadora do Horto de Plantas Medicinais nos informou que ‘sacrificará (eliminará)’ todas as plantas; c) que o paraquat não pode ser pulverizado por avião e não pode ser usado como capina química na área urbana; d) que a cidade é banhada pelo Rio Verde, que pode ter sido contaminado; e) que a água potável de LRVerde é fornecida por poços artesianos que poderão ter sido contaminados; f) que se investigue se houve casos agudos de intoxicação (relatados como diarreias/vômitos/urticárias)”.

A notificação foi encaminhada pela Prof^a. Dra. Maria Clara Vieira Weiss para a Coordenação de Vigilância em Saúde Ambiental da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso – SES/MT, através do ofício número 027/ISC, em 9/3/2006.

Nesse ofício, a diretora do Instituto de Saúde Coletiva da UFMT pede providências às autoridades de saúde do Estado: “Diante destas primeiras condutas relatadas pelo Prof. Wanderlei Pignati, que se municiou de dezenas de fotos do ocorrido e de várias entrevistas de autoridades e representantes populares, preocupados com mais este acidente ambiental, solicitamos ações de vigilância à saúde no município de Lucas do Rio Verde e região”.

A equipe da Radiobrás chegou a Lucas do Rio Verde no sábado, dia 1º/4/2006, os vestígios descritos pelos dois especialistas da Universidade Fede-

ral do Mato Grosso ainda podem ser vistos por toda a cidade. Mas folhas novas das plantas, que nasceram nos últimos 30 dias não apresentam furos, necroses nem pedaços queimados como aquelas que foram banhadas pela neblina de agrotóxico.

E nas pessoas? Como são as folhas perfuradas pelo veneno, perguntou o doutor Wanderlei Antônio Pignati em sua entrevista concedida à Agência Brasil em Cuiabá, referindo-se aos possíveis efeitos do agrotóxico na população local.

Em minhas notas eu selecionava as informações com base no seu impacto jornalístico acrescentando meu texto onde achava necessário alguns esclarecimentos.

24 A Diáspora do Povo Gaúcho

Ainda naquele final de noite de domingo, aproveitei para ler alguns capítulos do livro que Nilffo me cedeu: “Encantos, Caminhos e Desencontros”, do sociólogo Laudemir Luiz Zart, pesquisador da migração e da colonização da Amazônia mato-grossense. Me ative ao trecho em que descreve a formação dos assentamentos que deram origem a Lucas do Rio Verde. Inspirado nessas informações, escrevi uma nota sobre o assunto, nota que completaria dias mais tarde, adicionando outros dados obtidos na pesquisa que fiz posteriormente pela *internet*:

Lucas do Rio Verde – 03 de abril de 2006 – 23:00

A Colonização de Lucas do Rio Verde tem a mesma origem que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Em 1979 a ditadura militar comemorava 15 anos no poder. Colonos sem terra começavam a se reorganizar e a promover ocupações no Paraná, no Mato Grosso e em São Paulo. Eram manifestações localizadas, pois o movimento ainda não existia nacionalmente. Porém, já eram grupos que, de forma organizada, começavam a lutar por terra e reforma agrária.

Em seu livro Encantos, Caminhos e Desencontros, o sociólogo Laudemir Luiz Zart, pesquisador da migração e da colonização da Amazônia mato-grossense, destaca que “a Encruzilhada Natalino representou o marco inaugural da resistência e da luta pela terra pós-64”.

No Rio Grande do Sul, os assentamentos nas fazendas Macali e Brilhante (no município de Ronda Alta) e ainda numa área chamada Cemapa não foram suficientes para garantir terra a tantos colonos sem ter onde plantar. Muitas famílias continuavam sendo expulsas das terras dos índios em Nonoai, no norte do estado, e com isso cada vez mais gente ia chegando ao acampamento de lona preta. Alguns resolveram acampar na beira de uma estrada em

dezembro de 1980. Época do Natal. É por isso que o local se chamou Encruzilhada Natalino. No auge mesmo o acampamento – que durou de 1980 a 1983 – chegou a ter 600 famílias na beira da estrada. E sempre chegava uma nova fornada de gente.

O acampamento virou notícia internacional. A ditadura resolveu reagir para sufocar o movimento ainda em suas origens. O Exército foi enviado para a região, sob o comando do coronel Sebastião Curió, junto com a Brigada Militar e a Polícia Federal. “Foi a repressão nua e crua, ninguém entrava e ninguém saía do acampamento sem ser revistado”, lembra Darcy Maschio, líder do MST. Darcy Maschio, 48 anos, é hoje uma das lideranças mais conhecidas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Rio Grande do Sul. Há quase 26 anos ele morava sob uma lona preta em Encruzilhada Natalino. Hoje, assentado na Fazenda Annoni, no município de Sarandi, sente orgulho dos 9.200 hectares da Annoni e de como vivem as 400 famílias assentadas, produzindo em cooperativas ou individualmente.

Mas nem todas as famílias tiveram o mesmo destino que Darcy. No início da década de 80 o ex-governador Amaral de Souza teve a idéia de exportar colonos e esvaziar o movimento conhecido por Master (trabalhadores rurais sem-terra). Muitas famílias foram levadas para o norte de Mato Grosso. Duzentas e três famílias foram assentadas no Projeto Especial de Assentamento – Lucas do Rio Verde, no município de Diamantino. Anos mais tarde a agrovila se tornaria o povoado de Lucas do Rio Verde, segundo Laudemir Luiz Zart, 189 famílias das que vieram da Encruzilhada Natalino abandonaram suas terras. Emancipado, o povoado virou município há 16 anos. Hoje a localidade conta com 25 mil habitantes.

As lideranças do movimento consideram que, historicamente, o MST foi fundado em 1984, quando houve o 1º Encontro Estadual em Erval Seco (RS), mas o acampamento de Encruzilhada Natalino marcou a história do MST, como símbolo da retomada da luta pela terra no Brasil. Dele saíram parte das famílias que iniciaram a colonização de Lucas do Rio Verde.

Com base nas declarações do pessoal reunido na sede do sindicato, no café da manhã do dia anterior, escrevi mais uma nota naquela noite:

Lucas do Rio Verde – 02 de abril de 2006 – meia-noite

“O Brasil já viveu o ciclo da cana-de-açúcar, do ouro, do café e agora vive o ciclo da monocultura da soja”, afirmou Nilffo Vandcheer, presidente do

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde, em uma roda de debates na sede do sindicato, promovida por representantes da sociedade civil organizada para discutir quais serão os próximos passos na mobilização que vêm fazendo para conscientizar a população sobre os riscos do uso intensivo dos agrotóxicos para saúde humana e ambiental.

Dentre outras providências, as entidades estão reivindicando que seja convocada uma audiência pública com toda a população para debater o problema das pulverizações que ocorreram sobre a cidade nos últimos quatro anos. Nessa audiência os líderes querem que seja criado um fórum permanente de discussão sobre os rumos do desenvolvimento do município. Também querem que as autoridades municipais se comprometam com medidas efetivas para prevenção e fiscalização dos acidentes com agrotóxicos.

Para Nilffo, o município conseguiu conquistar uma qualidade de vida razoável, uma infra-estrutura urbana das melhores da região e agora tem que discutir como manter e melhorar a qualidade de vida e a distribuição da renda. Segundo ele, “são apenas os grandes produtores que se beneficiam do modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio - enquanto uns poucos ganham, a maioria perde com esse modelo”, afirmou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Nilffo Vandcheer defendeu que a solução está em diversificar a produção do município, fortalecer a agricultura familiar e a produção orgânica e ambientalmente sustentável. Segundo ele, o agronegócio emprega pouco, concentra a renda na mão dos grandes fazendeiros, degrada o meio ambiente com o uso intensivo de fertilizantes químicos, agrotóxicos e de maquinário pesado, que compacta o solo, impedindo a infiltração da água e causando erosão da sua camada fértil. Para Nilffo, o agronegócio já devastou as matas do município, acabou com a diversidade de espécies vegetais e animais da região, contaminou os rios e as lagoas e agora ameaça inclusive a saúde e a qualidade de vida dos habitantes – referindo-se as pulverizações de agrotóxicos que nos últimos 4 anos atingiram a cidade.

Para Celito Trevisan, presidente da Associação dos Chacareiros de Lucas do Rio Verde, também presente à roda de debates, esse modelo de desenvolvimento baseado na monocultura da soja está com os dias contados. “Esse é um modelo que não pode se sustentar a longo prazo. Quando a soja estava a R\$ 45 a saca, como em 2004, ela avançou sobre a Amazônia, derrubando a

floresta e concentrando ainda mais a propriedade, os fazendeiros diziam que o agronegócio era a solução para o Brasil. Agora que a saca esta a R\$ 15, eles ficam aí chorando e querendo que o povo pague a conta, que o governo prorogue as dividas deles, mas quando eles estavam enchendo os bolsos com os dólares da exportação da soja eles não chamaram o povo para repartir com eles”, afirmou Celito.

25 Quem Fiscaliza?

Na segunda-feira logo cedo, resolvi chegar de surpresa ao escritório do Instituto de Defesa Agropecuária, o Indea. Perguntei à atendente se o Jéferson se encontrava, como se fosse um velho amigo. Ela disse que sim.

– Posso falar um instante com ele?

– Como é seu nome?

– Paulo Machado.

Sem mais perguntas, ela foi ter com o chefe. Voltou e disse que eu poderia entrar. Chamei o Osmar que me esperava do lado de fora e entramos juntos na sala de Jéferson Luiz Cambará, responsável pelo escritório local.

Cambará a principio se assustou ao nos ver entrar com o equipamento de cinegrafia. Cumprimentei-o, me identifiquei e apresentei o Osmar. Disse a ele que gostaria de conversar sobre o acidente e pedi-lhe autorização para gravar. Meio constrangido ele autorizou a gravação. Enquanto Osmar posicionava a câmera liguei o gravador. Jéferson Cambará se ajeitou visivelmente preocupado:

Pergunta: O que aconteceu aqui na cidade em primeiro de março? Foi uma pulverização aérea de agrotóxico?

Resposta: Em relação a esse fato, nós fomos procurados por um produtor rural, um chacareiro da nossa cidade, fazendo a denúncia de uma pequena deriva em sua propriedade. Nós deslocamos o engenheiro agrônomo, chefe da fiscalização, para o local para verificar os fatos relatados. Tomamos essa providência logo no dia seguinte que tivemos conhecimento da denúncia.

Pergunta: O que o Indea constatou no local?

Resposta: Constatamos a possível queima das hortaliças por produtos oriundos de uma possível deriva. Passamos então a tentar identificar a aeronave que teria causado os danos.

Pergunta: O Indea tem o registro de todas as aeronaves que fazem a pulverização agrícola no município?

Resposta: Registradas no Indea temos apenas duas aeronaves, mas há várias outras de uso particular. O que compete ao nosso órgão é apenas o controle das aeronaves das empresas que prestam serviço de pulverização. As aeronaves particulares não são caracterizadas como prestadoras de serviço, elas são como uma ferramenta do agricultor, como um trator ou um pulverizador que o produtor usa em sua propriedade.

Pergunta: Como o Indea controla o uso dessas aeronaves?

Resposta: Os proprietários das aeronaves que são registradas nos enviam mensalmente um relatório das aplicações feitas. Junto com o relatório vem o receituário agrônomo, o nome do técnico que recomendou a aplicação e o nome do proprietário da fazenda onde ela foi feita.

Pergunta: O Indea não é responsável pelo controle e pela fiscalização de todo o uso de agrotóxicos no município?

Resposta: É, sim.

Pergunta: E como vocês fazem esse controle e essa fiscalização?

Resposta: Mensalmente as empresas autorizadas, revendedoras de defensivos agrícolas, nos enviam um relatório onde consta os produtos que elas compraram e as vendas que fizeram.

Pergunta: E vocês fazem algum tipo de fiscalização para saber se o que elas informam é verdade?

Resposta: Nós fazemos fiscalização por amostragem. Periodicamente nós visitamos uma revenda e conferimos os estoques para saber se corresponde ao que informaram.

Pergunta: Vocês vão nas propriedades para ver se os agrotóxicos que estão sendo utilizados foram comprados de forma legal, com nota fiscal e tudo mais?

Resposta: Essa parte da fiscalização é melhor você conversar com o Waldemir, que é o chefe da fiscalização.

Cambará foi se levantando como que dizendo que a conversa havia acabado. Pedi para falar com o Waldemir. Ele disse que ia ver se ele estava e saiu da sala. Osmar e eu ficamos aguardando. Depois de uns cinco minutos ele voltou, chamou a secretária e lhe disse para que nos encaminhasse ao Waldemir.

Waldemir Batista da Silva parecia meio assustado com a câmera. Comecei a conversa perguntando sobre o acidente. Ele disse que depois que recebeu a denúncia a equipe de fiscalização do Indea foi a campo. Em uma propriedade mais distante da cidade encontraram uma aeronave fazendo pulverização. Seu proprietário foi autuado porque o avião não tinha registro no órgão. Perguntei-lhe sobre a maneira como faziam a fiscalização da venda dos agrotóxicos. Ele me explicou que as revendedoras informavam, via *internet*, a movimentação do mês, a relação dos produtores que compraram agrotóxicos e que produtos haviam sido vendidos. Disse que as fiscalizações eram “gerais”. Eles visitavam de vez em quando as revendedoras, conferiam o estoque e a movimentação para ver se estava tudo de acordo com o que informaram pela *internet*. Fiscalizavam também a entrega de embalagens vazias na central de recebimento. Outra coisa que observavam era se a empresa estava devidamente registrada no Indea. Voltei ao assunto do acidente para saber quais foram as providências que tomaram. Ele disse que no trabalho de campo coletaram amostras e enviaram à Delegacia Federal de Agricultura do Ministério de Agricultura em Cuiabá, para análise. Estranhando essa última afirmação, perguntei a ele se o ministério já havia apresentado o resultado dessas análises, uma vez que eles haviam me informado que não haviam sido coletadas amostras. Ele pediu para que o Osmar interrompesse a gravação neste ponto.

Ele informou que havia se confundido porque não estava na cidade quando ocorreu o acidente e que soubera que quem havia coletado as amostras eram os próprios fiscais federais do Ministério da Agricultura, mas não queria falar sobre isso.

Voltando a gravar, apesar do visível constrangimento do chefe da fiscalização, pedi para ele relatar o que observou após o acidente.

Medindo cada palavra que pronunciava, Waldemir me deu a seguinte declaração:

– Essa aplicação, essa deriva atingiu grandes proporções. Nós tivemos casos de várias áreas atingidas em diferentes regiões da cidade, principalmente junto às chácaras, mas atingiu a área urbana também. Temos conhecimento que causou danos a vários chacareiros.

Vi que não conseguiria mais informações do chefe da fiscalização, mas mesmo assim pedi-lhe que me fornecesse os dados referentes ao consumo de agrotóxicos no município, se possível nos últimos quatro ou cinco anos. Ele disse que não tinha os dados disponíveis no momento, mas que iria providenciar. Insisti e pedi que ele definisse um dia e horário para eu apanhar as estatísticas. Meio a contragosto ele pediu que eu passasse no dia seguinte pela manhã – depois das 9 horas. Com base nessas conversas eu escrevi a seguinte nota sobre a fiscalização do uso dos agrotóxicos:

Lucas do Rio Verde – segunda-feira – 03 de abril de 2006 – 16:30

Em Mato Grosso a fiscalização sobre a venda e o uso de agrotóxicos é feita pelo Instituto de Defesa Agropecuária (Indea). Segundo o supervisor Jéferson Luiz Cambará, da regional do órgão em Lucas do Rio Verde, “as vendas de produtos agropecuários informam mensalmente ao instituto o quanto compraram e o quanto venderam através da internet e eventualmente os fiscais do Indea vão aos estabelecimentos comerciais conferir o estoque”.

Sobre a pulverização que atingiu a cidade este ano, o supervisor disse que está acompanhando o caso, juntamente com o Ministério Público. A reportagem da Radiobrás perguntou se o Indea havia coletado amostras das plantas atingidas e se estavam sendo feitas análises para apurar que veneno havia sido utilizado. Jéferson Luiz Cambará disse que não foram coletadas amostras pelo Instituto e que não estavam sendo feitas análises.

Já o engenheiro agrônomo Waldemir Batista da Silva, responsável pelo setor de fiscalização do Indea, afirmou que na semana em que ocorreu o fato, ele estava fora da cidade, mas que o pessoal da Delegacia Federal da Agricultura, do Ministério da Agricultura, em Cuiabá, havia coletado amostras das plantas e encaminhado para análise. Perguntamos também quando ele teria o resultado dos exames, mas ele não soube responder.

Na Delegacia Federal da Agricultura, do Ministério da Agricultura, em Cuiabá, entrevistamos a doutora Márcia Albuquerque, Fiscal Federal Agropecuária, que relatou que não foram coletadas amostras das plantas atingidas em Lucas do Rio Verde porque eles foram avisados depois que já havia decorrido o prazo de sete dias, que, segundo ela, é o prazo ideal para constatar resíduos de agrotóxicos nas plantas. Márcia Albuquerque afirmou que em decorrência disso não estavam sendo feitas análises pela Delegacia Federal de Agricultura.

Dias mais tarde, já de volta a Brasília eu completei essa nota com as seguintes informações que apurei junto ao coordenador técnico do INDEA-MT, de Cuiabá, Carlos Ferraz:

Solicitamos ao engenheiro agrônomo Waldemir Batista as estatísticas sobre o consumo de agrotóxicos no município. Ele ficou de providenciar para o dia seguinte. No dia marcado retornamos ao Indea, mas o técnico disse que nos enviaria os dados oportunamente e que devido às chuvas eles estavam sem comunicação, pois o computador havia queimado. Perguntamos quando receberíamos as informações, mas ele não soube responder.

Segundo Carlos Ferraz, coordenador técnico do INDEA-MT, de Cuiabá, 142 municípios do Estado de Mato Grosso têm revendas de agrotóxicos. Essas revendas informam manualmente, através de relatórios ainda não informatizados, o resultado de suas vendas mensais e as quantidades em estoque. Como esses dados demoram para ser processados, há muita dificuldade para saber qual é o consumo anual de agrotóxicos no Estado.

O coordenador informou ainda que boa parte dos produtos agroquímicos são comprados em de outros estados ou até em países vizinhos, mas principalmente em São Paulo. Ele estima que mais da metade dos produtos consumidos no Mato Grosso vem de fora, daí a dificuldade em saber exatamente o quanto se consome.

Segundo o Sindicato das Indústrias de Defensivos Agrícolas, o Sindag, o Brasil é o terceiro maior consumidor mundial de agrotóxicos. Em 2005 foram utilizadas cerca de 210 mil toneladas para produzir cerca de 115 milhões de toneladas de grãos. Anualmente são aplicados sobre o solo brasileiro cerca de 5 quilos de agrotóxicos por hectare de lavoura temporária (milho, soja, algodão, arroz, feijão, cana-de-açúcar) e 1 quilo por hectare de lavoura permanente (frutas, café). Desse total, 19% são da classe toxicológica I (extremamente tóxico), 26% da classe II (altamente tóxico), 32% da classe III (moderadamente tóxico) e 24% da classe IV (pouco tóxico). Nas estatísticas do sindicato Mato Grosso é o estado que mais consome agrotóxicos no Brasil: 1 de cada 5 quilos são aplicados nas suas lavouras. Os agrotóxicos custam ao país cerca de 10 bilhões de reais ao ano.

26 Atrapalhando os Negócios

Na saída do Indea a caminhonete do sindicato nos esperava, Nilffo pedia que o encontrássemos com urgência. Chegando ao sindicato, ele estava reunido com políticos locais a quem fomos apresentados. O motivo de sua pressa devia-se ao fato de que o prefeito queria nos ver imediatamente.

Na prefeitura pareceu que todos por quem passávamos estavam nos aguardando, as pessoas se entreolhavam com a nossa presença. Entramos em companhia dos políticos que estavam com Nilffo no sindicato e fomos direto para o gabinete ter com o prefeito, Marino José Franz. Ele, por sua vez, estava acompanhado de assessores e alguns secretários municipais. Fomos bem recebidos, com café, água e um bom bate-papo.

Em uma das paredes do gabinete notei um grande *banner* onde constava Lucas do Rio Verde, a BR-163, ligando Cuiabá a Santarém, e uma conexão ferroviária ligando a cidade à Ferrovia Norte-Sul em Açailândia, no Pará, num trajeto de mais de 1.500 quilômetros. Perguntei sobre o projeto e o prefeito explicou a necessidade de sua implantação visando o escoamento e a exportação da produção de grãos da região norte do estado para a Europa via o Porto de Itaquí, no Maranhão. Fiz mais algumas perguntas sobre a futura ferrovia e o prefeito comentou com seus assessores que eu tinha bastante conhecimento do assunto. Disse-lhe que meu conhecimento era devido ao fato de recentemente ter coordenado uma equipe de reportagem para uma matéria sobre a Norte-Sul.

Em seguida, o prefeito pediu que todos deixassem o gabinete:

– Vou dar uma entrevista e não quero público presente.

Todos saíram. Ficamos apenas Osmar, que já tinha posicionado a câmera, e eu. O prefeito fez um sinal para que Osmar esperasse um pouco antes de começar a gravar.

Marino foi direto ao assunto dizendo que o estado de Mato Grosso tinha sua economia baseada no agronegócio, que a renda das pessoas dependia disso

e que esse tipo de reportagem que estávamos fazendo estava prejudicando os negócios. Disse-lhe que não era nossa intenção prejudicar os negócios, mas que era nossa obrigação informar ao cidadão sobre os riscos que estava correndo. O prefeito retrucou dizendo que essa matéria estava difamando a cidade. Fui obrigado a interrompê-lo:

– O senhor não acha que o que está difamando a cidade é a pulverização com agrotóxicos que a população sofreu? Nós estamos aqui simplesmente para documentar, para noticiar o acidente, não estamos aqui para difamar. Nossas matérias são todas feitas com fontes identificadas que podem ser responsabilizadas civil e criminalmente por suas declarações, caso o senhor tenha alguma reclamação contra elas. Não usamos informações de fontes que não se identifiquem ou que não nos autorizem a publicá-las. Por exemplo: o senhor pode dizer o que quiser para mim aqui mas, se não autorizar, não publicarei uma só palavra.

O prefeito continuou insistindo, dizendo que era um exportador de soja e que o estado inteiro dependia de financiamentos de bancos estrangeiros para poder exportar. Disse que esse tipo de reportagem poderia atrapalhar o negócio, pois os acionistas dos bancos europeus controlavam em que era aplicado o seu dinheiro. Vi que devia ser mais claro com o prefeito. Disse a ele nós estávamos ali para reportar o que aconteceu e se ele não tomasse as providências que deveriam ser tomadas e, se no próximo ano a cidade fosse novamente pulverizada com agrotóxicos, provavelmente, nós voltaríamos para mais uma reportagem.

Acho que sentindo minha determinação ele resolveu mudar de assunto. Disse que era agrônomo havia mais de 15 anos e que o acontecido não era tão sério assim, que o veneno era inofensivo. Resolvi interrompê-lo novamente:

– O senhor quer discutir a toxicidade do veneno, vamos discutir, mas gravando. O senhor concorda?

O prefeito pensou um pouco e respondeu:

– Acho melhor deixar esse assunto de lado.

Resolvi dar uma sugestão ao prefeito, para quebrar seu constrangimento:

– Olha, se o senhor se colocar contra o trabalho da imprensa provavelmente o senhor vai sair perdendo, politicamente falando, pois o assunto já ganhou repercussão nacional.

Sugeri que ele capitalizasse o acontecimento a seu favor. Elogiei o fato de que Lucas não jogava para debaixo do tapete suas mazelas. Lembrei-lhe que

Lucas poderia sair na frente nessa discussão sobre a regulamentação do uso de agrotóxicos e dar o exemplo para os outros municípios de como a cidade tinha tido a coragem de discutir abertamente a questão em parceria com a sociedade civil e mostrar como era possível encontrar uma maneira definitiva para que isso não voltasse a acontecer.

O prefeito pensou um pouco e pediu para começar a gravar.

Marino José Franz falou das providências que estavam sendo tomadas para cadastrar todos os donos de aeronave, ressaltou que os produtores são altamente qualificados e que a população “não sofreu nada” com o acidente. Destacou que eles tinham um monitoramento permanente da saúde e total controle da qualidade da água que abastece a cidade:

– Todas as residências têm água tratada e hidrômetros, nossa água é de excelente qualidade!

Atribuiu o acidente à irresponsabilidade de “um ou dois” fazendeiros e disse que aquilo foi uma fatalidade.

O prefeito procurou citar números do crescimento econômico e demográfico do município, que, segundo ele, tinha uma das melhores e maiores safras do mundo. Falou também das dificuldades de escoamento da produção e da necessidade de o governo federal asfaltar a BR-163 até Santarém no Pará. A ferrovia também não ficou fora das reivindicações do prefeito, que disse querer tornar o Brasil mais competitivo no mercado internacional. Perguntei sobre a necessidade de diversificação da produção para que o município não fosse tão dependente de alguns poucos produtos. Ele me respondeu falando da verticalização da produção da soja para que a ela seja agregado o valor da industrialização. Falou das novas indústrias de alimentos que se instalarão na cidade e citou algumas das maiores corporações do mundo no setor. Destacou como elas vão gerar emprego e renda para os habitantes de Lucas. Ele não disse que a Syngenta, uma das maiores produtoras de agrotóxicos do mundo, também tinha planos de se instalar na cidade.

Dei por finalizada a conversa porque achei que ela estava desviando do assunto. O prefeito chamou seu secretariado de volta. Entrevistei Paulo César Angeli, o Secretário de Saúde, que não acrescentou nada de novo ao que havíamos conversado por telefone. Em todo caso, aproveitamos para fazer imagens dele para a matéria da TV.

27 Nossa Água de Excelente Qualidade

Ainda no gabinete, aproveitei a oportunidade para entrevistar o Diretor do Serviço Autônomo de Abastecimento de Água de Lucas do Rio Verde, Daltró Sérgio Filho. A conversa foi observada de perto pelo prefeito.

Pergunta: Como é feita a captação e o tratamento de água no município de Lucas do Rio Verde?

Resposta: Captamos de poços profundos, são poços artesianos. Oito poços hoje abastecem a nossa cidade. O tratamento que se dá à água que disponibilizamos para a nossa população é apenas com cloro, conforme determina a portaria número 518 do Ministério da Saúde. Não necessitamos de outros tratamentos. O acompanhamento da qualidade da água é feito diariamente num laboratório próprio. Também, conforme a portaria do Ministério, divulgamos para a população os resultados das análises da qualidade da água que eles consomem.

Pergunta: Os testes de laboratório incluem os exames de resíduos químicos?

Resposta: Os testes de resíduos químicos são feitos por outros laboratórios, como o Lacen¹ e laboratórios particulares. Essas análises não são diárias, são mensais.

Pergunta: E qual tem sido o resultado desses exames? Tem sido constatado algum tipo de resíduo químico na água que é fornecida para a população?

Resposta: Até a presente data não tivemos notificação de nenhum resíduo químico na água que fornecemos, logo concluímos que ela é de excelente qualidade.

Pergunta: E a captação e tratamento do esgoto?

Resposta: Aproximadamente 30% da nossa cidade dispõe desse serviço de

¹ LACEN- Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN/MS)

coleta e tratamento de esgoto. Estamos com projetos para ampliação ainda este ano.

Pergunta: Como é devolvido o esgoto para a natureza? In natura?

Resposta: Já tratado, através de lagoas, de estabilização. Futuramente ele será devolvido para os rios, depois do tratamento, isso com 98% de pureza.

Pergunta: O acidente da pulverização de agrotóxicos sobre a cidade afetou a qualidade da água?

Resposta: De maneira nenhuma, isso só nos alertou para nos preocuparmos com a prevenção através da análise periódica da água que fornecemos para termos garantia da qualidade do produto. A nossa preocupação foi no sentido de prevenir, apesar de termos certeza que não haveria contaminação. Esse produto que foi lançado na nossa região representa uma quantidade insignificante, mas, mesmo assim, antecipamos a análise e estamos monitorando periodicamente para evitar uma possível contaminação.

28 Na Cidade todo Mundo sabe quem fez a Pulverização

Ao sairmos da prefeitura, fomos avisados de que um avião que fazia pulverização agrícola havia pousado no aeroporto da cidade. Rumamos para lá. Quando chegamos ao aeroporto atravessamos a pequena sala de embarque e fomos direto para a pista. Não havia nenhum avião. Começamos a procurar pelos hangares. Em um deles, que estava com a porta aberta, havia um avião do tipo teco-teco, monomotor, mas, com certeza, não era aquele, pois não era pintado de vermelho como devem ser os que fazem pulverização. Ao lado, outro hangar, estava com a porta fechada. Encontramos uma pessoa e perguntamos pelo avião agrícola. Ele nos respondeu com outra pergunta:

– Por que estão procurando o avião?

Expliquei que precisávamos fazer umas imagens e entrevistar o piloto para a reportagem. O homem alto, aparentando uns 40 anos, meio calvo, vestindo calça jeans, camisa pólo, óculos escuros e tênis me olhou com um sorriso amarelo:

– Ah... Então são vocês que estão fazendo a reportagem?

Respondi-lhe afirmativamente e me identifiquei estendendo-lhe a mão. Ele me cumprimentou dizendo que nós estávamos causando uma grande confusão na cidade. Perguntei por quê.

– Rapaz, eu sou piloto há dezoito anos, sempre mexi com pulverização e nunca tive problemas com ninguém. Trabalho sempre dentro da lei. Mas agora com essa reportagem que vocês estão fazendo todo mundo na cidade ficou contra a gente. Parece que somos marginais. Estou até pensando em vender meu avião. Acho que não dá mais para trabalhar com pulverização aqui.

Perguntei-lhe se poderíamos gravar uma entrevista e ele negou dizendo que não queria falar sobre esse assunto e se justificou:

– A imprensa deturpa tudo, gosta de sensacionalismo, me deixa fora desse rolo.

Disse-lhe que nosso único objetivo era informar o cidadão sobre os riscos que poderia estar correndo. Tentei convencê-lo das vantagens de esclarecer o caso e chegar ao verdadeiro culpado para que ele não fosse confundido com outros pilotos que desrespeitavam a lei.

Ele sorriu:

– Esclarecer o caso? Na cidade todo mundo sabe quem fez a pulverização só que ninguém vai falar sobre isso, ninguém tem provas! E mais, o cara é um grande fazendeiro, ele sabe que ninguém vai se atrever a denunciá-lo. Pode desistir da sua reportagem porque aqui ninguém vai falar sobre isso.

Expliquei que nós só usávamos fontes que autorizavam publicar o que diziam e que não tínhamos a intenção de fazer sensacionalismo:

– Só queremos documentar esse caso e mostrar quais são as consequências para a população.

Ele insistiu em fazer-me desistir dizendo que estávamos prejudicando a imagem da cidade. Retruquei perguntando se ele não achava que o que prejudicava a imagem da cidade era o fato de que todos os anos a população tomasse um banho de agrotóxicos e isso ficasse impune:

– Vocês não se orgulham tanto da qualidade de vida que conquistaram?

Ele disse que realmente Lucas tinha uma qualidade de vida das melhores de Mato Grosso. Não o deixei acabar de falar..

– Então, e vocês mesmos estão destruindo essa qualidade de vida por causa de uns poucos que não respeitam a lei?

Ele aceitou minha provocação:

– Se você quer saber, esse cara que fez a pulverização, nem daqui ele é. Ele é de Sorriso, tem uma propriedade do outro lado do rio e não tá nem aí se o avião dele solta veneno pra cima da cidade.

Respondi de pronto:

– Sim, e o que vocês vão fazer a respeito disso? Vão ficar sendo pulverizados todos os anos? Vão deixar as crianças expostas ao veneno?

Em tom mais conciliador ele argumentou:

– É, mas não dá pra ficar falando isso por aí. A cidade aqui vive do agronegócio, se vocês ficam espalhando isso por aí daqui a pouco ninguém vai querer mais investir aqui.

Retruquei:

– E se vocês discutirem o problema e tiverem normas mais rígidas, maior controle sobre os vôos e sobre quem pulveriza, isso não vai dar maior segurança aos investidores?

– É, mas aqui tem muitos aviões particulares que levantam vôo das fazendas, fazem a pulverização e voltam para o solo. É impossível controlar isso.

– Então vocês vão continuar sendo pulverizados?

– Não, isso eu não sei, mas o pessoal está procurando dar um jeito nisso. Acho que o Ministério Público vai achar uma maneira de fiscalizar melhor... Temos que fazer o Indea funcionar.

Perguntei-lhe ainda se podia me indicar alguma fazenda que estivesse fazendo pulverização ou que pelo menos nós pudéssemos entrevistar o fazendeiro e fazer as imagens do avião. Ele me respondeu que nessa época ninguém está pulverizando:

– O milho acabou de ser plantado e só será pulverizado daqui a uns 30 dias e acho muito difícil que você encontre algum fazendeiro que fale sobre isso, todo mundo está querendo que vocês nos esqueçam, que parem de falar sobre esse acidente.

Por último me sugeriu que fizéssemos as imagens do avião que estava no hangar aberto:

– Filma esse aí, são todos muito parecidos, é só não pegar o prefixo da aeronave para não comprometer o dono –, advertiu.

Nossa próxima parada era na Escola Estadual Dom Bosco, onde trabalhava a professora Cleuza, uma das fundadoras do ONG Oluma – Organização Luverdense de Meio Ambiente. Ela havia nos convidado para conhecer o trabalho de educação ambiental que estava sendo feito nas escolas de Lucas.

29 O Cerrado Preservado em Mil Metros Quadrados

A professora nos recebeu juntamente com o coordenador pedagógico, Márcio Albieri. Na entrevista que nos concedeu, ele falou sobre o papel da educação para tentar mudar o destino da comunidade:

– Daqui mais alguns dias esses alunos serão os agricultores e estarão conduzindo nossa agricultura. Nós precisamos mostrar que existem alternativas a esse modelo de desenvolvimento. Hoje em dia está dando mais lucro o plantio feito sem agrotóxicos, com cuidados orgânicos.

O professor explicou que a questão ambiental está sendo tratada de maneira interdisciplinar e para isso eles mantêm um programa de formação continuada dos professores:

– Todas as disciplinas envolvem a questão ecológica, da matemática que usam para calcular a área de nossa reserva florestal à educação artística, quando os alunos vão para campo reproduzir através do desenho e da pintura nossas espécies animais e vegetais.

O coordenador pedagógico falou da primeira conquista da Organização Lucaverdense de Meio Ambiente - Oluma: a pequena reserva de cerrado que fica atrás da escola. A professora Cleuza e o professor Márcio contaram que uma irmandade da Igreja católica pretendia derrubar o cerrado para a construção de uma creche. Com a mobilização dos alunos, professores e o apoio da sociedade civil eles conseguiram reverter o destino do terreno. Convenceram a prefeitura a doar um outro local para a construção da creche e estavam transformando o terreno, de pouco mais de mil metros quadrados, na primeira e única reserva de cerrado no perímetro urbano da cidade.

A professora Cleuza destacou que apesar de ser uma área pequena o importante era que as plantas ali iriam permanecer em pé para que as futu-

ras gerações possam vir a conhecer um pouco do que foi o cerrado do Mato Grosso:

– Essa é uma área remanescente do cerrado, importante para a gente utilizar como pesquisa e mostrar para os alunos o que é uma planta do cerrado, o que é um bioma do cerrado e fazer uma reflexão sobre o que aconteceu no município com a monocultura da soja, tudo que foi destruído. Quando a gente vai para campo, com a prática, os alunos sentem as árvores, tocam suas folhas, abraçam seus troncos e isso desperta neles um interesse muito grande pela preservação e proteção do meio ambiente.

Concluimos a entrevista na sala do professor Márcio Albieri, que fica no segundo andar do moderno prédio da escola, e fomos convidados a assistir a apresentação de um vídeo, feito pelos estudantes, no desfile de aniversário de fundação da cidade. No desfile eles portam faixas e cartazes onde protestam contra a devastação do meio ambiente e convocam a sociedade para ajudar a preservar a natureza.

Terminada a apresentação, os alunos nos aguardavam no saguão da escola para uma visita à reserva florestal. Ao lado do portão que dá acesso à área, toda murada, os alunos pintaram o logotipo da Oluma e a identificação “Reserva Municipal – Área de Preservação Ambiental”. Caminhamos por entre as árvores e a vegetação rasteira que disputavam espaço no pequeno terreno. Osmar, o cinegrafista, já estava mais solto e criativo. Ele procurava os melhores ângulos entre a vegetação para gravarmos uma entrevista com Juliano, o aluno presidente do Grêmio Estudantil. Os demais foram se espalhando pela mata.

Juliano falou sobre a necessidade da luta pela preservação ambiental:

– O nosso intuito não é deixar o cerrado só nesta área. A gente quer expandir cada vez mais e lutar, com a ajuda dos fazendeiros, para que eles deixem um pedacinho do cerrado nas suas propriedades porque só assim a natureza vai poder mostrar que ela teve sua parte garantida.

O aluno também descreveu a maneira como a educação ambiental é discutida em todas as disciplinas. Nas aulas de história eles estudaram como foi devastada a Mata Atlântica nos últimos 500 anos.

Juliano lamentou viver num país onde é difícil respirar por causa dos agrotóxicos. Quanto à metodologia de ensino, ele destacou que aprender na teoria era uma coisa, mas na prática, era bem diferente:

– Aqui a natureza tem seu cheiro, tem suas cores, a gente pode senti-la viva e respirando. Nos livros a gente jamais vai saber disso.

Depois de percorrer toda a trilha que contornava a reserva, a professora Cleuza nos levou para conhecer o laboratório da escola. Nele, tudo é limpo e bem organizado. Caixas com tampa de vidro contêm as coletâneas de insetos das mais variadas espécies, identificados por etiquetas, espetados e imobilizados por alfinetes. Em vidros de conservas, embebidos em formol, são guardados representantes da fauna em extinção. A professora apresentou diversas espécimes que antes eram comumente encontradas e hoje já não são mais vistas.

Aproveitei o momento e o local para gravar mais uma passagem para a TV, na qual mostrei besouros que chegam a medir quase um palmo, peixes, cobras, aranhas gigantes e escorpiões. Por cima das estantes, pássaros empalhados parecem bibelôs. Sentado em uma banqueta, com a coleção de vidros exposta à minha frente, gravei a passagem:

– Daqui a alguns anos, a rica biodiversidade da flora e da fauna de Mato Grosso poderá estar reduzida apenas a isso: exemplares em vidros de laboratório.

Nesse momento peguei um dos vidros e mostrei para a câmera.

Ainda na escola, Osmar fez imagens das plantas ornamentais com sinais de perfuração pela chuva de agrotóxicos. Ao lado das plantas, os jovens tomavam tranquilamente seu lanche, conversavam e respiravam.

Saindo da escola, percorremos as principais ruas da cidade coletando imagens para mostrar a riqueza do comércio, a variedade de estabelecimentos bancários, prédios públicos, avenidas e praças arborizadas, e até a ciclovia. As empresas representantes das fábricas de tratores e implementos agrícolas exibem em suas vitrines os últimos modelos. São sofisticadas máquinas colheitadeiras, pulverizadores e tratores com até oito pneus, cada um deles bem maior que uma pessoa. Entramos em uma dessas concessionárias para vê-las de perto e gravar imagens. Um vendedor explicou que as cabines são refrigeradas com ar condicionado e a maior parte da operação dessas máquinas fica a cargo do computador de bordo.

30 Cinco anos de Trabalho Perdido

Após o almoço, fomos visitar o horto medicinal, onde a bióloga Lindonésia Andrade nos aguardava. Enquanto Osmar fazia imagens dos danos causados às plantas fitoterápicas pela chuva de agrotóxicos, a bióloga explicava o seu uso medicinal. Filmamos algumas plantas enquanto Lindonésia explicava como elas eram manipuladas para preparação dos remédios. Nas mais de 200 espécies pesquisadas e catalogadas pelo instituto tem remédio para tudo quanto é doença, de anemia a diabetes e doenças do coração.

Lindonésia é baixa, morena e magra, seu tipo físico parece muito com o da ministra Marina Silva, do Meio Ambiente. Ela estava abatida com os últimos acontecimentos. Seus olhos se enchiam de lágrimas quando falava que teve de determinar uma poda radical na maioria das plantas para tentar reduzir os efeitos do agrotóxico. Disse que chorou muito quando viu os caminhões saindo, levando os restos das plantas, produto de boa parte de seu trabalho de mais de cinco anos:

– Nós vamos ficar 180 dias sem fazer coleta para ver como as plantas reagem. Sei que muitas delas estão muito danificadas e provavelmente não sobreviverão, pelo menos não para serem usadas como fitoterápicos. Teremos de erradicá-las e começar tudo de novo.

Enquanto passeávamos por entre os canteiros de mudas com plaquetas identificando cada espécie, ela explicou que ali eles acompanhavam todo o desenvolvimento de cada planta – da seleção e plantio da semente até a colheita e o preparo dos medicamentos:

– Os pacientes que se tratavam com nossos remédios vão ter que esperar. Muitos deles já cultivavam em casa as ervas que costumam tomar. Nós também ministramos cursos e ensinamos a população a resgatar saberes tradicionais, como os xaropes caseiros. Agora estamos avisando para eles tomarem cuidado, pois as plantas de seus jardins e hortas podem estar contaminadas. Estamos aconselhando a podá-las e a esperar um bom tempo para usá-las novamente.

Para Lindonésia o acidente serviu para despertar a comunidade e esclarecer sobre os riscos a que ela está sujeita:

– Nós nos reunimos e nos organizamos para pedir que as autoridades tomem uma atitude. Quando a população começou a se sentir prejudicada, ela se organizou e passou a exigir que o poder público dê uma resposta definitiva ao problema. Só o fato de a gente fazer esse trabalho de conscientização e a população perceber que realmente estamos trabalhando a favor de uma vida melhor para o município compensa todo o prejuízo que tivemos. E isso a comunidade está percebendo. Hoje ela sabe que não é à toa que o veneno é chamado de veneno. Ele é prejudicial à saúde, sim, e nós não podemos conviver pacificamente com chuvas de agrotóxicos em nossas cabeças.

Saindo do horto medicinal fomos em busca de imagens de caminhões carregando a soja para a matéria da TV. Chegamos à portaria de uma das grandes indústrias de alimentos, das muitas instaladas no município. O pátio estava lotado de carretas que aguardavam a vez de carregar. Conversei com os caminhoneiros. Seu destino era o porto de Paranaguá, no Paraná. Eles reclamaram das péssimas condições das estradas e do alto custo dos pedágios, o que reduz muito seu ganho com o frete:

– Já quase não compensa – lamenta um deles.

Nos dirigimos ao escritório da empresa para que autorizassem fazer as imagens. O funcionário encarregado da portaria disse que tinha que consultar a diretoria. Aguardamos pela autorização que nos foi negada após quase meia hora de espera.

Nossa próxima parada foi a Central de Recebimento de Embalagens de Agrotóxicos, distante uns 20 quilômetros da cidade. Chegando lá, conversei com o encarregado, que ligou para a gerente autorizar a gravação. Conversei com ela pelo telefone e expliquei o objetivo da matéria. Ela autorizou a gravação. O encarregado explicou que a Central foi implantada pelas indústrias de agrotóxicos e é mantida e administrada pelos fazendeiros. Para entregar a embalagem na central o produtor tem que apresentar a nota fiscal da compra do veneno. Perguntei a ele o que acontecia com as embalagens dos agrotóxicos comprados sem nota fiscal. Ele disse que não sabia, mas que provavelmente os agricultores as enterrassem ou queimassem em suas propriedades.

As montanhas de embalagens aguardando para serem prensadas e enfiadas não me impressionaram tanto quanto o cheiro do veneno que penetrava nas máscaras que usávamos. Mais preocupante era saber o destino do líquido que continham antes de se tornarem embalagens vazias. O encarregado explica que depois de esvaziadas, elas são recicladas e transformadas em conduítes para a construção civil, mangueiras e utensílios, como os exemplares expostos em uma vitrine no escritório da Central de Recebimento. Ali, recicladas, as embalagens não apresentam mais vestígios do veneno que continham.

Voltamos para a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Nilffo Vandcheer nos forneceu os contatos de mais alguns fazendeiros para serem entrevistados. Liguei para eles em vão. Ou não queriam falar ou não eram encontrados, estavam viajando, ficaram de retornar depois. Nosso tempo em Lucas ia se esgotando – partiríamos de volta a Cuiabá no dia seguinte pela manhã. Tentei marcar com a promotora, Patrícia Eleutério, para gravar uma entrevista para a TV, uma vez que havíamos gravado apenas pelo telefone ainda de Brasília, na fase inicial da apuração. Precisava de suas imagens. Ela disse que estava com várias audiências naquela tarde e que só poderia falar comigo à noite.

Enquanto aguardava comecei a preparar a matéria para a *Voz do Brasil* que iria ao ar às 7 da noite em Brasília, 18 horas no horário local. Pelo telefone, fiz mais uma entrada ao vivo na Rádio Nacional da Amazônia OC, dando um *flash* sobre os últimos acontecimentos em Lucas. O apresentador do *Jornal da Amazônia*, Luciano Seixas, me deixa à vontade e travamos uma boa conversa. Comecei com uma retrospectiva sobre o que aconteceu, falei do depoimento do Ivo Casonato que viu o avião pulverizando no dia 1º de março, da mobilização da sociedade civil, da instauração do inquérito civil e criminal pela Promotoria Pública e dos questionamentos dos pequenos agricultores sobre o modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio. Como a audiência do programa alcança a maior parte da Amazônia Legal, lembrei das informações que o Pignati me deu no aeroporto de Cuiabá e achei importante citar que o uso de agrotóxicos nas plantações do norte do estado do Mato Grosso poderiam estar contaminando os rios da bacia Amazônica pois, esse era o destino das águas do Rio Verde. Aproveitei o tempo livre para rever as imagens da entrevista com a Lindonésia e escrever uma nota sobre o horto medicinal:

Lucas do Rio Verde – segunda-feira, 03 de abril de 2006 – 17h.

Para Lindonésia Andrade, bióloga, responsável pelo Horto de Plantas Mediciniais da Fundação Instituto Padre João Peter, o dia 1º de março deste ano ficará na história como o dia em que ela perdeu anos de sua pesquisa sobre plantas medicinais e seus efeitos fitoterápicos. Segundo ela, “anos de pesquisa foram por água abaixo, num só dia, devido à irresponsabilidade de um sujeito que passa pulverizando numa área muito próxima à cidade”, referindo-se à pulverização por uma nuvem de agrotóxicos que atingiu a cidade de Lucas do Rio Verde.

As plantas medicinais eram utilizadas pelo instituto para o preparo de medicamentos servidos gratuitamente a doentes carentes da cidade. Segundo a bióloga, “muitos doentes que estavam fazendo tratamento com nossos remédios tiveram que interromper”.

Lindonésia disse que o efeito do veneno foi bem rápido. No dia seguinte à pulverização [dia 2 de março], o efeito já era visível em toda a cidade: hortas, quintais e a vegetação ornamental da cidade foram atingidas. Ela descreve: “As folhas ficavam como um papel amassado e queimado, outras ficavam todas perfuradas e em volta dos furos logo começava a necrosar [apodrecer]. No quarto dia as folhas entraram em necrose total e começaram a cair”.

A bióloga explica que esse veneno também tem o poder de diminuir a ação de crescimento das plantas. “Nós tivemos que fazer uma poda radical e só agora [dia 1º de abril] as plantas estão começando a soltar novas gemas [brotos]. Nós vamos acompanhar para ver o que vai ser possível aproveitar ou o que teremos que erradicar e plantar novamente”.

O horto medicinal conta com mais de 200 espécies de plantas catalogadas, dentre elas muitas ervas ocupavam canteiros inteiros que hoje estão limpos. As plantas tiveram que ser arrancadas. Os olhos de Lindonésia se enchem de lágrimas quando ela relembra o caminhão saindo carregado de galhos, ramos e folhas mortos, depois da poda radical. Ela explica que muitas variedades são bastante raras, só dão sementes uma vez ao ano e demoram muito para se recuperar.

A responsável pelo horto medicinal suspeita que o veneno utilizado tenha sido o paraquat, um poderoso agrotóxico utilizado para dessecar as folhas da soja e apressar a colheita. “Um veneno que nos países desenvolvidos nem se utiliza mais, porque é do Tipo Um, é muito tóxico, além de prejudicar a vegetação, ainda prejudica outros seres vivos, inclusive nós.”

Nos seres humanos esse agrotóxico tem um efeito acumulativo, explica a bióloga. “Quanto mais lento pior, porque os efeitos rápidos, que são: dor de cabeça, vômito e diarreia, são fáceis de identificar, mas os efeitos lentos, futuramente podem levar diversas pessoas daqui da cidade e da região próxima, a desenvolver tumores malignos como, por exemplo, câncer de próstata, de testículos, as mulheres podem ter câncer de ovário, de mama, enfim, é uma preocupação, é um caso de saúde pública, porque futuramente nós vamos ter pessoas doentes na cidade”.

31 A Terceira Matéria na Voz Do Brasil

Na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde todos quiseram acompanhar minha entrada ao vivo na *Voz*. Sentaram em torno do rádio e acompanharam as primeiras notícias do jornal. Fechado na secretaria do sindicato para evitar ruídos, aguardei a hora de entrar no ar ao telefone, conectado com o estúdio em Brasília.

– Segunda-feira, 3 de abril de 2006. Em Brasília são 7 da noite.

LOC Luciano Seixas//

– Hoje continuamos a história do município de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, onde há suspeita de que a cidade tenha sido pulverizada com agrotóxico...

LOC Kátia Sartório//

– Árvores, jardins, plantações de hortaliças da cidade começaram a secar. A suspeita é de que o veneno, um desfoliante muito usado nas lavouras de soja para secar as folhas, tenha sido lançado por avião...

LOC Luciano Seixas//

- É... Agora a denúncia está sendo investigada pelo Ministério Público para saber o que aconteceu e quem são os responsáveis...

LOC Kátia Sartório//

- E como combinado na sexta-feira, o repórter Paulo Machado está lá na cidade de Lucas do Rio Verde para acompanhar de perto o desfecho dessa história... E ele vai contar pra nós ao vivo o que está acontecendo... Boa noite, Paulo!

Paulo AO VIVO//

- *Boa noite, Kátia, boa noite, Luciano, boa noite, ouvintes da Voz do Brasil*

LOC Katia Sartório//

- *Paulo, você chegou aí no final de semana... Qual foi a sua primeira impressão dessa cidade que tem 26 mil habitantes?*

Paulo AO VIVO//

- *Foi muito boa, Kátia. É uma cidade que tem apenas 16 anos que foi emancipada, passando a município. Ela tem uma infra-estrutura urbana bastante complexa e uma qualidade de vida muito boa. A cidade tem hospitais, escolas públicas do município e do estado, tem até uma universidade. As ruas são todas arborizadas, com muitas praças. É uma cidade muito bonita, construída com o dinheiro que veio do agronegócio.*

LOC Luciano Seixas//

- *A gente contou aqui que alguns pequenos agricultores tiveram prejuízos, muitas plantações de hortaliças foram atingidas... Você pôde comprovar isso por aí?*

Paulo AO VIVO//

- *Nós pudemos comprovar. Nós visitamos diversos pequenos produtores que formam uma espécie de cinturão verde em volta de Lucas do Rio Verde. Eles abastecem a cidade com verduras, legumes e uma boa parte das frutas que consomem. Esse pessoal foi muito afetado porque tem como vizinhos justamente as grandes lavouras de soja, de algodão e de milho onde ocorrem as pulverizações. Nós pegamos um produtor que fica num extremo da cidade, no caso seu Sérgio Miller, que teve sua lavoura bastante afetada e teve que erradicar toda sua produção de hortaliças, e pegamos um produtor do outro lado da cidade, seu Ivo Casonato, que há vários anos vem sofrendo com esse tipo de pulverização. Ele perdeu 15 mil pés de tomate, perdeu o melancia e teve que erradicar seus limoeiros. A gente viu que há um efeito arrasador deste veneno, onde ele pega tem que erradicar a produção. Dentro da própria cidade, a vegetação ornamental, decorativa, apresenta perfurações, isso decorrido um mês do acidente, as plantas ainda apresentam as folhas perfuradas pelo veneno.*

LOC Kátia Sartório//

- *E a saúde das pessoas... O que você constatou?*

Paulo AO VIVO//

– Nós entrevistamos diversas pessoas sobre essa questão da saúde. Dentre elas, o secretário de Saúde, que admitiu que existe um problema sério em relação ao diagnóstico da intoxicação, que tem sintomas parecidos com a dengue e com a rotavirose. As autoridades sanitárias não estavam preparadas para diagnosticar esse tipo de intoxicação. O que aconteceu aqui está servindo de exemplo, não só pela mobilização da sociedade civil, mas das autoridades, do poder público, no sentido de que precisam saber diagnosticar melhor. Estão preparando cursos, treinamentos para o pessoal que mexe com saúde na região para que eles tenham condições de diagnosticar e notificar esses casos. Praticamente não existem notificações, talvez muito mais por falta de preparo do pessoal de saúde do que pela inexistência de casos de intoxicação.

Após o jantar, tentei novamente falar com a promotora, mas seu telefone estava na caixa postal. Aproveitei as informações transcritas a partir da conversa com ela por telefone, de Brasília, para escrever uma nota sobre as investigações:

Lucas do Rio Verde – segunda-feira – 03 de abril de 2006 – 20h:30

No dia 7 de março deste ano a promotora pública de Lucas do Rio Verde (MT), Patrícia Eleutério Campos, recebeu a denúncia de que havia sido feita uma pulverização com agrotóxicos, por uma aeronave agrícola, sobre a cidade, causando danos às plantações de hortaliças e às plantas do horto medicinal da cidade.

Ouvidas as vítimas, pequenos produtores de hortifrutigranjeiros e a bióloga e coordenadora do Horto de Plantas Medicinais do Instituto Padre João Peter, foi instaurado pela Promotoria de Justiça procedimento administrativo para apurar os fatos. Geralmente, há um longo caminho que a Justiça precisa percorrer desde as evidências de que foi cometido um crime até as provas materiais que confirmam sua autoria e permitem que os responsáveis sejam punidos.

O Ministério Público local está enfrentando dificuldades para conseguir essas provas materiais uma vez que, quando se trata de crime ambiental, a distância entre as evidências e as provas materiais tende a aumentar devido à necessidade de perícias técnicas especializadas para apurar as causas e os efeitos dos danos causados ao meio ambiente, incluindo-se nele, os seres humanos. No caso, a doutora Patrícia precisa saber que veneno foi utilizado, como foi aplicado e por quem.

Iniciadas as investigações, a promotora descobriu que apenas duas aeronaves, que fazem esse tipo de pulverização, estão registradas na Secretaria

da Agricultura e Meio Ambiente do município. Segundo a secretária, Luciane Bertinato Copeti “todos sabem que o número total de aviões agrícolas no município ultrapassa uma dezena”. O antigo Departamento de Aviação Civil (DAC), agora Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), informou, através do seu Superintendente Regional, coronel Gusmão, que o órgão não tem nenhum tipo de controle sobre essas aeronaves “que geralmente decolam de campos de pouso das próprias fazendas, sem relatórios ou planos de vôo, passam a baixa altitude e não são identificados pelos radares.

Para identificar o tipo de veneno utilizado a promotora pública aguardava os resultados dos exames de laboratório que a secretária de Agricultura e Meio Ambiente ficou de fornecer “assim que recebessem o laudo da Delegacia Federal de Agricultura, do Ministério da Agricultura, em Cuiabá”.

A fiscal federal agropecuária Márcia Albuquerque, que esteve em Lucas do Rio Verde no dia 9 de março, em companhia de Antônio Hideo Inoue, técnico do Ministério da Agricultura, depois que o órgão foi notificado pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso, declarou que não coletaram amostras das plantas danificadas pelo veneno, pois “já havia decorrido o prazo ideal, de sete dias após a ocorrência, para que o laboratório fizesse a análise de resíduos químicos” e que, portanto, “não havia resultados para apresentar”.

O presidente da Associação dos Chacareiros de Lucas do Rio Verde, Celito Trevisan, que acompanhou os fiscais federais em sua inspeção às propriedades atingidas, disse estranhar a atitude do técnico do Ministério da Agricultura, “um japonês” que, segundo ele, mal examinava as plantas e já tinha um diagnóstico pronto ‘que tirava do bolso do colete’ dizendo : ‘Isso não é agrotóxico, isso é um fungo que atacou as plantas”’.

Informamos a promotora Patrícia Eleutério que, nas apurações preliminares que fizemos, a doutora Márcia Albuquerque afirmou que o Ministério da Agricultura não estava realizando as análises que a promotora dizia estar esperando para identificar o veneno e chegar ao possível responsável pela pulverização. Em face disso, a representante do Ministério Público declarou: “O Ministério Público só vai desistir da realização da perícia quando tiver uma informação oficial dessa impossibilidade”.

A Delegacia de Polícia Civil de Lucas do Rio Verde, a pedido do Ministério Público, abriu inquérito civil e criminal para investigar o caso.

32 Na Imprensa Regional o Acidente Vira Caso de Polícia

Na terça-feira, levantamos cedo para fazer as últimas imagens da cidade antes de embarcar, às 10h:30, de volta a Cuiabá. Encontrei o Augusto, o coordenador do Ponto de Cultura de Lucas, que me trazia um recorte de jornal. Era uma matéria publicada no *Diário de Cuiabá* no dia 25 de março, com a seguinte manchete: “Dessecante vira caso de polícia”. A única fonte ouvida era a promotora Patrícia Eleutério Campos e a matéria tratava o acidente, conforme a manchete indicava, como caso de polícia, ou seja, como um fato isolado onde o principal problema apontado era encontrar os “criminosos”, responsáveis pelo acidente. Em nenhum momento a matéria vinculava o acidente ao processo produtivo do agronegócio, à monocultura da soja ou ao uso intensivo de agrotóxicos pelo modelo de agricultura praticado no estado. Nem a questão ambiental, nem os riscos de contaminação a que a população estava exposta foram contemplados na matéria, que tampouco citou a omissão dos poderes públicos. Faço aqui esse registro por ser essa única notícia encontrada na imprensa regional, sobre o acidente, e por ela simbolizar o tipo de tratamento dado ao assunto.

Coletamos as últimas imagens de que precisávamos e rumamos para o aeroporto. Em nossa despedida, Nilffo me confidenciou que nossa presença na cidade tinha feito com que cessassem os ataques dos políticos locais que o sindicato vinha sofrendo desde que fizeram a denúncia sobre o acidente. Elogiei a firmeza de sua atuação no caso e agradeci-lhe o apoio dado à nossa equipe para a reportagem, que, sem a ajuda deles, da sociedade civil organizada de Lucas, não seria possível. Disse-lhe que o manteria informado sobre a publicação das matérias na Agência Brasil e na TV Nacional e pedi-lhe que fornecesse meus contatos, caso algum grande fazendeiro se dispusesse a falar.

Embarcamos no pequeno avião e, com o céu aberto, a pedido meu, o piloto fez um sobrevôo dando uma volta de 360 graus sobre a cidade para captarmos as imagens aéreas de que precisávamos para a TV.

Chegando a Cuiabá, o Pignati já nos esperava no aeroporto. Em sua casa, após o almoço, tentei entrar em contato com os fiscais federais agropecuários do Ministério da Agricultura para gravarmos uma entrevista. Disseram que eles estavam em um seminário durante toda a tarde e que seria impossível falar com eles naquela terça-feira. Pignati foi para Universidade dar sua aula do período da tarde e eu aproveitei para por em dia minhas anotações e preparar a matéria da *Voz* que iria ao ar naquela noite.

Quando Pignati voltou da universidade lhe avisei que entraríamos ao vivo na *Voz do Brasil*. Apresentei-lhe algumas perguntas que havia preparado e fiz a ligação para o estúdio. Às 18h:00, horário local, entramos no ar.

33 A Quarta Matéria na Voz do Brasil

- *Terça-feira, 4 de abril de 2006, em Brasília são 7 da noite.*

LOC Kátia Sartório//

- *Na cidade de Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, continua a investigação sobre o que aconteceu com as plantas e hortaliças que começaram a secar...*

LOC Luciano Seixas//

- *A suspeita é de que a cidade tenha sido pulverizada por um agrotóxico dessecante, utilizado em grandes lavouras...*

LOC Katia Sartório//

- *Hoje o repórter Paulo Machado, que esteve lá no município, conversa com o doutor Wanderlei Antônio Pignati que é médico e mestre em saúde pública da Universidade Federal de Mato Grosso...*

LOC Luciano Seixas//

- *Segundo Wanderlei o estado do Mato Grosso é o maior consumidor de agrotóxicos do país... Ele também foi à cidade de Lucas do Rio Verde e confirmou a hipótese de que ela tenha sido pulverizada... Vamos ouvir a entrevista...*

Paulo AO VIVO//

- *Doutor Pignati, quanto o Brasil consome de agrotóxicos?*

Dr. Pignati AO VIVO//

- *O consumo de agrotóxicos no ano de 2004, segundo o Sindicato das Indústrias de Defensivos Agrícolas, o Sidag, foi de 200 mil toneladas de agrotóxicos. Isso significa 200 milhões de quilos de agrotóxicos consumidos na safra de 2004/2005 aqui no Brasil.*

Paulo AO VIVO//

- *Doutor Pignati, onde vai parar todo esse agrotóxico que é jogado nas lavouras todos os anos?*

Dr. Pignati AO VIVO//

- *Vai parar: uma parte nas plantas e, portanto, vai parar nos frutos das plantas, nos cereais; e, portanto, vai parar nos alimentos. Uma parte vai parar na água, pois a chuva vai levar para os rios e para o lençol freático e uma parte fica no ar e vai se depositar nas cidades porque no Mato Grosso é comum o plantio até na beira das cidades, junto das casas onde mora a população. Então essa população vive respirando esses agrotóxicos, também.*

Paulo AO VIVO//

- *No caso de Lucas do Rio Verde, município que é o segundo maior produtor de grãos do estado, nós estivemos lá e vimos que a cidade é cercada por grandes lavouras e, no entanto, os serviços de saúde não registram intoxicações por agrotóxicos. Isso não é estranho?*

Dr. Pignati AO VIVO//

- *Isso acontece no Brasil todo. Para cada caso de intoxicação aguda de agrotóxico notificado ao Sistema Único de Saúde – SUS, existem 50 outros casos que deixam de ser notificados. Isso é a Organização Mundial de Saúde que coloca. Em Lucas essa não-notificação é bastante grande. Enquanto lá não há registros de intoxicações, nas cidades em volta se registram 20, 30 vezes mais notificações. Então a gente conclui que lá está havendo algum problema que pode ser relacionado com a falta de treinamento dos médicos, mas isso vai ter que ser resolvido. Não pode ser que em Itapurá tenham sido registrados 40 casos de intoxicação e em Lucas apenas um caso enquanto a economia, a agricultura, nesses outros municípios é bem menor do em Lucas.*

Paulo AO VIVO//

- *Lucas do Rio Verde é abastecida por oito poços artesianos. Os agrotóxicos contaminam esse tipo de poço?*

Dr. Pignati AO VIVO//

- *É preciso fazer um estudo no local porque vai depender muito do tipo do*

solo e do tipo do agrotóxico utilizado. Temos alguns estudos feitos pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Mato Grosso em outros municípios onde foram detectados em poços de 100, 150 metros de profundidade, vários tipos de herbicidas, vários tipos de inseticidas porque o solo deixa penetrar os agrotóxicos. É possível que em Lucas também estejam contaminados por causa da plantação feita junto à cidade e do uso intensivo de agrotóxicos em volta da cidade, não se respeitando os 500 metros de distância de afastamento das cidades, dos rios, como manda a lei dos agrotóxicos, a lei 7802 de 1989.

Paulo AO VIVO//

- Nós conversamos com o doutor Wanderlei Antônio Pignati, que é mestre em saúde coletiva pela Universidade Federal do Mato Grosso. De Cuiabá, Paulo Machado, para a Voz do Brasil.

Terminada a entrevista comentei com Pignati que, naquele momento, talvez, milhões de brasileiros estivessem tomando consciência sobre os riscos do uso dos agrotóxicos para os seres humanos.

34 Notificação e Subnotificação De Intoxicações

Após o jantar, começamos a gravar a entrevista para a TV. Com um abajur, improvisamos uma iluminação indireta na varanda da casa cercada de árvores à beira do Rio Coxipó, um afluente do Rio Cuiabá.

Pignati, ao contrário de muitos cientistas que costumam ostentar conhecimento através do uso de linguagem técnica, usa uma linguagem direta e simples para dizer o que pensa e se fazer compreender. Gosto disso nele desde os tempos em que trabalhamos juntos no Posto de Ação Comunitária em Barra do Garças, no Mato Grosso, onde ele era médico e eu, seu assistente. Atuávamos numa comunidade, uma pequena favela que se formou em torno da cidade, constituída por ex-agricultores. Segundo eles, tinham sido expulsos de suas terras pelos grandes latifundiários que mandavam seus jagunços incendiar as casas para tomar as propriedades.

O “postinho” de saúde, como as pessoas carinhosamente chamavam, era uma experiência pioneira implantada pelo *campus* avançado da Universidade de Brasília em parceria com o Consórcio dos Municípios do Médio Araguaia e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Nosso trabalho consistia em atender as necessidades básicas de saúde da população muito mais com ações preventivas do que curativas. Para isso, fomos morar na própria comunidade e conhecer mais de perto aquela realidade. Aos poucos passamos a fazer parte daquele pequeno universo de sem-terra expropriados econômica e culturalmente de suas origens. Discutíamos com eles sobre a necessidade de se organizarem para retomar seu caminho na agricultura – a única coisa que sabiam fazer na vida. Na cidade haviam se tornado vítimas da miséria devido a falta de emprego para pessoas sem especialização. Eram presas frágeis de doenças decorrentes da subnutrição e da falta de saneamento básico. Procurávamos distribuir sementes e ensinar a plantar hortaliças para seu sustento e de sua família, suprindo assim uma parte da carência alimentar, motivo da maior parte das doenças que os levavam a procurar o “postinho”

em busca de remédios. Incentivávamos também o resgate de seus remédios tradicionais, de seus chás com ervas medicinais que aprenderam a desacreditar graças ao marketing da poderosa indústria farmacêutica e das práticas da “medicina moderna”. As diarreias, as micoses e os resfriados eram os sintomas mais freqüentes, inerentes ao ciclo da miséria a que estavam submetidos.

Pignati e eu discutíamos suas causas por horas a fio com os “pacientes”. A falta de saneamento básico era debatida a partir de exemplos práticos tirados do cotidiano: uma parte do esgoto corria a céu aberto e a água que bebiam não era tratada. Era distribuída por mangueiras pretas que se estendiam pelo meio das ruas, constantemente furavam ou eram cortadas por moradores rivais. O lixo vicejava pelas portas das casas, nos terrenos baldios e servia de alimento para ratos, baratas e cães abandonados. Porcos e galinhas compartilhavam livremente o espaço coletivo deixando suas fezes por todo lado. Nessa época percebemos que para nos fazer entender tínhamos que falar a mesma linguagem daquela gente.

Ao começarmos a entrevista para a TV, vi que ele, como eu, incorporamos uma boa parte desse modo de comunicar aprendido e apreendido na convivência no “postinho” de Barra do Garças.

Pignati começa explicando os efeitos da pulverização de agrotóxicos que a cidade de Lucas sofreu e como o veneno atingiu as hortas, as plantas ornamentais e as pessoas. Fala do quadro geral que ele e o engenheiro agrônomo do Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, James Cabral, encontraram ao chegar lá, oito dias depois do acidente. Relata as providências que tomaram, desencadeando o processo de vigilância à saúde, com a notificação de todos os órgãos responsáveis, em nível de município, do estado e da federação.

O sanitarista é enfático ao entrar na questão dos riscos a que estão sujeitas as populações e o meio ambiente quando expostos a doses constantes de veneno:

- O problema é a contaminação direta dessa população de 26 mil habitantes que está recebendo esses venenos através dos ventos, da água, dos alimentos, toda essa carga de agrotóxicos que estão respirando porque ora eles estão pulverizando herbicidas, ora fungicidas, ora inseticidas.
- A população respirando isso em baixas doses ao longo do tempo, um ano após outro – depois de dez, 20 anos vai gerando uma intoxicação crônica. Essa intoxicação vai desde o que a gente chama de lesões te-

ratogênicas, como anencefalia [*fetos sem cérebro*], lábio leporino [*má formação dos lábios*], até cânceres que são as neoplasias. Por descuido da medicina, esses casos de cânceres não são relacionados com o uso intensivo de agrotóxicos.

- O grande problema é que não se respeita a lei do agrotóxico, a lei n. 7.802 e o decreto n. 4.074 que regulamenta o uso do agrotóxico. Por essa lei não se pode passar agrotóxico numa faixa de 500 metros das cidades, nem dos rios, nem das nascentes de água.
- As nascentes dos rios muitas vezes estão bem no meio das plantações de soja, de algodão, de milho, de cana-de-açúcar, que usam muito agrotóxico, principalmente herbicidas. Todo esse veneno é levado pela chuva para o lençol freático, para os rios e para os poços artesianos. Existem pesquisas demonstrando que resíduos de agrotóxicos vão parar em poços profundos, com 100, 150 metros de profundidade.
- Por isso a lei determina que sejam feitos exames laboratoriais de resíduos de agrotóxicos, inclusive nesses poços que abastecem as cidades, pelo menos duas vezes por ano, mas são poucos os municípios que cumprem a lei.

Pignati explica a questão da omissão dos serviços públicos de saúde quanto à baixa notificação dos casos de intoxicação:

- Para cada caso de intoxicação aguda notificado, outros 50 casos deixam de ser informados.
- Em Lucas nós temos dois casos notificados enquanto em municípios vizinhos, que produzem muito menos grãos, temos 50 casos notificados. Isso indica que o sistema de saúde tem que ser revisto, que os médicos e os trabalhadores da área de saúde têm que ser treinados para que se melhore a notificação.
- Mato Grosso é o estado que mais consome agrotóxicos no Brasil. Segundo o Sindicato das Indústrias de Defensivos Agrícolas, o Sindag, aqui se consomem 19% das 200 mil toneladas de agrotóxicos usadas no país anualmente.
- Essas comparações entre municípios são importantes porque permitem que os médicos investiguem a correlação entre o uso de agrotóxicos e as causas dos cânceres que vão aparecer daqui a dez ou 20 anos. O Instituto Nacional do Câncer (Inca) tem várias pesquisas relacio-

nando diversos tipos de câncer com o uso de agrotóxicos, mas para poder fazer essa correlação a notificação tem que funcionar.

- Existem estudos também que relacionam os suicídios com o uso dos agrotóxicos. À medida que a pessoa está exposta ao veneno por longos períodos da vida, ele vai atacando o sistema nervoso central, a pessoa entra em depressão e se suicida. É só olharmos as pesquisas que fazem essa relação em regiões como de Arapiraca, em Alagoas, ou em Dourados, no Mato Grosso do Sul, ou em regiões produtoras de fumo, no Rio Grande do Sul. Arapiraca é famosa pela produção de fumo, uma cultura que usa muito inseticida. É um dos municípios recordes em suicídios. Em Dourados, onde a soja já entrou há mais de 30 anos, ocorre a mesma coisa.
- A grande dificuldade que nós, médicos, temos em trabalhar com pesquisas sobre os efeitos dos agrotóxicos é que temos que pesquisar as causas de maneira indireta – ninguém pode ministrar doses de agrotóxicos na veia das pessoas para ver o que acontece. Por isso, temos que trabalhar com pesquisas indiretas e para isso é muito importante que haja uma notificação correta dos casos de intoxicação. Se essa notificação não for feita, ou for feita de maneira incorreta, a ciência nunca saberá ao certo por que ocorrem determinados tipos de câncer em uma região e praticamente não ocorrem em outra. A notificação aqui no Estado do Mato Grosso é muito baixa.

Por último, Wanderlei Pignati explica que existem mais de 650 princípios ativos nos agrotóxicos utilizados no Brasil. Ele enfatiza que alguns tipos se decompõem rapidamente na natureza, em contato com o sol, com a água e com o solo:

- Mas isso não quer dizer que eles desapareceram totalmente, eles reagem quimicamente e se transformam em metabólitos, que são tão ou mais perigosos que os princípios ativos originais. É o caso por exemplo, do paraquat que se transforma em alfa-paraquat, então, se você procurar pelo princípio ativo do paraquat na água ou no alimento, você não vai achar, mas se fizer uma busca específica dele e depois de seu metabólito, o alfa-paraquat, você poderá encontrá-lo nessa forma já decomposta.
- Outra coisa é que os fungos e os insetos vão criando resistência a determinados princípios ativos ao longo dos anos e aí a indústria precisa desenvolver venenos cada vez mais potentes com maior poder de destruição e, conseqüentemente, de contaminação.

Concluindo, ele analisa as alternativas a esse tipo de agricultura:

- Hoje já existem alternativas para o uso do agrotóxico. Temos pesquisas que desenvolveram o controle biológico das pragas feito por determinados tipos de vírus. Mas isso não está suficientemente difundido porque não interessa à indústria de agrotóxicos que essas práticas sejam disseminadas.
- Veja, se um agricultor quiser plantar uma variedade crioula [*variedade original cultivada pelos indígenas*], se ele encontra sementes no mercado? - Ele só encontra variedades híbridas, que produzem uma vez só, com muito fertilizante químico e agrotóxico. Se o agricultor quiser guardar a semente para plantar outra vez, ela já quase não produz, o obrigando a depender sempre do fabricante de semente, da indústria da semente, cada vez que ele vai plantar novamente. Essas indústrias dominaram o mercado de sementes e agora, com os transgênicos, uma só empresa vai dominar toda a cadeia produtiva, da semente ao herbicida. Os agricultores se tornarão totalmente dependentes de um único fabricante mundial e vão ter que pagar o preço que esse monopólio quiser impor, caso contrário, não encontrarão sementes para plantar. Outra coisa é que serão obrigados a comprar o herbicida que só esse fabricante produz ou então a planta morrerá.

Terminada a entrevista, com o assunto fervendo em minha cabeça após as informações que Pignati forneceu, aproveitei para escrever uma nota sobre a questão da saúde pública:

Cuiabá – MT – terça-feira, 04 de abril de 2006 – 23h:30

O Coordenador de Vigilância em Saúde Ambiental da Secretaria de Estado da Saúde do Mato Grosso, Oberdã Ferreira Coutinho, afirmou: “Os sintomas da intoxicação por agrotóxicos nos seres humanos podem ser confundidos com sintomas de outras doenças, como a dengue ou a rotavirose, e isso tem dificultado o diagnóstico”, referindo-se aos casos de intoxicação por agrotóxicos.

Para Paulo César Angeli, secretário de Saúde de Lucas do Rio Verde, cidade pulverizada com agrotóxicos no dia 1º de março de 2006, as estatísticas sobre o atendimento médico nos hospitais, postos e centros de saúde do município, disponíveis até o momento, ainda não permitem identificar se houve intoxicação da população. Segundo ele, nessa época do ano aumenta muito a incidência de dengue e rotavirose e, em virtude disso, os médicos têm dificul-

dade em diferenciar os sintomas que podem ser muito parecidos com os da intoxicação aguda por agrotóxicos.

Segundo o Pólo Regional de Saúde de Sinop, entre janeiro e março, foram diagnosticados 41 casos de dengue em Lucas do Rio Verde, desses, apenas seis foram confirmados. Os outros 35 casos diagnosticados como dengue e não confirmados não seriam intoxicações agudas por agrotóxicos? Quem levanta a dúvida é o doutor Wanderlei Antônio Pignati, do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), ao analisar as estatísticas de saúde do município.

O médico adverte: “A população respirando isso em baixas doses ao longo do tempo, um ano após outro. Isso depois de dez, 20 anos vai gerando uma intoxicação crônica. Essa intoxicação vai desde o que a gente chama de lesões teratogênicas, como anencefalia [fetos sem cérebro], lábio leporino [má formação dos lábios], até cânceres, que são as neoplasias. Por descuido da medicina, esses casos de cânceres não são relacionados com o uso intensivo de agrotóxicos.

O doutor Pignati fez uma análise comparativa dos dados sobre casos de intoxicação notificados pela saúde pública de Lucas de Rio Verde e dos municípios vizinhos. Segundo ele, municípios que têm uma produção de grãos muito menor do que Lucas, município que é o segundo maior produtor de grãos do Brasil, chegam a apresentar estatísticas 40 a 50 vezes superiores. Pelo raciocínio do médico da UFMT, quanto maior a produção de grãos do município, maior é o consumo de agrotóxicos e, pela lógica, maior deve ser a incidência dos casos de intoxicação.

Segundo o especialista, a Organização Mundial de Saúde considera que para cada caso de intoxicação aguda notificado, 50 casos deixam de ser informados. Ele explica: “A grande dificuldade que nós, médicos, temos em trabalhar com pesquisas sobre os efeitos dos agrotóxicos é que temos que pesquisar as causas de maneira indireta – ninguém pode ministrar doses de agrotóxicos na veia das pessoas para ver o que acontece. Por isso, temos que trabalhar com pesquisas indiretas e para isso é muito importante que haja uma notificação correta dos casos de intoxicação. Se essa notificação não for feita, ou for feita de maneira incorreta, a ciência nunca saberá ao certo por que ocorrem determinados tipos de câncer em uma região e praticamente não ocorrem em outra. A notificação aqui no estado do Mato Grosso é muito baixa”

35 A Edição das Matérias para a TV e para a Agência Brasil

Voltamos para Brasília na quarta-feira, dia 5 de abril. Em nossa bagagem tínhamos quase oito horas de imagens para editar e transformar em cinco matérias para a TV. A editora Cíntia Vargas foi designada pelo Departamento de Telejornalismo para trabalhar o material junto comigo. Ela começou a “decupar”, transcrever as fitas, assim que chegamos, selecionando as principais falas de nossas fontes e organizando-as por temas.

Definimos que faríamos uma matéria abordando cada um dos aspectos da reportagem. Começaríamos pela apresentação da cidade e pela denúncia. Na segunda matéria trataríamos dos efeitos da pulverização para a população e para os chacareiros. Na terceira matéria abordariamos a questão da saúde pública. Na quarta matéria entraria a questão ambiental e na quinta e última matéria faríamos a repercussão do acidente, a omissão e as ações do poder público e a atuação da sociedade civil. Uma sexta matéria seria feita um mês depois desta última, apresentando os resultados da audiência pública convocada pela Promotoria de Justiça após a perícia técnica realizada com especialistas da Universidade Federal de Mato Grosso, as conclusões do relatório do Ministério da Agricultura e sua repercussão entre os especialistas.

Para cada matéria escrevemos o roteiro, no qual eu narrava os principais fatos. Gravei minhas falas, os “offs”, enquanto um segundo editor, o editor de videotape, Roberto Piza, selecionou, com a Cíntia, as imagens de acordo com o roteiro. A série de cinco matérias foi ao ar durante cinco dias seguidos na TV Nacional e na NBr, duas vezes ao dia, de manhã e à noite, em nossos telejornais diários. A sexta matéria foi ao ar dia 2 de maio. Minha “briga” com a editora por mais tempo para as matérias foi bem-sucedida. Ao todo elas somaram 37 minutos e doze segundos, numa média de mais de seis minutos cada uma, enquanto, a princípio, deveriam ter três minutos cada.

Para identificar a série, foi criada uma vinheta com música ao fundo, em “BG”, o chamado “*Back Ground*”. Paralelamente à edição das matérias da TV, trabalhei diariamente com o Aloisio Milani, editor da Agência Brasil, para transformarmos minhas notas em matérias. Publicamos as primeiras 18 matérias no dia 14 de abril em uma reportagem especial.

Da mesma forma em que trabalhamos a vinheta para identificar a série na TV, na *internet*, através da Agência Brasil, precisávamos construir a página que chamava para as matérias. Entraram em ação os *webdesigners* da Agência, Mário Marco e Yasodara Cordova. O título da reportagem especial foi motivo de muita discussão. A princípio eu havia escolhido “Lucas do Rio Verde: uma cidade à deriva”, por seu duplo sentido, mas acabei sendo convencido pelo Aloisio e pelo Rodrigo Savazoni, o chefe da Agência, que esse título estigmatizava a cidade e esse não era nosso objetivo, uma vez que durante toda a reportagem o acidente em Lucas era tratado apenas como um exemplo do que pode acontecer às populações que convivem com o agronegócio ao seu redor. Acabei concordando e o título ficou “A ameaça do agrotóxico”. Um título mais geral, como o enfoque da reportagem.

Como não havíamos levado máquina fotográfica, tivemos que editar as fotos que nos foram cedidas pelo Ponto de Cultura e pelos chacareiros para montar a galeria de imagens. O logotipo de identificação da reportagem, o chamado “selinho”, foi tirado das imagens da TV. Congelamos um “frame” da imagem da placa de aviso afixada em um dos galpões que continham embalagens vazias de agrotóxicos na Central de Recebimento de Embalagens de Lucas. A placa continha o símbolo da caveira e a inscrição veneno.

36 A Controvérsia do Laudo sobre a Água

No dia 11 de abril, no calor do trabalho árduo de edição das matérias para a TV e a agência, recebi do diretor do Serviço Autônomo de Abastecimento de Água de Lucas do Rio Verde cópia do laudo de um laboratório particular sobre o exame de resíduos químicos da água servida à população. Nele, aparentemente, não se constatava contaminação. Todavia, só para me certificar que essa informação era definitiva resolvi telefonar para o Pignati e pedir para que ele avaliasse o laudo. Enviei-lhe por fax uma cópia e quase instantaneamente obtive sua resposta. A partir dela, escrevi novas notas tratando da questão da qualidade da água:

Brasília – DF, 11 de abril de 2006 – 16h:30

O Serviço Autônomo de Abastecimento de Água de Lucas do Rio Verde garante que a água da cidade não está contaminada. Para o diretor do Serviço Autônomo de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE), do município de Lucas do Rio Verde, Daltro Sérgio Filho, a água fornecida para a população “é de ótima qualidade”. “Fazemos testes diariamente conforme determina a portaria n. 518 do Ministério da Saúde. A nossa água é captada em oito poços profundos, poços artesianos”, informou o diretor.

Os testes realizados diariamente pelo serviço de abastecimento de água da cidade são exames bacteriológicos que verificam a presença de germes e bactérias na água.

Esse tipo de exame não consegue detectar a presença de resíduos químicos na água, explica o Doutor Wanderlei Antônio Pignati, mestre em saúde pública da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Segundo ele, existem pesquisas que comprovam a presença de resíduos de herbicidas, fungicidas e inseticidas em poços artesianos com 100, 150 ou até 200 metros de profundidade. “Tudo depende do tipo de solo, há solos mais e outros menos permeáveis

à infiltração da água das chuvas, depende também da época do ano. No período chuvoso os resíduos são levados com mais rapidez para o lençol de água”, informou o especialista da UFMT.

Segundo Daltro Sérgio Filho, periodicamente o município manda realizar o teste de resíduos químicos em laboratório. Ele declarou: “Até o presente momento não tivemos notificação de nenhum resíduo químico na água que fornecemos”.

Para o Doutor Wanderlei Antônio Pignati, mestre em saúde pública da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), a análise de resíduos químicos realizada pelo Serviço Autônomo de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE), do município de Lucas do Rio Verde, não obedece aos padrões e normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e portanto não podem garantir que a água que abastece a cidade não esteja contaminada por agrotóxicos, conforme declarou o diretor do SAAE em entrevista à Radiobrás.

Segundo o médico sanitário, a Anvisa determina que esse tipo de exame, quando realizado em laboratórios particulares, tem que obedecer a determinadas normas. Por exemplo, as amostras de água têm que ser coletadas na presença de testemunhas e ser enviadas a pelo menos três laboratórios diferentes. No caso de Lucas do Rio Verde as amostras foram coletadas pelo próprio Serviço Autônomo de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE), do município, conforme consta do laudo de um único laboratório particular que realizou a análise das amostras, coletadas em 21/3/2006: a Analítica Análises Químicas e Controle de Qualidade, de Cuiabá.

Outra falha apontada pelo doutor Pignati refere-se ao fato de que o laboratório realizou testes para verificar a presença ou não de apenas dez princípios ativos enquanto no Brasil, existem atualmente mais de 650 princípios ativos que podem ser encontrados nos agrotóxicos que estão no mercado.

O médico afirma que o laboratório não pode atestar que não existem resíduos químicos de herbicidas, pesticidas, desfoliantes e fungicidas, de maneira geral, conforme consta do laudo. No máximo, eles poderiam afirmar que não encontraram resíduos desses dez princípios ativos analisados.

Outro problema apontado pelo médico da UFMT é que os agrotóxicos têm seus princípios ativos modificados quando entram em contato com a água, o sol e o solo e se decompõem em metabólitos que podem ser tão ou mais perigosos para a saúde humana do que os próprios princípios ativos.

Como exemplo, ele cita o caso do paraquat, o veneno que o prefeito de Lucas do Rio Verde, Marino José Franz, declarou que é utilizado neste tipo de pulverização. “O paraquat entra em reação quando é exposto ao sol – ocorre uma fotólise e em uma semana o veneno original desaparece. Se você procurar pelo princípio ativo do paraquat, após uma semana você não vai encontrar, mas seu metabólito, que é altamente cancerígeno, vai estar lá, presente na amostra com a forma de alfa-paraquat. Se você não fizer os testes específicos para detectar o metabólito alfa-paraquat, você não vai encontrá-lo”, informou o doutor Pignati.

“A gente tá banhando com água envenenada”, afirmou Hilária Vandcher, moradora de Lucas do Rio Verde (MT), cidade localizada a 280 quilômetros ao norte de Cuiabá, pulverizada por uma nuvem de agrotóxicos no último dia 1º de março.

“Aqui tem bastante gente com alergia. Geralmente quando sai do banho dá uma vontade de ficar coçando. Provavelmente tem alguma coisa na água”, suspeita Hilária. “A gente vai trocando de sabonete. Eu falo com o vizinho e com outras pessoas. Eu troquei de sabonete, mas a coceira continua. A gente vai falando com um, com outro e todo mundo tem essa alergia. Na família todo mundo tem a mesma coceira, os vizinhos também, então não pode ser o sabonete. Deve ser a água.”

Outro morador da cidade, Celito Trevisan, afirmou: “Antigamente a gente nunca ouvia falar em alergia, sarna, bronquite, coceira. Hoje é impressionante, todo mundo na cidade tem algum tipo dessas doenças. Como é difícil saber se as causas são os agrotóxicos que estão no ar, na água, as pessoas ficam achando que é a roupa, que é o perfume, que é o sabonete, que são coisas palpáveis, que podem ver. A contaminação com agrotóxico é invisível e então é mais fácil acreditar naquilo que você pode ver”.

A professora Cleuza Marchesan de Marco afirma que na escola onde leciona, “todos os dias tem um índice alto de alunos se ausentando por problemas digestivos, diarreias, dores de cabeça”. Para ela fica sempre a dúvida se as causas são as contaminações com agrotóxicos que estão nos alimentos, no ar, na água ou se as causas podem ser outras. Ela acha que cabe às autoridades de saúde darem essa resposta.

Segundo o doutor Wanderlei Antônio Pignati, mestre em saúde pública pela Universidade Federal do Mato Grosso, existem cerca de 650 princípios químicos ativos nos agrotóxicos que estão à venda no mercado brasileiro.

37 A Reação do engenheiro do “Sindicato da Aviação Agrícola”

Devido às matérias que foram ao ar pela *Voz do Brasil*, o serviço de atendimento ao cidadão da Radiobrás recebeu a seguinte mensagem de correio eletrônico de um ouvinte que se identificou como engenheiro agrônomo Eduardo Cordeiro de Araújo, do Sindag, segundo ele, Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola. Pesquisei na internet o significado da sigla. Encontrei: Sindicato Nacional das Indústrias de Defensivos Agrícolas em “<<http://www.sindag.com>>” e em “<<http://www.sindag.org>>” encontro o outro sindicato. Achei estranho a coincidência de nomes pois a sigla corresponde às iniciais do sindicato da indústria e não ao sindicato da aviação agrícola.

E-MAIL DO SINDAG

Ouvimos com atenção o programa A Voz do Brasil do dia 31/3/2006, quando foi veiculada notícia sobre suposta contaminação da cidade de Lucas do Rio Verde, MT, e que a mesma seria devida à aplicação aérea de herbicidas, sobre a cidade ou em seus arredores.

Esclarecemos que até onde estamos informados o caso encontra-se sob investigação do órgão competente - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento -, nada havendo ainda que confirme a causa como tendo sido herbicida e muito menos que o presumido produto tenha sido aplicado com avião agrícola.

Da forma como a notícia foi divulgada o leitor é levado a pensar que o fato realmente ocorreu e que o mais provável é que tenha se tratado de aplicação aérea, o que não é verdade, pelo menos até que se prove o contrário.

A aplicação aérea é feita seguindo as normas do Ministério da Agricultura e Comando da Aeronáutica, sob fiscalização dos mesmos.

Cadastros das empresas autorizadas a operar na Aviação Agrícola podem ser facilmente obtidos junto àqueles órgãos.

A Aplicação Aérea é executada por pilotos agrícolas especializados, e sob responsabilidade de Engenheiro Agrônomo (o Responsável Técnico de cada empresa aplicadora).

A Aplicação aérea segue Normas Técnicas expedidas pelo Ministério da Agricultura. Entre outras regras contidas naquelas normas está a proibição de aplicação à distância inferior a 500 metros de cidade, o que por si só já indica a pouca probabilidade de acidentes deste tipo ocorrerem.

Finalmente a aplicação aérea aplica cerca de apenas 10% dos produtos fitosanitários. Os restantes 90% são aplicados por PULVERIZADORES TERRESTRES, manuais ou motorizados. A aplicação terrestre, ao contrário da aérea, não possui regulamentos ou normas que a disciplinem, nem a obrigatoriedade de ser feita por pessoal especializado. Nada impede que as aplicações terrestres sejam feitas a pouca distância de cidades ou povoações.

Pelo exposto, na hipótese de que se realmente [sic] o problema tenha sido causado por herbicidas, não se deve descartar a possibilidade de que tenham sido aplicados por outros tipos de equipamentos que não aviões. Assim, lançar suspeição sobre a aplicação aérea é no mínimo apressado e injusto, principalmente levando em consideração os inestimáveis serviços que a Aviação Agrícola tem prestado à produção agrícola nacional.

Solicitamos dar divulgação a estas considerações enquanto aguardamos, juntos, o resultado das investigações que estão sendo feitas para chegar às causas do problema em Lucas do Rio Verde.

Por oportuno, sugerimos que o repórter mencionado - Paulo Machado - em sua viagem anunciada para esta semana mantenha contato com a Delegacia do Ministério da Agricultura em Cuiabá em busca dos resultados da investigação ora em curso.

Atenciosamente

Eng.Agr. Eduardo Cordeiro de Araújo

*SINDAG - Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola
Rua Felicíssimo de Azevedo, 53/703*

90540 - 110 - Porto Alegre - RS

Como o engenheiro baseava suas opiniões em informações que a apuração já havia superado resolvi atualizá-lo através de correspondência pessoal. Seus argumentos haviam sido contestados pelos fatos e pelos depoimentos de minhas fontes, logo julguei melhor não publicar sua carta e sim ponderar com ele sobre suas afirmações. Enviei-lhe a seguinte correspondência:

Prezado eng. agr. Eduardo Cordeiro de Araújo SINDAG - Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola

Rua Felicíssimo de Azevedo, 53/703

90540 - 110 - Porto Alegre - RS

Tomei conhecimento só agora de sua correspondência e apresse-me em respondê-la. Já retornamos de Lucas do Rio Verde, onde colhemos as imagens que comprovam os depoimentos que nos haviam sido fornecidos por telefone pelas testemunhas e autoridades envolvidas no episódio. Em nossa apuração sobre o caso nos baseamos no depoimento de testemunhas oculares que viram o avião pulverizando agrotóxicos, apesar da chuva que se aproximava. Mesmo com o vento soprando forte, o piloto insistiu em continuar a pulverização, fazendo a manobra por cima do Rio Verde, que banha a cidade, e por cima das propriedades de pequenos chacareiros. Os danos causados nas plantas foram atestados por técnicos da Universidade Federal do Mato Grosso, devidamente qualificados, que estiveram no local para este fim. Conforme consta da notificação encaminhada às autoridades de saúde pública do estado, trata-se de um herbicida, dessecante para a soja, de amplo espectro, pois atinge tanto as espécies de folhas largas quanto estreitas. Essa informação foi também confirmada por outras autoridades, como o próprio prefeito da cidade, que se identificou como engenheiro agrônomo há 15 anos. Disse que o veneno era o paraquat/diquat e que ele “não faz mal nenhum”. Disse também que ele é tão inofensivo que ele utiliza na capina química da cidade. O acidente também foi confirmado pelos técnicos do Instituto de Defesa Agropecuária de Lucas do Rio Verde, que o classificaram como uma pulverização por deriva, provocada por uma aeronave, com danos de grande extensão sobre a cidade. Provas do crime ambiental estão espalhadas inclusive pela vegetação ornamental para quem quiser ver, de um lado a outro da cidade. As investigações a que o senhor se refere apuraram que existem apenas duas aeronaves registradas em Lucas do Rio Verde, no Ministério da Agricultura, por empresas prestadoras desse tipo de serviço. Mas a Secretaria do Meio Ambiente, juntamente com o Ministério Público, já identificou pelo menos outras nove aeronaves, pertencentes a fazendeiros da região, que levantam vôo de

pistas construídas nas próprias fazendas e, portanto, sem nenhum tipo de controle das autoridades da aviação civil ou do Ministério da Agricultura.

No momento temos mais de 200 minutos de gravações de áudio e mais de oito horas de gravação de imagem e som feitas com as testemunhas e com as autoridades a que nos referimos para embasar nossas matérias. Tudo que afirmamos está documentado.

Nunca foi, nem será, nossa intenção difamar a aviação agrícola que respeita a legislação e que se encontra devidamente registrada e treinada para o exercício da profissão. No caso de Lucas, os indícios são de que uma aeronave de uso particular vem realizando, há quatro anos, pulverizações que contrariam a legislação e, portanto, acreditamos ser inclusive do interesse desse sindicato que o caso seja devidamente apurado.

Informamos ainda que ao sabermos do ocorrido nos dirigimos à Delegacia do Ministério da Agricultura em Cuiabá, na pessoa da fiscal federal agropecuária doutora Márcia Albuquerque, que esteve em Lucas, nove dias após a ocorrência do acidente. Informada por nossa reportagem que os órgãos de saúde e meio ambiente da cidade, juntamente com a Promotoria Pública, estavam aguardando o resultados dos exames das amostras que ela havia coletado, fomos informados por ela que o Ministério da Agricultura não havia coletado as amostras e que não estavam fazendo exame nenhum.

Estas e outras informações que conseguimos apurar podem ser obtidas no especial que estamos publicando a partir de hoje na página da Agência Brasil.

Acreditamos que nosso trabalho possa servir para ajudar a esclarecer a questão e a esclarecer as pessoas sobre o risco do uso dos agrotóxicos. Atenciosamente,

Paulo Machado

38 O Relatório sai do Bolso do Colete

No dia 14 de abril, foram publicadas as primeiras 18 matérias no especial “A Ameaça do Agrotóxico”, na Agência Brasil. Neste mesmo dia recebo uma carta do engenheiro do Sindag. Por meio dela, fico sabendo que os fiscais federais do Ministério da Agricultura tinham elaborado um relatório sobre o caso. Publico aqui a carta que recebi:

Contaminação de Lucas do Rio Verde por herbicida – um outro ponto de vista

O presente texto expressa a opinião do autor levando em consideração as informações disponíveis até 10/4/2006.

DAS NOTÍCIAS

A partir do dia 1º/3/2006, diversos meios de comunicação passaram a divulgar informações relacionadas a uma possível contaminação da cidade de Lucas do Rio Verde (MT) por um produto químico, possivelmente um herbicida, sendo este “provavelmente” o Gramoxone. Algumas notícias davam conta de que “provavelmente o produto teria sido “lançado” por um avião agrícola”, que “lançou o dessecante sobre a zona urbana e sítios vizinhos” e “prejudicou pequenos produtores e hortifrutis da região”. Outra manchete noticiava que “Agente Laranja Ataca População em Lucas do Rio Verde”. Também foram noticiados “casos de intoxicação com registro de diarreia, vômito e urticárias em crianças e idosos”, embora sem nenhuma identificação das pessoas que teriam sido assim intoxicadas.

*A “certeza” de que o presumido produto químico havia sido jogado por avião agrícola era tanta que um órgão de comunicação publicou que “O Ministério Público Estadual afirmou hoje que já tem suspeitos do crime ambiental cometido em Lucas do Rio Verde no início de março, **quando uma aeronave despejou veneno dessecante sobre a cidade**”. Alegava uma das fontes que “Uma dificuldade na identificação dos culpados está na falta de registro de vôos com pulverização de herbicidas”.*

Sobre o produto que teria ocasionado o problema dizia-se que “Suspeita-se que o veneno jogado na cidade seja o Paraquat, vendido com o nome comercial de Gramoxone. O herbicida encontra-se entre a classificação de produtos proibidos de serem vendidos no Brasil.” Enfim, tantas foram as afirmativas feitas pelos mais diversos órgãos, todas aproximadamente com o mesmo teor que os leitores certamente foram levados a crer que :

a) Um problema ambiental e de saúde pública ocorrera em Lucas do Rio Verde

b) Que o problema teria sido causado por um herbicida e mais, por um herbicida de uso proibido, e

c) Que o presumido produto teria sido aplicado por um avião agrícola.

DA REALIDADE

No que se refere à saúde da população, nunca houve nenhum caso que tenha sido identificado como decorrente por intoxicação, naquele período. Como as presumidas vítimas de intoxicação não foram identificadas, tornou-se impossível a comprovação da notícia. Aliás, ao contrário, um dos órgãos noticiosos assim se referia, à época: : **“Na Secretaria da Saúde do Município não há registros de casos de intoxicação por agrotóxicos nos últimos dias, mas alguns postos de saúde registraram um ligeiro aumento de casos de diarreia e vômitos, principalmente em crianças. No entanto, não há informações se os casos estão relacionados à contaminação pelo herbicida”**. Também constatação semelhante é feita pelo noticioso “A Voz do Brasil”, em reportagem do dia 4 de abril quando se refere a que **“...os serviços de saúde (em Lucas do Rio Verde) não registram nenhum caso de intoxicação por agrotóxicos”**. Parece, pois, que a realidade é de que de fato não houve nenhum caso de doença em pessoas que pudesse ser correlacionado ao evento relatado.

No que se refere ao produto citado (Gramoxone): Ainda que tivesse sido este o produto envolvido, não é verdade que ele seja proibido no Brasil, assim como é absurda a manchete que tenta vincular o produto ao lamentavelmente famoso “Agente Laranja” utilizado na Guerra do Vietnã, como desfoliante de florestas. Em primeiro lugar, tratam-se [sic] de produtos completamente distintos: o Gramoxone é produzido à base do produto químico denominado “Dicloreto de Paraquat” enquanto o “Agente Laranja” era produzido com outro grupo químico completamente diferente (o 2,4,5 T impuro, com a presença de um agente tóxico, a dioxina). Em segundo lugar, o Dicloreto de Paraquat tem seu uso **permitido** no Brasil como herbicida, com ação dessecante, podendo ser aplicado por via

aérea ou terrestre. Existem pelo menos 4 herbicidas comerciais que contém [sic] tal princípio ativo em sua composição, sendo um deles o “Gramoxone”. Referidos produtos estão registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Têm, portanto, seu uso autorizado em todo o território nacional.

No que se refere aos “danos verificados em hortas, jardins e plantas medicinais”: Durante o mês de março, técnicos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento estiveram em Lucas do Rio Verde para averiguar o ocorrido. Do minucioso relatório por eles elaborado extrai-se o seguinte trecho, relacionado a este aspecto: “...Observamos ainda que algumas plantas tinham lesões características de doenças, fato constatado no exame laboratorial das folhas de mamão (Antracnose) e do milho (*Fusarium sp* e *Curvularia sp*) ou queimaduras, como é o caso das cebolinhas e outras culturas (mandiocas e gramíneas forrageiras) que não apresentavam quaisquer sintomas de injúrias, encontrando-se as mesmas separadas das quadras afetadas por alguns poucos metros, são exemplos das situações encontradas....”.

Finalmente, no que se refere à presumida ação de aeronaves agrícolas no episódio: Em primeiro lugar, não procede a informação de que “uma dificuldade na identificação dos culpados está na falta de registro de vôos com pulverização de herbicidas”. Todos os vôos agrícolas são objeto de elaboração de minucioso Relatório de Aplicação o qual fica à disposição do órgão competente (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Tivessem os interessados acionado de imediato aquele órgão, teriam a desejada informação, a curto prazo. Ao contrário, as aplicações feitas por outros meios (equipamentos terrestres) é que não estão obrigadas a qualquer registro. Em segundo lugar, valemo-nos novamente do Relatório do Ministério da Agricultura sobre este específico evento. Assim diz outro trecho daquele documento: “...Da impossibilidade de ter acontecido vôo de aeronaves agrícolas sobre as propriedades, com o equipamento de aplicação aberto ou com vazamentos, vindo a provocar as lesões nas plantas dos reclamantes.....”. Porém, o mesmo relatório, mais adiante esclarece que

mesmo assim, se tivesse ocorrido o dano por herbicida, este poderia ter se originado de uma área próxima à sede do município, sendo carregado pelo fenômeno conhecido como “deriva”. Assim se expressam os fiscais do MAPA: “Mediante as posições geográficas das propriedades que se diziam afetadas em relação aos bairros, ao Rio Verde e às grandes propriedades rurais limítrofes da cidade, se houvesse uma deriva, que é o deslocamento não intencional do produto químico após a sua emissão para outro local diferente daquele que se pretendia aplicar, poderia ter sido provocado por aplicação aérea ou terrestre nas proprie-

dades vizinhas da sede do município. Existem diversos fatores, tais como ventos acima dos limites ideais de aplicação, instabilidade atmosférica (favorecendo a inversão térmica), tamanho das gotas de aplicação e outros que possam contribuir para o ocorrido”. Ou seja, se tivesse ocorrido dano por herbicida (o que não foi constatado), este poderia ter derivado de uma lavoura vizinha que tivesse sido tratada ou com avião ou com pulverizador terrestre. Assim, no caso de danos comprovados, deveriam ser investigados, não só os aviões como os pulverizadores terrestres das vizinhanças.

De fato, não apenas aviões aplicam defensivos naquela e nas demais regiões do País. A Aviação Agrícola aplica cerca de apenas 10% dos produtos fitosanitários. Os restantes 90% são aplicados por PULVERIZADORES TERRESTRES, manuais ou motorizados. A aplicação terrestre, ao contrário da aérea, infelizmente não possui regulamentos ou normas que a disciplinem, nem obrigatoriedade de ser feita por pessoal especializado. Nada impede que as aplicações terrestres sejam feitas a pouca distância de cidades ou povoações. Já a aplicação aérea é feita seguindo as normas do Ministério da Agricultura e Comando da Aeronáutica, sob fiscalização dos mesmos. Cadastros das empresas autorizadas a operar na Aviação Agrícola podem ser facilmente obtidos juntos [sic] àqueles órgãos, os quais possuem registros de toda atividade aero-agrícola. A Aplicação Aérea é executada por pilotos agrícolas especializados, e sob responsabilidade de Engenheiro Agrônomo (o Responsável Técnico de cada empresa aplicadora).

A Aplicação aérea segue Normas Técnicas expedidas pelo Ministério da Agricultura. Entre outras regras contidas naquelas normas está a proibição de aplicação em distância inferior a 500 metros de cidades, o que por si só já indica a pouca probabilidade de acidentes deste tipo ocorrerem.

Assim, mesmo que tivesse sido comprovada a contaminação por herbicida, o que não foi, não se deveria descartar a possibilidade de o mesmo tivesse sido aplicado por outros tipos de equipamentos que não aviões. Lançar suspeição sobre a aplicação aérea é no mínimo apressado e injusto, principalmente levando em consideração os inestimáveis serviços que a Aviação Agrícola tem prestado à produção agrícola nacional.

Eng.Agr. Eduardo Cordeiro de Araújo

SINDAG – Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola. www.sindag.org.br

Pareceu-me que as ponderações que fiz na resposta à primeira mensagem do engenheiro, a favor de uma apuração mais rigorosa dos aconteci-

mentos em Lucas, tinham sido em vão. Ele simplesmente as desconsiderou. Pelo teor de sua correspondência o engenheiro não havia esperado para ler as matérias publicadas na Agência Brasil, conforme eu havia recomendado. Ele preferiu basear suas informações num relatório dos fiscais federais agropecuários, aqueles mesmos que afirmaram que não coletaram amostras e que não fizeram exames laboratoriais. Eu tinha que apurar isso melhor antes de decidir se deveria ou não publicar a mensagem do agrônomo uma vez que ele não se referia a nenhuma matéria publicada pela Agência Brasil. Todas as suas fontes se referiam a matérias publicadas por outros veículos de comunicação. A única referência a uma informação sob responsabilidade do jornalismo da Radiobrás era a notícia veiculada pela Voz do Brasil, que ele utilizou para justificar sua posição: *“Também constatação semelhante é feita pelo noticioso “A Voz do Brasil”, em reportagem do dia 4 de abril quando se refere a que “...os serviços de saúde (em Lucas do Rio Verde) não registram nenhum caso de intoxicação por agrotóxicos”. Parece, pois, que a realidade é de que de fato não houve nenhum caso de doença em pessoas que pudesse ser correlacionado ao evento relatado.”*

Entrei imediatamente em contato com o Departamento de Aviação Agrícola do Ministério da Agricultura e solicitei uma cópia do relatório que chegaria a minhas mãos no dia 17 de abril. Assim que a recebi constatee uma série de incoerências com tudo que havia apurado e com o que a fiscal Márcia Albuquerque havia declarado. No relatório ela falava de resultados de exames laboratoriais que constatavam a presença de fungos nas amostras de plantas analisadas. Comecei então uma nova etapa de apuração submetendo o relatório à opinião de especialistas.

39 Especialistas Contestam e Desautorizam Relatório

Primeiro levei o relatório para um fitopatologista que localizei na Universidade de Brasília, José Carmine Dianese. Marcamos uma conversa em sua casa. Também levei comigo as fotos das plantas atingidas para ele analisar.

Conversa com José Carmine Dianese, especialista em Fitopatologia do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília:

Pergunta: A partir das fotos é possível chegar a alguma conclusão sobre o que aconteceu com essas plantas?

Resposta: É evidente que uma análise baseada em fotos é uma coisa muito precária. No entanto, dada a aparência e a amplitude dos efeitos com a incidência de sintomas muito uniformes é possível que sejam decorrentes de uma aplicação de herbicida. Essas manchas não têm características de doenças.

Pergunta: O que teria sido necessário ser feito para que se pudesse fazer uma identificação positiva no caso da contaminação por agrotóxico?

Resposta: Seria necessário que tivessem sido colhidas amostras logo após a aplicação do produto e que a população local submetesse essas amostras à análise de diversos laboratórios diferentes e confiáveis. Na carência de uma prova documental fica difícil concluir alguma coisa. Por outro lado, eu acredito que se houver reincidência desse tipo de acidente, que se convoque peritos em fitopatologia para que visitem a área e dêem um parecer técnico.

Pergunta: Essas fotos foram feitas em lugares na cidade que distam até cerca de 4 a 5 quilômetros uns dos outros. Isso significa alguma coisa?

Resposta: Isso indica que a área de abrangência é bastante grande, mas o sintoma mais importante é que foram atingidas diferentes espécies, o que aponta para uma contaminação por herbicida, mas como eu disse anteriormente, só pe-

las fotos não é possível dar um parecer conclusivo. A uniformidade dos sintomas mostrada nas imagens que me foram apresentadas indicam uma suspeita de que possa ter sido um efeito de deriva, mas não posso afirmar positivamente. Um fato que é importante é a uniformidade dos sintomas em diferentes espécies, uma diversidade grande de espécies. Isso sugere uma deriva por agrotóxicos, mas, como disse, não posso afirmar definitivamente que esse seja o caso, embora eu acredite que exista a possibilidade de ter sido isso.

Pergunta: Exames laboratoriais fitopatológicos servem para identificar resíduos de agrotóxicos?

Resposta: Não. Exames fitopatológicos só servem para identificar possíveis doenças. Os exames para detectar resíduos de agrotóxicos são completamente diferentes. Eles não detectam doenças.

Pedi para o fitopatologista dar uma lida no relatório do Ministério da Agricultura. Ele se deteve nas conclusões e sorrindo disse que a Antracnose, uma das doenças fungicas, detectadas nos exames laboratoriais feitos pelos técnicos de Cuiabá, não ocorre nas folhas do mamoeiro conforme eles indicavam: essa doença dá no fruto e não nas folhas, ele concluiu.

Outros fungos, apontados como doenças no relatório, a *Fusarium sp* e a *Curvularia sp*, como presentes em folhas de milho, também foram contestados pelo especialista - isso não ataca folhas de milho.

Em seguida marquei uma conversa com outro especialista, César Koppe Grisólia, geneticista da mesma universidade e pesquisador sobre os efeitos dos agrotóxicos na saúde humana.

*Conversa com o professor César Koppe Grisólia, do Departamento de Genética e Morfologia da UnB, autor do livro **Agrotóxicos: mutações, câncer e reprodução**.*

Pergunta: De acordo com suas pesquisas, os agrotóxicos podem causar câncer?

Resposta: A maioria dos agrotóxicos faz algum mal para a saúde. Em termos neurológicos, em termos de reprodução, nem todos causam câncer, mas aumentam o risco de causar câncer.

Pergunta: Como se dá essa contaminação e quais são as suas conseqüências?

Resposta: A pulverização de agrotóxicos causa muitas perdas para o meio

ambiente. Através da nuvem de agrotóxico que se espalha além do campo da agricultura, as pessoas se contaminam através da ingestão de água, através da pele e através da respiração de partículas de agrotóxicos no ar. O excesso de agrotóxicos nos alimentos deixa resíduos na casca, ou em alimentos que são consumidos in natura, como as folhas verdes. A pele é muito permeável aos agrotóxicos, que entram por ela e atingem a corrente sanguínea, causando dores de cabeça, tremores, intoxicação intestinal e no fígado. A contaminação crônica por agrotóxico por inalação pode levar mais tarde a problemas pulmonares, como a fibrose pulmonar. A intoxicação crônica por inseticidas do tipo organofosforados pode levar mais tarde a pessoa a desenvolver uma espécie de mal de Parkinson, com tremedeiras, com efeitos neurológicos. Dependendo do tipo de agrotóxico, você vai ter um tipo de lesão no organismo, característico da molécula de agrotóxico. Existem estudos mostrando que determinadas formulações de agrotóxico causam alterações no material genético, na molécula de DNA, que acarretam mutações.

Pergunta: É difícil constatar os efeitos dos agrotóxicos no ser humano?

Resposta: Nós trabalhamos aqui na UnB com pesquisas sobre os efeitos dos agrotóxicos sobre os peixes. Nos peixes, os agrotóxicos alteram as células sanguíneas, modificam o formato dos glóbulos vermelhos, alteram o comportamento natatório e provocam mortalidade. Se os peixes estiverem contaminados com inseticidas organo-clorados, que se acumulam nos organismos aquáticos, essa contaminação pode ser transmitida ao homem que consome o peixe contaminado. Pesquisas em diferentes regiões do planeta indicam que regiões onde existe uma agricultura intensiva, os agricultores que estão expostos a agrotóxicos têm maior número de quebras em número de cromossomos, isso significa mutações cromossômicas que podem levar a problemas de reprodução e desenvolvimento de câncer.

Pergunta: Quem deve fiscalizar o uso de agrotóxicos?

Resposta: São três os órgãos públicos responsáveis pela fiscalização dos agrotóxicos. Compete ao Ministério da Agricultura a fiscalização quanto ao uso agrícola adequado dos agrotóxicos, a questão de saúde ocupacional e de exposição humana é atribuição do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa e na questão dos impactos ambientais e efeitos sobre o meio ambiente é função do Ministério do Meio Ambiente e de seu órgão executivo, o Ibama.

Pergunta: Essa fiscalização tem sido eficiente?

Resposta: Os órgãos de fiscalização não têm uma estrutura que acompa-

nhe a expansão das fronteiras agrícolas. Tem ocorrido uma fiscalização, mas muito aquém do problema do uso do agrotóxico no Brasil.

Pergunta: Os alimentos que consumimos podem estar contaminados?

Resposta: Para fazer análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos exige testes altamente específicos, equipamentos caros e a Anvisa selecionou apenas os alimentos mais consumidos in natura. As carnes, o arroz e o feijão, como são consumidos após o cozimento, têm menos riscos de contaminação. Estudos feitos pela Unicamp [Universidade Estadual de Campinas] demonstram que uma boa lavagem feita nos alimentos retira boa parte dos agrotóxicos presentes na casca dos alimentos. Não retira tudo, pois há agrotóxicos dentro dos alimentos, que não são eliminados no processo de lavagem.

Pergunta: Quais os efeitos da contaminação por paraquat?

Resposta: O paraquat é muito tóxico. A contaminação de lagos e rios vai causar a mortalidade de peixes e de moluscos. A contaminação do homem por inalação vai causar a longo prazo fibrose pulmonar, dificuldade de respiração e diminuição da capacidade pulmonar. Utilizar esse tipo de veneno para capina química dentro das cidades expõe a população a riscos inadmissíveis.

Pergunta: No caso do acidente em Lucas do Rio Verde, a quem caberia fazer a coleta de amostras e os exames para identificar que veneno foi utilizado?

Resposta: É responsabilidade do Ministério da Agricultura fazer a coleta de amostras dentro das normas técnicas. Devem ser coletadas no mínimo três amostras em frascos separados e armazenadas em locais diferentes para possibilitar prova e contraprova. As amostras não devem entrar em contato com o ar, com a água ou a luz solar. Elas devem ser mantidas sob refrigeração constante. As amostras devem ser coletadas logo após a contaminação. Alguns agrotóxicos desaparecem rapidamente. No caso de não haver vestígios dos agrotóxicos pode-se pesquisar os seus metabólitos, que são resíduos, produto da degradação dos agrotóxicos.

Pergunta: Aqui nesse relatório do Ministério da Agricultura os técnicos afirmam que fizeram exames fitopatológicos para saber se existiam resíduos de agrotóxicos. Esse tipo de exame detecta agrotóxicos?

Resposta: Exames fitossanitários servem para pesquisar fungos e outras doenças, são exames totalmente diferentes. Não têm validade em questões jurídicas para provar que se cometeu um crime. Os exames têm que ser específicos para resíduos de agrotóxicos.

Por último, enviei o relatório do Ministério da Agricultura para o engenheiro agrônomo do Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, James Cabral, para que ele, que esteve no local após a contaminação, desse seu parecer. Por telefone obtive sua resposta:

Conversa com James Cabral, Engenheiro Agrônomo do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad)

Pergunta: O relatório do Ministério da Agricultura fala que em Lucas do Rio Verde os sintomas apresentados pelas plantas eram de doenças causadas por fungos. O senhor esteve lá, foi isso que constatou?

Resposta: O que mais descarta essa possibilidade de doença é que nós verificamos in loco que foram atingidas mais de 40 espécies de diferentes tipos de plantas. Foram atingidas plantas agrícolas, plantas cítricas, plantas ornamentais, plantas fitoterápicas, plantas hortícolas e plantas florestais, todas com a mesma sintomatologia. É muito questionável qualquer documento que apresente uma versão que isso é um problema fitopatológico. Nós coletamos amostras de gramíneas, hortaliças, citros e plantas medicinais, para comprovar que o herbicida atingiu diversas famílias botânicas, todas com os mesmos sintomas, sendo que se fosse uma doença ela se manifestaria de maneira diferente em cada família.

Pergunta: O senhor teve acesso ao relatório do Ministério da Agricultura. Até que ponto ele corresponde à realidade do que aconteceu em Lucas?

Resposta: O documento é bastante frágil no sentido de que ele descaracteriza a possibilidade do uso de herbicidas e apresenta conclusões que são bastante questionáveis. Eu ressaltaria três aspectos sobre as conclusões do documento do Ministério da Agricultura:

- 1. “Impossibilidade de pulverização por aeronave”: - O croqui que eles apresentam da área atingida é uma linha reta que não necessariamente corresponde ao que aconteceu. Se uma aeronave com resto de herbicida no tanque sobrevoa a cidade com uma altitude bem superior a altitude de pulverização o veneno se espalha por uma área muito maior. O vento leva isso de maneira diferente, em alguns locais cai mais o produto, em outras não cai e em outros pode cair só um pouco. A distribuição não é uniforme como se você estivesse fazendo uma pulverização a baixa altitude.*
- 2. “Plantas com doenças”: - Esse documento é bastante ingênuo. Tem uma carga de irresponsabilidade muito grande. O que a gente constatou é que uma enorme diversidade de plantas foi atingida e apresentava*

o mesmo sintoma. Uma lesão circular de diâmetros variados e que apresentavam uma necrose bastante profunda que até transpassava de um lado a outro da folha. Essa necrose a gente viu na sangra d'água, poejo, tansagem, no milho, no maracujá, em gramíneas, terramicina, no citros, no mamão, no milho, nas plantas ornamentais e em espécies florestais. Se os técnicos do Ministério da Agricultura fizeram algum exame, esse exame deve ter sido fitopatológico, e não de resíduos químicos. Se você fizer um exame fitopatológico em qualquer mamoeiro de Mato Grosso, você vai constatar a presença de antracnose.

- 3 *Estou aqui agora olhando para a foto de uma plantação de mandioca que está ao lado de uma plantação de milho que está tão atingida quanto, com os mesmos sintomas, no milho e na mandioca. Eu visitei e coletei amostras de capim brachiarão que têm os mesmos sintomas, as mesmas necroses. Então a gente constata que o herbicida utilizado era de amplo espectro, ataca tanto as plantas de folhas largas, quanto as plantas de folhas estreitas. O relatório fala que gramíneas não apresentaram quaisquer injúrias – isso é uma inverdade.*

Pergunta: Como o senhor analisa a reação do poder público local ao acidente?

Resposta: O Ministério Público do município nos atendeu prontamente. Ele se mostrou bastante receptivo em receber a denúncia, mas eles dependem de provas materiais que são bastante difíceis. O Ministério Público não tem os instrumentos necessários para fazer essas análises. A Secretaria de Agricultura sabia do problema mas até então não tinha feito nenhuma ação junto à Vigilância Sanitária para identificar a origem e o tipo do produto, o que revela um profundo descaso com a saúde da população. A prefeitura e a Secretaria de Saúde não fizeram nenhum levantamento mais aprofundado sobre o caso. Isso demonstra efetivamente que a prefeitura não se preocupou. No caso desse veneno, o parquat, é bastante perigoso para a saúde das pessoas. Causa muito problema de toxicologia no rim das pessoas.

Pergunta: A que o senhor atribui essa demora das autoridades sanitárias do município em tomar as providências necessárias?

Resposta: A proposta de desenvolvimento do município é baseada na produção de soja, eles não queriam muito questionar esse modelo. Ficou claramente demonstrado pelas autoridades municipais que elas não querem questionar esse modelo porque é um modelo que produz muita riqueza no município. Por isso não quiseram entrar em detalhes que questionassem esse modelo de desenvolvimento do município.

Pergunta: Esse acidente colaborou para que a população tomasse conhecimento do risco a que ela está sujeita?

Resposta: Esse acidente demonstra que precisamos refletir sobre esse tipo de agricultura feita no Brasil hoje. É necessário mudar a base tecnológica, é necessário pensar em tipos de produção que usem tecnologias mais limpas, menos agressivas ao meio ambiente e conseqüentemente não façam mal a nossa saúde. Esse exemplo de Lucas do Rio Verde é clássico. A gente conseguiu detectar esse problema porque existiram as plantas que indicaram a ocorrência do veneno. Mas existe uma gama de outros produtos que são utilizados nessa região que possivelmente as plantas não percebam e a gente não percebe. Pode ser que em toda safra passem alguns aviões com determinados tipos de inseticidas, ou mesmo de fungicidas, que também fazem muito mal à saúde, mas que não fazem mal para as plantas e as pessoas não percebam. Solicitamos ao secretário de Saúde que fizesse uma correlação entre os índices de intoxicação, dos casos de diarreia, dos problemas respiratórios na época de aplicação dos venenos e os problemas na época em que não se está utilizando o veneno, mas achamos que esse tipo de correlação não vai ser feito.

Reunindo as opiniões dos três técnicos escrevi novas notas com as informações contidas no laudo do Ministério da Agricultura e ao mesmo tempo apontando suas inconsistências. Antes tentei falar novamente com a fiscal federal agropecuária Márcia Albuquerque para ver se ela me explicava de onde havia tirado as informações de seu relatório e por que tinha feito exames laboratoriais fitoterápicos e não de resíduos químicos nas amostras. Depois de muito insistir ela me atendeu e disse que não daria mais entrevistas. Declarou que tudo que ela tinha a dizer já estava no relatório e que nós, da imprensa, deturpávamos tudo que ela falava. Tentei argumentar que ela teria espaço para rebater as críticas, mas não houve jeito, ela se negou a dar as explicações. Era hora de fazer minhas anotações com as informações recolhidas nos últimos dias:

Brasília-DF, 20 de abril de 2006 – 15h:00

Os fiscais federais agropecuários Márcia Albuquerque e Antônio Hideu Inoue, do Ministério da Agricultura em Cuiabá, que estiveram na cidade de Lucas do Rio Verde (MT), nove dias após a cidade ter sido atingida por uma nuvem de agrotóxicos, conforme relataram testemunhas e autoridades locais, elaboraram um Relatório Técnico de Ocorrência no qual declararam: “Concluídos os trabalhos no município, obtivemos como resultado a fiscalização de 01 empresa de aviação agrícola e 06 produtores rurais possuidores de aeronave agrícola,

sendo destes 02 possuidores de registro neste órgão e 05 novos intimados a se registrarem. Após análises dos fatos constatados nas propriedades visitadas e considerando suas localizações em relação à cidade e as distâncias destas entre si, conforme croqui anexo, esta equipe de fiscalização concluiu que:

- 4 *“Da impossibilidade de ter acontecido vôo de aeronaves agrícolas, sobre as propriedades, com equipamento de aplicação aberto ou com vazamentos, vindo a provocar as lesões nas plantas dos reclamantes. Caso houvesse, as lesões nas folhas das plantas estariam distribuídas nas propriedades situadas ao longo de uma faixa por onde teria sobrevoado a aeronave.*
- 5 *Mediante as posições geográficas das propriedades que se diziam afetadas em relação aos bairros, ao Rio Verde e às grandes propriedades rurais limítrofes da cidade, se houvesse uma deriva, que é o deslocamento não intencional de produto químico após a sua emissão, para outro local diferente daquele que se pretendia aplicar, poderia ter sido provocada pela aplicação aérea ou terrestre nas propriedades rurais vizinhas da sede do município. Existem diferentes fatores, tais como ventos acima dos limites ideais de aplicação, instabilidade atmosférica (favorecendo a inversão térmica), tamanho das gotas de aplicação e outros, que possam contribuir para o ocorrido.*
- 6 *Observamos ainda que algumas plantas tinham as lesões características de doenças, fato constatado no exame laboratorial das folhas de mamão (Antracnose) e do milho (Fusarium sp e Curvulária sp); ou queimaduras como é o caso das cebolinhas e outras culturas (mandioca e gramíneas forrageiras) que não apresentavam quaisquer sintomas de injúrias, encontrando-se as mesmas separadas da quadra afetada por alguns poucos metros, são exemplos das situações encontradas.”*

Terminando o seu relatório, os técnicos afirmam: “Em vista dos fatos concluídos e considerando a complexidade de um diagnóstico preciso sobre a ocorrência ou não de deriva, recomendamos que em situações de suspeita de ocorrência de deriva de produtos químicos, os órgãos do município ao depa-
rarem com denúncias semelhantes efetuem a coleta de amostras de folhas e encaminhem a laboratório para análise de resíduos químicos. Esse procedimento deve ser realizado num prazo de aproximadamente 7 (sete) dias do ocorrido, período que não há degradação das partículas ativas dos produtos aplicados, vindo a subsidiar ações de competência dos demais órgãos que possam contribuir para o esclarecimento dos fatos.

James Cabral disse que o relatório do Ministério da Agricultura é bastante frágil!

Para James Cabral, engenheiro agrônomo do Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), “o documento é bastante frágil no sentido de que ele descaracteriza a possibilidade do uso de herbicidas e apresenta conclusões que são bastante questionáveis”, referindo-se ao relatório técnico apresentado pelos fiscais federais agropecuários do Ministério da Agricultura em Mato Grosso, sobre o caso da pulverização de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde (MT).

O engenheiro esteve na cidade sete dias após a ocorrência, a pedido do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso. Em companhia do doutor Wanderlei Antônio Pignati, eles fotografaram e coletaram amostras das plantas atingidas, entrevistaram autoridades municipais, chacareiros e moradores e encaminharam ao Ministério Público local a denúncia para que fosse instaurado inquérito civil. Eles também elaboraram uma notificação, com detalhes do que observaram na cidade, às autoridades sanitárias do estado e do governo federal.

James Cabral analisou ponto por ponto o Relatório Técnico de Ocorrência elaborado pelos fiscais agropecuários Márcia Albuquerque e Antônio Hideu Inoue, do Ministério da Agricultura, que estiveram na cidade de Lucas do Rio Verde nove dias após o ocorrido.

Quanto à conclusão do documento do Ministério da Agricultura sobre a “impossibilidade de pulverização por aeronave”, James Cabral comentou: “O croqui que eles apresentam da área atingida é uma linha reta que não necessariamente corresponde ao que aconteceu. Se uma aeronave com resto de herbicida no tanque sobrevoa a cidade com uma altitude bem superior à altitude de pulverização, o veneno se espalha por uma área muito maior. O vento leva isso de maneira diferente, em alguns locais cai mais produto, em outras não cai e em outros pode cair só um pouco. A distribuição não é uniforme como se você estivesse fazendo uma pulverização a baixa altitude.

Quanto à outra conclusão do documento do Ministério da Agricultura de que as plantas apresentavam sintomas de doenças, o agrônomo disse que: “Esse documento é bastante ingênuo. Tem uma carga de irresponsabilidade muito grande. O que a gente constatou é que uma enorme diversidade de plantas foi atingida e apresentava o mesmo sintoma. Uma lesão circular de diâmetros variados e que apresentavam uma necrose bastante profunda que até transpassava de um lado a outro da folha. Essa necrose a gente viu na sangra

d'água, no poejo, na tansagem, no milho, no maracujá, em gramíneas, na teramicina, no citros, no mamão, no milho, nas plantas ornamentais e espécies florestais. Se os técnicos do Ministério da Agricultura fizeram algum exame, esse exame deve ter sido fitopatológico e não de resíduos químicos. Se você fizer um exame fitopatológico em qualquer mamoeiro de Mato Grosso, você vai constatar a presença de antracnose. Estou aqui agora olhando para a foto de uma plantação de mandioca que está ao lado de uma plantação de milho que está tão atingida quanto, com os mesmos sintomas, no milho e na mandioca. Eu visitei e coletei amostras de capim brachiarão que têm os mesmos sintomas, as mesmas necroses. Então a gente constata que o herbicida utilizado era de amplo espectro, ataca tanto as plantas de folhas largas, quanto as plantas de folhas estreitas. O relatório fala que gramíneas não apresentaram quaisquer injúrias – isso é uma inverdade. O que mais descarta essa possibilidade de doença é que nós verificamos in loco que foram atingidas mais de 40 espécies de diferentes tipos de plantas. Foram atingidas plantas agrícolas, plantas cítricas, plantas ornamentais, plantas fitoterápicas, plantas hortícolas e plantas florestais, todas com a mesma sintomatologia. É muito questionável qualquer documento que apresente uma versão em que isso é um problema fitopatológico. Nós coletamos amostras de gramíneas, hortaliças, citros e plantas medicinais, para comprovar que o herbicida atingiu diversas famílias botânicas, todas com os mesmos sintomas, sendo que se fosse uma doença ela se manifestaria de maneira diferente em cada família”.

O Relatório do Ministério da Agricultura é desautorizado pelos especialistas!

Para James Cabral, engenheiro agrônomo do Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), o documento é “bastante ingênuo”. “Tem uma carga de irresponsabilidade muito grande. O que a gente constatou é que uma enorme diversidade de plantas foi atingida e que apresentava o mesmo sintoma”.

James Cabral analisou o Relatório Técnico de Ocorrência elaborado pelos fiscais agropecuários Márcia Albuquerque e Antônio Hideu Inoue, do Ministério da Agricultura, que estiveram na cidade de Lucas do Rio Verde nove dias após o ocorrido.

O engenheiro esteve na cidade sete dias após a cidade ter sido pulverizada por com uma nuvem de agrotóxicos, a pedido do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso. Em companhia do doutor Wanderlei Antônio Pignati, eles fotografaram e coletaram amostras das plan-

tas atingidas, entrevistaram autoridades municipais, chacareiros e moradores e encaminharam ao Ministério Público local a denúncia para que fosse instaurado inquérito civil. Eles também elaboraram a notificação, com detalhes do que observaram na cidade, encaminhada às autoridades sanitárias do estado e do governo federal.

Para o professor César Koppe Grisólia, do Departamento de Genética e Morfologia da Universidade de Brasília (UnB), autor do livro *Agrotóxicos: mutações, câncer e reprodução*, é responsabilidade do Ministério da Agricultura fazer a coleta de amostras dentro das normas técnicas. “Devem ser coletadas no mínimo três amostras em frascos separados e armazenadas em locais diferentes para possibilitar prova e contraprova. As amostras não devem entrar em contato com o ar, com a água ou a luz solar. Elas devem ser mantidas sob refrigeração constante. As amostras devem ser coletadas logo após a contaminação. Alguns agrotóxicos desaparecem rapidamente. No caso de não haver vestígios dos agrotóxicos pode-se pesquisar os seus metabólitos, que são resíduos deixados pelos agrotóxicos, produto da sua degradação.”

O especialista em fitopatologia do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília José Carmine Dianese analisou, a pedido da Agência Brasil, as fotos das plantas atingidas em Lucas do Rio Verde (MT) tiradas pelo agrônomo James Cabral, do Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad). O professor declarou: “É evidente que uma análise baseada em fotos é uma coisa muito precária. No entanto, existe uma aparência dada à amplitude da incidência de sintomas muito uniformes foliares, de aspecto bem uniforme, de que pode ter sido consequência de uma aplicação de herbicida. Mesmo porque essas manchas, elas não têm características de doenças”.

José Carmine concluiu: “A uniformidade dos sintomas mostrada nas imagens que me foram apresentadas indicam uma suspeita de que possa ter sido um efeito de deriva, mas não posso afirmar positivamente. Um fato que é importante é a uniformidade dos sintomas em diferentes espécies, uma diversidade grande de espécies. Isso sugere uma deriva por agrotóxicos, mas, como disse, não posso afirmar definitivamente que esse seja o caso, embora eu acredite que exista a possibilidade de ter sido isso”.

O documento do Ministério da Agricultura fala em “exame laboratorial”, mas em entrevista concedida à *Voz do Brasil* em 29 de março de 2006, a fiscal federal agropecuária Márcia Albuquerque declarou: “As análises para fim de constatação de resíduos de agrotóxicos não foram feitas até porque o prazo ideal de coleta já tinha decorrido, que é em torno de sete dias da ocorrência”.

Conforme consta do relatório do Ministério da Agricultura, os fiscais federais concluíram: “Observamos ainda que algumas plantas tinham as lesões características de doenças, fato constatado no exame laboratorial das folhas de mamão (Antracnose) e do milho (*Fusarium* sp e *Curvularia* sp); ou queimaduras, como é o caso das cebolinhas e outras culturas (mandioca e gramíneas forrageiras) que não apresentavam quaisquer sintomas de injúrias, encontrando-se as mesmas separadas da quadra afetada por alguns poucos metros, são exemplos de situações encontradas.”

Com relação ao “exame laboratorial”, citados pelos fiscais federais agropecuários do Ministério da Agricultura em Cuiabá, o doutor César Koppe declarou: “Exames fitossanitários servem para pesquisar fungos e outras doenças, são exames totalmente diferentes. Não têm validade em questões jurídicas para provar que se cometeu um crime. Os exames têm que ser específicos para resíduos de agrotóxicos”.

Para James Cabral, “o relatório fala que gramíneas não apresentaram quaisquer injúrias – isso é uma inverdade”. O que mais descarta essa possibilidade de doença é que nós verificamos in loco que foram atingidas mais de 40 espécies de diferentes tipos de plantas. Foram atingidas plantas agrícolas, plantas cítricas, plantas ornamentais, plantas fitoterápicas, plantas hortícolas e plantas florestais todas com a mesma sintomatologia. É muito questionável qualquer documento que apresente uma versão que isso é um problema fitopatológico. Nós coletamos amostras de gramíneas, hortaliças, citros e plantas medicinais, para comprovar que o herbicida atingiu diversas famílias botânicas, todas com os mesmos sintomas, sendo que se fosse uma doença ela se manifestaria de maneira diferente em cada família”.

Por que não chamaram os especialistas?

“A documentação necessária para comprovar uma ocorrência de um efeito de deriva de pesticida, no caso específico de herbicida, ela tem que ser produzida na época oportuna, ou seja, logo após a aplicação do produto. Acredito que seria importante que se documentasse com uma filmagem, com data definida no filme, a aplicação e acompanhar esses sintomas e ao mesmo tempo em que a população se encarregasse de coletar as amostras e submeter essas amostras a vários laboratórios confiáveis”, declarou José Carmine Dianese, especialista em fitopatologia do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília.

O cientista analisou, a pedido da Agência Brasil, as fotos das plantas atingidas por uma pulverização de agrotóxicos em Lucas do Rio Verde (MT)

em 1º. de março. As plantas foram fotografadas pelo agrônomo James Cabral, da Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), que esteve no local sete dias após a ocorrência e cedidas à equipe de reportagem da Radiobrás pelo Ponto de Cultura da cidade.

“É evidente que uma análise baseada em fotos é uma coisa muito precária. No entanto, existe uma aparência, dada à amplitude da incidência de sintomas foliares muito uniformes, de aspecto bem uniforme, de que pode ter sido consequência de uma aplicação de herbicida. Mesmo porque essas manchas, elas não têm características de doenças”, afirmou José Carmine.

Estranhando o fato de as autoridades municipais demorarem uma semana para avisar as autoridades sanitárias do estado e de especialistas não terem sido convocados imediatamente após o ocorrido, ele alertou que na carência de uma prova documental fica difícil de comprovar o que aconteceu. “Acredito que seria oportuno, na reincidência de um acidente dessa natureza que se convocassem peritos em fitopatologia para que eles visitassem a área e dessem um parecer técnico. Há necessidade de que sejam pessoas que tenham conhecimento de fitopatologia para analisar e poder distinguir, com certa facilidade, os sintomas de um efeito de deriva de pesticida e de doenças.”

O pesquisador concluiu: “A uniformidade dos sintomas mostrada nas imagens que me foram apresentadas indicam uma suspeita de que possa ter sido um efeito de deriva, mas não posso afirmar positivamente. Um fato que é importante é a uniformidade dos sintomas em diferentes espécies, uma diversidade grande de espécies. Isso sugere uma deriva por agrotóxicos mas, como disse, não posso afirmar definitivamente que esse seja o caso, embora eu acredite que exista a possibilidade de ter sido isso.”

A fiscalização do uso de agrotóxicos esta longe das necessidades!

O professor César Koppe Grisólia, do Departamento de Genética e Morfologia da Universidade de Brasília (UnB), autor do livro *Agrotóxicos: mutações, câncer e reprodução*, afirmou que os órgãos de fiscalização não têm uma estrutura que acompanhe a expansão das fronteiras agrícolas. “Tem ocorrido uma fiscalização mas, muito aquém do problema do uso do agrotóxico no Brasil”.

O pesquisador explicou que são três os órgãos públicos responsáveis pela fiscalização dos agrotóxicos. Compete ao Ministério da Agricultura a fiscalização quanto ao uso agrícola adequado dos agrotóxicos. Ao Ministério da Saúde e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cabe a questão de

saúde ocupacional do trabalhador e da exposição humana ao veneno e é atribuição do Ministério do Meio Ambiente e de seu órgão executivo, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - Ibama, a questão dos impactos ambientais e efeitos sobre os meio ambiente.

Segundo César Koppe, a maioria dos agrotóxicos faz algum mal para a saúde. Em termos neurológicos, em termos de reprodução, nem todos causam câncer, mas aumentam o risco de causar câncer.

A contaminação crônica por agrotóxico por inalação pode levar mais tarde a problemas pulmonares como a fibrose pulmonar, a intoxicação crônica por inseticidas do tipo organofosforados pode levar mais tarde a pessoa a desenvolver uma espécie de mal de Parkinson, com tremedeiras, com efeitos neurológicos. “Dependendo do tipo de agrotóxico você vai ter um tipo de lesão no organismo, característico da molécula de agrotóxico”, explicou o especialista.

Existem estudos mostrando que determinadas formulações de agrotóxico causam alterações no material genético, na molécula de DNA, que acarretam mutações. “Nós trabalhamos aqui na UnB com pesquisas sobre os efeitos dos agrotóxicos sobre os peixes. Nos peixes, os agrotóxicos alteram as células sanguíneas, modificam o formato dos glóbulos vermelhos, alteram o comportamento natatório e provocam mortalidade”, revelou o professor.

Segundo ele, “Se os peixes estiverem contaminados com inseticidas organo-clorados, que se acumulam nos organismos aquáticos, essa contaminação pode ser transmitida ao homem que consome o peixe contaminado”.

Estudos realizados em diferentes regiões do planeta indicam que regiões onde existe uma agricultura intensiva os agricultores expostos a agrotóxicos tem maior número de quebras em número de cromossomos, isso significa mutações cromossômicas que podem levar a problemas de reprodução e desenvolvimento de câncer, segundo o pesquisador.

Para ele a pulverização de agrotóxicos causa muitas perdas para o meio ambiente: “Através da nuvem de agrotóxico que se espalha além do campo da agricultura, as pessoas se contaminam através da ingestão de água, através da pele e através da respiração de partículas de agrotóxicos no ar. O excesso de agrotóxicos nos alimentos deixa resíduos na casca, ou em alimentos que são consumidos in natura como as folhas verdes. A pele é muito permeável aos agrotóxicos que por ela entram e atingem a corrente sanguínea, causando dores de cabeça, tremores, intoxicação intestinal e no fígado”.

Com relação à análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos, o professor Grisólia esclareceu que isso exige testes altamente específicos, equipamentos caros e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa selecionou apenas os alimentos mais consumidos in natura para monitorar através do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (Para). As carnes, o arroz e o feijão, como são consumidos após o cozimento, têm menos riscos de contaminação.

Estudos feitos pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, demonstram que uma boa lavagem feita nos alimentos retira boa parte dos agrotóxicos presentes na casca dos alimentos: “Não retira tudo, pois há agrotóxicos dentro dos alimentos que não são eliminados no processo de lavagem”, advertiu o pesquisador.

Para César Koppe, o suposto veneno pulverizado sobre a cidade de Lucas do Rio Verde (MT), o paraquat/diquat, é muito tóxico. “A contaminação de lagos e rios vai causar a mortalidade de peixes e de moluscos. A contaminação do homem por inalação vai causar a longo prazo fibrose pulmonar, dificuldade de respiração e diminuição da capacidade pulmonar. Utilizar esse tipo de veneno para capina química dentro das cidades expõe a população a riscos inadmissíveis”, ressaltou o professor em relação à declaração do prefeito de Lucas do Rio Verde, Marino José Franz, de que utiliza o veneno na capina química da cidade, conforme consta da notificação apresentada pelo Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso.

Essas notas deram origem a mais sete matérias publicadas na Agência Brasil a partir de 27 de abril. Resolvi submeter a carta enviada pelo engenheiro Eduardo Cordeiro de Araújo do Sindag, à opinião de meus colegas Helenise Brant e Aloisio Milani. Depois de coversarmos, resolvemos que não devíamos publicá-la. Tomamos essa decisão baseada em diversos fatores. Dentre eles o fato de o engenheiro não ter se referido a nenhum veículo da Radiobrás dentre suas fontes de informação, ou seja, ele não contestava nossas informações. Levamos em consideração também o fato de suas afirmações estarem baseadas num relatório que já havia sido desautorizado pelos especialistas conforme os resultados de minha apuração. Finalmente, como ele ressaltou “*O presente texto expressa a opinião do autor levando em consideração as informações disponíveis até 10/4/2006*”. Baseados nisso, consideramos ainda que, além das suas informações já estarem ultrapassadas, a carta representava opinião pessoal e não do sindicato.

40 As Pesquisas Sobre os Efeitos dos Agrotóxicos

Dentre os principais documentos sobre pesquisas com os efeitos dos agrotóxicos na saúde humana, Pignati me indicou os Cadernos de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. São os mais variados casos em estudo por esse país afora. Encontro pesquisas feitas no Rio de Janeiro, Piauí, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Alagoas e no Rio Grande do Sul. Coloco aqui apenas um pequeno resumo, com as devidas citações e referências para o leitor que quiser se aprofundar no assunto acessar a íntegra desses artigos. Note-se que todos eles partem das notificações da vigilância sanitária para identificar as ocorrências, pois, como o Pignati ressaltou, sem uma notificação eficiente fica praticamente impossível estudar as causas das doenças que acometem a população ao longo do tempo. Em Lucas do Rio Verde, devido à baixa notificação, provavelmente, será muito difícil estabelecer uma relação de causa e efeito daqui a alguns anos, quando as possíveis conseqüências da intoxicação crônica por agrotóxicos começarem a aparecer.

Agrotóxicos e suicídios

Intoxicações provocadas por agrotóxicos de uso agrícola na microrregião de Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, no período de 1992 a 2002.

Cadernos de Saúde Pública, maio/jun. 2005, vol. 21, nº 3, p. 804-814. ISSN 0102-311X.

As notificações de intoxicações e tentativas de suicídio provocadas por agrotóxicos na microrregião de Dourados, Mato Grosso do Sul, entre 1992 e 2002, foram avaliadas baseando-se nos registros do Centro Integrado de Vigilância Toxicológica da Secretaria de Saúde do estado. Foram notificadas 475 ocorrências no período, sendo 261 intoxicações (acidental ou ocupacional), 203 tentativas de suicídio e 11 eventos de causa indeterminada. O município de Dourados apresentou a maior prevalência de intoxicações, por 100 mil habitantes,

considerando a população rural, e Fátima do Sul, a segunda maior prevalência de suicídios na microrregião. Correlações significativas foram encontradas entre intoxicação e tentativa de suicídio ($r = 0,60$; $p < 0,05$), e entre intoxicação e razão entre a área ocupada por culturas temporárias e área total do município ($r = 0,68$; $p < 0,05$). As intoxicações ocorreram predominantemente com homens (87%), mas a diferença entre tentativas de suicídio em homens e mulheres não foi acentuada (53% e 47%, respectivamente). Os eventos ocorreram principalmente entre outubro e março, e os inseticidas organofosforados monocrotófos e metamidofós foram os principais agrotóxicos envolvidos.

Palavras-chave: Praguicidas; Suicídio; Envenenamento.

Dario Xavier Pires, Eloísa Dutra Caldas e Maria Celina Recena.

Agrotóxicos e o sistema nervoso

A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas de “nervos” no meio rural: uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos.

Cadernos de Saúde Pública, nov./dez. 2004, vol. 20, nº 6, p. 1515-1524. ISSN 0102-311X.

O problema da exposição ocupacional aos agrotóxicos adquire uma dimensão de forte impacto no que diz respeito à Saúde Pública, uma vez que o Brasil se situa entre os maiores consumidores mundiais de agrotóxicos. O presente trabalho focaliza a interpretação que os profissionais do Programa Saúde da Família, atuantes no 5º e no 7º distritos do Município de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, atribuem às queixas de nervoso no meio rural, de modo a verificar (1) se é estabelecido um elo entre as manifestações de nervoso e os sintomas de intoxicação, (2) de verificar a repercussão deste entendimento sobre as notificações de acidente de trabalho, (3) assim como de discutir a medicalização do nervoso (uso de calmantes) como possível fator de acomodação social, tal como ocorre nos grupos urbanos, e como possível desencadeador de uma dupla intoxicação nos trabalhadores expostos a agrotóxicos. Foram realizadas entrevistas, observações, anotações de campo e levantamento de pesquisas realizadas na área. Destaca-se no discurso dos profissionais a associação entre as queixas de nervos e a exposição a agrotóxicos, sendo discutidos os fatores a isso relacionados e esboçadas algumas recomendações para futuras investigações.

Palavras-chave: Agrotóxicos; Saúde Ocupacional; Agricultura; Exposição a Praguicidas.

Yvonne Elsa Levigard e Brani Rozemberg.

Agrotóxicos e intoxicações agudas

Intoxicações e uso de pesticidas por agricultores do Município de Paty do Alferes, Rio de Janeiro, Brasil.

Cadernos de Saúde Pública, jan./fev. 2004, vol. 20, n° 1, p. 180-186. ISSN 0102-311X.

Este trabalho é parte de um estudo mais amplo sobre as conseqüências para a saúde da exposição a pesticidas. Em 1997, no Município de Paty do Alferes, Rio de Janeiro, 55 agricultores foram entrevistados sobre o uso de pesticidas, equipamentos de proteção e medidas de higiene, ocorrência de intoxicações, destino das embalagens vazias e o tipo de orientação técnica recebida pelos usuários destes produtos. Os pesticidas mais usados foram inseticidas como a abamectina, os compostos organofosforados e os piretróides, e os fungicidas como o mancozeb, o clorotalonil e produtos à base de cobre. Entre os trabalhadores envolvidos no preparo e/ou aplicação de pesticidas, 92% informaram não usar qualquer tipo de equipamento de proteção individual. 62% dos agricultores entrevistados informaram já ter “passado mal” ao preparar ou aplicar pesticidas. Os sintomas mais freqüentemente citados foram dor de cabeça, enjôo, vômitos, vertigem, irritação da pele e visão embaçada. Destes agricultores, 21% necessitaram de assistência médica e em mais da metade dos casos (51%), em que os lavradores identificaram os pesticidas que usavam quando “passaram mal”, foram citados inseticidas organofosforados da classe toxicológica I.

Palavras-chave: Exposição Ocupacional; Praguicidas; Compostos Organofosforados; Saúde Ocupacional.

Isabella Fernandes Delgado e Francisco José Roma Paumgarten.

Agrotóxicos e a saúde do trabalhador

Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. Revista Ciência e Saúde Coletiva, out./dez. 2005, vol. 10, n° 4, p. 891-903. ISSN 1413-8123.

Analisaram-se os riscos e danos à saúde dos agricultores causados pelos agrotóxicos, tendo como eixos centrais o processo e as relações de trabalho presentes na agricultura brasileira. Trata-se de um tema polêmico, complexo e conflituoso. Foram abordadas questões referentes à informação e às políticas públicas para o setor. Este artigo traz a contribuição e a reflexão do Grupo de Estudos

de Saúde e Trabalho Rural de Minas Gerais (Gestru), que apresenta alguns resultados de seus trabalhos realizados em regiões hortifrutigranjeira, floricultora, canavieira e cafeeira de Minas Gerais. Propõe-se a incorporação de um conjunto de variáveis a serem consideradas no processo de avaliação da exposição e dos danos à saúde gerados pelos agrotóxicos. São apresentadas algumas propostas e sugestões para a construção de uma agenda de políticas e ações no campo da saúde do trabalhador agrícola brasileiro.

Palavras-chave: Agrotóxicos; Saúde do agricultor; Trabalho agrícola e saúde.

Jandira Maciel da Silva, Eliane Novato Silva e Horácio Preira Faria

Agrotóxico: que nome dar?

Revista Ciência e Saúde Coletiva, out./dez. 2005, vol. 10, nº 4, p. 1047-1054. ISSN 1413-8123.

Os trabalhadores, de um modo geral, estão sempre expostos a maiores ou menores intensidades de risco. Os agricultores, em particular, também estão expostos e de forma bastante estabelecida. Contudo, trabalhos têm mostrado que existe um código coletivo de proteção para lhes permitir dar continuidade às suas atividades, uma vez que, em sua maioria, os próprios donos do cultivo fazem parte do processo produtivo e, portanto, precisam garantir a sua safra aplicando os agrotóxicos. Este trabalho apresenta uma pesquisa desenvolvida com agricultores de dois municípios do sudeste do Piauí, utilizando uma abordagem qualitativa, com o intuito de compreender os mecanismos de proteção destes agricultores com a sua atividade. Os resultados apontaram para práticas defensivas tais como consumo de bebida alcoólica, a sublocação do serviço aos mais jovens e a existência de certo grau de compreensão do risco à saúde com a utilização dos agrotóxicos. A partir daí, se discute a importância da denominação dada ao agrotóxico, como um fator de proteção que deveria ser mais valorizado para maximizar a proteção do agricultor, em vez de se manter a estratégia de aumento de informação e controle de EPI (Equipamento de Proteção Individual).

Palavras-chave: Agrotóxicos; Saúde dos trabalhadores; Trabalho agrícola e saúde.

Márcia Gomide

Agrotóxicos e a saúde humana

Desafios ao estudo da contaminação humana e ambiental por agrotóxicos.

Revista Ciência e Saúde Coletiva, set/dez. 2005, vol. 10 supl, p. 27-37.
ISSN 1413-8123.

O impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana é um problema que tem merecido atenção da comunidade científica em todo o mundo, sobretudo nos países em desenvolvimento. Sua avaliação demanda o conhecimento e a visualização da importância/magnitude relativa de cada uma das vias de contaminação. Inúmeros fatores, tais como as dificuldades metodológicas relacionadas com o monitoramento da exposição ocupacional aos agrotóxicos, as elevadas taxas de subnotificação de casos, a não-consideração de determinantes sociais e econômicos na avaliação de riscos relacionados a estes agentes químicos e a influência da pressão da indústria produtora de agrotóxicos no perfil do consumo destes agentes no meio rural brasileiro. No presente trabalho discute-se a importância destes fatores como determinantes da situação de saúde do homem do campo, a partir dos resultados de pesquisas de campo realizadas em regiões agrícolas do estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Contaminação humana por agrotóxicos; Avaliação de riscos; Saúde do trabalhador.

Frederico Peres, Jefferson José Oliveira Silva e Henrique Vicente Della-Rosa.

41 Pagando para nos Contaminar

Para concluir minha apuração nesta etapa, resolvi checar as informações do engenheiro do Sindag sobre as normas técnicas de pulverização de agrotóxicos. Consultei a assessoria de imprensa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que me indicou o doutor Aldemir Chaim, um dos mais renomados pesquisadores sobre o assunto. As informações que ele forneceu foram fundamentais para que eu começasse a fechar o quebra-cabeça que havia começado a formar havia 23 dias. Depois de nossa conversa escrevi a seguinte nota:

Brasília- DF, 21 de abril de 2007- 18h:00.

Aldemir Chaim, pesquisador da Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa) em Jaguariúna (SP), afirmou que, em média, metade dos agrotóxicos aplicados não atinge o alvo. Essa metade se perde no solo ou no ar. Segundo o pesquisador, dependendo das condições do vento e de temperatura, as gotas do agrotóxico pulverizado podem simplesmente ser levadas para outras plantas, rios ou mesmo populações que se encontrem próximas às grandes lavouras. No dia 1º de março, a cidade de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, foi pulverizada por uma nuvem de agrotóxicos que caiu sobre as casas, alimentos e pessoas.

Na Universidade Federal de Mato Grosso foram realizados vários trabalhos de pesquisa sobre a qualidade da água no município de Primavera do Leste, terceiro maior produtor de grãos de Mato Grosso e, portanto, um grande consumidor de agrotóxicos. No primeiro estudo, realizado em 1999, nas águas para consumo humano, na zona urbana da cidade, foi constatada em poços artesianos e cisternas, a presença de pelo menos um herbicida em quase metade das amostras coletadas no período da seca. Durante o período chuvoso, dois terços das amostras apresentaram resíduos de agrotóxicos.

“Outro fator que pode prejudicar a aplicação do agrotóxico pode ser a regulamentação dos bicos pulverizadores. No caso da pulverização feita por aviões,

essa gota pode se perder na atmosfera e não chegar às plantas. Essa gota é uma gota leve e pode ser levada pelo vento e atingir áreas muito distantes. Dependendo das condições de aplicação, essa perda pode ser de 20% a 70% só para a atmosfera”, afirmou Chaim.

Para culturas de feijão, quando as plantas estão ainda novas, com quatro ou cinco folhas, os agricultores geralmente fazem uma aplicação generalizada, como se toda a superfície do terreno estivesse coberta de folhas. Se as plantas ocupam apenas 10% do terreno, cerca de 90% do agrotóxico vai diretamente para o solo ou para o ar.

Para o cientista da Embrapa, as pesquisas na área de tecnologia de aplicação não são incentivadas, até por desconhecimento do problema. “Muito se fala dos problemas dos agrotóxicos, mas muito pouco se conhece. O agrotóxico se torna problema a partir do momento que ele é diluído em uma solução de água ou num óleo e é pulverizado. A maneira como se pulveriza é que é o problema. Por falta de pesquisas nessa área, o Brasil desperdiça milhões”, diz.

Para Chaim, nossos agricultores não estão devidamente capacitados para trabalhar com os agrotóxicos. “O despreparo dos agricultores é mundial. Na Inglaterra, para o produtor poder utilizar agrotóxicos, tem que ter um curso que demora meses. No final, ele é avaliado e recebe um certificado. Só a partir desse momento é que pode usar agrotóxicos”, compara.

“Em algumas situações, de cada R\$ 100 gastos com agrotóxicos, cerca de R\$ 90 podem estar sendo desperdiçados. Isso vai influenciar o custo final dos produtos, além de contaminar o solo, a água e o ar”, afirmou.

O Brasil consumiu em 2005 cerca de R\$ 10 bilhões em agrotóxicos, segundo o Sindicato Nacional das Indústrias de Defensivos Agrícolas. Uma boa parte desse dinheiro pode ter sido gasta pelos agricultores simplesmente para contaminar o meio ambiente e as pessoas. A parte que atingiu o alvo poderá contaminar os alimentos.

42 Modelo de Desenvolvimento?

Para concluir minha pauta faltava contextualizar o problema a partir do modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio. Escrevi mais notas falando sobre a riqueza que ele gerava e relatando o custo social e ambiental dessa riqueza, com base nas questões levantadas pelo agrônomo James Cabral. Depois de editadas essas notas também integraram o conjunto de matérias publicadas no especial da Agência Brasil:

Brasília-DF, 24 de abril de 2007 – 15h:00.

Quem anda pelas ruas asfaltadas e arborizadas da cidade de Lucas do Rio Verde pode ver sinais aparentes da riqueza produzida pelo agronegócio. Carros e caminhonetes do ano, importados, modernas agências bancárias, comércio variado e imponentes silos e armazéns das maiores empresas exportadoras de produtos agrícolas. Prédios públicos novos e bem conservados, postos e centros de saúde, escolas de todos os níveis com amplas e completas praças esportivas e inclusive uma faculdade.

Lucas é o município que ocupa o segundo lugar na lista dos maiores produtores de grãos do Brasil, só perde para o seu município vizinho, Sorriso. Lucas tem 26 mil habitantes e uma das maiores taxas de crescimento demográfico do país. Sua população cresce em torno de 12% ao ano. Segundo os índices da Organização das Nações Unidas (ONU) que medem a qualidade de vida, Lucas é o terceiro melhor de Mato Grosso, o sétimo melhor do Centro Oeste e o 247º do Brasil, isso com apenas 16 anos de emancipação político-administrativa – passou a município em 1989.

Lucas colheu na atual safra 750 mil toneladas de soja numa área plantada de 230 mil hectares e já plantou o milho da safrinha em 100 mil hectares e ainda tem algodão plantado em outros 6 mil. Para produzir essa safra, dentro do modelo de agricultura extensiva, é necessário o uso intensivo de agrotóxicos.

O Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea) não forneceu os dados relativos ao consumo de agrotóxicos no município, mas o estado é o maior consumidor do país, segundo o Sindicato das Indústrias de Agrotóxicos (Sindag). Cerca de 20% das 210 mil toneladas de agrotóxicos consumidas pelo Brasil anualmente são aplicadas sobre os solos, a água e o ar de Mato Grosso.

Para James Cabral, engenheiro agrônomo do Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), precisamos refletir sobre esse tipo de agricultura que é feita no Brasil hoje. Ele declarou que “é necessário mudar a base tecnológica, é necessário pensar em tipos de produção que usem tecnologias mais limpas, menos agressivas ao meio ambiente e conseqüentemente não façam mal a nossa saúde”, referindo-se ao caso da pulverização de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde (MT).

O engenheiro esteve na cidade sete dias após a ocorrência, a pedido do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso. Em companhia do doutor Wanderlei Antônio Pignati, eles fotografaram e coletaram amostras das plantas atingidas, entrevistaram autoridades municipais, chacareiros e moradores e encaminharam ao Ministério Público local a denúncia para que fosse instaurado inquérito civil. Eles também elaboraram a notificação encaminhada às autoridades sanitárias do estado e do governo federal.

James Cabral destaca: “O Ministério Público do município nos atendeu prontamente. Ele se mostrou bastante receptivo em receber a denúncia mas eles dependem de provas materiais que são bastante difíceis, o Ministério Público não tem os instrumentos necessários para fazer essas análises”.

Segundo ele, a Secretaria de Agricultura do município sabia do problema mas até então não tinha feito nenhuma ação na vigilância sanitária para identificar a origem e o tipo do produto. “Isso revela um profundo descaso com a saúde da população”, concluiu.

O engenheiro relatou que nem a prefeitura nem a Secretaria de Saúde fizeram um levantamento mais aprofundado sobre o caso. “Isso demonstra efetivamente que a prefeitura não se preocupou com o fato desse veneno, o paraquat/diquat, ser bastante perigoso para a saúde das pessoas. Causa muito problema de toxicologia no rim das pessoas”, afirmou.

No entendimento de James Cabral a proposta de desenvolvimento do município é baseada na produção de soja, fato que justifica a falta de interesse

em questionar esse modelo. Para ele, “ficou claramente demonstrado pela reação das autoridades municipais que elas não querem questionar esse modelo porque é um modelo que produz muita riqueza no município”.

O engenheiro classificou o exemplo de Lucas do Rio Verde como um caso clássico na região: “A gente conseguiu detectar esse problema porque existiram as plantas que indicaram a ocorrência do veneno. Mas existe uma gama de outros produtos que são utilizados nessa região que possivelmente as plantas não percebem, que as pessoas não percebem”.

“Pode ser que em toda safra passem alguns aviões com determinados tipos de inseticidas, ou mesmo de fungicidas, que também fazem muito mal a saúde, mas que não fazem mal para as plantas e as pessoas não percebem. A gente solicitou que o Secretário de Saúde fizesse uma correlação dos índices de intoxicação, dos casos de diarreia, dos problemas respiratórios na época de aplicação dos venenos com os problemas na época em que não se está utilizando o veneno, mas achamos que esse tipo de correlação não vai ser feito”, lamentou James Cabral.

As contradições do agronegócio

O município de Lucas do Rio Verde, localizado a 280 quilômetros ao norte de Cuiabá, no estado do Mato Grosso, apesar de ter apenas 16 anos que foi politicamente emancipado, conta com uma infra-estrutura urbana completa. São escolas municipais e estaduais, postos, centros de saúde e hospitais, prédios públicos modernos, como os da prefeitura e da Câmara municipal, além de cada secretaria municipal ter prédio próprio para abrigar suas instalações.

As ruas são asfaltadas e arborizadas e a cidade conta com diversas praças decoradas com flores e plantas ornamentais. A força de seu comércio transparece nas agências bancárias dos principais bancos do país, nas lojas que oferecem grande variedade de produtos e, principalmente em grandes firmas de insumos agrícolas, revendas de tratores e nos enormes silos das principais indústrias de alimentos ligadas ao agronegócio da soja, do algodão, do milho e do arroz.

Segundo a página do município na internet (<<http://www.lucasdoriorverde.mt.gov.br>>), “ele é privilegiado por extraordinárias condições de clima e de solo, tem sua economia baseada numa agricultura altamente tecnificada e com excepcionais índices de produtividade. No entanto, a atual administração está empenhada em provocar mudanças no atual modelo do agronegócio, que exporta somente produtos primários e pouco valor agrega à sociedade. Avançar para a verticalização da economia será o principal desafio.”

Para o prefeito, Marino José Franz, a solução para a dependência da economia local, baseada exclusivamente no agronegócio, está na verticalização da produção, ou seja, em vez de o município exportar os grãos de soja, de milho e de arroz, ele quer atrair indústrias que transformem esses grãos em óleo, rações e outros derivados, agregando valor à produção. Marino lastima que o município ainda esteja vivendo sérios problemas para o escoamento da sua produção, pois a única via de acesso é a BR-163, Cuiabá-Santarém, que está em condições precárias.

Em um mapa especialmente impresso pela prefeitura ele aponta a solução para o problema: “Nossa saída está na ferrovia, um braço da [ferrovia] norte-sul levará nossa produção até o Porto de Itaqui no Maranhão”, afirma o prefeito percorrendo com o dedo indicador o traçado pontilhado no mapa.

Marino, que também é exportador de soja, argumenta que se o município conseguir resolver o problema de logística as indústrias que ele deseja se instalarão na cidade.

Já para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Nilffo Vandcheer, a solução está em diversificar a produção do município, fortalecer a agricultura familiar e a produção orgânica e ambientalmente sustentável. Segundo ele, o agronegócio emprega pouco, concentra a renda na mão dos grandes fazendeiros, degrada o meio ambiente com o uso intensivo de fertilizantes químicos, agrotóxicos e de maquinário pesado que compacta o solo, impedindo a infiltração da água e causando erosão. Para Nilffo, o agronegócio já devastou as matas do município, acabou com a diversidade de espécies vegetais e animais da região, contaminou os rios e as lagoas e agora ameaça inclusive a saúde e a qualidade de vida dos habitantes [referindo-se às pulverizações de agrotóxicos que nos últimos quatro anos atingiram a cidade].

O ciclo da monocultura da soja

“O Brasil já viveu o ciclo da cana-de-açúcar, do ouro, do café e agora vive o ciclo da monocultura da soja”, afirmou Nilffo Vandcheer, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde (MT), em uma roda de debates na sede do sindicato, organizada por representantes da sociedade civil, para discutir quais os próximos passos na mobilização que vêm fazendo para conscientizar a população sobre os riscos do uso intensivo dos agrotóxicos para saúde humana e ambiental.

Dentre outras providências, as entidades estão reivindicando que seja convocada uma audiência pública com toda a população para debater o pro-

blema das pulverizações que ocorreram sobre a cidade nos últimos quatro anos. Nessa audiência, os representantes da sociedade civil organizada querem que seja criado um fórum permanente de discussão sobre os rumos do desenvolvimento do município. Também querem que as autoridades municipais se comprometam com medidas efetivas para a prevenção e a fiscalização dos acidentes com agrotóxicos.

Para Nilffo, o município conseguiu conquistar uma qualidade de vida razoável, uma infra-estrutura urbana das melhores do país e agora tem que discutir como manter e melhorar a qualidade de vida e a distribuição da renda. Segundo ele, “são apenas os grandes produtores que se beneficiam do modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio – enquanto uns poucos ganham, a maioria perde com esse modelo”..

Nilffo Vandcheer defendeu que a solução está em diversificar a produção do município, fortalecer a agricultura familiar e a produção orgânica e ambientalmente sustentável. Para ele, o agronegócio emprega pouco, concentra a renda na mão dos grandes fazendeiros, degrada o meio ambiente com o uso intensivo de fertilizantes químicos, agrotóxicos e de maquinário pesado, que compacta o solo, impedindo a infiltração da água e causando erosão. Para Nilffo, o agronegócio já devastou as matas do município, acabou com a diversidade de espécies vegetais e animais da região, contaminou os rios e as lagoas e agora ameaça inclusive a saúde e a qualidade de vida dos habitantes [referindo-se as pulverizações de agrotóxicos que nos últimos quatro anos atingiram a cidade].

Para Celito Trevisan, presidente da Associação dos Chacareiros de Lucas do Rio Verde, também presente à roda de debates, esse modelo de desenvolvimento baseado na monocultura da soja está com os dias contados. “Esse é um modelo que não pode se sustentar a longo prazo. Quando a soja estava a R\$ 45 a saca, como em 2004, ela avançou sobre a Amazônia derrubando a floresta e concentrando ainda mais a propriedade, os fazendeiros diziam que o agronegócio era a solução para o Brasil. Agora que a saca está a R\$ 15, eles ficam ai chorando e querendo que o povo pague a conta, que o governo prorogue as dívidas deles, mas quando eles estavam enchendo os bolsos com os dólares da exportação da soja, eles não chamaram o povo para repartir com eles”, afirmou Celito.

43 O Cidadão tem Direito a Um Ambiente Equilibrado

Para contextualizar o assunto no processo produtivo da moderna agricultura, resolvi também repercutir o acidente com uma fonte da organização não-governamental Greenpeace. Eles me indicaram Ventura Barbeiro, engenheiro agrônomo, Coordenador da Campanha de Engenharia Genética.

Conversa com Ventura Barbeiro, Engenheiro Agrônomo, Coordenador da Campanha de Engenharia Genética do Greenpeace

Pergunta: Vocês acompanharam o caso do acidente de Lucas do Rio Verde, em sua opinião o que aconteceu lá?

Resposta: Nós acompanhamos o caso de Lucas do Rio Verde, que é típico de regiões que utilizam intensivamente a pulverização aérea de agrotóxicos. Você pulveriza com avião em dia de vento, esse vento carrega o produto químico até a área urbana, ou até a área que não deveria ser atingida. Isso é chamado tecnicamente de deriva, ou seja ele é carrilhado por micro partículas. Se o avião passa a uma altura um pouquinho mais elevada o agrotóxico é carregado a uma longa distância, principalmente dependendo da temperatura, da umidade do ar e da velocidade do vento. Nesse tipo de deriva você sabe quais são as propriedades próximas à área atingida, verificam-se os registros dos vôos das aeronaves que utilizaram aquele determinado produto químico. É necessário fazer a coleta de material, a análise química para saber qual o veneno utilizado, coletando-se amostras nas roupas, nos tijolos, nos vegetais, nas telhas, no solo. Aí você faz a comparação com os venenos utilizados pelos agricultores e com o veneno encontrado nas amostras.

Pergunta: De quem é a responsabilidade de fazer essas análises e comprovar que veneno foi utilizado?

Resposta: A coleta deve ser feita por fiscais do governo federal, de uma maneira tecnicamente adequada, que enviam essas amostras a um laboratório oficial. Quando você tem uma absorção de certa quantidade de produto químico por uma planta, é como um ser humano, nós vamos passar mal e gradativamente vamos eliminando esse agrotóxico. O ideal é que a notificação seja feita imediatamente, e que o poder público colete as amostras e envie imediatamente para um laboratório oficial para identificar os responsáveis. Na cidade de Lucas do Rio Verde não há uma estrutura de monitoramento para uma ação imediata no caso de uma deriva de agrotóxicos. Num caso como esse deveria haver técnicos do local que fizessem a coleta e avaliação e que nos postos de saúde também coletassem sangue das pessoas que apresentassem nesse período com algum sintoma de intoxicação.

Pergunta: No caso de Lucas do Rio Verde houve uma demora para o poder público reagir ao acidente?

Resposta: No caso de Lucas houve uma demora muito grande da reação do poder público municipal, estadual e federal em reagir às denúncias. A ação partiu da sociedade civil e não dos órgãos governamentais. Essa demora faz com que as pessoas já tenham eliminado aquela substância química, que as plantas já tenham metabolizado aquela substância química, que os agricultores que viram suas plantas morrendo já tenham eliminado aquelas culturas e substituído por outras e, obviamente, o processo de avaliação e de fiscalização ficou prejudicado por essa demora.

Pergunta: São comuns esses casos de acidentes com agrotóxicos?

Resposta: Esses casos de deriva são corriqueiros principalmente em cidades pequenas, onde a atividade agrícola faz divisa com a área urbana. Isso ocorre em inúmeras cidades no Brasil. Algumas cidades já há acordo entre a prefeitura e os agricultores para que se respeite certa distância para fazer a aplicação de agrotóxicos. No Mato Grosso esse processo de deriva e a chuva levam os agrotóxicos para os rios e já há pesquisas que indicam a contaminação das principais bacias dos rios do estado. Uma coisa que os prefeitos das cidades que convivem com esse problema têm que perceber é o custo que isso tem para o município. O custo no sentido de pessoas que param de trabalhar porque estão intoxicadas, o custo que isso gera para a prefeitura por causa da demanda de saúde pública para atender aos casos de doença com a contaminação, como é o caso de Balsas no Maranhão, onde não se consegue mais dar assistência médica a toda a população devido à grande demanda para atendimento aos casos de contaminação por agrotóxicos. O custo social que isso gera, a desagregação familiar. As consequências de longo

prazo. Você não tem um produto inofensivo, inócuo. Ele se chama agrotóxico e é conhecido popularmente como veneno. Essa carga constante, ano após ano, seja nas águas, seja no ar, seja nos alimentos, isso vai gerando uma intoxicação coletiva a longo prazo. Isso tudo sem falar na questão dos direitos humanos, nos direitos do cidadão de viver em um ambiente equilibrado. A Constituição brasileira diz que o cidadão tem direito a um meio ambiente equilibrado, que o cidadão brasileiro tem direito à saúde. Então o que nós podemos esperar se ele recebe uma carga constante de agrotóxicos, seja pelo ar, seja pela água, seja pelos alimentos?

Com base nesta conversa com Ventura Barbeiro escrevi mais uma nota enquanto que na TV a série de cinco matérias estava indo ao ar todos os dias, duas vezes ao dia. Usei alguns trechos dessa conversa na sexta matéria da série da TV que foi ao ar dia 05 de maio.

Brasília-DF, 26 de abril de 2007 – 14h:00.

Para Ventura Barbeiro, engenheiro agrônomo, Coordenador da Campanha de Engenharia Genética da organização não-governamental Greenpeace, no caso de Lucas do Rio Verde (MT), houve uma demora muito grande na reação do poder público municipal, estadual e federal em reagir as denúncias. “A ação partiu da sociedade civil e não dos órgãos governamentais”, declarou o agrônomo, analisando o fato de a cidade ter sido pulverizada por uma nuvem de agrotóxicos em 1º. de março deste ano.

Para ele, “esse período de demora em tomar as providências fez com que as pessoas já tivessem eliminado aquela substância química, que as plantas metabolizassem a substância química, que os agricultores, que viram suas plantas morrendo, já tivessem eliminado aquelas culturas e substituído por outras e, obviamente, o processo de avaliação e de fiscalização ficou prejudicado, inviabilizando a obtenção de provas materiais do que ocorreu ali”.

Ventura Barbeiro ressalta que o Greenpeace acompanhou o caso de Lucas do Rio Verde e classificou como um caso típico de regiões que utilizam intensivamente a pulverização aérea de agrotóxicos. “Você pulveriza com avião em dia de vento, esse vento carrega o produto químico até a área urbana, ou até a área que não deveria ser atingida. Isso é chamado tecnicamente de deriva, ou seja, o veneno é levado por micropartículas. Se o avião passa a uma altura um pouquinho mais elevada o agrotóxico é carregado a uma longa distância, principalmente dependendo da temperatura, da umidade do ar e da velocidade do vento”, explicou.

Segundo o agrônomo, normalmente, nesse tipo de deriva, é necessário fazer a coleta de material atingido e através da análise química podemos saber qual veneno foi utilizado. Deve-se coletar amostras nas roupas, nos tijolos, nos vegetais, nas telhas, no solo, e todo esse material é comparado com os venenos utilizados pelos agricultores. Verificam-se os registros dos vôos das aeronaves que utilizaram aquele determinado produto químico nas propriedades próximas à área atingida e chega-se às provas materiais do crime. “No caso de Lucas esse processo não foi possível devido à demora das autoridades locais em tomarem as providências necessárias”, concluiu Ventura Barbeiro.

Ele explicou que a coleta deve ser feita por fiscais do governo federal, de uma maneira tecnicamente adequada e enviando essas amostras a um laboratório oficial.

“Quando você tem uma absorção de certa quantidade de produto químico por uma planta é como um ser humano, nós vamos passar mal e gradativamente vamos eliminando esse agrotóxico. O ideal é que a notificação seja feita imediatamente, e que o poder público colete as amostras e envie imediatamente para um laboratório oficial para identificar os responsáveis”, lembrou o ambientalista.

Segundo ele, na cidade de Lucas do Rio Verde não há uma estrutura de monitoramento para uma ação imediata no caso de uma deriva de agrotóxicos. Num caso como esse, deveria haver técnicos do local que fizessem a coleta e avaliação e os postos de saúde também deveriam coletar sangue das pessoas que apresentassem, nesse período, algum sintoma de intoxicação.

Ventura Barbeiro explicou que esses casos de deriva são corriqueiros principalmente em cidades pequenas onde a atividade agrícola faz divisa com a área urbana. “Isso ocorre em inúmeras cidades no Brasil. Em algumas cidades já há acordo entre a prefeitura e os agricultores para que se respeite certa distância para a aplicação de agrotóxicos. No Mato Grosso esse processo de deriva e a chuva levam os agrotóxicos para os rios e já há pesquisas que indicam a contaminação das principais bacias hidrográficas”.

O engenheiro ressaltou que os prefeitos das cidades que convivem com esse problema têm que perceber o custo que isso tem para o município. “O custo no sentido de pessoas que param de trabalhar porque estão intoxicadas, o custo que isso gera para a prefeitura por causa da demanda de saúde pública para atender aos casos de doença com a contaminação, como é o caso de Balsas no Maranhão, onde não se consegue mais dar assistência médica a toda a

população devido à grande demanda que existe para atendimento aos casos de contaminação por agrotóxicos”, comparou o ambientalista.

Para ele o custo social que isso gera é principalmente a desagregação familiar e as conseqüências de longo prazo. “Você não tem um produto inofensivo, inócuo. Ele se chama agrotóxico e é conhecido popularmente como veneno. Essa carga constante, ano após ano, seja nas águas, seja no ar, seja nos alimentos, isso vai gerando uma intoxicação coletiva a longo prazo”, advertiu.

“Isso tudo sem falar na questão dos direitos humanos, nos direitos do cidadão de viver em um ambiente equilibrado. A Constituição brasileira diz que o cidadão tem direito a um meio ambiente equilibrado, que o cidadão brasileiro tem direito à saúde. Então o que nós podemos esperar se ele recebe uma carga constante de agrotóxicos, seja pelo ar, seja pela água, seja pelos alimentos?”, indagou o engenheiro agrônomo do Greenpeace.

44 Situação Explosiva

Após termos publicado a série especial na Agência e colocado no ar as cinco reportagens na TV, a primeira notícia sobre a repercussão de nosso trabalho veio de Nilffo Wandscheer. Certa tarde ele me ligou para pedir uma cópia em DVD da série da TV. Os alunos das escolas de Lucas, filiados à Oluma, queriam fazer um debate com base no material que produzimos. Nilffo relatou que as matérias “caíram feito uma bomba na cidade”, que estava todo mundo discutindo o assunto. A divulgação havia incendiado ainda mais a situação, que já era explosiva, devido aos protestos dos fazendeiros contra o governo para renegociarem suas dívidas com os bancos. Eles haviam interditado a BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, incendiando uma colheitadeira antiga. Os fazendeiros haviam imprimido panfletos nos quais registravam seus protestos e tentavam jogar a população contra o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e os ambientalistas. No manifesto, os fazendeiros extraíram das matérias da Agência trechos de declarações deles questionando o modelo de desenvolvimento do município baseado na monocultura da soja, para justificar a campanha contra o Sindicato. Nilffo relatou que eles estavam sendo acusados de tentar destruir o agronegócio e manchar a imagem da cidade.

45 O Debate dentro de Casa

Pedi à chefe do telejornalismo, Maria Alice Lussani, que preparasse o DVD com as cinco matérias e enviei para Lucas no dia 20 de abril. Dez dias depois, Nilffo me ligou novamente. As notícias agora eram as melhores possíveis, segundo ele. Os estudantes, na maioria filhos de fazendeiros, haviam levado o debate sobre o uso de agrotóxicos para dentro de casa. Isso fez com que alguns grandes fazendeiros revissem sua posição contra as entidades que haviam denunciado o caso. Alguns deles chegaram a procurar o sindicato e manifestar seu apoio à iniciativa. A sociedade civil, liderada pelos estudantes da Oluma, estava organizando um movimento chamado “Vigilância do uso e abuso de agrotóxico no município”. A promotora Patrícia Eleutério Campos havia conseguido por intermédio do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público Estadual que uma equipe de peritos da Universidade Federal do Mato Grosso fosse indicada para realizar uma perícia técnica no município. No final da perícia seria realizada uma audiência pública na qual os técnicos relatariam para as autoridades e para a população suas conclusões. Nilffo também me forneceu o telefone de um fazendeiro – um dos maiores da região, que, segundo ele, estava disposto a falar sobre o acontecido. Finalmente o outro lado quebrava o silêncio.

Conversa com Domingos Munareto, produtor rural em Lucas do Rio Verde – em 02 de maio de 2006.

Pergunta: Domingos, você é produtor de soja em Lucas do Rio Verde?

Resposta: É, nós plantamos soja, milho e arroz.

Pergunta: Qual é a área que você planta?

Resposta: Nós plantamos 18 mil hectares de soja e na safrinha nós plantamos 12 mil hectares de milho.

Pergunta: Você usa pulverização agrícola por avião?

Resposta: Nós usamos pulverização agrícola por avião e terrestre também, usamos os dois meios.

Pergunta: A aeronave é de sua propriedade?

Resposta: Sim, é de minha propriedade.

Pergunta: E você registrou sua aeronave no Ministério da Agricultura?

Resposta: Está tudo registrado, não tem como trabalhar sem registrar tudo direitinho.

Pergunta: Esse ano vocês usaram desseccante para apressar a colheita da soja e plantar o milho da safrinha?

Resposta: Usamos desseccante.

Pergunta: Esse desseccante tem o mesmo princípio ativo do paraquat?

Resposta: É, tem o mesmo princípio ativo – é o paraquat.

Pergunta: Em que época vocês fazem essa pulverização com paraquat?

Resposta: Nós aplicamos na fase de maturação da soja, quando pelo menos 10% das vagens começam a amarelar, entre princípio de janeiro e final de fevereiro. Nós precisamos usar esse tipo de dessecação porque nossa região é muito chuvosa e temos que fazer um controle da colheita para evitar a perda com excesso de chuva.

Pergunta: Você soube do acidente que ocorreu esse ano quando o veneno pulverizado sobre uma lavoura foi levado para cima da cidade?

Resposta: Eu soube e fiquei muito chateado. Não sei exatamente o que aconteceu, mas acho que essa aeronave não tinha um acompanhamento técnico. Na pulverização por aviação agrícola existe o risco da inversão térmica. Dependendo da hora do dia que você aplica o veneno, em vez de ele baixar ele sobe e fica no ar. Acho que o que aconteceu aqui foi falta de acompanhamento técnico porque esse é um instrumento muito eficiente quando é bem usado. Nós temos o problema da ferrugem da soja na nossa região e às vezes temos que aplicar duas ou até três vezes fungicidas numa safra. Não existe instrumento mais eficiente para fazer isso do que a aviação agrícola. O que aconteceu aqui também pode ter sido causado por aplicação por trator que também pode sofrer essa inversão térmica e em vez do veneno ir para o chão ele sobe e vai para o ar se o dia estiver muito quente. Inclusive pode ter sido mais de uma fonte que causou essa nebli-

na sobre a cidade. Se a aplicação não tem acompanhamento técnico, tudo pode acontecer. O veneno se volatiliza e forma uma nuvem. Quando a temperatura abaixa, ele cai. Essa nuvem pode ser levada pelo vento a mais de 10 ou 20 quilômetros de distância.

Pergunta: Seu piloto conhece a legislação sobre a aplicação de agrotóxicos?

Resposta: Conhece, ele fez um curso no DAC [Departamento de Aviação Civil] e está sempre se atualizando. Hoje mesmo ele está em Botucatu – SP, fazendo um curso sobre controle de incêndios florestais com aviação agrícola.

Pergunta: Quem presta assessoria técnica para realizar as aplicações de veneno na sua propriedade?

Resposta: Temos agrônomos e técnicos agrícolas que prestam a assistência técnica. Primeiro eles fazem o levantamento da lavoura para ver que produto deve ser aplicado – se inseticida, se fungicida ou dessecante – e depois no outro dia eles acompanham a aplicação.

Pergunta: Você e sua família moram na cidade?

Resposta: Moramos eu e minha família.

Pergunta: E vocês ficaram preocupados com esse tipo de acidente que aconteceu aí?

Resposta: Não, não ficamos preocupados porque isso sempre acontece e o produto não é muito tóxico. Quer dizer, não deixa de ser um produto químico e ele é tóxico também mas não de extrema gravidade. Nós usamos muitos outros produtos de faixa vermelha [grau de toxicidade Um], que são terríveis. É claro que a preocupação tem que haver, mas nada que nos afetasse com maior gravidade.

Pergunta: Esse acidente foi positivo no sentido da sociedade tomar consciência sobre os riscos que ela corre no caso das regras de aplicação não serem cumpridas por quem usa esse tipo de veneno?

Resposta: Isso foi excelente. Isso vai servir de uma lição de vida para todos nós aqui. Eu ouvi falar muito desse acidente, mas temos que ver que tem produtores que usam produtos proibidos, altamente tóxicos e ninguém fala nada. Nessas lavouras de algodão que a gente vê na beira da estrada acontecem coisas absurdas. Não existe controle sobre isso. Acho que cada um tem que fazer o papel dele, tem que se atualizar. Eu tenho certeza de que o que aconteceu na nossa região acontece em todas as regiões do país, só que isso vai servir de exemplo para todos nós que trabalhamos na agricultura e que temos que nos aperfeiçoar cada

dia mais. Eu lamento o que aconteceu e espero que sejam tomadas providências para que isso não se repita nunca mais.

O produtor confirmou que problemas na aplicação de agrotóxicos podem colocar em risco a segurança da população quanto à contaminação. Os métodos de aplicação estão sujeitos a condições climáticas que podem variar de uma hora para outra. Como revelou o pesquisador da Embrapa, Aldemir Chaim, dependendo das condições climáticas, apenas 10% dos agrotóxicos atingem o alvo. Além disso, até para economizar com assistência técnica, os produtores podem estar fazendo aplicações sem o devido acompanhamento de especialistas. Revelou também falta de informação sobre a toxicidade dos produtos e seus possíveis efeitos a médio e a longo prazos para a saúde humana e ambiental. Confirmou ainda que agricultores podem estar usando produtos de alta toxicidade que podem causar danos terríveis, como os inseticidas utilizados nas lavouras de algodão, sem que a população perceba sua aplicação. Por último ele confirmou a informação de que o acontecimento de Lucas não foi um fato isolado, pois “acontece em todas as regiões do país”, o que significa que esse tipo de acidente está implícito no tipo de tecnologia comumente utilizada pela “moderna” agricultura. Usei fragmentos dessa conversa na última reportagem da série para a Voz do Brasil.

46 Seis vezes mais Agrotóxicos do que o Recomendado

Conforme Nilffo havia me informado, a equipe de especialistas da UFMT, convocada pelo Ministério Público Estadual, chegou à cidade no início de maio para uma perícia técnica. Dentre eles, consegui contato com o perito Waldir Bertúlio, mestre em saúde coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso:

Conversa com Waldir Bertúlio dia 03 de maio de 2006.

Pergunta: Que tipo de controle existe em Lucas do Rio Verde sobre a aviação agrícola?

Resposta: Chegando a Lucas nós reunimos todos os órgãos envolvidos na fiscalização e controle das aeronaves e os pilotos da região. Ficou claro que existe uma desarticulação entre o poder público local no que tange à fiscalização e controle dessas aeronaves. Constatamos também que não existe transparência no trabalho que realizam no sentido de dar segurança à população com relação ao uso de produtos altamente perigosos para a saúde humana, como são os agrotóxicos. Com relação à aviação agrícola, a legislação manda que haja acompanhamento técnico por engenheiro agrônomo desde a prescrição do produto, até seu preparo e aplicação. O DAC [Departamento de Aviação Civil] tem que ser avisado que tal aeronave vai pulverizar em tal região, em tal dia e hora e que o produto utilizado será esse ou aquele. Com base nessas informações, fornecidas obrigatoriamente por um engenheiro agrônomo, é montado um plano operacional que é enviado ao DAC para ser autorizado. Nesse plano operacional estará definida inclusive a área de aplicação para aquele voo. O que nós observamos é que nem o DAC tem esse tipo de controle, nem o Ministério da Agricultura que tem essa responsabilidade delegada pelo DAC, nem os órgãos municipais. Então, o que acontece aqui em Lucas é que o camarada compra e prepara o veneno como

ele acha que tem que ser, abastece o avião, levanta vô e vai pulverizar onde ele bem entende, tudo isso sem nenhum tipo de controle, na maioria das vezes. Na nossa perícia essa foi uma das primeiras constatações que fizemos aqui e que aponta para um problema seriíssimo de gestão pública: os órgãos responsáveis pela segurança coletiva da população trabalham isoladamente e desarticuladamente. Também constatamos que a venda de agrotóxicos é feita de maneira desregrada e desmesurada, sem o devido receituário agrônômico. Não há também um controle sobre as aeronaves que vêm de fora do município, contratadas por fazendeiros em outras cidades para fazer aplicações aqui em Lucas. Aliás, essa é uma situação muito comum em todo o Mato Grosso. Você tem problemas em Sorriso, em Primavera do Leste, em Rondonópolis e em tantos outros municípios onde o modo de produção é o mesmo. Com os debates que o Ministério Público está promovendo com a participação do poder público e com a sociedade civil, através das organizações não-governamentais que estão contribuindo decisivamente, poderá se chegar a um modelo de intervenção que seja útil para todo o estado do Mato Grosso.

Pergunta: A que órgão público cabe esse controle da venda, do uso e da aplicação de agrotóxicos no município?

Resposta: Aqui no município, é o Indea que deveria fiscalizar, no entanto, eles só fiscalizam a aplicação feita por empresas sendo que a maioria esmagadora dos agrotóxicos é utilizada por pessoas físicas que estão totalmente fora de controle. Hoje os agricultores adquirem produtos em outros estados e até em outros países e esses agrotóxicos entram pela fronteira sem nenhum controle.

Pergunta: E na questão da saúde da população? Existe um monitoramento pela saúde pública?

Resposta: Não, não existe um controle epidemiológico. Nós estamos aqui em uma região endêmica onde doenças como a leishmaniose, a malária e a dengue estão recrudescendo devido ao uso intensivo de agrotóxicos, que faz com que os insetos criem resistência a determinados tipos de produtos químicos e proliferem de maneira descontrolada. Também devido ao equilíbrio natural que vem sendo afetado porque muitos predadores, como pássaros, cobras, aranhas, estão desaparecendo e isso faz com que a população de insetos aumente cada vez mais, insetos esses que são vetores de muitas doenças. Para combater esse aumento da população de insetos os agricultores estão usando cada vez maiores quantidades de agrotóxicos e produtos com cada vez maior toxidez. Isso tem que ter um limite porque essa corrida só interessa à indústria que vende cada vez mais agroquímicos.

Pergunta: Você e sua equipe têm condições de avaliar os impactos ambientais que o uso intensivo de agrotóxicos está causando aí na região?

Resposta: Esse impacto se dá de diversas maneiras, é o que eu chamo de uma bomba-relógio programada para detonar dentro de pouco tempo. Na questão dos aquíferos por exemplo. As aplicações de agrotóxicos coincidem com o período das chuvas aqui em Mato Grosso, que vai de outubro até abril. As chuvas vão lixiviar o veneno aplicado para os aquíferos, tanto superficiais, como subterrâneos. Hoje nós já temos diversas bacias hidrográficas com altos índices de contaminação. Os peixes dessas bacias também estão contaminados, ameaçando a segurança alimentar daquelas populações que têm o peixe como a base de sustentação de sua cadeia alimentar, caso muito comum das populações ribeirinhas dos rios da bacia amazônica e do pantanal mato-grossense. Ao comer o peixe essas populações estão se envenenando pouco a pouco. Além disso, é claro, elas consomem a água contaminada desses rios para se lavar, para cozinhar e até para beber. Outro impacto causado pelo uso intensivo dos agrotóxicos está na própria fertilidade dos solos. A curva de fertilidade de nossos solos vem caindo ano após ano porque os agrotóxicos matam os microorganismos que são os principais responsáveis pela fertilidade dos solos. Junto com a curva de fertilidade, a curva de produção também vem caindo ano após ano. Aí o agricultor é obrigado a usar cada vez mais adubos químicos para produzir, e quem ganha com isso no final das contas? A indústria, que produz os fertilizantes químicos, enquanto o agricultor tem que gastar cada vez mais para produzir. Ele gasta mais em fertilizantes porque os agrotóxicos matam os microorganismos, ele gasta mais em agrotóxicos porque os insetos estão cada vez mais resistentes, isso tudo acaba inviabilizando os custos de produção, e o que vemos são os agricultores cada vez mais endividados, além é claro, de termos nossa natureza cada vez mais devastada e a saúde da população mais ameaçada. Temos que falar ainda no impacto causado pela destruição da maioria das espécies animais e vegetais. Estamos substituindo toda uma diversidade por uma ou duas espécies vegetais: soja e milho. Nós temos que falar também sobre o desmatamento porque à medida que os solos vão ficando pobres, há a necessidade de desbravar novas áreas para o plantio, onde as terras são férteis ainda. E as terras férteis estão onde a floresta está. Então vemos que o chamado arco do desmatamento está avançando rapidamente sobre a Amazônia para o plantio dessas culturas, que vão destruir a fertilidade daqueles solos férteis, que vão destruir a biodiversidade e contaminar os recursos hídricos. Isso tem que ter um limite.

Pergunta: Qual seria esse limite?

Resposta: Os limites possíveis de serem trabalhados têm que compatibilizar o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social e com a segurança

da população, sobretudo porque nós temos cidades com boa qualidade de vida. Potencialmente, Lucas do Rio Verde tem um bom Índice de Desenvolvimento Humano devido a renda média da população, que é alta. Mas esse desenvolvimento tem que estar associado ao manejo de produtos que são utilizados para a sustentação da economia local. É preciso colocar a agricultura industrial, o agronegócio, no seu devido lugar. É preciso estabelecer os limites possíveis para que a gente tenha a cidade saudável. Nesse sentido o Ministério Público está tendo uma atuação fantástica. Na nossa equipe de peritos vieram técnicos da universidade especializados em desenvolvimento que estão desdobrando a questão e demandando os diversos órgãos responsáveis pelas políticas públicas para que elas tenham eficácia social. A eficácia econômica de produção tem que corresponder a uma eficácia social e penetrar na questão da desigualdade. Nós estamos vendo aqui e agora que as perdas de hortifrutigranjeiros foram muito grandes. Agora mesmo acabamos de chegar de uma chácara onde o agricultor perdeu toda sua produção de mamão que ia ser vendida para sustentação da família. Devido à pulverização com agrotóxico, toda aquela produção, que era tudo que ele tinha para alimentar sua família, foi perdida. Esse agricultor vai ficar sem renda por um bom tempo. Como ele, outros pequenos agricultores foram violentamente expropriados na sua possibilidade de sustentação para sobrevivência.

Pergunta: Essas perdas podem ser legalmente atribuídas à pulverização com agrotóxicos?

Resposta: Não só podem como devem ser atribuídas porque, apesar de nós não podermos identificar qual foi o produto utilizado, nem quem utilizou, a pulverização existiu, sim. Quanto a isso nós não temos nenhuma dúvida. No caso a promotora está analisando a possibilidade de responsabilizar o estado por sua omissão, que está mais do que comprovada, e exigir que esses pequenos agricultores sejam ressarcidos de suas perdas, que foram bastante significativas. Essa é uma situação candente, pois o agronegócio em crise não está querendo que se faça essa discussão.

Pergunta: E com relação ao controle da venda e do uso dos agrotóxicos, o que vocês constataram em suas perícias?

Resposta: Nós constatamos que o mercado de produtos agrotóxicos quer vender, quanto mais as empresas venderem, mais elas lucram. Agora mesmo pela manhã nós estivemos numa propriedade em que o agricultor estava fazendo uma aplicação, tecnicamente recomendada, prescrita com seis vezes mais do que seria o limite máximo. Esse comércio não pode ficar exclusivamente sob a sanha do mercado. O setor público tem que controlar e fiscalizar seriamente a produção, a

comercialização e a utilização desses produtos.

Pergunta: E como fazer isso?

Resposta: Nos parece que o Ministério Público vai construir uma proposta de intervenção e aí temos que chamar os órgãos ministeriais da agricultura, do meio ambiente e da saúde para dialogar conosco e estabelecermos uma experiência aqui que possa ser extrapolada para todos os outros municípios. À medida que o Ministério Público constata, com a declaração dos próprios atores institucionais, que praticamente não há controle nenhum, isso é um completo absurdo. A situação está completamente fora de qualquer tipo de controle. Por isso nós, com uma equipe altamente especializada, procuramos redirecionar o nosso diagnóstico para a questão da gestão pública da segurança da população. Essa população tem o direito de ter sua segurança garantida pelos gestores públicos, ela não pode viver permanentemente sendo ameaçada por nuvens de agrotóxicos sobre a cabeça. Esse é o problema a ser considerado nas investigações do Ministério Público, para se colocar concretude na situação. Ao mesmo tempo a questão da desigualdade tem que ser colocada ao se discutir o desenvolvimento econômico. A articulação entre todos os entes públicos tem que ter a perspectiva de reduzir as desigualdades sociais, isso aqui em Lucas ou em qualquer lugar desse país. O que nós encontramos aqui é que a falta de transparência na ação dos agentes públicos está permitindo que essa situação de intranquilidade e de insegurança da população perdure. O que nós estamos constatando aqui é que com a articulação e a participação da sociedade civil poderemos construir, juntamente com os poderes públicos, um modelo de intervenção que dê um basta nesta situação. A discussão central que está colocada neste momento, pelos próprios atores envolvidos no caso, e a partir da realidade vivida aqui, é que precisamos reduzir drasticamente as taxas de aplicação de agrotóxicos. Eu trabalhei em um programa de redução de agrotóxicos no Paraná em 1984, onde se utilizavam 16 aplicações de veneno por safra de algodão. Depois de dois anos de trabalho, nós conseguimos reduzir isso para até duas aplicações por safra. Ou seja, sempre esse mercado vai querer vender o que não precisa, vai querer vender mais e mais para ter mais lucro. O Estado tem que intervir sobre isso, até porque uma das maiores vítimas é o próprio agronegócio, que está se tornando inviável. No campo ambiental, nós temos que reverter esse processo. Estamos percebendo aqui agora que o Estado federado não consegue se entender na base que produz a riqueza da nação, que é o município.

Pergunta: Quais são as perspectivas de sair algo de concreto dessa audiência pública que vocês vão fazer juntamente com a promotoria?

Resposta: As perspectivas são muito boas. Ontem os órgãos da administração municipal saíram da defensiva e fizeram uma autocrítica. Eles perceberam que nós não estamos aqui para pegar nenhum bode expiatório. Nós estamos aqui para identificar problemas e conduzir soluções. Parece que esse entendimento está brotando graças à ação de entidades não governamentais comprometidas com esse processo que eu chamei de desfeudalização do setor público. Em termos operacionais, isso significa diminuir drasticamente o uso de agrotóxicos no município, com ações integradas de todos os atores envolvidos. Significa construirmos com os produtores, com a sociedade civil e com os órgãos públicos mecanismos de monitoramento, de controle e de gestão do desenvolvimento local, discutindo as tecnologias a serem aplicadas à produção que estejam adequadas ao meio ambiente e que preservem a qualidade de vida dos trabalhadores e da população em geral. Hoje, com a informática e com os satélites, o Ministério da Agricultura e o Ministério do Meio Ambiente têm condições de fazer uma parte desse monitoramento, têm condições de coletar informações e repassar isso para as bases no município. Hoje, nós podemos saber o que e onde está sendo plantado, onde está sendo pulverizado, onde está sendo desmatado, onde estão fazendo queimadas, tudo por satélite em tempo real. Essas informações têm que ser coletadas e repassadas ao município para que haja um controle efetivo do que está acontecendo. Um avião não vai poder mais levantar vôo sem que tenha um receituário agrônomo indicando a necessidade da aplicação, que veneno e em que dosagem ele vai ser aplicado, por quem ele será aplicado, sem que tenha um plano operacional delimitando a área em que será feita a aplicação, indicando as condições climáticas, e que tudo isso seja repassado para os organismos públicos de controle para que possa ser efetivamente fiscalizado. Todo esse processo tem que ser acompanhado em terra por um técnico que verifique a eficácia da aplicação, seja ela terrestre ou aérea. Porque o que aconteceu aqui em parte foi por falta de um técnico que verificasse que o veneno, em vez de descer para o alvo, estava subindo e que verificasse que as condições meteorológicas não eram favoráveis e suspendesse a aplicação. Nessa audiência existe a possibilidade de firmarmos um grande pacto pela vida aqui em Lucas porque a cidade vai decidir entre fazer o que precisa ser feito e ser uma cidade saudável ou ser uma cidade doente, desfigurada ambientalmente, socialmente e economicamente.

Usei também trechos dessa conversa na última matéria da série para a Voz do Brasil. Waldir Bertúlio me forneceu importantes peças que faltavam para fechar o quebra-cabeça - a indústria do agrotóxico quanto mais vende mais ganha, não importam os meios se os fins os justificam. Agrotóxicos são vendidos com receituário agrônomo, ou pelo menos deveriam ser, conforme a lei. Os agricultores, com medo de verem suas lavouras atacadas por insetos,

fungos e ervas daninhas, aplicam as doses recomendadas pelos agrônomos. A indústria de “defensivos agrícolas” agradece. Quem ganha e quem perde nessa história? Minha apuração não havia conseguido chegar ao consumo de agrotóxicos em Lucas do Rio Verde. Essa era a última peça que faltava para completar o quebra-cabeça.

47 Finalmente a Audiência Pública

No dia seguinte à conversa com o perito da UFMT, foi realizada a audiência pública. O Ponto de Cultura de Lucas do Rio Verde acompanhou a audiência e enviou para mim o seguinte relatório:

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Danos ambientais e aviação agrícola no município de Lucas do Rio Verde

Denúncias de danos ambientais causados por pulverização de desseccantes chegaram ao ministério público de Lucas do Rio Verde. Isso motivou a realização, no dia 4 de maio, de uma audiência pública para discussão do problema.

O objetivo principal da audiência pública, segundo a promotora Patrícia Eleutério Campos, não era achar um culpado, e sim conscientizar a sociedade sobre o uso de agrotóxicos, e principalmente ajustar a conduta do poder público e dos produtores rurais.

Quanto aos produtores rurais e empresas de pulverização agrícola, ficou clara a necessidade da legalização das aeronaves, que fazem pulverização, junto ao DAC e ao Min. da Agricultura. Já que são muito poucas as aeronaves que são registradas, dificultando muito a fiscalização.

Quanto ao poder público, se espera uma maior integração entre os diversos órgãos públicos para que exista uma fiscalização mais eficiente. Na oportunidade também foram apresentados os principais pontos do relatório feito pelos peritos da UFMT (Waldir Bertulio – Mestre em Saúde Coletiva, Cátia Nunes da Cunha - Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais, Christine Strüssmann - Doutorado em Biociências (Zoologia), Francisco Arruda Machado - Doutorado em Ecologia, Dalci Maurício Miranda de Oliveira - Doutorado em Ciências Biológicas), que concluíram que houve sim pulverização de agrotóxico sobre a

cidade, mas não há como saber que tipo de agrotóxico causou estes danos, e nem como saber como foi feita essa pulverização, se foi por aeronaves ou por implementos terrestres. Mas discordando do relatório do ministério da agricultura, que descarta a possibilidade dessa pulverização ter sido feita por aeronave, os peritos da UFMT não descartam essa possibilidade.

O que deve acontecer a partir de agora é uma reflexão da sociedade sobre o grande uso de agrotóxicos que esse tipo de agricultura utiliza, pois a cidade de Lucas do Rio Verde é referência em qualidade de vida no estado, e fatos como estes não contribuem em nada para uma sociedade saudável.

Uma solução imediata não foi apontada, mas também não era esse o objetivo principal da audiência pública, o que ficou claro é a importância de uma fiscalização mais eficiente do uso de agrotóxicos, e também a sociedade fez sugestões de medidas que possam ser adotadas pelo poder público de modo a evitar que situações como essas se repitam em nossa sociedade, as principais foram:

- Que exista uma política de pesquisa por parte do governo, que busque o melhoramento das técnicas de aplicação de agrotóxicos, e que também possam diminuir a quantidade de aplicação desses produtos.

- O ministério público deve também buscar firmar um termo de ajustamento de conduta para que os agricultores se comprometam a aplicar agrotóxicos dentro das normas.

- Deve haver uma grande conscientização dos aplicadores de agrotóxicos, com panfletos, folder, etc.

- Deve haver também um treinamento técnico para os aplicadores de agrotóxicos.

Outro ponto levantado pela população foi o risco de um possível corte das exportações dos nossos produtos agrícolas, devido ao excesso de agrotóxicos, assim como ocorre com o açúcar, que por causa de denúncias de trabalho escravo, algumas empresas suspenderam a compra deste produto. Assim empresas preocupadas com a saúde e o meio ambiente futuramente podem preferir outros alimentos mais saudáveis.

Augusto Pereira

Coordenador do Ponto de Cultura – PC-Nortão

Chequei as informações do relatório do Ponto de Cultura com a Promotora Patrícia Eleutério Campos. Resumi as conclusões em uma nota sobre o assunto:

Brasília-DF, 05 de maio de 2007- 8h:00

O Ministério Público de Lucas do Rio Verde realizou no ultimo dia 4 de maio uma audiência pública com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre o uso de agrotóxicos e ajustar a conduta do poder público e dos produtores rurais.

Segundo a promotora Patrícia Eleutério Campos as denúncias de danos ambientais causados por pulverização de dessecantes levaram à necessidade da legalização das aeronaves, que fazem pulverização, na Agência Nacional de Aviação Civil e no Ministério da Agricultura, uma vez que “são poucas as aeronaves registradas, dificultando muito a fiscalização”.

Outra recomendação se refere ao papel do poder público na fiscalização do uso e da venda de agrotóxicos, em que se espera uma maior integração entre os diversos órgãos públicos para que exista uma fiscalização eficiente.

O objetivo principal da audiência pública, segundo a promotora, “não era achar um culpado, e sim discutir as medidas que devem ser tomadas para se prevenir que esse tipo de acidente volte a ocorrer”.

Participaram da audiência, além de representantes da sociedade civil organizada de Lucas do Rio Verde, pilotos de avião que fazem pulverização agrícola, membros do secretariado da prefeitura municipal e peritos da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Os peritos foram convocados pelo Ministério Público para ajudar nas investigações sobre o acidente.

Na audiência foram apresentados os principais pontos do relatório feito pelos peritos da UFMT (Cátia Nunes da Cunha - Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais, Christine Strüssmann - Doutorado em Biociências (Zoo- logia), Francisco Arruda Machado - Doutorado em Ecologia, Dalci Maurício Miranda de Oliveira - Doutorado em Ciências Biológicas e Waldir Bertulio, mestre em Saúde Coletiva), que concluíram que houve pulverização de agrotóxico sobre a cidade, mas ressaltaram que não há como saber que tipo de agrotóxico causou estes danos, e nem como saber como foi feita essa pulverização, se foi por aeronaves ou por implementos terrestres. Em seu relatório os peritos discordaram do relatório do Ministério da Agricultura, que descarta a possibilidade de essa pulverização ter sido feita por aeronave.

Patrícia Eleutério concluiu: “O que deve acontecer a partir de agora é uma reflexão da sociedade sobre o grande uso de agrotóxicos que esse tipo de agricultura utiliza, pois a cidade de Lucas do Rio Verde é referência em qualidade de vida no estado, e fatos como estes não contribuem em nada para uma sociedade saudável”.

A promotora destacou ainda: “Uma solução imediata não foi apontada, mas também não era esse o objetivo principal da audiência pública. O que ficou claro é a importância de uma fiscalização mais eficiente do uso de agrotóxicos. A sociedade fez sugestões de medidas que possam ser adotadas pelo poder público, de modo a evitar que acidentes como esse se repitam. As principais soluções apontadas foram:

- Que exista uma política de pesquisa por parte do governo, que busque o melhoramento das técnicas de aplicação de agrotóxicos, e que também possam diminuir a quantidade de aplicação desses produtos;

- O Ministério público deve também buscar firmar um termo de ajustamento de conduta para que os agricultores se comprometam a aplicar agrotóxicos dentro das normas;

- Deve haver uma grande campanha de conscientização dos aplicadores de agrotóxicos, com panfletos, folder, etc.;

- Deve haver também um treinamento técnico para os aplicadores de agrotóxicos.

Outro ponto levantado pela população foi o risco de um possível corte nas exportações de produtos agrícolas, devido ao excesso de agrotóxicos, assim como ocorre com o açúcar: devido às denúncias de trabalho escravo, algumas empresas suspenderam a compra do produto. Assim empresas preocupadas com a saúde e o meio ambiente futuramente podem preferir outros alimentos mais saudáveis.

Essa nota, depois de editada, deu origem à última matéria da série na reportagem especial da Agência Brasil.

48 A Quinta Matéria na Voz do Brasil

- Sexta-feira, 5 de maio de 2006, em Brasília são 7 da noite.

Loc Luciano//

- Você deve lembrar que há um mês você ouviu aqui na Voz do Brasil a história do município de Lucas do Rio verde, lá em Mato Grosso.

Loc Kátia//

- A cidade foi pulverizada com agrotóxico. O repórter Paulo Machado esteve lá na época para conversar com as pessoas envolvidas.

Loc Luciano//

- Hoje voltamos a falar nesse assunto após uma audiência pública que reuniu agricultores, moradores, técnicos e representantes do governo para falar sobre o incidente.

LOC Paulo Machado//

- Há um mês nós estivemos em Lucas do Rio Verde e vimos que a Promotoria Pública, juntamente com a Polícia Civil, haviam instaurado inquérito civil e criminal para apurar os possíveis responsáveis pela nuvem de agrotóxicos que atingiu a cidade. Os sintomas de contaminação estavam presentes em todo lugar. Entrevistamos uma testemunha que viu uma aeronave pulverizando antes da chuva que se aproximava e até as autoridades locais admitiram que tinha ocorrido uma deriva, que é uma nuvem de agrotóxico pulverizada sobre uma determinada lavoura e levada pelo vento para outro lugar. Nós também constatamos as dificuldades do Ministério Público local, que, apesar de ter evidências de que havia ocorrido um crime, tinha enormes dificuldades em produzir as provas necessárias para chegar aos culpados pelo tal crime ambiental. Para os fiscais

federais do Ministério da Agricultura em Cuiabá, no entanto, o que as plantas apresentavam eram sintomas de contaminação por fungos e não por herbicidas, segundo concluíram em seu relatório sobre o acidente.

- Nós procuramos ouvir uma série de especialistas de universidades, autoridades de saúde do município, do estado e do Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente, o Formad, que foram unânimes em rebater o relatório do Ministério da Agricultura, como é o caso do Engenheiro Agrônomo James Cabral:

TEC: SONORA James Cabral//

- Esse documento é bastante ingênuo e tem uma carga de irresponsabilidade nesse documento. O que nós verificamos de fato lá é que teve uma enorme diversidade de plantas que apresentavam o mesmo sintoma.

LOC Paulo Machado//

- Mesmo sem as provas, o Ministério Público de Lucas do Rio Verde não se deu por vencido. Através de uma parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso foi acionada uma equipe de seis peritos que estão na cidade para ajudar nas investigações. Eles realizaram uma audiência pública na Câmara de Vereadores, com a presença da sociedade civil organizada, secretários municipais, pilotos de avião e autoridades sanitárias do estado do Mato Grosso. Nós entrevistamos um desses especialistas da Universidade Federal, o doutor Waldir Bertúlio, e uma das conclusões a que ele chegou é:

TEC: SONORA Waldir Bertúlio//

Houve aplicação de dessecante, sim. Nós não podemos dizer se foi esse ou aquele, mas esse impacto foi da aplicação de agrotóxico, sim.

LOC Paulo Machado//

Outra conclusão do especialista se refere à omissão dos poderes públicos frente ao que aconteceu:

TEC: SONORA Waldir Bertúlio//

Na medida em que o Ministério Público constata, com a declaração dos próprios atores públicos institucionais, que praticamente não há controle nenhum. Isso é um completo absurdo.

LOC Paulo Machado//

O fato é que em função de tudo que está acontecendo e principalmente da mobilização da sociedade civil e do Ministério Público, a cidade de Lucas do Rio Verde pode se tornar um exemplo que pode ser seguido por muitos outros municípios que convivem com o mesmo problema do uso intensivo de agrotóxicos.

TEC: SONORA Waldir Bertúlio//

O Ministério Público vai poder construir uma proposta de intervenção e aí tem que chamar os órgãos ministeriais, inclusive, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Saúde, em nível do estado, eles têm que estar presentes, para dialogar conosco, para que a gente possa estabelecer uma experiência aqui que possa ser extrapolada para outros municípios.

LOC Paulo Machado//

Mesmo os grandes fazendeiros, que a princípio se calaram, agora já estão vendo a importância de levar a fundo essa discussão, como é o caso do produtor rural Domingos Munareto, que tem uma plantação de 18 mil hectares de soja e utiliza pulverização por aviação agrícola:

LOC Domingos Munareto//

Isso que aconteceu serviu de uma lição de vida para todos nós aqui. Cada um tem que fazer o papel dele, se informar direito, se atualizar. Tenho certeza que isso que aconteceu aqui na nossa região acontece em todas as regiões do país, só que isso vai servir de exemplo para todos nós que trabalhamos na agricultura que temos que nos aperfeiçoar cada dia mais.

LOC Paulo Machado//

Para Nilffo Wandscheer, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde, uma das entidades que denunciou a aplicação de agrotóxicos sobre a cidade, o município está dando o exemplo de que o melhor a se fazer nessas situações é discutir abertamente o problema para que sejam encontradas soluções de caráter permanente.

Neste mesmo dia foi ao ar pela TV a sexta e última matéria da série.

49 Quando Jornalismo e Ciência Andam Juntos

O sanitarista Wanderlei Antônio Pignati preparou um artigo científico para a *Revista Ciência e Saúde Coletiva* (PIGNAT; MACHADO; CABRAL, 2007) da Fundação Oswaldo Cruz, sobre o ocorrido em Lucas do Rio Verde. Nele o cientista se apropriou das evidências para demonstrar a dimensão do problema sanitário, social, econômico e político e suas implicações na vida da cidadania.

A partir das normas estabelecidas pela legislação sanitária, ele começa por classificar cientificamente o tipo de acidente ocorrido:

“Caracterizou-se este tipo de acidente como ‘acidente rural ampliado’, de caráter ocupacional e ambiental, cuja gravidade e extensão ultrapassam o local de trabalho, extrapolando os riscos para além da unidade produtiva rural, com provável contaminação do ar, mananciais de água, solo e das plantas, animais e população da cidade. Além de o agrotóxico ter colocado a comunidade em situação de risco à saúde no momento do acidente, supôs-se também que outros efeitos conhecidos e/ou imprevisíveis poderiam aparecer tardiamente, ultrapassando os limites temporais.”

Continuando em sua classificação ele enquadra o fato no rol dos acidentes ambientais de grande extensão:

“Esta adjetivação de acidente rural ampliado faz um paralelo com a definição clássica de ‘acidente químico ampliado’,[...] relacionado aos acidentes que ocorrem de maneira aguda nos processos de produção industrial urbano, causando grande impacto sanitário e ambiental, como os vazamentos e/ou explosões em indústrias químicas, petroquímicas e nucleares e derramamentos abruptos de produtos químicos em acidentes de transporte.”

Pignati contextualiza o acidente a partir do processo produtivo com base nas informações disponíveis, inclusive nas entrevistas que lhe forneceu.

“Esta abordagem, que orientou a descrição e análise do caso do acidente de Lucas do Rio Verde, considera o contexto sociotécnico da produção deste tipo de evento e os impactos do crescimento econômico que devastam os recursos naturais deteriorando a saúde humana e ambiental. Desta forma, descreve-se o padrão de produção local/regional, seus riscos ocupacionais e ambientais e seus mecanismos de regulação e controle. Esta ‘pesquisa-ação’ tem como estratégia o desenvolvimento de ações de vigilância à saúde e ambiente que envolve, de forma participativa e integrada, as instituições locais e regionais de Saúde, Agricultura e Ambiente, lideranças sindicais, políticas e comunitárias, chacareiros e fazendeiros, jornalistas, Promotoria de Justiça e a Universidade.”

O médico demonstra a insustentabilidade do modelo de agricultura moderna e suas conseqüências descrevendo as etapas do processo histórico que lhe deu origem na região:

“Trata-se de um processo de insustentabilidade ambiental: na primeira etapa se desmata/destrói o cerrado e/ou a floresta; numa segunda fase se implanta um sistema agropecuário dependente de alta tecnologia, de equipamentos e de sementes híbridas ou transgênicas dependentes de agrotóxicos e fertilizantes químicos para se desenvolverem; como conseqüência, a terceira etapa deste processo provoca danos imediatos (agudos) e/ou tardios (crônicos) à saúde humana e ambiental ou cria situações de riscos para além dos locais das plantações agrícolas, ampliando os agravos, com impacto negativo social, sanitário e ambiental.”

Pignati levanta diversas questões a partir dos depoimentos das fontes que entrevistei, dentre elas a testemunha ocular do acidente, Ivo Casonato:

“Também informaram que determinado chacareiro acionou na Justiça um grande fazendeiro de soja, porque seu avião queimou com agrotóxico toda sua plantação de melancias quando o fazendeiro dessecava soja e, após semanas, o Indea-MT realizou uma perícia ambiental no local, mas até hoje nada de resolução, porém, o fazendeiro o ameaçou de morte se ele continuasse com a ação na justiça. Será que este processo produtivo agropecuário não contempla a valorização da saúde e da vida? Por que o movimento social/popular não rompe o círculo dessa desregulamentação prejudicial à saúde e ambiente?; ou será que o Estado, enfraquecido, está refém dos poderes financeiros e comerciais? São questões que não requerem respostas imediatas, mas que exigem debate, reflexão e ação, de modo a orientar o fim da degradação ambiental e da saúde.”

O pesquisador da UFMT observou que a falta de informação é uma das principais causas porque não se cobram providências mais rigorosas dos poderes públicos:

“Observou-se que a comunicação de risco sobre os agrotóxicos é muito variada, mas todos mostraram que são carentes de informações técnicas sobre seus impactos negativos na saúde.”

Pignati destaca a ação que a sociedade civil desencadeou com o apoio da universidade:

“Estimuladas com a participação da Universidade, aquelas três entidades locais citadas resolveram iniciar um movimento social, no sentido de mitigar os danos na saúde humana e ambiental ou no reparo da perda econômica de suas plantações agrícolas, denominando-o de ‘vigilância do uso e abuso de agrotóxico no município’.”

Ele também relata a reação dos pilotos de aeronaves:

“No dia seguinte, aquelas Instituições [sociedade civil, Ministério Público e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente], convocaram os pilotos de aviões agrícolas da região e, segundo relato do representante do sindicato que presenciou a reunião, sua conclusão foi o seguinte: os vários pilotos se uniram e não se delataram, disseram que foi um acidente, culpou-se o vento que mudou de repente e que não havia provas concretas.”

Pignati destaca a nossa colaboração para que a sociedade civil, utilizando os meios de comunicação, informasse a população sobre a omissão dos poderes públicos, que atendia aos interesses do empresariado local:

“O jornal e a rádio FM locais divulgaram trechos sintéticos do boletim com notícias, ao mesmo tempo em que divulgaram a posição da prefeitura e dos fazendeiros preocupados com ‘os prejuízos econômicos que tais notícias poderiam trazer para as exportações de seus produtos agrícolas’. (conforme relato do jornalista entrevistado).”

No seu artigo, o médico relata um depoimento na reunião da Câmara Técnica de Agrotóxicos do Estado do Mato Grosso, na qual o Ministério da Agricultura, contradizendo o próprio relatório, admite a pulverização:

“A Câmara Técnica Estadual de Agrotóxicos (MT), provocada pela notificação, se reuniu 25 dias após o acidente, colheu dados e depoimentos e informou na reunião que provavelmente se tratava de uma deriva de agrotóxico, mas que não havia provas laboratoriais de resíduos nas plantas. Também se relatou que aguardavam os resultados das análises de resíduos na água, solicitados pela Secretaria de Saúde. O representante técnico do Ministério da Agricultura, que periciou o local e colheu amostras das plantas 8 dias após o acidente, informou na reunião que se

tratava de uma deriva de pulverização por herbicida que afetou as plantas do entorno da cidade, mas que não se analisaram resíduos de agrotóxicos.”

Na mesma reunião, a indústria de agrotóxicos se manifesta e culpa a imperícia dos pilotos pelo acidente:

“O representante do Sindicato das Indústrias de Defensivos Agrícola (Sindag) propôs e foi acatado por unanimidade dos membros ali reunidos, que sua entidade fará treinamentos para os pulverizadores da região, defendendo como causa básica do acidente a falta de capacitação técnica dos pilotos.”

Ao final da reunião, são decididas medidas para um controle mais efetivo sobre o uso dos agrotóxicos:

“Além dessa medida, indicou-se que a Secretaria Estadual de Saúde deverá implantar o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxico (Para) ampliado para água, leite e outros alimentos e que a prefeitura deverá colaborar na fiscalização sanitária agropecuária e ampliar a vigilância à saúde e ambiente, realizada em Lucas do Rio Verde.”

Pignati também descreve em seu artigo detalhes da audiência pública realizada na cidade 38 dias após o acidente. Novas fontes confirmam as suspeitas sobre a subnotificação dos casos de intoxicação por parte dos médicos da cidade:

“Um vereador presente na reunião discordou da não-existência de casos de intoxicação durante este ano, pois informou que visitou vários eleitores internados por intoxicação com agrotóxicos este ano. Após este diálogo, um técnico da vigilância sanitária do município comunicou que na análise epidemiológica que se realizou houve um número acima da média de casos de rotavírus notificados naquela semana do acidente e que os diretores dos dois hospitais do município impediram-no de analisar os prontuários na busca de casos de intoxicação por agrotóxicos.”

Na audiência pública os chacareiros confirmam que foram intimidados pelos políticos locais:

“Nesta segunda reunião notou-se que dos chacareiros que haviam sido convidados apenas compareceram o presidente da associação e dois agricultores. O presidente informou na entrevista que a maioria dos chacareiros foi procurada por ‘políticos’ que solicitaram para não comparecerem à reunião, pois se o fizessem teriam seus produtos embargados pela vigilância sanitária e conseqüentemente a prefeitura não mais compraria suas hortaliças para a merenda escolar.”

Em seu artigo o médico destaca a reação da sociedade civil que desencadeia um movimento permanente para discutir e promover ações visando ao desenvolvimento sustentável do município:

“Portanto, o Estado teria encerrado mais um caso de “deriva” de agrotóxico no Mato Grosso sem os devidos esclarecimentos e sem implementar todas as medidas necessárias de mitigação dos danos ou de prevenção de acidentes ou de poluição ocupacional e ambiental. Além disso, descumpriram-se vários procedimentos inscritos em Normas e Rotinas, tanto de investigação epidemiológica como de análise de resíduos de agrotóxicos em águas e alimentos.

Entretanto alguns diretores de escolas, centros acadêmicos estudantis e a Organização Luverdense de Meio Ambiente (Oluma), que participaram das ações de vigilância, compareceram à sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e solicitaram parceria para ‘caminhare’ para além da vigilância do ‘uso e abuso’ de agrotóxicos, ampliando para ‘movimento pelo desenvolvimento sustentável de Lucas do Rio Verde e região’.”

E descreve os primeiros passos para a organização do movimento:

“Avaliou-se, conjuntamente, que seria um movimento de transformação da realidade complexa e diversa, que não tem encontrado espaço no exercício das políticas públicas, sejam nos ‘bancos escolares’ tradicionais ou no setor de serviços de saúde e ambiente. Entendeu-se como um movimento social de caráter mais amplo que a educação ambiental ou vigilância à saúde, que requer conscientizar-se que o ambiente atual é um espaço socialmente construído, como define Santos [...] e que o mesmo pode ser reconstruído para ser sustentável e ocupado pela maioria da população, desde que a educação seja compreendida como ato político de práxis libertadora, como entende Paulo Freire. Iniciaram-se as ações buscando estratégias de ampliação das parcerias, buscando-as, naquele momento, junto aos Conselhos Municipais de Saúde, Ambiente e Educação. Através de conselheiros, conseguiu-se pautar e discutir o assunto/problema dos agrotóxicos e do “desenvolvimento insustentável” do município. Da análise das entrevistas com os conselheiros, concluiu-se que: os conselheiros não detêm informações técnicas sobre os impactos socio sanitários dos agrotóxicos; que há desconfiança quanto à capacidade técnica daqueles serviços de solucionarem os problemas de saúde-ambiente; que não há articulação entre os três serviços e conselhos e que inexistem diretrizes e propostas sobre o assunto/problema inscritas nos planos municipais. A maioria dos conselheiros mostrou interesse em participar do movimento.”

Destaca também o nosso papel ajudando a superar as barreiras da comunicação local:

“Em seguida, para ampliar o movimento, ultrapassar as ‘barreiras’ locais da mídia e produzir recursos de divulgação e conscientização, articulou-se com a Radiobrás, que enviou uma equipe para a cidade, onde realizaram várias entrevistas, produziram videoclipes, noticiários e editaram um curta-metragem sobre o acidente, incluindo-os num portal eletrônico do site da Radiobrás.”

O movimento ganha as ruas e se espalha pela região:

“O movimento organiza-se no município liderado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, diretores escolares e centros acadêmicos estudantis, que já promoveram várias reuniões e mesas-redondas com autoridades sanitárias e ambientais, com trabalhadores rurais e fazendeiros do município e da região circunvizinha.”

Na conclusão de seu artigo Pignati destaca a complexidade do problema e as possíveis ações para solucioná-lo à medida que a sociedade civil assume seu legítimo papel de proponente e fiscalizadora das políticas públicas na busca de uma sociedade ambientalmente sustentável:

“Mostrou-se que para solucionar este problema complexo analisado, não se ‘caminha’ com metodologia reducionista como a tradicional promoção e vigilância à saúde, carecendo da participação da comunidade, não como mero gesto ético ou político, mas como uma mudança que pode dar substância aos processos de investigação científica, pois os conhecimentos e práticas do cotidiano local são fundamentais no discernimento das informações que devem ser consideradas na formulação das políticas públicas. No processo de discussão da agricultura e sua interface com a saúde do ambiente, do trabalhador, de sua família e da população é necessário o exercício de uma abordagem intersetorial e multidisciplinar, envolvendo pelo menos as áreas de saúde, agricultura, ambiente, trabalho, universidade e movimento popular/sindical na busca e decisão sobre qual agricultura e/ou ambiente e/ou vida se deseja pra a sociedade. Ainda sugere-se que as questões de ‘saúde-ambiente’ devem ser discutidas e enfrentadas de forma articulada com a luta pela democracia e justiça social, na busca de uma ‘sociedade’ que tenha o desenvolvimento sustentável como eixo (democracia, equidade,...)”

A íntegra do artigo encontra-se publicada em anexo.

Por caminhos diferentes, a pesquisa científica e a pesquisa jornalística convergiram para o mesmo objetivo: desvendar os fatos, contextualizar as informações e tornar público tudo aquilo que é direito do cidadão saber. O que

ele, cidadão, fará de posse dessas informações, não cabe a nós, jornalistas ou cientistas, decidir.

Referência

PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H.; CABRAL, J. F. Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde-MT. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 863-872, jan./mar. 2007.

50 Os Próximos Passos

Esse livro reportagem termina aqui onde uma parcela da sociedade civil iniciou um “*movimento pelo desenvolvimento sustentável de Lucas do Rio Verde e região*”, conforme o Pignati deu notícia em seu artigo, escrito oito meses após acontecer o que ele classificou como “*acidente rural ampliado*”. Antes de concluir, acho importante ressaltar que neste momento ciência e jornalismo também andam juntos na Europa. Enquanto os europeus se preocupam cada vez mais com a qualidade dos alimentos que consomem, os países em desenvolvimento, como o Brasil, aumentam de modo incessante o uso de pesticidas e fertilizantes químicos em seus cultivos.

Europeus comem alimentos contaminados

09/10/2006 - 11h10

Por Roberto Villar Belmonte

Monte Porzio Catone, Itália, 09/10/2006 – Os alimentos consumidos diariamente em sete países europeus contêm substâncias muito tóxicas, afirma um estudo realizado durante dez anos pela filial italiana do Fundo Mundial para a Natureza (WWF). A pesquisa descobriu as mesmas substâncias contaminantes em animais e em três gerações de 13 famílias, em 18 personalidades e em 14 editores de revistas que participaram e foram analisados no estudo.

A carne bovina, os pescados e os queijos foram os alimentos mais contaminados, com mais de 60 substâncias tóxicas entre 107 de origem industrial investigadas na Grã-Bretanha, Finlândia, Suécia, Polônia, Itália, Espanha e Grécia. Compostos usados na indústria do plástico, a eletrônica e a cosmética, entre outras, são o motivo do alarme. Segundo o estudo Cahin of Contamination – The Food Link (Cadeia de contaminação – o vínculo alimentar), divulgado no dia 21 de setembro pelo WWF Itália, a proporção de contaminantes varia entre 0,1 e 10 nanogramas por grama de alimento. Um nanograma representa a milionésima parte de um grama.

“Estamos expostos a graus baixos de contaminação. Mas essas substâncias são acumulativas. E também há o efeito coquetel, pois juntas podem potencializar sua capacidade tóxica. Por isso defendemos um uso mais sustentável destes produtos”, explicou a bióloga Eva Alessi, coordenadora científica da campanha Detox da WWF Itália. Substâncias proibidas há mais de 20 anos na Europa foram encontradas em várias crianças estudadas, que apresentaram mais contaminantes do que suas mães.

“Esse estudo é inédito, porque pela primeira vez são investigadas três gerações de uma mesma família”, destacou Alessi, uma das participantes do IV Fórum Internacional para Jornalistas sobre a Proteção da Natureza, organizado pela Associação Cultural Greenaccord, em Monte Porzio Catone, próxima de Roma, entre quarta-feira passada e sábado. O principal objetivo do estudo é pressionar o Parlamento Europeu, que deve votar em breve uma legislação sobre Registro, Avaliação e Autorização de Químicos (Reach, sigla em inglês), para criar um sistema de informação sobre substâncias químicas no bloco e estabelecer um mecanismo rígido de controle e segurança.

Atualmente, estão em uso na Europa 30 mil substâncias químicas, das 100 mil disponíveis para uso comercial. Apenas desde 1981 foram obrigatórios os testes de toxicidade. Segundo Alessi, a maioria destes compostos foi lançada no mercado antes dessa data sem uma avaliação de seus riscos para a saúde humana e o meio ambiente. Além de serem neurotóxicas, algumas destas substâncias podem causar danos no sistema endócrino, afetando a função reprodutiva. No organismo, imitam os hormônios, que são mensageiros químicos naturais, e alteram sua produção.

Em 2003, disse Alessi, foi encontrado no Mediterrâneo um peixe-espada macho com características sexuais femininas. A contaminação não tem fronteiras. Animais contaminados – ursos polares, leões marinhos, baleias e pássaros – já foram encontrados por ambientalistas no oceano Ártico, onde não há fontes de emissão dessas substâncias. Os ftalatos, espécie de compostos usados para flexibilizar os plásticos, são considerados responsáveis por danos ao sistema reprodutor masculino, como a redução da quantidade de esperma. Produtos usados na indústria cosmética, como os almíscares artificiais e os perfluorocarbonos das panelas com teflon também afetam a saúde.

As substâncias inflamáveis usadas para fabricar aparelhos eletrônicos, teres de prolímbromobifenilos (PBDE), são motivo de grande preocupação, disse Alessi. Dos três tipos existentes deste grupo de compostos – conhecidos com Octa e Penta BDE – já são proibidos na Europa. Mas o Deca BDE ainda está em uso. A ecologista assegura que hoje há soluções menos tóxicas. Além

disso, é preciso mais controle dos biocidas aplicados aos cascos dos navios, Comissão Européia o tributílo de estano, ou TBT, pois causam enorme dano ambiental e acabam contaminando a fauna marinha.

Todos estes compostos não se degradam facilmente e têm uma vida longa nos tecidos orgânicos. Seu potencial de bioacúmulo (de persistir em organismos vivos) depende das propriedades de cada substância e de fatores ambientais e bióticos desses organismos, como idade, quantidade de gordura, metabolismo e a posição na cadeia alimentar. Segundo Alessi, uma alimentação rica em frutas e verduras ajuda a reduzir os efeitos nocivos dos contaminantes químicos alojados em outros alimentos e até nos utensílios domésticos, na roupa, nos cosméticos, nos produtos de limpeza e nas tinturas. Além disso, recomenda-se consumir alimentos orgânicos, cultivados sem agrotóxicos.

Enquanto os europeus se preocupam cada vez mais com a qualidade dos alimentos que consomem, os países em desenvolvimento aumentam de modo incessante o uso de pesticidas e fertilizantes químicos em seus cultivos. Para a colheita 2003-2004, os países em desenvolvimento aplicaram 98,4 milhões de toneladas de fertilizantes químicos. No mesmo período, as nações ricas usaram menos da metade: 44,2 milhões de toneladas. Em 1997-98, os volumes foram, respectivamente, 83 milhões e 54 milhões. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), os países industriais usavam uma média de 1,55 quilo de pesticidas por hectare entre 1998 e 2000, o que representou redução de 8,5% na comparação com a quantidade média aplicada entre 1989 e 1991.

Por outro lado, nas nações em desenvolvimento era usado 1,02 quilo por hectare entre 1998 e 2000, o que significou aumento de 25% em relação às quantidades aplicadas dez anos antes. Além disso, os produtos menos tóxicos são os mais caros, e, portanto, os menos usados nos países pobres. Esses dados foram apresentados no Fórum pela diretora do Programa de Agricultura, Alimentação e Ambiente da norte-americana Tufts University, Kathleen Merrigan. A pesquisadora afirmou que três quartos das frutas e verduras consumidas pelas crianças nos Estados Unidos contêm restos de agrotóxicos. O interesse pela agricultura orgânica aumenta continuamente nesse país. As vendas destes alimentos cresceram cerca de 20% na última década. É o setor agrícola que mais cresce, apesar de apenas 2,7% dos produtores participarem deste tipo de produção, afirmou.

“Os cultivos orgânicos podem produzir mais do que os convencionais. Mas precisam de 12 a 15 anos para atingir uma boa produtividade, segundo novos estudos feitos nos Estados Unidos. Não podemos comparar uma plan-

tação onde se usa químicos com outra orgânica.”, disse Merrigan. Em sua opinião, a humanidade está diante de uma encruzilhada. Ou continua o caminho da chamada revolução verde, brincando com substâncias químicas tóxicas nos alimentos, ou toma o da nova revolução orgânica. Os cultivos sem venenos, e sem organismos geneticamente modificados, têm todas as condições técnicas para alimentar o mundo, concluiu Merrigan. (IPS/Envolverde)



Fonte: Agência USP (Agência Envolverde/ IPS)

51 Conclusão – Finalmente o Quebra-Cabeça Montado

Para fechar o quebra-cabeça, ainda faltava uma peça que não havia conseguido apurar. Era a informação sobre o consumo de agrotóxicos em Lucas do Rio Verde para poder compará-la com o consumo em outras regiões do Brasil e do mundo. Mas Pignati continuou perseguindo, investigando e finalmente, em seu artigo, ele concluiu que:

“Deduziu-se uma média de aplicação e/ou consumo de 8,5 quilos de agrotóxicos por hectare plantado, ou exposição de 102 quilos de agrotóxico por habitante/ano ou 682 kg/habitante rural/ano. Além disso, potencialmente a população de Lucas do Rio Verde se expôs aos agrotóxicos 06 vezes mais que a média estadual (17 quilos/habitante/ano) ou 08 vezes mais que a média por habitante rural de Mato Grosso (85 quilos/habitante rural/ano). No município usou-se, segundo o Sindag, quase três vezes mais agrotóxico que a média brasileira, que é de 3,2 quilos de agrotóxico/hectare plantado/ano.”

Assim, juntando as informações científicas disponibilizadas nos países desenvolvidos, com as informações científicas disponibilizadas no Brasil, cheguei à seguinte conclusão:

Consumo de agrotóxicos:

Nações desenvolvidas:	1,55 kg por hectare/ano
Nações em subdesenvolvidas:	1,02 kg por hectare/ano
Brasil:	3,20 kg por hectare/ano
Lucas do Rio Verde (MT):	8,50 kg por hectare/ano

Anexo – Acidente Rural Ampliado: O Caso das “Chuvas” de Agrotóxicos Sobre a Cidade de Lucas do Rio Verde - MT.

PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H.; CABRAL, J. F. Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde-MT. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 863-872, jan./mar. 2007. ¹

Wanderlei Antônio Pignati – mestre em saúde e ambiente do ISC/UFMT e doutorando do CESTE/ENSP/Fiocruz; Av. Fernando Correia, s/n, UFMT/ISC, Coxipó, Cuiabá-MT; cep: 78.060-900, tel: 065-36158881; pignatimt@terra.com.br

Jorge M. H. Machado – doutor/pesquisador do CESTE/ENSP/Fiocruz

James F. Cabral – agrônomo especialista em agroecologia da Fase-MT.

Resumo: As mudanças ocorridas no processo produtivo agropecuário brasileiro para aumentar a produtividade com a utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos, tornaram as práticas agrícolas poluidoras e degradadoras do ambiente e da saúde. O artigo aborda o acidente ambiental causado por derivas de pulverizações aéreas de agrotóxico que atingiram o espaço urbano de Lucas do Rio Verde-MT, em março de 2006. Caracterizou-se como “acidente rural ampliado” de caráter ocupacional e ambiental, cuja gravidade e extensão ultrapassaram a unidade produtiva rural, causando impactos sanitários, sociais e ambientais. Este estudo de caso objetivou conhecer o cenário sócio-técnico do acidente e o processo de vigilância em saúde-ambiente, numa dinâmica de pesquisa-ação. As informações foram colhidas através de entrevistas, documentos

¹ Os números apresentados entre colchetes [] são citações bibliográficas do autor.

e registro de observações do cotidiano. Referenciou-se ainda na análise interdisciplinar e participativa de acidentes, com envolvimento de instituições locais de Saúde, Agricultura e Ambiente, lideranças sindicais e políticas, chacareiros e fazendeiros, Promotoria de Justiça, jornalistas e a Universidade. O estudo mostra que as ações de vigilância do “uso e abuso” de agrotóxicos ampliaram-se para “movimento pelo desenvolvimento sustentável da região”, apoiado na vigilância participativa, articulada com a luta pela democracia e justiça social, na busca de uma agricultura e/ou ambiente sustentável.

Palavras chave: Acidente rural ampliado, Agrotóxico, Vigilância em saúde-ambiente, Análise participativa.

1 – Introdução – “acidente rural ampliado” e metodologia da pesquisa-ação.

Os acidentes em saúde-ambiente são entendidos pelo senso comum como eventos anormais e súbitos que causam danos materiais e/ou humanos e/ou ambientais. Os acidentes são previsíveis na maioria das ocorrências, ligadas ao processo produtivo. Entretanto, seus impactos e danos dependem de condições anteriores que, no caso rural, estão vinculadas à agroindústria ou à “moderna agricultura” com suas novas tecnologias e dependência de agroquímicos.

Os acidentes com agrotóxicos estão intrinsecamente relacionados ao efeito esperado destas substâncias, pois com a finalidade de combater as “pragas da lavoura”, o homem contamina intencionalmente o local de trabalho, que é o próprio ambiente agrícola, atingindo em maior ou menor intensidade os trabalhadores, a produção e o meio ambiente.

As aplicações de agrotóxicos nas monoculturas de Mato Grosso são feitas através de pulverizações por tratores ou por aviões agrícolas, onde as névoas de agrotóxicos, além de atingirem o alvo (plantas e pragas), também atingem os trabalhadores e, indiretamente, o ar/solo/água, os moradores, os animais e outras plantas que estão no entorno das “áreas tratadas”.

Como na maioria dos municípios mato-grossenses predomina o processo produtivo denominado de “agricultura moderna”, o cotidiano da população é a convivência com tratores, pulverizadores e seus ruídos e com os odores dos fertilizantes e agrotóxicos, porém, isso é justificado como necessário ao desenvolvimento econômico ^[1, 2].

Em Lucas do Rio Verde-MT, no caso estudado, em março de 2006 a população urbana observou que névoas de agrotóxicos oriundas de pulverizações aéreas danificaram hortaliças e plantas ornamentais de ruas e quintais da cidade. Este fato motivou o Sindicato de Trabalhadores Rurais a convidar o Instituto

de Saúde Coletiva (ISC/UFMT) e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase-MT) a colaborarem na avaliação do risco ocupacional e ambiental e na busca de medidas de mitigação, prevenção e controle.

Nos primeiros relatos dos diretores do Sindicato, anterior a ida a campo ou na fase de elaboração do projeto, percebeu-se: a) que a complexidade da situação sanitária ultrapassava as possibilidades de solução em curto ou médio prazo; b) a incerteza quanto ao envolvimento dos órgãos estatais em implementar novas medidas de vigilância à saúde no município/região; c) a necessidade de desencadear um movimento social em defesa da saúde humana e ambiental.

Caracterizou-se este tipo de acidente como “acidente rural ampliado”, de caráter ocupacional e ambiental, cuja gravidade e extensão ultrapassam o local de trabalho, extrapolando os riscos para além da unidade produtiva rural, com provável contaminação do ar, mananciais de água, solo e das plantas, animais e população da cidade. Além de o agrotóxico ter colocado a comunidade em situação de risco à saúde no momento do acidente, supôs-se também que outros efeitos conhecidos e/ou imprevisíveis poderiam aparecer tardiamente, ultrapassando os limites temporais.

Esta adjetivação de rural ampliado faz um paralelo com a definição clássica de “acidente químico ampliado”, caracterizado e analisado por Freitas et al.^[3, 4], relacionado aos acidentes que ocorrem de maneira aguda nos processos de produção industrial urbano, causando grande impacto sanitário e ambiental, como os vazamentos e/ou explosões em indústrias químicas, petroquímicas e nucleares e derramamentos abruptos de produtos químicos em acidentes de transporte.

A classificação de “acidente rural ampliado” foi necessária para identificar este tipo de acidente com as características comuns referidas e possibilitar, posteriormente, análise de tendência de séries históricas dos casos, pois em epidemiologia o termo “acidente em geral” é uma abstração jurídica^[5].

A partir de ações integradas de vigilância ambiental e de saúde do trabalhador, a Saúde Coletiva propicia uma nova visão de conhecimentos e práticas que abrange a inter-relação produção-ambiente-saúde. Isso implica em metodologia de ação e análise que, pelas características do seu objeto, no caso o acidente rural ampliado, requer uma abordagem interdisciplinar e a incorporação do saber e participação daqueles que vivenciam e se encontram expostos aos riscos, conforme indicam Porto et al.^[6], Tambellini et al.^[7], Soares et al.^[8], Herculano et al.^[9], Augusto et al.^[10], Minayo et al.^[11], Breilh^[12].

Para a superação dos limites atuais de análise de acidente ambiental/ocupacional, indo além da tradicional vigilância em saúde que investiga os “atos inseguros” ou as “condições inseguras”, é necessário buscarmos as causas subjacentes de natureza organizacional/gerencial e social/econômica, por meio de abordagens “sócio-técnicas” dos sistemas geradores de riscos, como proposto na metodologia de “Análise Interdisciplinar e Participativa de Acidentes (AIPA)” desenvolvida por Machado et al. [13]. Tal metodologia trata estes acidentes como fenômenos de saúde pública, analisando-os com participação ativa dos afetados/agravados e dos pesquisadores, num processo de vigilância em saúde, em cooperação com a sociedade organizada, avançando na perspectiva de um gerenciamento de riscos participativo, com valorização da memória e conhecimento dos trabalhadores e população.

Esta abordagem, que orientou a descrição e análise do caso do acidente de Lucas do Rio Verde, considera o contexto sócio-técnico da produção deste tipo de evento e os impactos do crescimento econômico que devastam os recursos naturais deteriorando a saúde humana e ambiental. Desta forma, descreve-se o padrão de produção local/regional, seus riscos ocupacionais e ambientais e seus mecanismos de regulação e controle. Esta “pesquisa-ação” tem como estratégia o desenvolvimento de ações de vigilância à saúde e ambiente que envolve, de forma participativa e integrada, as instituições locais e regionais de Saúde, Agricultura e Ambiente, lideranças sindicais, políticas e comunitárias, chacareiros e fazendeiros, jornalistas, Promotoria de Justiça e a Universidade.

Neste processo destacamos os seguintes procedimentos: a) análise do contexto sócio-técnico do processo produtivo, com coleta de dados secundários; b) participação ativa no processo de vigilância à saúde com intervenção/cooperação; c) observação direta das ações cotidianas e públicas registradas em diário de campo; d) depoimentos e entrevistas registrados em vídeos e fitas cassetes com diretores de colégios, representantes do Sindicato, da UFMT, da FASE, das Secretarias de Saúde, Agricultura e Ambiente, de vários chacareiros e de fazendeiros; e) análise documental com base na hermenêutica-dialética.

O estudo dos impactos do desenvolvimento agroindustrial na saúde-ambiente com suporte teórico-metodológico na AIPA de Machado et al. [13], na pesquisa-ação de Thiollent [14] e na análise documental de Minayo [15] consta no projeto de pesquisa, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP/Fiocruz (parecer nº 83/2005), que contempla pesquisa em vigilância em saúde, na região onde ocorreu o acidente rural ampliado estudado.

2 – O contexto sócio-técnico: a agroindústria (insustentável) de Lucas do Rio Verde.

As constantes mudanças nos processos produtivos, amplificadas com a industrialização, acarretaram grandes transformações nos espaços urbano, rural e florestal. A agricultura, que por séculos se constituiu em subsistência ou meio de vida dos pequenos agricultores, sofreu mudanças induzidos pelo agronegócio, que orienta a produção para o mercado, influenciado pelo lucro e amparado no subterfúgio da “necessidade de alimentar a população mundial” em constante expansão.

Desta forma, o processo de produção agropecuário vem sofrendo importantes mudanças tecnológicas e organizacionais, no sentido de aumentar a produtividade, começando pela substituição da mão de obra pela maquinaria, passando pela introdução dos fertilizantes químicos e agrotóxicos, chegando ao final do século passado a introduzir a biotecnologia e o uso da informática.

Este modelo de agricultura, acompanhado de crédito rural e subsídios públicos, geralmente induz os fazendeiros a ignorarem os desgastes dos recursos naturais, tornando as práticas agrícolas poluidoras e degradadoras, as mais lucrativas em curto prazo, segundo Garcia¹⁶. No entanto, essa agricultura, principal atividade do desenvolvimento agro-industrial-florestal de Mato Grosso, trouxe o aumento da produtividade rural, mas tem provocado exclusão social, migração rural, genocídio indígena, trabalho escravo, desemprego, concentração de renda, empobrecimento da população rural remanescente e danos à saúde humana e ambiental regional ^[1, 2, 17, 18, 19].

Trata-se de um processo de insustentabilidade ambiental: na primeira etapa se desmata/destrói o cerrado e/ou a floresta; numa segunda fase se implanta um sistema agro-pecuário dependente de alta tecnologia, de equipamentos e de sementes híbridas ou transgênicas dependentes de agrotóxicos e fertilizantes químicos para se desenvolverem; como consequência, a terceira etapa deste processo provoca danos imediatos (agudos) e/ou tardios (crônicos) à saúde humana e ambiental ou cria situações de riscos para além dos locais das plantações agrícolas, ampliando os agravos, com impacto negativo social, sanitário e ambiental.

É interessante observar que a aplicação de agrotóxicos é, provavelmente, a única atividade em que a contaminação do ambiente de trabalho é intencional, ou seja, uma finalidade sendo provocada pelos fazendeiros, “no intuito de combater as pragas da lavoura”. Entretanto o mais grave disto é que na agricultura o ambiente de trabalho é o próprio meio ambiente. Portanto, se contaminam o trabalhador, a própria produção e o meio ambiente.

Como prevenir as poluições e contaminações? “Normalmente, as contaminações dos ambientes de trabalho são indesejáveis e devem ser controladas,

mas como proceder quando a contaminação é a finalidade da atividade?”, comenta Garcia ^[16]. Para a prevenção destes riscos, Garcia ^[20] recomenda como medida fundamental, a adoção de práticas agrícolas que propiciem a redução da incidência de pragas e que “se houver necessidade de uso de um agrotóxico, isso se dê dentro dos critérios agronômicos, ambientais e de saúde mais rígidos possíveis (o que raramente acontece)”.

Dentre os agravos à saúde relacionados ao processo produtivo rural, os de maior relevância e impacto negativo para a saúde humana e ambiental são as poluições e/ou contaminações e intoxicações agudas e/ou crônicas, relacionadas aos agrotóxicos. Devido às dificuldades de percepção dos riscos, os agrotóxicos atingem de maneira imediata os trabalhadores que vendem, transportam, manipulam/pulverizam estes insumos e indiretamente, suas famílias, que moram “dentro das plantações” e higienizam as roupas e EPI’s dos trabalhadores, assim como através do armazenamento desses produtos dentro ou próximo de suas residências ^[21, 22, 23].

Ao mesmo tempo, o homem, outros animais, vegetais e o ar/solos/águas do entorno das pulverizações também são atingidos, seja pelo deslocamento de parte dos agrotóxicos através do ar/vento, água e alimentos contaminados ou pelos constantes desvios/derivadas das pulverizações que ocorrem em cada ciclo das lavouras. Além disso, o uso intensivo de agrotóxicos pode promover o adoecimento e extinção de espécies animais e vegetais assim como o aumento de populações de pragas resistentes.

No Mato Grosso, maior consumidor nacional de agrotóxico (19% do usado no Brasil), foi utilizado/comercializado na safra de 2005 um total de 1,3 bilhões de dólares segundo o Sindag ^[24] e, segundo o somatório das 2^a vias dos receiptários agronômicos feito pelo Sistema de Informação de Agrotóxico do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso - Indea-MT ^[25], foi aplicado nesse ano cerca de 48 mil toneladas de agrotóxicos (produto comercial). A utilização desse volume de agrotóxico aliado aos fertilizantes químicos e à adoção de novas tecnologias e organização do trabalho, fez de Mato Grosso o maior produtor brasileiro de soja, algodão e gado bovino e o segundo de milho e arroz ^[26].

Vários municípios mato-grossenses são grandes produtores agrícolas, com destaque para Lucas do Rio Verde – MT, localizado a 380 km ao norte de Cuiabá, fundado em 1988, no processo de ocupação do cerrado para implantação da agropecuária, contando hoje com 29.089 habitantes (15% rural). Porém, dos seus 367 mil hectares de área, restam apenas 14% de cerrado nativo

que também está impactado pelas agressões do desenvolvimento local/regional citado [27].

Durante o ano de 2005 esse município cultivou e/ou produziu: a) soja: 200.500 hectares, com produção de 697.800 toneladas (6º produtor de MT); b) milho: 140.000 hectares, com produção de 588.000 toneladas (1º produtor de MT); c) arroz: 1.400 hectares ou 4.872 toneladas; d) algodão: 5.000 hectares ou 18.271 toneladas; e) sorgo: 10.000 hectares ou 30.000 toneladas; f) feijão: 310 hectares ou 837 toneladas; g) tomate: 08 hectares ou 188 toneladas; h) bois: 20.501 cabeças; i) suínos: 32.988 cabeças; j) vacas leiteiras: 1.233 cabeças com produção de 2.811.000 litros de leite; k) hortaliças: 82 chácaras de hortifrutigranjeiros de produção familiar (todos usam agrotóxicos); l) horto de plantas medicinais, com 180 canteiros de diferentes plantas, cultivadas sem uso de agrotóxicos, que fornece insumos fitoterápicos para toda região [28].

Atualmente, a industrialização dos produtos agropecuários se restringe ao leite, mas o município possui um complexo de silos de cereais de várias empresas de agronegócio (Cargil, Bunge, Amagi, Sadia) e encontra-se em fase de implantação de uma agroindústria de suínos/aves e outra de farelo/óleo de soja [28].

A posse da propriedade da terra é bastante concentrada e desigual, ou seja, 60% da área ocupada são de fazendas acima de 1.000 hectares, 30% de 100 a 1.000 hectares e 10% abaixo de 100 hectares, incluindo-se nestas últimas, 82 chácaras de hortifrutigranjeiros e 205 chácaras de agricultura familiar (4 hectares cada); todas tendo em comum o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos [28].

Como a produção agrícola é dependente de alta tecnologia agro-química, utilizou-se em 2005, neste município, segundo o somatório das segundas vias do receituário agrônomico fornecidos pelo Indea-MT [25], um total de 2.978.851 kg de agrotóxicos (produto comercial), assim distribuídos: 61% de herbicida, 18% de inseticida, 14% de fungicida e 7% de outros tipos. Deduziu-se uma média de aplicação e/ou consumo de 8,5 kg de agrotóxicos por hectare plantado, ou exposição de 102 kg de agrotóxico por habitante/ano ou 682 kg/habitante rural/ano. Além disso, potencialmente a população de Lucas do Rio Verde se expôs aos agrotóxicos 06 vezes mais que a média estadual (17 kg/habitante/ano) ou 08 vezes mais que a média por habitante rural de Mato Grosso (85 kg/habitante rural/ano). No município usou-se, segundo o Sindag [29], quase três vezes mais agrotóxico que a média brasileira, que é de 3,2 kg de agrotóxico/hectare plantado/ano.

Ao longo do tempo as condições para um acidente rural ampliado têm sido dadas por esse cenário, onde os fazendeiros contaminam intencionalmente, com agrotóxicos, o ambiente de trabalho, que é o próprio meio ambiente onde se pratica a agricultura. Somam-se a isso os riscos do transporte e do armazenamento inadequados, dos destinos irregulares das sobras e vasilhames, além da limpeza inadequada dos equipamentos e EPI's [equipamentos de proteção individual].

Indaga-se também: qual é o destino final do volume total de agrotóxicos utilizados durante os últimos dezoito anos nas lavouras do município? Aonde foram parar seus resíduos? Quantos cânceres, teratogêneses, desregulações endócrinas e distúrbios neurológicos e psiquiátricos eles promoverão e/ou induzirão a médio ou em longo prazo?

Embora os trabalhadores rurais e o restante da população (indiretamente) estejam submetidos cotidianamente à exposição de diferentes tipos de agrotóxicos é, provavelmente, nos casos mais drásticos de intoxicações agudas humanas e/ou ambientais, como o “acidente ampliado rural” relatado neste artigo, que se evidenciam os riscos a que eles estão submetidos nesse dia-a-dia.

3 - A “chuva” de agrotóxico e a análise interdisciplinar e participativa do acidente.

A complexidade da relação produção-saúde-ambiente na “moderna agricultura” foi constatada, por exemplo, pelas maneiras como são realizadas as pulverizações aéreas ou por trator para dessecar soja para a colheita: a) pulverizando-se próximo às moradias e cursos d'água; b) não se notificando às autoridades sanitárias os acidentes de deriva dos agrotóxicos; ou c) amplificando as poluições usando-se herbicidas de maior toxicidade (classe I) com justificativas de se dessecarem as folhas da soja mais rapidamente, em dois dias, enquanto que os de classe IV dessecam em dez dias; conforme análise de relatos das entidades entrevistadas.

Na primeira reunião dos técnicos da UFMT e da Fase com representantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais, da Associação dos Chacareiros e do Horto de Plantas Mediciniais, estas entidades locais relataram nas entrevistas que dois dias após as nuvens ou ‘chuvas’ de agrotóxicos oriundos de pulverizações aéreas atingirem a cidade, observaram que secou ou queimou a maioria das plantas de 65 chácaras de hortaliças e legumes (localizadas em vários pontos da periferia da cidade), secou a maioria das folhas das plantas do horto com 180 canteiros de diferentes espécies de plantas medicinais (localizadas quase no centro da cidade) e queimou ‘salpicado’ milhares de plantas ornamentais das ruas e quintais da periferia e do centro da cidade.

As entidades citadas acima, ao serem novamente entrevistadas e questionadas se haviam notificado o caso às autoridades sanitárias ou judiciais, informaram que até aquele momento (oito dias após) ainda não haviam feito a notificação porque ainda estão construindo um movimento para a denúncia. Relataram ainda que este fenômeno é corriqueiro e acontece todos os anos, mas que este ano ele foi mais forte e por isto resolvemos pedir ajuda porque não agüentamos mais e que sozinhos não iríamos solucionar o problema. Também informaram que determinado chacareiro acionou na justiça, um grande fazendeiro de soja, porque seu avião queimou com agrotóxico toda sua plantação de melancias quando o fazendeiro dessecava soja e após semanas, o Indea-MT realizou uma perícia ambiental no local, mas até hoje nada de resolução, porém, o fazendeiro o ameaçou de morte se ele continuasse com a ação na justiça”.

Será que este processo produtivo agropecuário não contempla a valorização da saúde e da vida? Por que o movimento social/popular não rompe o círculo dessa desregulamentação prejudicial à saúde e ambiente? ; ou será que o Estado, enfraquecido, está refém dos poderes financeiros e comerciais? São questões que não requerem respostas imediatas, mas que exigem debate, reflexão e ação, de modo a orientar o fim da degradação ambiental e da saúde.

Os representantes das entidades presentes naquela primeira reunião, em conjunto com a equipe da UFMT/Fase, visitaram e avaliaram, por amostragem aleatória simples, seis chácaras hortifrutigranjeiras e o horto medicinal atingidos, confirmando as observações feitas em depoimentos anteriores. Nas entrevistas feitas com vários agricultores, estes fizeram as seguintes observações: nós ficamos espantados porque queimou grande quantidade de plantas, muito mais que das outras vezes [...] mas perguntamos o que aconteceria se não tivesse queimado tanto? e indagaram: quando despejam nuvens de inseticidas que não queimam as plantas, nós agüentamos o cheiro e logo esquecemos; quais os riscos que corremos?. O presidente do Sindicato complementou: e aqueles venenos que não têm cheiro, mas ficamos respirando diariamente aqui na cidade ou na roça, será que não faz mal?. Enquanto que outros chacareiros visitados e entrevistados, concluíram que o agrotóxico não deve fazer mal pra gente porque nós somos mais fortes que as folhas de alface e outros expressaram que na sua família nunca ninguém morreu por causa dos venenos. Uma agricultora se expressou da seguinte maneira em sua entrevista: também uso vários tipos em minha horta, só que na hora certa, porem, se estivesse usando dessecante no momento do acidente do avião não teria notado, além disso, só uso veneno de faixa verde que não mata as plantas ou gente, mas aquele do avião deve ser dos fortes, de faixa vermelha ou preta.

Observou-se que a comunicação de risco sobre os agrotóxicos é muito variada, mas todos mostraram que são carentes de informações técnicas sobre seus impactos negativos na saúde. Segundo Perez et al. ^[21], Stoppelli et al. ^[22] e Silva et al. ^[23], vários fatores socioeconômicos influenciam no perfil de percepção de risco daqueles que usam agrotóxicos e, conseqüentemente, no grau de suas exposições aos agrotóxicos; além disso, as comunicações de riscos feitas pelos agrônomos e vendedores são falhas ou de difícil apropriação pela maioria dos trabalhadores rurais.

Estimuladas com a participação da Universidade, aquelas três entidades locais citadas resolveram iniciar um movimento social, no sentido de mitigar os danos na saúde humana e ambiental ou no reparo da perda econômica de suas plantações agrícolas, denominando-o de “vigilância do uso e abuso de agrotóxico no município”. Os primeiros participantes do movimento decidiram deflagrar o processo pela notificação à vigilância sanitária/ambiental das Secretarias Municipal e Estadual de Saúde; posteriormente notificaram a Secretaria Municipal de Agricultura e Ambiente, o Prefeito e a Procuradoria de Justiça. Exigiram daquelas entidades a análise, avaliação e mitigação dos danos à saúde humana e ambiental, além da implementação do processo participativo de vigilância à saúde-ambiente ora desencadeado, conforme relato das entidades entrevistadas.

Na investigação do caso, a Secretaria Municipal de Agricultura/Ambiente e a Promotoria de Justiça concluíram, expressando em entrevista, que possivelmente se tratava de um acidente resultante de uma deriva de um herbicida de amplo espectro, usado para dessecar soja para a colheita através de pulverizações aéreas e/ou terrestre, que foi trazido pelo vento de plantações do entorno da cidade. Também relataram que a maior preocupação no momento era encontrar os responsáveis pela deriva dos agrotóxicos, para ressarcimento dos prejuízos aos chacareiros. No dia seguinte, aquelas Instituições, convocaram os pilotos de aviões agrícolas da região e segundo relato do representante do Sindicato que presenciou a reunião, sua conclusão foi o seguinte: os vários pilotos se uniram e não se delataram, disseram que foi um acidente, culpou-se o vento que mudou de repente e que não havia provas concretas.

A Secretaria Municipal de Saúde, auxiliada pela Estadual, ambas notificadas, informaram, em entrevista, que investigariam o caso, levantariam os dados de intoxicações e analisariam os resíduos de agrotóxico nas fontes de água potável da cidade (poços artesianos). O representante da Prefeitura Municipal analisou a situação e relatou na entrevista que o herbicida do acidente

ou deriva do avião foi o ‘paraquat’, que não fará mal e não matará ninguém em Lucas, pois este defensivo é muito usado para fazer a capina química em todas as ruas da cidade e nunca aconteceu nada.

O Sindicato dos Trabalhadores elaborou boletim informativo sobre o caso e divulgou amplamente, as informações repassadas pela equipe da UFMT/ Fase e os encaminhamentos dados pelas Instituições notificadas. O jornal e a rádio FM locais divulgaram trechos sintéticos do boletim como notícias, ao mesmo tempo em que divulgaram a posição da Prefeitura e dos fazendeiros preocupados com “os prejuízos econômicos que tais notícias poderiam trazer para as exportações de seus produtos agrícolas”. (conforme relato do Jornalista entrevistado).

A Câmara Técnica Estadual de Agrotóxicos - MT, provocada pela notificação, se reuniu 25 dias após o acidente, colheu dados e depoimentos e informou na reunião, que provavelmente se tratava de uma deriva de agrotóxico, mas que não havia provas laboratoriais de resíduos nas plantas. Também se relatou que aguardavam os resultados das análises de resíduos na água, solicitados pela Secretaria de Saúde. O representante técnico do Ministério da Agricultura, que periciou o local e colheu amostras das plantas, 8 dias após o acidente, informou na reunião que se tratava de uma deriva de pulverização por herbicida que afetou as plantas do entorno da cidade, mas que não se analisou resíduos de agrotóxicos. O representante do Sindicato das Indústrias de Defensivos Agrícola (Sindag) propôs e foi acatado por unanimidade dos membros ali reunidos, que sua entidade fará treinamentos para os pulverizadores da região, defendendo como causa básica do acidente, a falta de capacitação técnica dos pilotos. Além dessa medida, indicou-se que a Secretaria Estadual de Saúde deverá implantar o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxico (Para) ampliado para água, leite e outros alimentos e que a Prefeitura deverá colaborar na fiscalização sanitária agropecuária e ampliar a vigilância à saúde e ambiente, realizada em Lucas do Rio Verde. (conforme entrevista do representante da UFMT que participou desta reunião).

Deriva acidental ou desvio técnico de pulverizações de agrotóxicos? Problema freqüente com os agrotóxicos no Mato Grosso é a “deriva” nas pulverizações aéreas ou com trator, as quais são definidas pelos agropecuaristas ou pelas indústrias de agrotóxicos como um acidente e/ou erro de alvo na aplicação e/ou falta de treinamento e/ou descuido e/ou um ato inseguro, culpabilizando o trabalhador que desejava pulverizar uma área e o vento ou a chuva conduziu o veneno para outro local. Entretanto, a Empresa Brasileira de Pes-

quisa Agropecuária acrescenta que existe normalmente uma “deriva técnica”, como explicita Chaim³⁰ que os atuais equipamentos de pulverização, mesmo com calibração, temperatura e ventos ideais, deixam cerca de 32% dos agrotóxicos pulverizados retidos nas plantas, 49% vai para o solo e 19% vai pelo ar para outras áreas circunvizinhas da aplicação. Além disso, há pulverizações em plantações próximas às residências e córregos, desrespeitando a proibição de pulverização próxima de fonte de água, córregos/rios e residências, como preconiza o código florestal e a lei dos agrotóxicos.

Na segunda reunião ou audiência pública, convocada pelas instituições públicas da cidade, realizada 38 dias após o acidente, a Secretaria Municipal de Saúde comunicou que não constatou uma epidemia de intoxicação aguda em humanos, baseando-se nas notificações obrigatórias de casos de intoxicações ao SUS/Sinan³¹ que registrou apenas 02 casos no município nos últimos 05 anos e nenhum no ano de 2006. Informou ainda que na análise de resíduos de agrotóxicos da água potável não se encontrou o “paraquat”, único agrotóxico pesquisado. O representante da Secretaria foi questionado a respeito da amostra de água ter sido colhida somente 20 dias após o acidente e por que se analisou apenas um herbicida específico, mas não se obtiveram as respostas necessárias. A associação dos chacareiros informou na reunião e em entrevista que os agricultores continuaram a vender as verduras que sobraram, pois eram folhas e frutos novos e sadios. O representante do horto medicinal local informou que se podaram todas as plantas afetadas e esperam-se novos brotos para se usar como fitoterápicos. Um grande fazendeiro comentou que este tipo de acidente é comum na região, ocorrem todos os anos e a culpa é da ganância pelo lucro rápido de alguns fazendeiros, do descuido e/ou falta de treinamento dos pilotos e ausência de fiscalização. Um vereador presente na reunião discordou da não existência de casos de intoxicação durante este ano, pois informou que visitou vários eleitores internados por intoxicação com agrotóxicos este ano. Após este diálogo, um técnico da vigilância sanitária do município comunicou que na análise epidemiológica que se realizou houve um número acima da média de casos de rotavírus notificados naquela semana do acidente e que os diretores dos dois hospitais do município impediram-no de analisar os prontuários na busca de casos de intoxicação por agrotóxicos. (conforme gravação da reunião com filmadora, autorizada pelo Vereador e representantes da UFMT, da Fase, do Sindicato, dos Chacareiros, do Horto Medicinal e da Secretaria de Saúde).

Nesta segunda reunião notou-se que dos chacareiros que haviam sido convidados, apenas compareceram o presidente da associação e dois agricultores. O presidente informou na entrevista que, a maioria dos chacareiros foi procurada por ‘políticos’ que solicitaram para não comparecerem à reunião,

pois se o fizessem teriam seus produtos embargados pela vigilância sanitária e conseqüentemente a prefeitura não mais compraria suas hortaliças para a merenda escolar.

Portanto, o Estado teria encerrado mais um caso de “deriva” de agrotóxico no Mato Grosso sem os devidos esclarecimentos e sem implementar todas as medidas necessárias de mitigação dos danos ou de prevenção de acidentes ou de poluição ocupacional e ambiental. Além disso, descumpriram-se vários procedimentos inscritos em Normas e Rotinas, tanto de investigação epidemiológica ^[32] como de análise de resíduos de agrotóxicos em águas e alimentos ^[33].

Entretanto alguns diretores de escolas, centros acadêmicos estudantis e a Organização Luverdense de Meio Ambiente (Oluma) que participaram das ações de vigilância, compareceram à sede do Sindicato dos trabalhadores rurais e solicitaram parceria para “caminharem” para além da vigilância do “uso e abuso” de agrotóxicos, ampliando para “movimento pelo desenvolvimento sustentável de Lucas do Rio Verde e região”.

4 - A implantação do movimento pelo desenvolvimento sustentável.

Novamente, a Universidade e a Fase foram convidadas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais para participarem da análise e manejo do acidente para além da “vigilância dos agrotóxicos”, caminhando no sentido da organização do movimento pelo desenvolvimento sustentável em Lucas do Rio Verde.

Avaliou-se, conjuntamente, que seria um movimento de transformação da realidade complexa e diversa, que não tem encontrado espaço no exercício das políticas públicas, sejam nos “bancos escolares” tradicionais ou no setor de serviços de saúde e ambiente. Entendeu-se como um movimento social de caráter mais amplo que a educação ambiental ou vigilância à saúde, que requer conscientizar-se que o ambiente atual é um espaço socialmente construído, como define Santos ^[34] e que o mesmo pode ser reconstruído para ser sustentável e ocupado pela maioria da população, desde que a educação seja compreendida como ato político de práxis libertadora, como entende Freire ^[35].

Iniciaram-se as ações buscando estratégias de ampliação das parcerias, buscando-as, naquele momento, junto aos Conselhos Municipais de Saúde, Ambiente e Educação. Através de conselheiros, conseguiu-se pautar e discutir o assunto/problema dos agrotóxicos e do “desenvolvimento insustentável” do município. Da análise das entrevistas com os Conselheiros, concluiu-se que: os conselheiros não detêm informações técnicas sobre os impactos sócio-

sanitários dos agrotóxicos; que há desconfiança quanto à capacidade técnica daqueles serviços de solucionarem os problemas de saúde-ambiente; que não há articulação entre os três serviços e conselhos e, que inexistem diretrizes e propostas sobre o assunto/problema inscritas nos planos municipais. A maioria dos conselheiros mostrou interesse em participar do movimento.

Em seguida, para ampliar o movimento, ultrapassar as “barreiras” locais da mídia e produzir recursos de divulgação e conscientização, articulou-se com a Radiobrás, que enviou uma equipe para a cidade, onde realizaram várias entrevistas, produziram vídeos, noticiários e editaram uma curta metragem sobre o acidente, incluindo-os num portal eletrônico do site da Radiobrás - especiais/agrotóxico ^[36].

Posteriormente, o Ministério Público Estadual, em Cuiabá, foi notificado e acionado pelo movimento, que convocou, em junho/2006, uma audiência pública com entidades, chacareiros, fazendeiros e população, onde se concluiu que o evento foi uma deriva acidental de pulverização de agrotóxico. Nesta mesma reunião, o Ministério promoveu um “Termo de Ajuste de Conduta” junto aos fazendeiros e pilotos de aeronaves agrícolas da região e solicitou da UFMT que se realizasse uma perícia ambiental na área do acidente, conforme relatos dos representantes da UFMT, da Fase e do Sindicato entrevistados.

O movimento organiza-se no município liderado pelo Sindicato de trabalhadores rurais, diretores escolares e centros acadêmicos estudantis, que já promoveram várias reuniões e mesas redondas com autoridades sanitárias e ambientais, com trabalhadores rurais e fazendeiros do município e da região circunvizinha.

5 - Considerações finais

Neste artigo abordou-se como o impacto dos agrotóxicos na saúde humana e ambiental conseguiu organizar, inicialmente, um movimento social de vigilância do seu “uso e abuso” e posteriormente, no processo de implementação, as instituições e populares participantes ampliaram-no para “movimento pelo desenvolvimento sustentável de Lucas do Rio Verde e região”.

Para tanto, foi necessário desenvolver ações participativas de vigilância em saúde-ambiente, em estreita associação com os afetados pelos agrotóxicos e com as entidades e grupos organizados que participaram do processo de conhecimento técnico e social sobre o acidente. Espera-se que os participantes tenham se apropriado da técnica e estratégia de provável controle social sobre o desenvolvimento insustentável da região, para transformá-lo.

Mostrou-se que para solucionar este problema complexo analisado, não se “caminha” com metodologia reducionista como a tradicional promoção e vigilância à saúde, carecendo da participação da comunidade, não como mero gesto ético ou político, mas como uma mudança que pode dar substância aos processos de investigação científica, pois os conhecimentos e práticas do cotidiano local são fundamentais no discernimento das informações que devem ser consideradas na formulação das políticas públicas.

No processo de discussão da agricultura e sua interface com a saúde do ambiente, do trabalhador, de sua família e da população é necessário o exercício de uma abordagem intersetorial e multidisciplinar, envolvendo pelo menos as áreas de saúde, agricultura, ambiente, trabalho, universidade e movimento popular/sindical na busca e decisão sobre qual agricultura e/ou ambiente e/ou vida se deseja pra a sociedade. Ainda sugere-se que as questões de “saúde-ambiente” devem ser discutidas e enfrentadas de forma articulada com a luta pela democracia e justiça social, na busca de uma “sociedade” que tenha o desenvolvimento sustentável como eixo (democracia, equidade,...).

O processo de produção da agricultura, na busca do desenvolvimento sustentável, deve incorporar, na questão da saúde, as seguintes propostas: a) que o mínimo de impacto à saúde dos trabalhadores, dos animais, dos vegetais, da água e da terra só será possível através de adoção de “tecnologias não poluentes”; b) estímulos aos movimentos pelo desenvolvimento sustentável que busquem controlar e eliminar o “uso e abuso” de agrotóxico na agropecuária, substituindo-os por outras técnicas de controle de pragas; c) implantação de sistemas municipais de vigilância em saúde humana e ambiental, participativos e integrados intra e interinstitucional; d) implantação de Sistema de Monitoramento de Resíduos de Agrotóxicos em águas de córregos, rios, lagos e pântanos em áreas de monoculturas; e) implantação do Monitoramento ou Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) em todos os estados e municípios, incluindo-se, além das 09 frutas/verduras do programa, a água potável, leite, arroz, feijão, soja e carnes; f) estabelecimento de fóruns de elaboração de normas e monitoramento do desenvolvimento sustentável local e regional composto de trabalhadores, consumidores, representantes do Estado e empresários urbano/rurais; g) financiamento público apenas para as agropecuárias que investirem em tecnologia sustentável para soluções agro-sanitárias, buscando a eliminação dos resíduos de agrotóxicos nos alimentos e no ambiente.

Colaboradores: WA Pignati elaborou o projeto de pesquisa, coletou e analisou os dados.

JF Cabral coletou os dados e colaborou no movimento.

JMH Machado orientou o projeto e participou da análise.

Agradecimentos: Ao jornalista Paulo Machado (Radiobrás) e ao sindicalista Nilffo Wandscheer (STRLRV) pelas contribuições na pesquisa-ação e no “movimento pelo desenvolvimento sustentável”.

Referências

1 – PICOLI, F. **Amazônia e o capital**: uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira. Sinop - MT: Amazônia Editora, 2005.

2 – DORES, E. F. G. C. **Contaminação por herbicida das águas utilizadas para consumo humano em Primavera do Leste, Mato Grosso**. Tese (Pós-graduação em Saúde e Ambiente)–Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Fedearl de Mato Grosso, Cuiabá, 2000.

3 – FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. S.; GÓMEZ, C. M. Acidentes químicos ampliados: um desafio para a saúde pública. **Rev Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 6, p. 503-14, 1995.

4 – FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. S.; MACHADO, J. M. H. (Orgs.). **Acidentes industriais ampliados**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

5 – MACHADO, J. M. H. M. **Violência no trabalho e na Cidade: epidemiologia da mortalidade por acidente de trabalho registrado no município do Rio de Janeiro em 1987 e 1988**. Dissertação (Pós Graduação em Saúde Pública)–Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1991.

6 – PORTO, M. F. S.; FREITAS, C. M. Análise de riscos tecnológicos ambientais: perspectiva para o campo da saúde do trabalhador. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.13, p. 59-72, 1977. Suplemento.

7 – TAMBELLINI, A. T.; CÂMARA, V. M. A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 47-59, 1998.

8 – SOARES, M. S. et al. Solução de problemas em saúde e ambiente: ciência pós-normal e comunidade ampliada de pares em um município brasileiro de pequeno porte. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 115-26, 1998.

9 – HERCULANO, S.; FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. S. Introdução: qualidade de vida e riscos ambientais como um campo interdisciplinar em construção. In: HERCULANO, S.; FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. S. (Org). **Qualidade de vida & riscos ambientais**. Niterói: EdUFF, 2000. p. 17-26.

10 – AUGUSTO, L. G.; FLORÊNCIO, L.; CARNEIRO, R. M. (org.). **Pesquisa(ação) em saúde ambiental**: contexto – complexidade – compromisso social. Recife: Editora Universitária UFPE, 2001. 172 p.

11 – MINAYO, M. C. S.; MIRANDA, A. C. **Saúde e ambiente sustentável**: estreitando nós. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. 344 p.

12 – BREILH, J. De lá vigilância convencional al monitoreo participativo. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 937-51, 2003.

13 – MACHADO, J. M. H.; PORTO, M. F. S.; FREITAS. Perspectivas para uma Análise Interdisciplinar e Participativa de Acidentes (AIPA) no contexto da indústria de processo. In: FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. S.; MACHADO, J. M. H. (org.). **Acidentes industriais ampliados**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 49-81.

14 – THIOLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

15 – MINAYO, M. C. S. Hermenêutica-Dialética como alicerce do pensamento social. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. (Org.). **Caminhos do pensamento**: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p. 83-107.

16 – GARCIA, E. G. **Segurança e Saúde no Trabalho Rural**: a questão dos agrotóxicos. São Paulo: MTE/Fundacentro, 2001.

17 – CUNHA, M. L. F. **Determinação de resíduos de pesticidas em sedimentos dos principais rios do pantanal mato-grossense**. Dissertação (Pós Graduação em Saúde e Ambiente)–Instituto de Saúde Coletiva, Universidade de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

18 – PICOLI, F. **Amazônia**: A ilusão da terra prometida. Sinop - MT:

Amazônia Editora, 2004.

19 – PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H. M. Riscos e agravos à saúde e à vida dos trabalhadores das indústrias madeireiras de Mato Grosso. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 961-73, 2005.

20 – GARCIA, E. G. **Aspectos de prevenção e controle de acidentes no trabalho com agrotóxicos**. São Paulo: MTE/FUNDACENTRO, 2005.

21 – PEREZ, F. et al. Desafios ao estudo da contaminação humana e ambiental por agrotóxicos. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro v.10, p. 27-37, 2005. Suplemento out/dez

22 – STOPPELLI, I. M. B. S.; MAGALHÃES, C. P. Saúde e segurança alimentar: a questão dos agrotóxicos. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 10, p. 91-98, 2005. Suplemento out./dez.

23 – SILVA, J. M. et al. Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 891-904, 2005.

24 - SINDAG. Dados apresentados pelo Sindicato Nacional das Indústrias de Defensivos Agrícolas. In: **SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE AGROTÓXICOS, SAÚDE E AMBIENTE**. 2005 out. Brasília. Organizado pela Anvisa e SES/PE/Olinda, 2005.

25 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO (Indea). **Relatório de consumo de agrotóxico em Mato Grosso durante o ano de 2005**. Cuiabá: Indea – MT, 2006.

26 – MAPA DE ÁREA PLANTADA. **Série histórica de área plantada, série histórica de produção agrícola, safras 1999 a 2005**. Disponível em: <<http://www.mapa.gov.br>>. Acesso em: 05 jul. 2006.

27 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL MATO GROSSO. **Anuário Estatístico do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá: [s. n.], 2006.

28 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE. **Dados estatístico municipal - Relatório**. Lucas do Rio Verde – MT: Prefeitura, 2006.

29 – TABELA. **Dados de utilização de agrotóxico**. Sindicato Nacional das Indústrias de Defensivos Agrícolas - Sindag. Disponível em: <<http://www>>.

sindag.com.br>. Acesso em: 05 mai. 2006.

30 – CHAIM, A. Tecnologia de aplicação de agrotóxicos: fatores que afetam a eficiência e o impacto ambiental. In: SILVA, C. M. M. S.; FAY, E. F. **Agrotóxicos & Ambiente**. Brasília: Embrapa, 2004. p. 289-317.

31 - SUS/SINAN. **Dados de notificação do Sistema Nacional de Agravos Notificáveis da Secretaria Estadual de Saúde - MT**. Disponível em: <<http://www.saúdemt.gov.br>>. Acesso em: 05 jun. 2006.

32 - BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Normas técnicas para vigilância epidemiológica**. Disponível em: <<http://www.saúde.gov.br>>. Acesso em: 22 jun. 2006.

33 – BRASIL, AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Leis e Normas Técnicas sobre comercialização, monografias, uso, toxicidade, classificação de agrotóxicos e coleta de amostras para resíduos**. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br>>. Acesso em: 22 jun. 2006.

34 – SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território, globalização e fragmentação**. Ed. 4. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 15-20.

35 – FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Ed. Moraes, 1980.

36 - BRASIL, RADIOBRÁS. **A ameaça do agrotóxico: a cidade pulverizada com o veneno**. Disponível em: <<http://www.radiobras.gov.br/especiais/agrotoxico/#>>. Acesso em: 14 abr. 2006.

